

MUNDO LIVRE

REVISTA MULTIDISCIPLINAR



Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal Fluminense

Dossiê temático

PSICOLOGIA E NEUROCIÊNCIAS

Entrevista

CLARA MARINHO PEREIRA

Página de Artista

ELIZA ARAÚJO

V. 8

N. 2

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF

Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor da UFF

Fábio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Ana Maria de Almeida Costa

Vice-Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Rodrigo de Araújo Monteiro

REVISTA MUNDO LIVRE

Editores

Cecília Souza Oliveira

Mariele Troiano

Thulio Pereira Dias Gomes

Equipe Editorial

Amanda dos Santos Coutinho

Fernanda Rabelo Cursino Santos

Gabriela Souza Silva

Izabelli Barreto Cardoso

Letícia Xavier Baldissara

Pâmela Miranda Santos

Yuri Banov Onishi

Conselho Editorial

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Marcus Vinicius da Silva Sales

Samuel Alex Coelho Campos

Revista Mundo Livre

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Universidade Federal Fluminense

Rua José do Patrocínio, 71, Centro

Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

mundolivresr@id.uff.br

periodicos.uff.br/mundolivresr

ISSN 2525-5819

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mundo Livre

Revista Multidisciplinar

v. 8, n. 2

Campos dos Goytacazes, RJ
Julho/Dezembro, 2022

© 2022 by Universidade Federal Fluminense

Os autores cedem à Universidade Federal Fluminense os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite a você compartilhar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato e a adaptar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial. De acordo com os termos seguintes: a) Atribuição — deve ser dado o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso. b) Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.



'Mundo Livre: revista multidisciplinar' é uma publicação semestral digital do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

As ideias expressadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores | Cecília Souza Oliveira, Mariele Troiano & Thulio Pereira Dias Gomes

Equipe Editorial | Amanda dos Santos Coutinho, Fernanda Rabelo Cursino Santos, Gabriela Souza Silva, Izabelli Barreto Cardoso, Letícia Xavier Baldissara, Pâmela Miranda Santos & Yuri Banov Onishi

Conselho Editorial | Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, Marcus Vinicius da Silva Sales & Samuel Alex Coelho Campos

Dossiê temático 'Psicologia e Neurociências' | Cecília Souza Oliveira & Lucas Emmanuel Lopes e Santos

Fotografia | Thulio Gomes

Apoio | Coordenação de Bibliotecas (CBI), Superintendência de Documentação (SDC) & Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Endereço eletrônico | <http://www.periodicos.uff.br/mundolivre>

Dados de catalogação na publicação (CIP)

M965 Mundo Livre: revista multidisciplinar / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. v. 8, n. 2, jul./dez. 2022. Campos dos Goytacazes, RJ: 2015.
259 p.
Semestral.
ISSN 2525-5819.
1. Multidisciplinaridade - Periódico. 2. Periódico científico. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional.

CDD 300

SUMÁRIO

Editorial

A participação de um periódico acadêmico em eventos científicos 8-16

Cecília Souza Oliveira, Mariele Troiano & Thulio Pereira Dias Gomes

Dossiê temático

Psicologia e Neurociências 17-23

Cecília Souza Oliveira & Lucas Emmanuel Lopes e Santos

Análise comparativa de reatividade emocional induzida por imagens de violência lícita nos esportes de luta 25-39

Thauan Rocha Porto, Tamires Cândido de Santana, Maurício da Silva Júnior & Erick Conde

Estresse, ansiedade e percepção de dor de pacientes pré-cirúrgicos em um hospital público da região Norte Fluminense do Rio de Janeiro 40-62

Marina Guzzo, Guilherme de Carvalho & João Alexandre

Modelo de intervenção multicamadas: uma proposta de atuação neuropsicopedagógica institucional 63-86

Vitor da Silva Loureiro, Claudia Aparecida Mendonça de Souza & Fabrício Bruno Cardoso

Bioética: perda da autonomia como consequência do paternalismo no processo do envelhecimento 87-103

Sara Azevedo de Matos, Dante Ogassavara, Jeniffer Ferreira-Costa, Thais da Silva-Ferreira & José Maria Montiel

Terapia Cognitivo-Comportamental em grupo para cuidadores de idosos com Transtorno Neurocognitivo Maior: um estudo de revisão 104-124

Thaís Vianna da Silva

Qualidade de vida de cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista durante a pandemia da COVID-19 125-142

Bianca Cristina Belchior, Grasiela Maria Valverde Imbrizi & Valeria Alves Ferreira

Página de Artista

Para Cássias

144-155

Eliza Araújo

Temas livres

Das perseguições à oficialização do Cristianismo no Império Romano: os relatos de Cipriano de Cartago e de Eusébio de Cesareia

157-188

Pablo Gatt

Conceitos fundamentais de Marx

189-210

Lais Ribeiro Valadão, Helena Gouveia da Silva Regis & Paula Helena Ayres

Autópsia psicológica do suicídio: caso Breno

211-239

Ardelia Morais Oliveira Figueiredo, Edmar Ferreira da Costa & Antônio Honório Ferreira

Entrevista

Raça, gênero e orçamento público: uma conversa com Clara Marinho

241-254

Clara Marinho Pereira

Resenha

Uma introdução ao *lawfare*

256-259

Alisson do Nascimento

A participação de um periódico acadêmico em eventos científicos

The participation of an academic journal in scientific events

Cecília Souza Oliveira

Doutora em Neurociências pela USP. Professora da UFF

Mariele Troiano

Doutora em Ciência Política pela UFSCar. Professora da UFF

Thulio Pereira Dias Gomes

Doutor em Ciência da Informação pela USP. Bibliotecário da UFF

A Revista Mundo Livre completa mais um ano de atividade com a publicação integral do seu oitavo volume, composto por dois números. Para além da publicação semestral da *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*, a equipe editorial engajou-se neste ano na participação de eventos científicos e culturais para divulgar a própria revista e o conteúdo publicado nela. Estes eventos trouxeram novos desafios e horizontes para o periódico, o que demonstrou o importante envolvimento dos membros da equipe na participação de atividades de comunicação e divulgação científica.

Participamos do **Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFLICT)**, organizado anualmente pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) e pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Por ser organizado pelas três principais instituições públicas de educação superior em Campos dos Goytacazes, o CONFLICT é um evento regional de grande relevância, pois promove a comunicação e o debate sobre os projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos por pesquisadores das instituições do Norte Fluminense. Este ano, o XIV CONFLICT ocorreu no formato online de 20 a 24 de junho de 2022 e homenageou o centenário de Darcy Ribeiro, que, além de toda a sua indiscutível contribuição para as ciências sociais no Brasil, teve um



significativo papel na região por ser um idealizador do projeto da UENF, a primeira universidade pública sediada no Norte Fluminense.

A nossa participação no XIV CONFLICT ocorreu de duas maneiras. Apresentamos um trabalho na modalidade de pôster que destaca o papel da divulgação científica nos espaços de educação formal e não formal para a promoção da ciência para além dos muros. Neste trabalho, também falamos da atenção da Mundo Livre às redes sociais que se tornou um meio para superar as restrições geográficas e de estar presente em distintos espaços ocupados pela maior parte da população¹. A outra participação se deu através da oferta de um minicurso sobre Currículo Lattes, que orientou-se a partir do compartilhamento de informações para o cadastro e o preenchimento do currículo na Plataforma Lattes. O minicurso foi oferecido pelos editores da revista que aproveitaram a exposição da plataforma para divulgar a Revista Mundo Livre visando prospectar autores, leitores e colaboradores.

Também participamos da **Agenda Acadêmica UFF**, evento anual que tem o objetivo de apresentar a produção desenvolvida na UFF no tripé ensino, pesquisa e extensão buscando promover a integração da comunidade interna em torno dos programas acadêmicos da instituição e da comunidade externa por meio das ações desenvolvidas para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Dessa forma, a Agenda Acadêmica sempre é realizada no mês de outubro em todas as unidades da UFF e, em 2022, aconteceu entre 17 e 21 de outubro, em conjunto com a 19ª SNCT, cujo tema foi o *"Bicentenário da Independência: 200 anos de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil"*.

A Revista Mundo Livre participou deste evento com o lançamento do dossiê temático *"Economia e desenvolvimento"*, publicado no número anterior. O lançamento ocorreu no dia 17 de outubro de 2022 em formato remoto, como parte integrante da programação da Agenda Acadêmica UFF. O evento de lançamento contou com a participação dos

¹ GOMES, Nathália Rangel; SILVA, Gabriela Souza; COUTINHO, Amanda; ONISHI, Yuri Banov; TROIANO, Mariele; GOMES, Thulio; OLIVEIRA, Cecília Souza. Para além dos muros: um estudo sobre a importância da divulgação científica. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 14, 2022, Campos dos Goytacazes.. **Anais...** Campinas, SP: Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/conflict-conpg-2022/trabalhos/para-alem-dos-muros-um-estudo-sobre-a-importancia-da-divulgacao-cientifica>. Acesso em: 22 dez. 2022.

alunos e dos editores da equipe da revista, dos coordenadores do dossiê temático Vanuza da Silva Pereira Ney, Vladimir Faria dos Santos e Samuel Alex Coelho Campos, que apresentaram as motivações que os levaram a escolher o tema economia e desenvolvimento. O lançamento foi agraciado com a participação de autoras de outras seções da revista: a poeta Maria Clara Montalvão, autora dos poemas na Página de Artista, e a pesquisadora Rosali Fernandez de Souza, que participou da entrevista. Não podemos deixar de comentar que nos surpreendeu o tamanho do nosso público. Modestamente, abrimos o evento para cinquenta vagas que rapidamente foram preenchidas e, por conta disso, dobramos o limite de inscrições. Atingimos o público de 62 pessoas que responderam a um pequeno questionário não só para emissão dos certificados de participação, como também para conhecermos o público-alvo que se interessa por esse tipo de evento acadêmico. Foi muito satisfatório compartilhar o lançamento da primeira edição publicada por esta gestão editorial com um público interessado em conhecer mais sobre o projeto, o dossiê temático e a própria revista. Em adição, foram apresentadas algumas limitações durante este ano de gestão e alguns dos nossos planos a curto e médio prazo para a revista.

Um dos eventos mais relevantes que integram a programação da Agenda Acadêmica é a **Semana de Extensão (SEMEXT)**. O evento tem por finalidade a apresentação de trabalhos pelos extensionistas, visando à divulgação das ações de extensão desenvolvidas na UFF, estimulando a interação e a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, além do intercâmbio de informações com outras instituições e a sociedade. A 27ª Semana de Extensão aconteceu nos dias 18 a 20 de outubro de 2022, também no formato *online*. Nesta edição, a bolsista de extensão Pâmela Santos foi a nossa relatora, apresentando a experiência de trabalhar na editoração de um periódico científico a partir de sua vivência na Revista Mundo Livre. A seção de comunicações orais, de que fizemos parte, proporcionou uma tarde proveitosa para troca de experiências e saberes com outros trabalhos que tocaram temas como divulgação científica, produção editorial, tradução e letramento

acadêmico. Há previsão de publicação de um artigo do trabalho apresentado nos anais da SEMEXT UFF 2022.

A Revista Mundo Livre também marcou presença na **11ª Bienal do Livro de Campos dos Goytacazes**, que aconteceu entre os dias 2 e 9 de novembro de 2022, no Guarus Plaza Shopping. O evento foi uma realização da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, por meio da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL) e contou com a participação de entidades culturais, comerciais e literárias. Havia um espaço reservado para as instituições de ensino da cidade, entre as quais a UFF Campos (Figuras 1 e 2).

Figura 1 e 2. Stand da UFF na Bienal do Livro de Campos dos Goytacazes em 2022

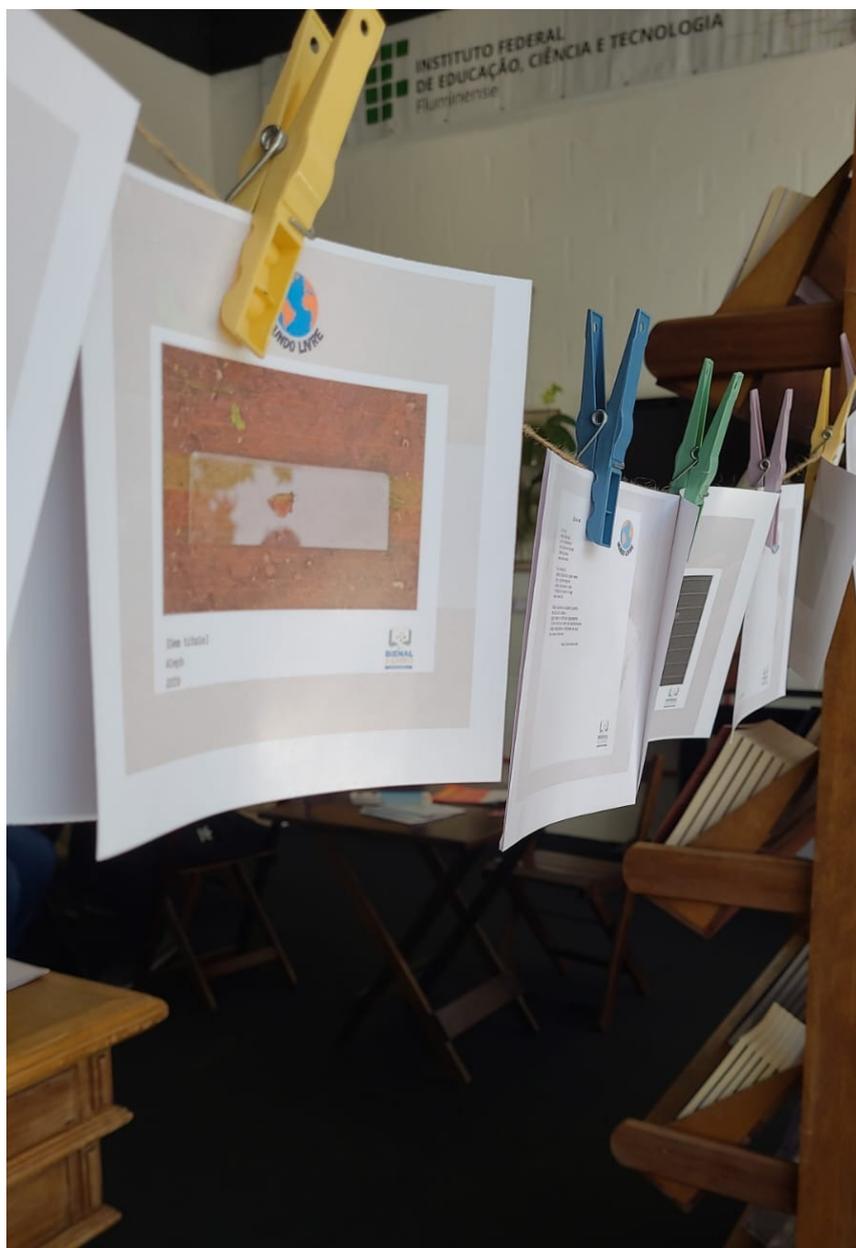


Fonte: Arquivo Mundo Livre.

No espaço da UFF, a Equipe Mundo Livre propôs duas atividades: uma exposição de poemas e de fotografias publicadas na primeira edição de 2022 e uma dinâmica com os visitantes sobre curiosidades científicas e normas de formatação de textos acadêmicos, denominada "*Quiz da Revista Mundo Livre*" o que possibilitou a interação do público, bem como

a divulgação do nosso trabalho. A equipe, que se revezou para sempre ter um representante da revista no local, foi preparada para apresentar as frentes de trabalhos da revista. A Bienal do Livro de Campos também foi oportunidade de contato com outras editoras universitárias que também integraram a programação do evento, favorecendo novas parcerias e ampliando os projetos futuros (Figura 3).

Figura 2. Exposição de fotografias e poemas da Revista Mundo Livre na Bienal do Livro de Campos dos Goytacazes em 2022



Fonte: Arquivo Mundo Livre.

A participação nesses eventos foi importante para concretizar os objetivos da atual gestão da Revista de ampliar os trabalhos da *Mundo Livre*. Ou seja, a proposta apresenta o periódico como um amplo projeto de extensão do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) em constante comunicação com a comunidade campista e as instituições parceiras. Além disso, as oportunidades do segundo semestre sinalizam o trabalho coletivo multidisciplinar que vem sendo construído na Revista de modo exitoso, envolvendo graduandos, graduados, professores e técnicos de diferentes áreas de conhecimento. Por fim, destacamos o comprometimento da equipe em desempenhar suas funções diante de diferentes cronogramas e situações, prezando sempre pela qualidade da informação a ser passada, seja ela por meio de um artigo, de um poema, de uma fotografia ou até mesmo de um jogo.

Depois de um ano de intenso trabalho, nós apresentamos uma nova edição da *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar* composta por uma seção temática e outra de artigos de temas livres, além de poemas, uma entrevista e uma resenha. Os leitores encontram textos escritos por autores graduados em Administração, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Filosofia, História, Letras, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Teologia. Essa pluralidade de áreas do conhecimento se enriquece com autores vinculados a diferentes instituições como o Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG), a Faculdade de Ciência, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão (Faculdade CENSUPEG), Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade São Judas Tadeu (USJT), além da própria Universidade Federal Fluminense (UFF). Também fazem parte deste elenco autores vinculados às prefeituras municipais de Campos dos Goytacazes (RJ) e de Guaxupé (MG) e à Secretaria do Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia. Mais uma vez, a diversidade de áreas do conhecimento e de instituições de atuação dos autores arroja a multidisciplinaridade na *Mundo Livre*, uma característica da publicação desde o seu início.

O dossiê temático *Psicologia e Neurociências* foi coordenado pelos pesquisadores Cecília Souza Oliveira, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Lucas Emmanuel Lopes e Santos, da Universidade de São Paulo (USP). Os artigos temáticos agrupam-se em torno da concepção biopsicossocial do ser humano, abrangendo pesquisas com diversas abordagens teóricas e metodológicas do campo das ciências do comportamento humano. Um ponto que merece destaque deste dossiê é que, assim como a relação entre Psicologia e Neurociências é plural, podendo ser investigada sob diversas óticas, os seis artigos que compuseram este dossiê também foram diversos entre si, sendo assinados por dezenove autores com formações multidisciplinares vinculados a oito instituições distintas.

A seção dos temas livres apresenta três artigos. O primeiro, escrito por Pablo Gatt, expõe uma análise das perseguições à oficialização do Cristianismo no Império Romano, com base nos relatos de Cipriano de Cartago e de Eusébio de Cesareia. No segundo artigo, Lais Ribeiro Valadão, Helena Gouveia da Silva Regis e Paula Helena Ayres apresentam conceitos fundamentais do primeiro capítulo do livro *O Capital*, obra do filósofo alemão Karl Marx. No último artigo da seção dos temas livres, Ardelia Moraes Oliveira Figueiredo, Edmar Ferreira da Costa e Antônio Honório Ferreira aplicam uma técnica de autópsia psicológica para estudarem um caso de suicídio para investigar características da vítima, motivação, precipitadores, método, intencionalidade, planejamento e os impactos ocasionados pela perda na vida de amigos e de familiares.

A Página de Artista desta edição apresenta o conjunto de poemas-presente "*Para Cássias*", de Eliza Araújo. Os poemas formam um tributo a Cássia Eller, como se fossem um presente no mês de seu aniversário de sessenta anos da cantora, que deixou saudades da potência de sua voz rouca no coração de todos aqueles que têm um pouco de cássia em si. Eliza Araújo é doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professora de língua inglesa no Instituto de Letras da UFF Niterói. Eliza é uma das coordenadoras do Centro Integrado de Tradução e Escrita (CITE), da Superintendência de Relações Internacionais (SRI), e colabora com o projeto de extensão

Letramentos Acadêmicos, vinculado à Faculdade de Educação da UFF. Atualmente, a pesquisadora-poeta dedica-se ao estudo de literatura afrodiaspórica e à tradução de poesias. Eliza Araújo também desenvolve pesquisas sobre o uso de textos poéticos no ensino de língua inglesa.

Na seção da entrevista, apresentamos uma conversa sobre raça, gênero e orçamento público com Clara Marinho Pereira. A entrevista é permeada por conceitos e vivências sobre a implantação de políticas públicas em prol da igualdade racial, assim como mecanismos disponíveis para o combate ao racismo institucional na esfera pública. Atualmente, Clara Marinho é analista de planejamento e orçamento na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia. Em 2021, a nossa entrevistada ficou conhecida por ter sido escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das cem personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo.

Esta edição inclui uma resenha do livro *Lawfare: uma introdução*, dos autores Cristiano Zanin, Valeska Martins e Rafael Valim, publicado pela Contracorrente, em 2020. A resenha discute a noção de *lawfare* como o uso estratégico do direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo. O livro foi resenhado pelo advogado Alisson do Nascimento.

A capa e o miolo da edição completa deste número contou com fotografias de Thulio Gomes, que atuou na Biblioteca Universitária de Campos dos Goytacazes (BUCG), também conhecida como Biblioteca da UFF Campos, e hoje trabalha na Coordenação de Bibliotecas da Superintendência de Documentação da UFF. As fotografias são imagens de livros desesperados encontrados nas prateleiras de bibliotecas visitadas pelo bibliotecário nos últimos anos.

Todos os artigos desta edição foram submetidos à avaliação *double-blinded review*, ou seja, os trabalhos passaram pela avaliação de ao menos dois pareceristas anônimos, com formação e atuação na área da pesquisa, com o objetivo de maior rigor na avaliação para garantir a qualidade das publicações na *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*. Decerto, a contribuição destes avaliadores tornou esta edição possível.

Agradecimentos:

- Clara Marinho, pela entrevista.
- Eliza Araújo, pelos poemas.
- Roberta Campos, da Coordenação de Bibliotecas da UFF, pela revisão dos dados de catalogação na publicação.
- Os coordenadores do dossiê temático, os autores e os avaliadores, pela contribuição com esta edição.
- Os integrantes da equipe Mundo Livre, por impulsionarem todo o trabalho que torna esta publicação possível.

Desejamos uma excelente leitura!

Sobre os editores

Cecília Souza Oliveira

Graduada em Psicologia e mestra e doutora em Neurociências pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Neuropsicologia pelo Centro de Estudos Psico-Cirúrgicos (CEPSIC). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Psicologia e na Revista Mundo Livre.

E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br

Mariele Troiano

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

Thulio Pereira Dias Gomes

Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). É bibliotecário na Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua na Coordenação de Bibliotecas (CBI) e na Revista Mundo Livre.

E-mail: thuliogomes@id.uff.br

PSICOLOGIA E NEUROCIÊNCIAS

COORDENADORES

CECÍLIA SOUSA OLIVEIRA

LUCAS EMMANUEL LOPES SANTOS



Fotografia: Thulio Gomes

Psicologia e Neurociências

Psychology and Neuroscience

Cecília Souza Oliveira

Doutora em Neurociências pela USP. Professora da UFF

Lucas Emmanuel Lopes e Santos

Mestre e Doutorando em Clínica Médica pela USP

O início da investigação do cérebro ocorreu principalmente na busca de conhecimento sobre as estruturas anatômicas e, somente no século XIX, que começaram os estudos a respeito das relações entre as regiões cerebrais e aspectos do comportamento humano e da personalidade. Nesse sentido, algumas das expressivas descobertas neurocientíficas incluíram os achados de Paul Broca que, por meio das análises do cérebro *post mortem*, correlacionou a lesão da porção posterior do giro frontal inferior com o prejuízo na expressão da fala, hoje conhecida como área de Broca. Dessa maneira, surgiram as primeiras comprovações científicas que uma melhor compreensão das estruturas e do funcionamento cerebral estariam diretamente relacionadas com o comportamento e com a personalidade dos indivíduos (WAJMAN, 2021). Assim, legitima-se a relação entre a Psicologia e as Neurociências. No século XX, um dos grandes expoentes na investigação das expressões comportamentais e das disfunções cerebrais foi o neuropsicólogo Alexander Romanovich Luria, que preconizava a íntima inter-relação entre os processos mentais, as diferentes etapas do desenvolvimento e as relações sociais havendo uma integração cerebral na qual cada parte tem sua área de especialização para a manifestação das habilidades cognitivas (KRISTENSEN, ALMEIDA; GOMES, 2001).

Identifica-se que para a investigação dos diversos comportamentos que compõem o ser humano, dos pensamentos complexos, dos



transtornos mentais distintos e das suas correlações cerebrais, estruturais e funcionais, é necessário um arcabouço científico igualmente amplo e sofisticado. Nessa linha de pensamento, são imprescindíveis métodos que transitem da pesquisa básica com experimentos animais ou humanos, passem por investigações clínicas e também permeiam as revisões sistemáticas e as meta análises. Assim como são essenciais temáticas que contemplem a relação cérebro-comportamento nos distintos ambientes físicos e sociais.

A organização do dossiê temático *Psicologia e Neurociências*, assim como os artigos que o compõem, seguiu justamente este raciocínio, compondo métodos distintos, temáticas variadas, bem como análises de dados diversas. Foram contemplados seis artigos:

1. Análise comparativa de reatividade emocional induzida por imagens de violência lícita nos esportes de luta;
2. Estresse, ansiedade e percepção de dor de pacientes pré-cirúrgicos em um hospital público da região Norte Fluminense do Rio de Janeiro;
3. Modelo de intervenção multicamadas: uma proposta de atuação neuropsicopedagógica institucional;
4. Bioética: perda da autonomia como consequência do paternalismo no processo do envelhecimento;
5. Terapia Cognitivo-Comportamental em grupo para cuidadores de idosos com Transtorno Neurocognitivo Maior: um estudo de revisão;
6. Qualidade de vida de cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista durante a pandemia da COVID-19.

Do ponto de vista metodológico, a psicologia é estabelecida como ciência no século XIX, tendo como um dos principais precursores Wilhelm Wundt. Por meio dos seus preceitos, há a introdução de noções de quantificação, mensuração, bem como de técnicas objetivas e de medidas verificáveis que tornassem possível a replicação dos dados de pesquisa (VIEIRA; NASCIMENTO; SILVA, 2021). Dentro desse contexto, o artigo *Análise comparativa de reatividade emocional induzida por imagens de violência lícita nos esportes de luta*, através de uma investigação

quantitativa, testou como hipótese nula a ausência de diferenças na reatividade emocional diante da visualização de figuras de violência em esportes de combate, quando comparadas com as imagens padronizadas do Sistema Internacional de Figuras Afetivas. Para tanto, houve a padronização da situação experimental dos participantes e o uso dos instrumentos *Self-Assessment Manikin (SAM)* e *Sistema Internacional de Figuras Afetivas (International Affective Picture System, IAPS)* para os grupos. A forma pormenorizada por meio do qual o experimento foi apresentado e a descrição quantitativa da análise de dados permitem, tal como proposto no século XIX por Wundt, que estes dados possam ser replicados, inclusive em outros públicos a fim de confirmar ou refutar a hipótese inicialmente levantada.

Com relação à aplicabilidade clínica da Psicologia e das Neurociências identifica-se que, cada vez mais, estas áreas do conhecimento têm ampliado os seus contextos de estudo. Isso porque, já é bem estabelecido na literatura que a especificidade dos ambientes físicos e sociais que estamos inseridos poderá influenciar sobremaneira nas expressões funcionais e estruturais do cérebro e, por sua vez, os comportamentos distintos desencadeados, particularmente se ocorrerem diante de cenários estressantes (RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, o artigo *Estresse, ansiedade e percepção de dor de pacientes pré-cirúrgicos em um hospital público da região Norte Fluminense do Rio de Janeiro* utilizou um questionário de dados gerais de internação e dois instrumentos *Escala Visual Analógica (EVA)*, questionário adaptado sobre dor, *Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL)*. Estes foram aplicados em um grupo de pacientes que estavam internados, aguardando a realização de um procedimento cirúrgico, a fim de verificar o quanto esta situação em que estavam inseridos poderia interferir nos seus níveis de estresse e de ansiedade. Os resultados mostraram um número expressivo de pacientes com sintomas de estresse e ansiedade diante da condição de hospitalização e no aguardo de um procedimento cirúrgico alertando o quanto os profissionais da área de saúde precisam estar ainda mais atentos a estes fatores.

O avanço crescente das técnicas de imagem possibilitou uma melhor compreensão de que funcionamentos cerebrais distintos ou mesmo alterações anatômicas poderiam resultar em mudanças comportamentais. Seguindo esta linha de raciocínio, estas diferenças cerebrais poderiam cursar com condições de aprendizados também distintas sendo, essencial, que os profissionais ligados à área de educação estejam atualizados frente a estas demandas e possam adaptar seus materiais e suas condutas em sala de aula com o intuito de que crianças e adultos possam ter suas condições de aprendizagem otimizadas (NASCIMENTO; MARQUES, 2021). Como forma de suscitar essa discussão, o estudo de revisão *Modelo de intervenção multicamadas: uma proposta de atuação neuropsicopedagógica institucional* integra o nosso dossiê temático como uma relevante fonte de produção de pesquisa científica. Com a síntese de inúmeros estudos e uma avaliação crítica dos dados levantados, a investigação foi orientada pelas sete etapas de planejamento de uma meta análise proposta por Cooper (2010). Com o objetivo de compreender as possíveis contribuições do modelo de intervenção por camadas para a atuação do neuropsicopedagogo, foi realizada uma revisão integrativa, com busca e análise dos artigos, que compuseram esta revisão, por pares de maneira cega. Concluíram que a utilização de métodos baseados em evidências na área da educação poderia otimizar os processos de aprendizagem além da possibilidade de tornar este ambiente mais inclusivo, considerando os aspectos que abrangem a adaptação acadêmica de forma mais ampla.

Como forma de abarcar o vasto campo de aplicações da psicologia e das neurociências nas diversas fases do desenvolvimento humano, foram incluídas neste dossiê temáticas relacionadas ao envelhecimento, tanto do ponto de vista psicossocial quanto cognitivo e comportamental. Os mecanismos cerebrais envolvidos no envelhecimento têm sido objeto de estudo nas últimas décadas. Ivan Izquierdo (1937-2021), um dos mais importantes pesquisadores desse campo do conhecimento, postulava que “o passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser” (IZQUIERDO, 2018, p. 14).

O senso de identidade atribuído às funções da memória, conforme argumentado por Izquierdo, implica na necessidade de preservar a autonomia do idoso no decurso do envelhecimento. Nessa perspectiva, o artigo *Bioética: perda da autonomia como consequência do paternalismo no processo do envelhecimento* apresenta uma revisão integrativa da literatura cujo objetivo é refletir sobre os desafios para a preservação da dignidade e respeito à autonomia do idoso em uma sociedade tradicionalmente paternalista. Os autores discutem o papel de cuidadores e de profissionais da saúde na formulação de novas práticas de cuidado, amparadas nos princípios da bioética, que preconizam a defesa da autonomia da pessoa idosa. A partir das contribuições de diversos campos do conhecimento, como a psicologia, o direito e a bioética, os autores apontam caminhos possíveis para a implementação de políticas públicas de atenção à saúde do idoso.

O aumento progressivo da população idosa no mundo e o crescente interesse por esse campo do saber também foram objetos de análise do artigo *Terapia Cognitivo-Comportamental em grupo para cuidadores de idosos com Transtorno Neurocognitivo Maior: um estudo de revisão*. Os autores apresentam as diferentes concepções acerca do envelhecimento, sob a perspectiva biopsicossocial, e refletem sobre o impacto dos transtornos neurocognitivos (TN) na funcionalidade dos idosos. Um olhar especial sobre a terapia cognitivo-comportamental em grupo (TCCG) para cuidadores de idosos com TN proporciona ao leitor uma síntese de publicações nacionais e internacionais da última década em que são demonstrados os principais modelos e técnicas psicoterapêuticos voltados para essa população.

Apesar do predomínio de estudos dedicados ao tema da qualidade de vida de cuidadores da população idosa, a literatura tem ampliado seu escopo de investigação para outros grupos de cuidadores, sobretudo àqueles envolvidos nos cuidados de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é uma condição que acarreta prejuízos em habilidades cognitivas, sociais e comportamentais desde as primeiras etapas do desenvolvimento, quando a criança pode apresentar comunicação social

atípica, interesses restritos, além de comportamentos repetitivos e estereotipados (FIRST, 2014). Em quadros mais graves do TEA, o cuidador se torna peça fundamental para o desenvolvimento da criança, o que exige preparo e dedicação dos familiares.

No artigo *Qualidade de vida de cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista durante a pandemia da COVID-19*, os autores analisam o impacto emocional e psicológico das medidas de isolamento social durante a pandemia da COVID-19 no contexto do TEA, particularmente quanto à rotina dos cuidadores de crianças e adolescentes. Por meio de uma revisão integrativa da literatura, foram investigados os níveis de sobrecarga de cuidado associados aos indivíduos com TEA, a percepção dos cuidadores sobre a eficácia da adaptação online de serviços especializados em TEA, bem como as estratégias de enfrentamento utilizadas por cuidadores durante a pandemia.

É interessante notar que todos os artigos selecionados para esta edição têm em comum a concepção **biopsicossocial** do ser humano, razão pela qual foram contempladas diversas temáticas e diferentes métodos de análise dos dados. A interdisciplinaridade, intrínseca às ciências do comportamento humano, parece bem representada pelos trabalhos aqui apresentados. A fim de tornar esta investigação ainda mais instigante e completa, unem-se estas duas ciências, a Psicologia e as Neurociências, que intimamente se complementam em um único dossiê temático a fim de levar o leitor para um caminho de reflexão, de pensamento crítico e de uma maior aquisição de conhecimento.

Desejamos uma boa leitura!

Referências

FIRST, Michael B. **Manual de Diagnóstico Diferencial do DSM-5**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

KRISTENSEN, Christian Haag; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; GOMES, William Barbosa. Desenvolvimento histórico e fundamentos metodológicos da Neuropsicologia Cognitiva. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 2, p. 259-274, 2001.

NASCIMENTO, Beatriz Delphino Dantas do; MARQUES, Juliana Bittencourt. Neuroimagem: avaliando alterações corticais plásticas em indivíduos adultos pós-lesão do sistema nervoso. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 13, p. 163-178, jun. 2021.

RIBEIRO, Sidarta. Tempo de cérebro. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, p. 7-22, 2013.

VIEIRA, Erika dos Santos Vieira; NASCIMENTO, Rodrigo Barbosa; SILVA, Márcio Santana. Breve exposição da produção científica brasileira sobre a obra de Wilhelm Wundt. **Revista Sítio Novo Palmas**, v. 5, n. 1, p. 200-209, jan./mar. 2021.

WAJMAN, José Roberto. Neuropsicologia clínica: notas históricas, fundamentos teórico-metodológicos e diretrizes para formação profissional. **Psicologia: teoria e pesquisa**, 37, 2021.

Sobre os coordenadores

Cecília Souza Oliveira

Graduada em Psicologia e mestra e doutora em Neurociências pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Neuropsicologia pelo Centro de Estudos Psico-Cirúrgicos (CEPSIC). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Psicologia e na Revista Mundo Livre.

E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br

Lucas Emmanuel Lopes e Santos

Graduado em Psicologia pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Neuropsicologia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Especialista em Reabilitação Neuropsicológica pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre e doutorando em Clínica Médica pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de doutorado da FAPESP.

Email: lucaselopes16@gmail.com

Análise da reatividade emocional induzida por imagens de violência lícita nos esportes de luta

Comparative analysis of emotional reactivity induced by licit violence images in fighting sports

Thauan Rocha Porto

Especialista em Psicologia Escolar e Educacional pela FAVENI

Tamires Cândido de Santana

Graduada em Psicologia pela UFPE

Maurício da Silva Júnior

Doutorando em Psicologia Clínica pela UFPE

Erick Conde

Doutor em Neurociências pela UFF. Professor da UFF

Resumo: Imagens de atividades físicas e esportivas são geralmente avaliadas como positivas, enquanto as de violência são classificadas como negativas e alertantes. O objetivo geral do estudo foi avaliar a reatividade emocional, nas dimensões de ativação e valência afetiva, atribuídas a imagens de violência lícita nos esportes de luta. Os objetivos específicos foram: I - avaliar o nível de ativação emocional das figuras de violência nas lutas; II - avaliar a valência afetiva atribuída às figuras de violência; III - comparar as médias obtidas nas imagens de violência com as médias padronizadas de imagens nas categorias positiva, neutra e negativa do Sistema Internacional de Figuras Afetivas (IAPS). O estudo usou o *Self-Assessment Manikin*, escala pictórica no formato likert para avaliação das dimensões emocionais investigadas. Elaborou-se três relatos avaliativos com 90 imagens cada - 30 imagens experimentais (lutas) e 60 oriundas do IAPS (20 cada categoria). Observou-se que as figuras de violência nas lutas se diferenciaram de todas as categorias do IAPS, na dimensão ativação na valência afetiva. Conclui-se que os padrões de valência e ativação emocional atribuídos a imagens de violência podem diferir do que é relatado na literatura, a depender do contexto e da modalidade de violência.

Palavras chave: Violência. Esporte. Luta.

Abstract: Images depicting physical and sporting activities are generally rated as positive, while images of violence are rated as negative and warning. The main objective of this study was to evaluate emotional reactivity, in the dimensions of activation and affective valence, attributed to images of licit violence in fighting sports. The specific objectives were: I - measure the level of emotional activation of the violence figures; II - evaluate the affective valence triggered by the visualization of violence figures; III - compare the averages obtained in the violence images with the standardized images in the positive, neutral and negative IAPS categories. For assessment was used the Manikin Self-Assessment, a pictorial likert scale to assess the emotional dimensions investigated. Three evaluative reports were prepared with 90 images each - 30 experimental images (fights) and 60 from the IAPS (20 each category). It was observed that the fighting figures differed from all the IAPS categories, both in the activation dimension and in the affective valence. It concludes that the patterns of valence and emotional activation attributed to images of violence may differ from what is reported in the literature, depending on the context and type of violence.

Keywords: Violence. Sport. Fighting.



1 Introdução

O termo violência tem sido designado para discriminar uma abrangente gama de ações com fins de dano contra outros ou contra si próprio (MICHAELIS; MICHAELIS, 1998; IMBUSCH, 2003). Estudos têm demonstrado que imagens com conteúdo de violência são geralmente classificadas como extremamente negativas e alertantes, capazes também de desencadear reações simpáticas (BRADLEY; SAPIGAO; LANG, 2017) e alterar padrões de ativação no cérebro humano (FERNANDES *et al.*, 2020; FERNANDES *et al.*, 2022).

Com características distintas das imagens de violência, as imagens que remetem ao contexto esportivo são geralmente avaliadas como positivas, sendo as de esporte extremo (com risco aos participantes), mais excitantes (LASAITIS *et al.*, 2008). Considerando, neste contexto, a violência lícita, tal como ocorre em modalidades esportivas com lutas (ANDREASSON; JOHANSSON, 2019), percebe-se que estas que não parecem sofrer tanta reprovação social (BARREIRA, 2019). Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo estudar como a visualização de imagens de violência lícita, no contexto dos esportes, impacta as dimensões de valência e ativação emocional em pessoas que não sejam lutadores (as) ou praticantes de esportes marciais.

Bradley e Lang (1994) desenvolveram um instrumento, para avaliar respostas emocionais em formato de escala Likert, denominada *Self-Assessment Manikin* (SAM). O SAM utiliza manequins como analogias capazes de expressar as três dimensões emocionais: valência hedônica (prazer/desprazer), nível de ativação (*arousal*) e dominância, em relação aos estímulos disponibilizados. Neste contexto, a classificação da valência requer do participante, a marcação em um *continuum* que varia de atrativo/agradável a aversivo/desagradável. As medidas de ativação emocional compõem uma segunda dimensão da escala, sendo indicadora da excitação elicitada por cada imagem. Considerando os parâmetros

quantificáveis de valência afetiva (agradável/desagradável) em conjunto com a intensidade de ativação (relaxante/alertante), pode-se estimar um espaço hipotético de ações ou tendências de aproximação e afastamento (BRADLEY; LANG, 2000).

Considerando que as disputas em modalidades como Boxe e de Artes Marciais Mistas (*Mixed Martial Arts*, MMA) tem sido aclamadas por grande público, com ampliação exponencial no número de adeptos, de público em competições, de seguidores e de telespectadores (SÁNCHEZ; MALCOLM, 2010) se torna relevante a ampliação do conhecimento sobre os impactos emocionais das imagens de violência, que são geralmente reproduzidas em larga escala por canais televisivos especializados e/ou outras fontes midiáticas.

2 Materiais e métodos

Esta seção apresenta materiais e métodos aplicados neste estudo.

2.1 Tipo de Estudo

A pesquisa foi conduzida numa concepção quantitativa, em que foi testada a hipótese nula de que não existem diferenças na reatividade emocional diante da visualização de figuras de violência em esportes de combate, em comparação a imagens padronizadas do Sistema Internacional de Figuras Afetivas (IAPS).

2.2 Local da Pesquisa

O procedimento experimental foi realizado em sala com aparelhagem multimídia situada no Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no *campus* de Recife (PE).

2.3 Participantes

A participação no experimento foi organizada com o total de 60 estudantes da UFPE (31 homens e 29 mulheres) que concordaram em participar do estudo assinando o termo de consentimento livre e esclarecido. As pessoas que participaram foram informadas que poderiam interromper a sessão experimental a qualquer momento, sem a necessidade de maiores explicações. O recrutamento foi realizado através de mensagens a estudantes da graduação e pós-graduação, dos da UFPE, *campus* Recife, através de folders-convite em formato digital nas redes sociais, páginas eletrônicas e fóruns de discussões relacionados ao meio acadêmico da UFPE. Na ocasião do comparecimento de voluntários(as) ao local da pesquisa, estes foram convidados a lerem e assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Todos os participantes eram maiores de 18 anos e possuíam acuidade visual normal ou corrigida. Nenhum participante apresentou manifestação de algum dos critérios de exclusão, como histórico de distúrbios neurológicos e/ou psiquiátricos; estar sob efeito de medicação com ação sobre o sistema nervoso central. Também foi estabelecido como critério de exclusão o fato de ser ou ter sido praticante de esportes de combate.

2.4 Instrumentos

Esta subseção apresenta os instrumentos usados neste estudo.

2.4.1 Self-Assessment Manikin (SAM)

Os participantes preencheram a escala SAM através de autorrelato de seu estado emocional nas condições experimentais, tendo sido utilizada a versão a lápis e papel (BRADLEY; LANG, 1994). As opções para a resposta na escala de valência variam entre 05 figuras de manequins com diferentes aspectos faciais ao longo de um *continuum*, começando com o rosto

carrancudo (indicando um estado afetivo de aversão), até uma figura com rosto sorridente (representado um estado afetivo de prazer). Da mesma forma, a escala de ativação alterna-se entre 05 figuras que variam em seus aspectos fisionômicos, indo de um extremo com características sonolentas ou relaxadas ao outro extremo onde a figura apresenta olhos arregalados num ambiente animado. Já a dimensão dominância, representa a capacidade de controle da situação em que o sujeito se avalia. Esta última dimensão não será utilizada nesta pesquisa por motivos de conveniência com o objetivo do experimento.

Nesta versão de aplicação do SAM (BRADLEY; LANG, 1994), o participante pôde marcar um “x” em qualquer uma das cinco figuras em cada escala. Ainda foi considerado o espaço entre os manequins como um nível de resposta e avaliação entre os dois aspectos que cada um representa, possibilitando um total de nove níveis de respostas para as dimensões estudadas. Sendo assim, a cada nível de resposta na escala foi atribuído o valor de 1 a 9 pontos (equivalente a variação de reatividade emocional entre os extremos para *arousal*: 1 muito relaxado - 9 muito alertado; valência: 1 muito aversivo – 9 muito prazeroso; dominância: 1 muito submisso – 9 muito dominante) para fins de score na escala *likert* a ser utilizada na análise dos resultados.

Torna-se importante identificar que o SAM tem sido amplamente utilizado para estudar uma grande variedade de estímulos emocionais, incluindo reações a fotos e imagens (LANG; BRADLEY; CUTHBERT, 1999; RIBEIRO; POMPÉIA; BUENO *et al.*, 2007), sons (REDONDO *et al.*, 2008; STEVENS; MURPHY; SMITH, 2017), palavras (BRADLEY; LANG, 1994;) propagandas (MORRIS *et al.*, 1994) e estímulos dolorosos (MCNEIL; BRUNETTI, 1992), entre outros. Sua eficiência e validade são comprovadas em uma série de estudos, dentre os quais apontam uma forte correlação com diferentes índices fisiológicos (FERNANDES, 2020; BINYON; FELDNER, 2020).

2.4.1 Sistema Internacional de Figuras Afetivas (*International Affective Picture System, IAPS*)

Desenvolvido e validado por Lang *et al.* (2005), o Sistema Internacional de Figuras Afetivas (IAPS) se caracteriza como um banco de imagens composto por figuras capazes de elicitare respostas emocionais. O IAPS possui uma ampla gama de imagens emocionalmente evocativas e internacionalmente acessíveis, já classificadas nas dimensões emocionais de valência hedônica, ativação e dominância emocional. Para os autores, o desenvolvimento do IAPS contribuiu para a normatização de estudos que utilizem estímulos afetivos em seu delineamento experimental, servindo como referências para categorização de estímulos experimentais como positivos, negativos ou neutros, bem como inferir se possuem características alertantes ou relaxantes.

Lasaitis e colaboradores (2008) realizaram um estudo de ampliação e normatização brasileira do IAPS, confirmando a validade experimental do instrumento para avaliação das pessoas no Brasil. Evidenciou-se que, na categoria “valência”, as imagens positivas obtinham avaliações geralmente acima de 6 pontos, as quais diferiram significativamente das negativas, caracterizadas por um conjunto de imagens com conteúdo de mutilação, violência e animais peçonhentos, que apresentavam médias abaixo de 4 pontos e as neutras entre esses valores (Lasaitis *et al.*, 2008). Considerando também a dimensão de ativação, as imagens se distribuem de forma que podem ser classificadas conforme os estados psicofisiológicos de ativação percebidos pelo indivíduo, tendo sido identificado que as imagens podem apresentar valência positiva alertante, valência positiva relaxante, neutras ou desagradáveis que geralmente são alertantes (RIBEIRO *et al.*, 2007; RIBEIRO; POMPÉIA; BUENO, 2005).

2.5 Aparato Experimental e Procedimentos

O experimento foi realizado em uma sala com aparelhagem multimídia e acomodação mínima para 20 participantes. No momento inicial, os voluntários foram esclarecidos quanto à finalidade acadêmica e os princípios éticos do experimento. Após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido aqueles que prestaram anuência, foram convidados a passar por um exame de acuidade visual e a preencher um questionário sociodemográfico a fim de obter dados pessoais, de experiência e preferência esportiva e histórico de saúde dos candidatos, e também como forma de encerrar a participação de candidatos que demarquem restrições incluídas nos critérios de exclusão da pesquisa. Após os procedimentos iniciais, os participantes, que já estavam acomodados nas carteiras da sala do experimento, foram convidados a atentar-se nas instruções do procedimento experimental.

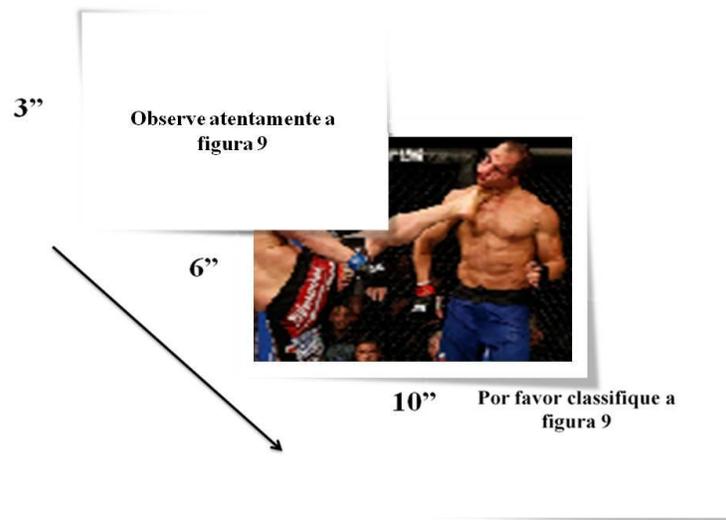
Os participantes foram então convidados a visualizar a projeção de slides contendo instruções e exemplos de pontuação da escala SAM para as dimensões investigadas. Os slides foram projetados na parede branca do local de pesquisa por um Projetor Dell 1609WX DLP com resolução WXGA (1280x800) e contraste de 1900:1 conectado a um computador Acer Intel® Celeron® CPU N2940. O *software* Power Point que faz parte da suíte de aplicativos do Microsoft Office 2010 foi utilizado para realizar a apresentação e transição das figuras.

O número de sessões experimentais foi repetido até se formarem 03 grupos de pessoas, com 20 voluntários que completaram todo o teste em 03 relatos avaliativos distintos. Todas as figuras apresentadas possuíam numeração para controle e posterior análise de dados. Todos os 03 grupos de voluntários avaliaram as mesmas 60 figuras do IAPS, sendo 20 classificadas como neutras, 20 negativas e 20 positivas. A organização das figuras na apresentação de slides fora randomizada. Além destas, para cada grupo foram apresentadas 30 diferentes imagens experimentais, com

imagens de violência lícita, circunscritas ao contexto das lutas de MMA (condição experimental), totalizando um banco de 150 imagens selecionadas para o experimento.

Antes da sessão de teste, foi realizada uma explanação preliminar com slides de treino e ilustração de avaliações no SAM. Na fase de teste, uma tela de preparação apresentou o número de ordem atual da figura durante 03 segundos, adiante, uma figura era apresentada durante 06 segundos até sumir, quando a próxima transição de tela apresentava por 10 segundos instruções para que os voluntários fizessem suas avaliações na versão do SAM lápis e papel (Figura 1). Quando a tela voltar a acender continuará o ciclo de transição dos estímulos com a apresentação da tela de preparação com o número de ordem atual do slide, procedimento que se repetirá até o final do experimento.

Figura 1. Representação da dinâmica temporal utilizada para apresentação dos estímulos visuais e orientação à resposta



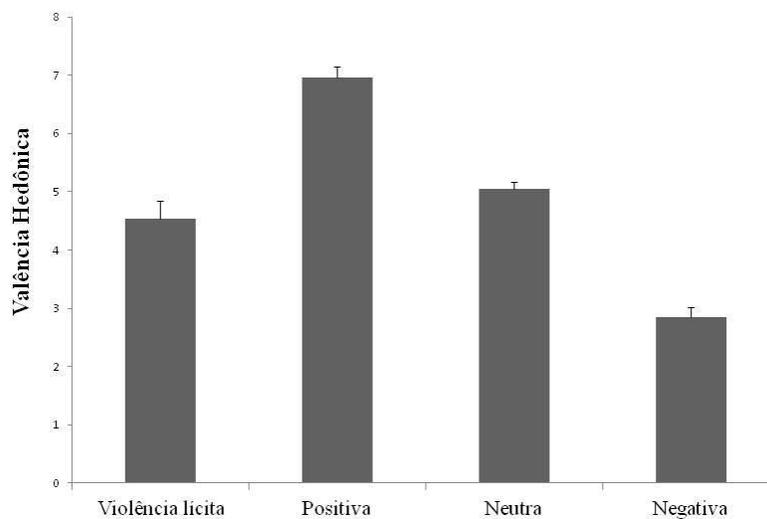
Fonte: Elaboração dos autores.

3 Resultados

Analisando os valores de valência afetiva, observamos que os resultados são condizentes com os valores de referência para cada

categoria (Figura 2). Mais especificamente, foi verificado que os valores atribuídos para as figuras positivas do IAPS ficaram, em média, acima de 6 pontos ($\bar{x} = 6,96; \pm 0,82$); valores entre 4 e 6 pontos para as figuras neutras ($\bar{x} = 5,05; \pm 0,51$); e valores abaixo de 4 pontos para as categorias de imagens negativas do IAPS ($\bar{x} = 2,85; \pm 0,51$); enquanto que as imagens experimentais com cenas de violência em esportes de luta apresentaram pontuação intermediária entre as categorias de imagens neutras e negativas, apresentando também maior variabilidade ($\bar{x} = 4,54; \pm 1,77$).

Figura 2. Média e erro padrão obtidos na avaliação da valência hedônica para as imagens experimentais (violência lícita) e categorias de imagens do IAPS

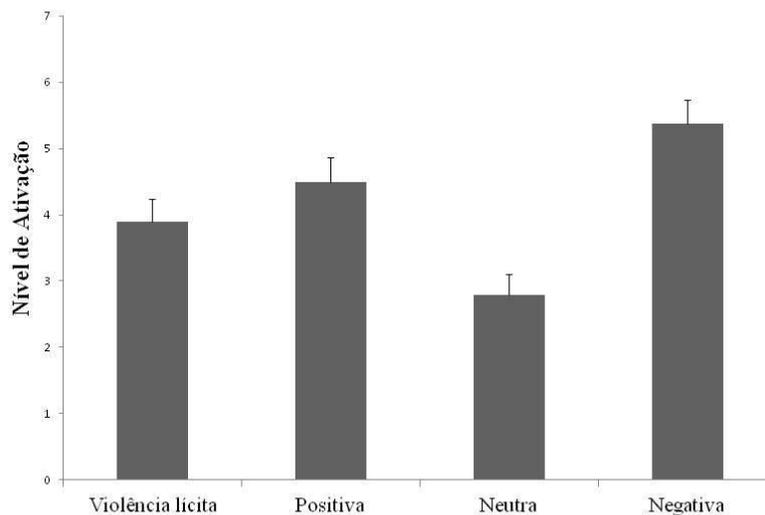


Fonte: Elaboração dos autores.

Para verificar se as diferenças entre as médias obtidas para cada condição eram estatisticamente diferentes, foram realizadas análises planejadas entre os valores obtidos para cada condição, tanto para valência quanto para ativação emocional. O valor crítico estabelecido como indicador de diferenças estatisticamente significativas foi de $p \leq 0,05$. Para valência afetiva, todas as comparações demonstraram diferenças significativas, exceto entre as categorias de imagens neutras do IAPS e as imagens experimentais. Mais especificamente foram estatisticamente diferentes as

comparações entre as categorias de imagens positivas e negativas do IAPS ($p < 0,001$; $d = 6,01$), entre positivas e neutras ($p < 0,001$; $d = 2,79$) e também entre as categorias de imagens neutras e negativas ($p < 0,001$; $d = 4,31$). As imagens de violência lícita (experimentais) diferiram das imagens positivas ($p < 0,001$; $d = 1,75$) e das imagens negativas ($p < 0,001$; $d = 1,29$), tendo sua pontuação se assemelhado apenas à pontuação atribuída para categoria de imagens neutras do IAPS ($p = 0,06$).

Figura 3. Média e erro padrão obtidos na avaliação da valência hedônica para as imagens experimentais (violência lícita) e categorias de imagens do IAPS



Fonte: Elaboração dos autores.

Nas análises realizadas considerando os valores atribuídos para o nível de ativação (Figura 3), foi verificado que as imagens negativas do IAPS ($\bar{x} = 5,37$; $\pm 1,63$) desencadearam maior ativação do que todas as outras condições experimentais, sendo estatisticamente diferentes ($p < 0,001$; $d = 0,54$) da categoria de imagens positivas do IAPS ($\bar{x} = 4,5$; $\pm 1,59$), das imagens neutras ($\bar{x} = 2,79$; $\pm 1,37$; $p < 0,001$; $d = 1,71$) e de violência lícita ($\bar{x} = 3,59$; $\pm 1,57$; $p < 0,001$; $d = 1,11$). As imagens positivas também foram consideradas excitantes, se diferenciando das

imagens neutras ($p < 0,001$; $d = 1,15$) e de violência lícita ($p < 0,001$; $d = 0,57$). Por fim, as imagens de violência também se apresentaram como mais alertantes do que as imagens neutras ($p < 0,01$; $d = 0,54$).

4 Considerações finais

Este estudo fornece uma análise preliminar dos efeitos emocionais da exposição a imagens de violência lícita no contexto dos esportes de combate. As análises de valência afetiva apresentaram importantes indícios de que estas imagens de violência se assemelham às figuras neutras do IAPS, uma vez que não foram encontradas diferenças significativas entre estas duas categorias nos relatos avaliativos. Embora outros estudos tenham demonstrado que as imagens com cenas de violência são geralmente avaliadas como negativas, se torna necessário ponderar que as imagens de violência apresentadas são oriundas de um contexto de consensualidade entre os envolvidos, circunscritos em uma disputa esportiva, o que pode exercer influência na avaliação da valência hedônica.

Para Barreira (2017), a violência no contexto das lutas se estabelece como fenômeno paradigmático, considerando que rompe com as normas tácitas das interações entre pessoas, mas que se circunscreve por um acordo ou norma sensível às regras da modalidade. Neste contexto, a violência pode ser percebida quando a ação perpassa as fronteiras do que seria socialmente aceitável no contexto e nas normas vigentes.

Contudo, considerando os resultados obtidos para os níveis de ativação emocional, pode-se verificar que as imagens experimentais foram avaliadas como mais excitantes do que as imagens neutras do IAPS, conferindo uma particularidade que as distingue desta padronização. Mais especificamente, as análises do nível de ativação demonstraram diferenças significativas entre todas as categorias investigadas. Pelos valores obtidos, tanto as imagens positivas e negativas do IAPS, quanto as imagens de

violência circunscritas no contexto das lutas esportivas, se apresentaram como categorias emocionalmente excitantes. Considerando que já foram identificadas correlações entre medidas fisiológicas e os indicadores de ativação do SAM (LANG *et al.*, 1993; LIAO *et al.*, 2019; BYNION; FELDNER, 2020), estima-se que espectadores de modalidades de combate consideradas violentas, devem experimentar reações fisiológicas durante o acompanhamento de disputas e competições.

Atualmente, o *Ultimate Fighting Championship* (UFC) é o principal evento de MMA (*Mixed Martial Arts*) no cenário internacional (HUSSAIN, 2021). No Brasil, tal modalidade recebe a comumente a alcunha de “vale tudo” (MARTINS, 2021), onde as cenas de dilaceração e lesão corporal grave se apresentam como corriqueiras nas competições (THOMAS; THOMAS, 2018). O presente estudo se configura, portanto, como uma contribuição importante para melhor compreensão dos efeitos emocionais desencadeados por estas imagens, demonstrando que a violência circunscrita por normas esportivas não gera desprazer, nem prazer, tão pouco se apresenta como neutra, pela excitação emocional desencadeada. Tais contribuições podem ser relevantes para o desenvolvimento teórico das ciências do esporte, em especial, para a especialidade da psicologia do esporte (CONDE *et al.*, 2019), sendo esta a mais aplicada no estudo das emoções neste contexto.

Acredita-se também que estes resultados possam complementar o conhecimento promovido pela ciência psicológica e das neurociências nos estudos sobre os efeitos emocionais e psicofisiológicos decorrentes da interação com imagens de violência humana (FERNANDES *et al.*, 2020), por indicar que nem toda imagem de violência é avaliada como negativa ou aversiva; e ainda, por reforçar o papel da contextualização da violência percebida nas emoções desencadeadas, sendo socialmente aceitáveis no contexto dos esportes.

Referências

- ANDREASSON, Jesper; JOHANSSON, Thomas. Negotiating violence: mixed martial arts as a spectacle and sport. **Sport in Society**, v. 22, n. 7, p. 1183-1197, 2019.
- BARREIRA, Cristiano Roque Antunes. Da violência no combate: o que dizem os lutadores de MMA. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.
- BRADLEY, Margaret; LANG, Peter. Measuring emotion: the self-assessment manikin and the semantic differential. **Journal of behavior therapy and experimental psychiatry**, v. 25, n. 1, p. 49-59, 1994.
- BRADLEY, Margaret; LANG, Peter. Measuring emotion: Behavior, feeling, and physiology. In: LANE, Richard; NADEL, Lynn; AHERN, Lawrence Geoffrey; ALLEN, Jeanne; KASZNIAK, Alfred. **Cognitive neuroscience of emotion**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 49-59.
- BRADLEY, Margaret M.; SAPIGAO, Rosemarie G.; LANG, Peter J. Sympathetic ANS modulation of pupil diameter in emotional scene perception: effects of hedonic content, brightness, and contrast. **Psychophysiology**, v. 54, n. 10, p. 1419-1435, 2017.
- BYNION, Marie Teah; FELDNER, Matthew. Self-assessment manikin. In: ZEIGLER-HILL, Virgil; SHACKELFORD, Todd. **Encyclopedia of personality and individual differences**. Cham, Switzerland: Springer Cham, 2020. p. 4654-4656.
- CONDE, Erick; FILGUEIRAS, Alberto; ANGELO, Luciana; PEREIRA, Adriana; Carvalho, Cristianne. **Psicologia do esporte e exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Passavento, 2019.
- FERNANDES, Orlando; MARRA DA SILVA JR, Ruy; REGO RAMOS, Lucas; GAMA, Tamires; LOBO, Isabela, GUERRA LEAL SOUZA, Gabriela, ARRUDA-SANCHEZ, Thiago; The impact of a violent community on mental health and the benefits of a sport program for social development. **Journal of community psychology**, v.1, p.1-16, 2002.
- FERNANDES, Orlando; PORTUGAL, Liana Catrina Lima; ALVES, Rita de Cássia; ARRUDA-SANCHEZ, Tiago; VOLCHAN, Eliane; PEREIRA, Mirtes Garcia; MOURÃO-MIRANDA, Janaina; OLIVEIRA, Letícia. How do you perceive threat? It's all in your pattern of brain activity. **Brain imaging and behavior**, v. 14, n. 6, p. 2251-2266, 2020.
- HUSSAIN, Umer. Ultimate Fighting Championship (UFC) 229: orientalism vs. occidentalism in the media. **Journalism and Media**, v.2, n. 4, p. 657-673, 2021.
- IMBUSCH, Peter. The concept of violence. In: **International handbook of violence research**. Springer, Dordrecht, 2003, p. 13-39.
- LANG, Peter; BRADLEY, Margaret; CUTHBERT, Bruce. **International affective picture system (IAPS): Instruction manual and affective ratings**. Gainesville, FL: University of Florida, 1999.

LANG, Peter , BRADLEY, Margaret; CUTHBERT, Bruce. International affective picture system (IAPS): **Affective ratings of pictures and instruction manual**. Florida: The University of Florida, 2005.

LANG, Peter; GREENWALD, Mark; BRADLEY, Margaret; HAMM, Alfons. Looking at pictures: evaluative, facial, visceral, and behavioral responses. **Psychophysiology**, v. 30, n. 3, p. 261–273, 1993.

LASAITIS, Cristina; RIBEIRO, Rafaela Larson; BUENO, Orlando Francisco Amoedo. Brazilian norms for the International Affective Picture System (IAPS): comparison of the affective ratings for new stimuli between Brazilian and North-American subjects. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 57, n. 4, p. 270-275, 2008.

LASAITIS, Cristina; RIBEIRO, Rafaela Larson; FREIRE, Marcelo Ventura; BUENO, Orlando Francisco Amoedo. Update of the Brazilian norms for the International Affective Picture System (IAPS). **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 30, n. 3, p. 230-235, 2008.

LIAO, Dan ; SHU, Lin ; LIANG, Guodong ; LI, Yingxuan ; ZHANG, Yue ; ZHANG, Wenzhuo ; XU, Xiangmin. Design and evaluation of an effective virtual reality system based on multimodal physiological signals and self-assessment manikin. **IEEE Journal of Electromagnetics, RF and Microwaves in Medicine and Biology**, v. 4, n. 3, p. 216-224, 2019.

MARTINS, Allysson. Do vale tudo ao MMA, do analógico ao digital: historiografia do jornalismo especializado em MMA. **Recordre: Revista de História do Esporte**, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021.

MCNEIL, Daniel; BRUNETTI, David. Pain and fear: A bioinformational perspective on responsivity to imagery. **Behaviour research and therapy**, v. 30, n. 5, p. 513-520, 1992.

MICHAELIS, Carolina; MICHAELIS, Henriette. **MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORRIS, Jon; MCMULLEN, JAMES. Measuring multiple emotional responses to a single television commercial. In: ALLEN, Chris; JOHN, Roedder Deborah. **Advances in consumer research**. Provo, UT: Association for Consumer Research, 1994, p. 175-180.

REDONDO, Jaime; FRAGA, Isabel; PADRÓN, Isabel; PIÑEIRO, Ana. Affective ratings of sound stimuli. **Behavior Research Methods**, v. 40, n. 3, p. 784-790, 2008.

RIBEIRO, Rafael Larsen; POMPÉIA, Sabine; BUENO, Orlando Francisco Bueno. Comparison of Brazilian and American Norms for the International Affective Picture System (IAPS). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27, n. 3, p. 208-215, 2005.

RIBEIRO, Rafael Larsen; SILVA, Teixeira Flávia; POMPÉIA, Sabine; BUENO, Orlando Francisco Bueno. IAPS includes photographs that elicit low-arousal physiological responses in healthy volunteers. **Physiology & Behavior**, v. 91, n. 5, p. 671–675, 2007.

SÁNCHEZ GARCÍA, Raúl; MALCOLM, Dominic. Decivilizing, civilizing or informalizing? The international development of Mixed Martial Arts. **International review for the sociology of sport**, 2010, 45.1: 39-58.

STEVENS, Francis; MURPHY, Damian; SMITH, Stephen. (2017). Soundscape categorisation and the self-assessment manikin. In: PROCEEDINGS OF THE 20TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL AUDIO EFFECTS, 2017. **Proceedings...** Edimburgo: University of Edinburgh, 2017, p. 481-488.

THOMAS, Roger; THOMAS, Bennett. Systematic review of injuries in mixed martial arts. **The Physician and Sportsmedicine**, v. 46, n. 2, p. 155-167, 2018.

Sobre os autores

Thauan Rocha Porto

Graduado em Psicologia pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Especialista em Psicologia Escolar e Educacional pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Tem interesse em psicologia cognitiva, neurociências, psicologia evolucionista e inteligência artificial.

Email: thauanporto@gmail.com

Tamires Cândido de Santana

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem interesse em neuropsicologia, psicologia escolar e psicologia hospitalar. Psicóloga clínica.

Email: tamires.candido@hotmail.com

Maurício da Silva Júnior

Graduação em Psicologia, especialista em Neurociência Aplicada, mestre em Psicologia e doutorando em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem interesse pelos efeitos da estimulação com batidas binaurais e do treinamento com neurofeedback sobre aspectos da cognição e comportamento. Psicólogo clínico. Bolsista de doutorado do CNPq.

Email: mauricio.psi@live.com

Erick Conde

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Neuroimunologia e doutor em Neurociências pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Psicologia e pesquisador do Núcleo de Estudo e Aplicação em Psicologia (NEAPsi-UFF) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF.

Email: psicoerick@yahoo.com.br

Histórico

Recebido em: 26/07/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Estresse, ansiedade e percepção de dor de pacientes pré-cirúrgicos em um hospital público da região Norte Fluminense do Rio de Janeiro

Stress, anxiety and pain perception of pre-surgical patients in a public hospital in the northern region of Rio de Janeiro

Marina Guzzo

Graduada em Psicologia pela UFF. Psicóloga Clínica

Guilherme de Carvalho

Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Professor da UFF

José Alexandre

Mestre e doutorando em Cognição e Linguagem pela UENF. Psicólogo no Hospital Ferreira Machado

Resumo: Estresse e ansiedade são respostas do organismo que, em pacientes hospitalizados, podem influenciar no diagnóstico e tratamento, podendo gerar sintomas físicos e psicológicos. Assim, esta pesquisa estudou a relação entre estresse, ansiedade e dor em pacientes pré-cirúrgicos. A amostra foi composta por 31 pacientes, sendo 30 para cirurgia ortopédica e 1 para cirurgia de vesícula, todos internados em 3 setores de um hospital público do Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro: pronto socorro, traumatologia e ortopedia e clínica cirúrgica. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: questionários sobre dados de identificação e dados de internação, Escala Visual Analógica (EVA), questionário adaptado sobre dor, Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL). A análise estatística dos dados foi realizada através do software SPSS e, dentre os resultados, 67,7% da amostra apresentava sintomas de estresse (de acordo com ISSL) e 77,4% verbalizava sentir-se ansiosa. No âmbito da dor, aproximadamente 48% da amostra sentia dor intensa ou moderada. Esses aspectos suscitam uma reflexão sobre a importância de um trabalho multiprofissional e a necessidade de intervenções eficazes no ambiente hospitalar.

Palavras-chaves: Ansiedade. Dor. Estresse.

Abstract: Stress and anxiety are responses of the organism which, in hospitalized patients, can influence the diagnosis and treatment, and can lead to physical and psychological symptoms. Thus, this research aimed to study the relationship between stress, anxiety and pain in pre-surgical patients. The sample consisted of 31 pre-surgical patients, 30 for orthopedic surgery and 1 for gallbladder surgery, all hospitalized in 3 sectors of a public hospital in the Northern of Rio de Janeiro [Brazil]: emergency room, traumatology and orthopedics and surgical clinic. The instruments used for data collection were: questionnaires for identification and hospitalization data, Visual Analogue Scale (VAS), adapted questionnaire about pain, Lipp's Stress Symptoms Inventory (LSSI). The statistical analysis of the data was performed using the SPSS software and, among the results, 67.7% of the sample had symptoms of stress (according to LSSI) and 77.4% mentioned feeling anxious. In terms of pain, about 48% of the sample experienced severe or moderate pain. These aspects raise a reflection on the importance of multi-professional work and the need for effective interventions in the hospital environment.

Keywords: Anxiety. Pain. Stress.



1 Introdução

Abaixo são apresentadas as principais definições deste trabalho, bem como o processo cerebral do estresse e da ansiedade no contexto hospitalar.

1.1 Dor

De acordo com a Associação Internacional de Estudos sobre Dor (IASP), a dor pode ser definida como “uma experiência sensorial e emocional desagradável associada com dano tecidual real ou potencial, ou descrita em termos de tal dano” (DELLAROZA *et al.*, 2008, p. 36). Figueiró, Ângelotti e Pimenta (2004) destacam que a percepção da dor no corpo se dá através da nocicepção. ‘Dor’ e ‘nocicepção’ podem diferenciar-se no sentido de que dor é o processamento da sensação incômoda e desagradável, como fisgadas e pontadas, ao passo que a nocicepção é o processo eletroquímico entre a lesão e a experiência da dor em si (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2017, p. 437-438).

É importante ressaltar que toda nocicepção gera dor, contudo é possível que haja dor sem que origine-se de uma nocicepção. Ademais, é possível classificar a dor em aguda e crônica, de forma que a primeira está diretamente relacionada a uma nocicepção e a segunda pode ter relação com uma nocicepção, porém tem o seu protagonismo na ação dos elementos psicológicos e comportamentais (FIGUEIRÓ; ÂNGELOTTI; PIMENTA, 2004, p. 23).

Em termos didáticos, o processamento da nocicepção no organismo ocorre em quatro etapas: 1. Transdução, que é a transformação do estímulo em atividade elétrica nas terminações dos nociceptores; 2. Transmissão, que é a condução dos impulsos elétricos até o corno posterior da medula espinhal; 3. Modulação, no qual os impulsos são modificados por influências neurais antes de alcançar níveis superiores no sistema nervoso central; 4. Percepção, em que os impulsos são integrados e percebidos como dor. O fenômeno doloroso envolve também aspectos psicológicos que influenciam na sua percepção final,

tais como: medo, ansiedade, depressão e estresse (FIGUEIRÓ; ÂNGELOTTI; PIMENTA, 2004, p. 24 e 31)

1.2 Estresse

Muitos estudos atuais sobre o *stress* partem de sua primeira definição dada por Hans Selye, em 1936, que o define como a resposta do organismo frente a um estressor. Ao longo do tempo essa definição passou a abranger também os efeitos dessa reação (MARGIS *et al.*, 2003, p. 65). De acordo com Graeff (2007), estresse se refere às condições psicológicas e físicas que, diante de uma ameaça, geram alterações comportamentais (GREAFF, 2007, p. 4).

Lipp, M. expressa que, assim como a dor, o *stress* também pode ser disfuncional ao sujeito e causar alterações na sua qualidade de vida, seu humor, suas relações interpessoais e sociais. Além disso, é possível que, por vezes, ambos os fatores possam ser concomitantes. Eventualmente, a dor pode gerar *stress* e, também, o *stress* pode colaborar para o desenvolvimento da dor. A primeira hipótese pode ser observada em um estudo realizado em 1979 no qual pacientes receberam informações e orientações sobre os procedimentos pelos quais passariam e, assim, perceberam uma diminuição significativa da dor que experienciaram. Já a segunda hipótese não tem uma comprovação clara na literatura, contudo é possível observar alguns casos clínicos nos quais os pacientes relatam sensações dolorosas em quadros estressores (FIGUEIRÓ; ÂNGELOTTI; PIMENTA, 2004, p. 123).

Nesse sentido, Range (2011, p. 479) ressalta que o *stress* pode ser um fator contribuinte ou desencadeante para doenças psicofisiológicas dentre as quais estão: a hipertensão arterial essencial, psoríase, úlceras gastroduodenais, câncer, vitiligo e retração de gengivas. No que diz respeito aos aspectos psicológicos, ele ressalta que o *stress* pode ocasionar o desenvolvimento de hipersensibilidade emotiva, raiva, apatia e ansiedade.

1.3 Ansiedade

A ansiedade diz respeito à antecipação de uma ameaça futura e está mais regularmente associada a uma tensão muscular e frequente estado de vigilância. Quando essa reação torna-se irreal e causa prejuízos na funcionalidade do indivíduo, a experiência pode tornar-se patológica e conduzir a um tipo de transtorno de ansiedade (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 189).

Greaff (2007, p. 4) aposta na abordagem eto-experimental para diferenciar a ansiedade do medo. Segundo essa abordagem, a ansiedade é uma emoção evocada diante de uma avaliação de risco de um perigo incerto, seja porque o contexto é desconhecido ou porque a ameaça já foi experienciada, mas não está presente no momento. Já o medo está relacionado com ameaças reais e presentes no ambiente, gerando reações estratégicas de proteção e fuga do perigo.

1.3 Processamento cerebral da ansiedade e do estresse

O transtorno de ansiedade pode ser caracterizado quando ocorre uma resposta inadequada e disfuncional frente a uma determinada ameaça. Do ponto de vista das estruturas cerebrais envolvidas nesse transtorno, evidencia-se uma ativação intensa da amígdala e uma redução da atividade hipocampal (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2017, p. 759–761).

As respostas neuroendócrinas aos estressores ativam a amígdala, de onde sai a informação para o núcleo hipotalâmico, ativando o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal (HPA). A ativação do HPA gera liberação, na corrente sanguínea, do hormônio adrenocorticotrófico (ACTH) e de cortisol (que ativam o corpo para ação). Assim é possível dizer que os estressores são os estímulos e o estresse é a reação do organismo. Outros hormônios que têm sua liberação estimulada diante de um estressor são a adrenalina (na corrente sanguínea) e noradrenalina (em alguns tecidos). Isso ocorre a partir da ativação da divisão simpática do sistema nervoso autônomo, o qual está envolvido com a reação de luta ou fuga (também presente no medo) (GRAEFF, 2007, p. 4).

Quando há grande produção de cortisol por longo período de

tempo, o hipocampo pode sofrer atrofia e diminuição anatômica. Em pacientes deprimidos esse efeito pode ser ainda maior, gerando déficits cognitivos (JOCA; PADOVAN; GUIMARÃES, 2003, p. 47). O *stress* não gera, propriamente, uma doença, mas ele pode desorganizar o funcionamento do sistema imunológico. Quando doente, o corpo diminui a perda energética dos músculos a fim de que essa energia seja utilizada pelo sistema imunológico (SI). Contudo, o *stress* demanda essa energia que seria destinada ao SI e a envia para o cérebro e músculos, ativando o corpo para luta ou fuga. Assim, o sujeito pode ficar mais suscetível à infecções, sendo necessário, em algumas ocasiões, a procura por um sistema de saúde (MYERS, 2012, p. 407).

Uma pesquisa realizada na Faculdade Ingá, no Paraná, avaliou a relação entre emoções, variáveis psicológicas e dor em indivíduos que seriam submetidos a cirurgia odontológica, chegando à conclusão de que as emoções podem influenciar a percepção de dor do sujeito. A presença de emoções como medo e ansiedade pode intervir em um tratamento adequado, visto que “este fenômeno pode provocar uma redução na tolerância à dor, assim eleva o nível de ansiedade onde os anestésicos empregados não conseguem atuar eficientemente” (ANNIBELLI *et al*, 2014, p. 28).

1.4 Contexto hospitalar

De acordo com Romano (2012, p. 124-125), a hospitalização é um processo que produz mudanças radicais na rotina e no estilo de vida do paciente e de sua família, trazendo consigo sentimentos de insegurança e incerteza, além de configurar-se como um fenômeno estressor. O *stress* pode ser uma realidade principalmente para pacientes que aguardam procedimento cirúrgico. A notícia desse evento pode gerar diversas reações nos âmbitos biopsicosociocultural e é preciso levar em consideração a vivência anterior desse paciente, seu histórico familiar, sua rede de apoio, seus temores e as repercussões em sua vida, objetivando uma adaptação à nova realidade (JUAN, 2007, p. 49-50; MACENA; LANGE, 2008). Os impactos que podem ser gerados pela

hospitalização demonstram a importância do trabalho do psicólogo nessa área.

A Resolução 03/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), ao consolidar a descrição das atribuições do psicólogo em diversas especialidades, descreve que a Psicologia Hospitalar, no âmbito das instituições de saúde, visa a manutenção do bem estar físico e psíquico do paciente durante seu processo de hospitalização e também em demandas específicas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007).

Dessa forma, é possível inferir que fatores psicológicos, crenças pessoais, interpretação pessoal da dor, contexto vivencial e extrema visão negativa sobre a condição dolorosa podem ser fatores que intensifiquem a dor e aumentem sua duração (IASP, 2011).

2 Justificativa e objetivos

Compreendendo que o indivíduo é um ser integral, composto por aspectos sociais, biológicos e psicológicos, e concebendo que tais fatores psicológicos podem influir no processo de hospitalização, esta pesquisa objetivou estudar e avaliar a relação entre estresse, ansiedade e processamento da dor. Sua importância reside no aprofundamento do conhecimento sobre o estresse, seu processamento cognitivo e os prejuízos que podem ser gerados ao organismo humano mediante sua permanência prolongada. Ademais, a execução da pesquisa, descrita adiante, colaborou com a avaliação e identificação, pela equipe de saúde, de aspectos clínicos dos participantes durante suas internações.

3 Método

Esta seção descreve a metodologia, apresentando os participantes e os instrumentos da pesquisa, seguida da análise dos resultados.

3.1 Participantes

A amostra foi composta por 31 pacientes que aguardavam a

realização de cirurgia, sendo 30 para cirurgia ortopédica e 1 para cirurgia de retirada de vesícula, todos em um hospital geral público de uma cidade do Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Dentre os pacientes, 22 eram do sexo feminino e 9 do sexo masculino, divididos em 3 setores do hospital: pronto socorro (PS), clínica de traumatologia e ortopedia (TO) e clínica cirúrgica (CC). A seleção dos pacientes foi realizada de maneira randômica, de acordo com suas disponibilidades de tempo, vontade de participar voluntariamente e idade acima de 18 anos. O preenchimento de todas as informações foi feito pela pesquisadora, visto que muitos pacientes encontravam-se acamados. A princípio, os pacientes foram abordados em seus próprios leitos pela pesquisadora. A cada um foi exposto o projeto de pesquisa, bem como seus objetivos, o tempo de duração e os instrumentos utilizados para coleta de dados. Em seguida, a cada paciente foi perguntado sobre o interesse e a disponibilidade para participar da pesquisa. Aqueles que responderam positivamente receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as devidas informações que nele constavam, o qual foi assinado pelo paciente ou por seu acompanhante (em caso de impossibilidade física do paciente para assinar). Todo o processo de coleta de dados durava cerca de 40 a 60 minutos, variando de acordo com o paciente.

3.2 Instrumentos

A primeira etapa foi o preenchimento de um questionário estruturado, elaborado pelos pesquisadores, com a finalidade de coletar dados de identificação e de internação do paciente. Em um primeiro momento, este instrumento visava apurar informações demográficas como nome, sexo e idade. Além desses dados, foi perguntado sobre possíveis diagnósticos de transtornos mentais e consequente busca por tratamento, além do uso de medicamentos psicotrópicos.

Em seguida, dando continuidade ao questionário, foram coletados dados de internação do paciente, como tempo de hospitalização, qualidade do atendimento da equipe do hospital, presença de acompanhante, qualidade de sono e sentimentos de ansiedade e

estresse. Este instrumento baseou-se no autorrelato dos pacientes e foi preenchido manualmente pelos pesquisadores, visto que os sujeitos da pesquisa encontravam-se acamados e sem condições favoráveis e confortáveis para realizarem o preenchimento do formulário.

Como abordado anteriormente, o questionário era estruturado, de forma a padronizar as possibilidades de respostas, todavia também era possível encontrar perguntas abertas como: diagnóstico em saúde mental e área do corpo em que a cirurgia seria realizada. Para entender melhor possíveis dores presentes nesse processo, foi apresentado ao paciente a Escala Visual Analógica (EVA), a qual objetiva aferir o nível de dor do paciente e compreender sua causa. Este instrumento é unidimensional e pode ser aplicado por todo profissional de saúde, em diversos quadros de dor, a fim de alcançar a interpretação do paciente sobre a dor experimentada. Em crianças e idosos este instrumento pode apresentar dificuldades, visto que é necessário um nível de abstração (MARTINEZ; GRASSI; MARQUES, 2011).

Em uma linha reta, a EVA varia de 0 (zero) – que significa ausência de dor – a 10 (dez) – que significa a pior dor possível. Ela também divide-se em 3 categorias de dor, sendo elas: leve (0-2), moderada (3-7) e intensa (8-10). Os pontos na escala também são marcados por imagens de faces que expressam emoções, começando com faces mais felizes e seguindo com faces neutras e tristes, em uma ordem crescente de dor.

Após responder a essa escala, o paciente foi perguntado sobre a presença e intensidade da dor nos últimos dias, inclusive diante de momentos de tensão, e seu alívio a partir da ministração de medicamentos. Novamente, este é um instrumento de autorrelato.

Por fim, foi aplicado o *Inventário de Sintomas de Stress de Lipp* (ISSL). Este instrumento teve sua validação empírica publicada em 1994 após ser submetido a uma pesquisa com 229 sujeitos adultos, divididos em duas amostras: clínica e não-clínica. Após análise estatística, foi possível concluir que o instrumento é completamente eficaz para detectar um quadro sintomatológico de *stress* (LIPP; GUEVARA, 1994). Os autores afirmam que “encontrou-se também uma correlação significativa entre o ISS, o diagnóstico clínico e avaliação subjetiva de um estado de *stress*,

embora nem sempre a pessoa consiga ela própria identificar tal estado com precisão” (LIPP; GUEVARA, 1994, p. 48). Este instrumento tem a finalidade de identificar a manifestação de sintomas de *stress*, a natureza desses sintomas (físicos e psicológicos) e em qual fase o sujeito encontra-se: alerta, resistência, quase exaustão e exaustão. Na primeira fase, o organismo tem uma reação de luta ou fuga diante de um estímulo; com a permanência do estresse, o organismo alcança a segunda fase e busca uma adaptação, começando a gerar desgaste e cansaço; na terceira fase o sujeito não está mais conseguindo resistir ao estímulo estressor, apresentando enfraquecimento progressivo e surgimento de doenças; com a permanência do estímulo estressor, o organismo chega a fase de exaustão, perdendo muito de suas estratégias de enfrentamento, aumentando sua vulnerabilidade, ocasionando doenças mais sérias e diminuindo a funcionalidade do sujeito. Ressalta-se que, no momento da escrita do presente trabalho, este inventário consta como “desfavorável” pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI).

3 Resultados

Os dados de avaliação neuropsicológica foram submetidos a uma análise estatística através do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Para determinar se a distribuição dos dados é paramétrica ou não-paramétrica, as variáveis foram submetidas ao teste de Kolmogorov-Smirnov. Variáveis categóricas foram analisadas através do teste do Qui-quadrado. O nível de significância estabelecido foi igual ou inferior a 0,05.

O protocolo completo da pesquisa foi aplicado em trinta e um pacientes, sendo vinte e dois do sexo feminino e nove do sexo masculino, que encontravam-se internados para realização de procedimento cirúrgico em um hospital geral público, em uma cidade do norte fluminense, estado do Rio de Janeiro. Tais pacientes estavam alocados em três setores do hospital, sendo eles: pronto socorro, traumatologia e ortopedia e clínica cirúrgica, como dispostos na Tabela 1.

Tabela 1. Frequência absoluta e distribuição de entrevistados por setor hospitalar

Sexo	Pronto Socorro		Traumatologia e Ortopedia		Clínica Cirúrgica		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Feminino	11	35,5	6	19,4	5	16,1	22	71,0
Masculino	2	6,4	4	12,9	3	9,7	9	29,0
Total	13	41,9	10	32,3	8	25,8	31	100

Fonte: Dos autores.

Todos os trinta e um pacientes dessa amostra foram perguntados sobre qual era a região do corpo em que ocorreria o procedimento, a fim de que fosse possível compreender as implicações de tal evento para cada um. No total, foram 12 (doze) respostas diferentes e a quantidade de pacientes que declararam cada uma delas foi organizada na Tabela 2.

Tabela 2. Local da cirurgia e respectiva quantidade de pacientes submetidos

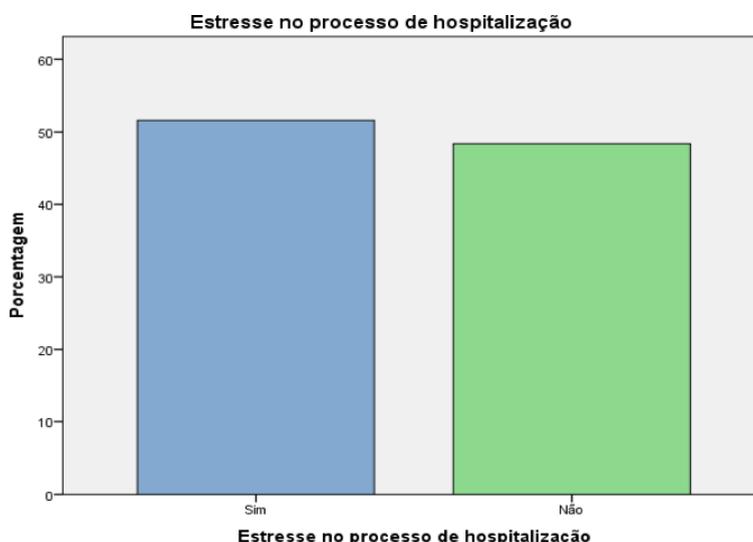
Local da cirurgia	Pacientes (Quant.)
Membro superior direito (MSD)	1
Membro superior esquerdo (MSE)	3
Membro inferior direito (MID)	7
Membro inferior esquerdo (MIE)	5
Fêmur	7
Bacia	1
Vesícula	1
Fêmur + bacia	1
Membro superior direito (MSD) + fêmur	1
Membro inferior direito (MID) + fêmur	1
Membro inferior esquerdo (MIE) + bacia	1
Não soube informar	2

Fonte: Dos autores.

Foi perguntado a todos os pacientes se os mesmos sentiam-se ansiosos e estressados no processo de hospitalização. Dos trinta e um pacientes avaliados, 51,6% afirmaram sentir-se estressados a despeito de 48,4% que declararam não sentir-se assim. Quanto à ansiedade, diante da

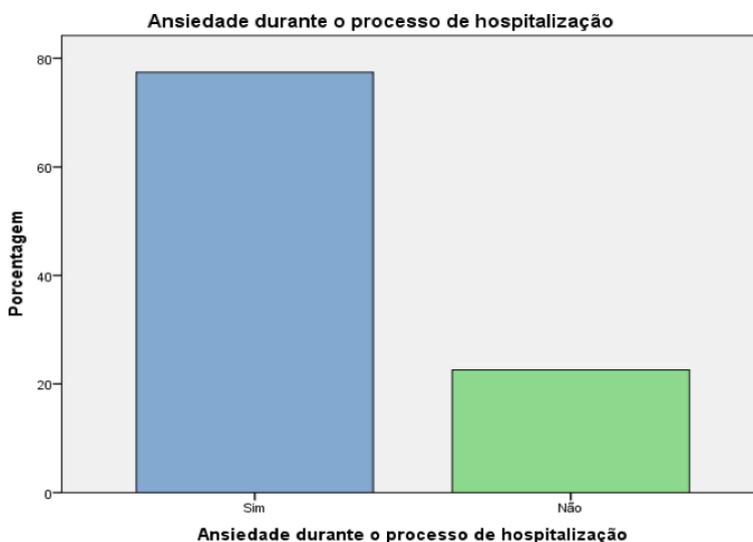
mesma amostra, 77,4% afirmaram sentir-se ansiosos e 22,6% não sentiam-se assim. Dentre os que declararam sentir-se ansiosos, 50% estavam internados há pouco tempo, no espaço entre 1 e 5 dias. Na amostra geral há uma grande amplitude no tempo de internação, entretanto 41,9% encontrava-se, no momento da entrevista, no intervalo entre 1 e 5 dias. Os resultados acima estão dispostos, respectivamente, nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 1. Distribuição de amostra de acordo com autodeclaração de estresse



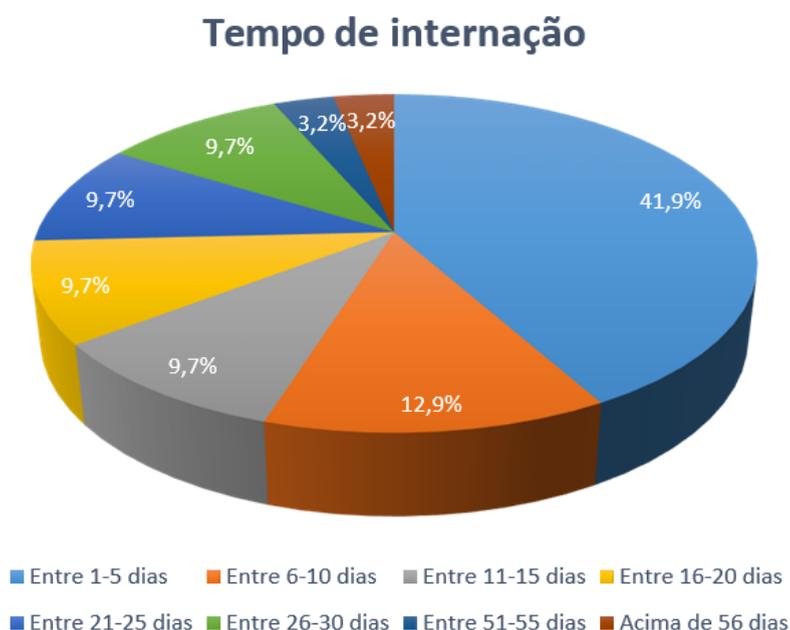
Fonte: Dos autores

Figura 2. Distribuição de amostra de acordo com autodeclaração de ansiedade



Fonte: Dos autores

Figura 2. Distribuição de amostra total de acordo com o tempo de internação até o momento da entrevista



Fonte: Dos autores.

Os dados do Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL) revelaram que 67,7% da amostra apresentavam estresse e 48,4% estavam na fase de resistência, conforme exposto na Tabela 3.

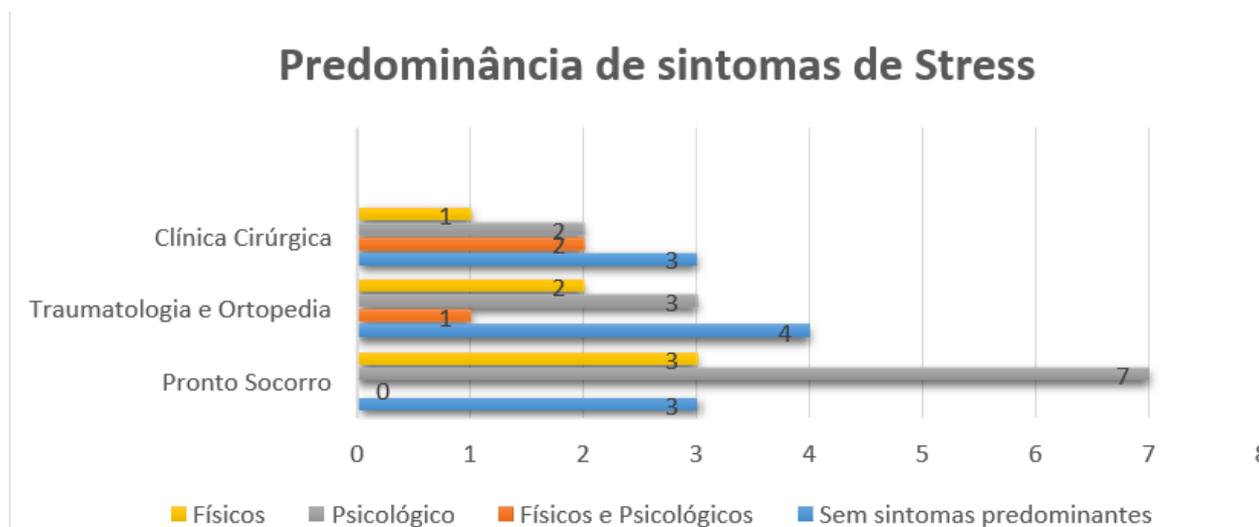
Tabela 3. Frequência absoluta e porcentagem da amostra de acordo com a fase de estresse e o setor

Fases de Stress	Pronto Socorro		Traumatologia e Ortopedia		Clínica cirúrgica		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Alerta	1	3,20	-	-	-	-	1	3,2
Resistência	6	19,36	5	16,14	4	12,90	15	48,4
Quase-Exaustão	-	-	1	3,25	1	3,25	2	6,5
Exaustão	3	9,7	-	-	-	-	3	9,7
Sem stress	3	9,69	4	12,92	3	9,69	10	32,3
Total	13	41,9	10	32,3	8	25,8	31	100

Fonte: Dos autores

No que diz respeito à sintomatologia, o pronto socorro foi o setor que apresentou os maiores índices de pacientes com sintomas físicos e pacientes com sintomas psicológicos referentes ao estresse. A clínica de traumatologia e ortopedia foi o setor que, nesta amostra, apresentou mais pacientes sem sintomas de estresse (figura 4).

Figura 4. Predominância de sintomas de stress em cada setor da amostra



Fonte: Dos autores.

Os resultados do ISSL, juntamente com os setores do hospital nos quais os pacientes estavam internados, foram submetidos ao teste qui-quadrado de independência. Dessa forma, buscou-se analisar se o estresse poderia ter alguma relação com o setor do hospital no qual o paciente encontrava-se e se o resultado era estatisticamente significativo. Os resultados de qui-quadrado estão dispostos nas Tabelas 4, 5 e 6, de acordo com os grupos:

Tabela 4. Qui-quadrado entre os setores pronto socorro + traumatologia e ortopedia e presença de stress de acordo com ISSL

Setores do hospital	Pronto Socorro	Traumatologia e Ortopedia	P Value
Presença de stress de acordo com ISSL	N = 10	N = 6	,382
Ausência de stress de acordo com ISSL	N = 3	N = 4	-

Fonte: Dos autores.

Tabela 5. Qui-quadrado entre os setores pronto socorro + clínica cirúrgica e presença de stress de acordo com ISSL

Setores do hospital	Pronto Socorro	Clínica Cirúrgica	P Value
Presença de stress de acordo com ISSL	N = 10	N = 5	,477
Ausência de stress de acordo com ISSL	N = 3	N = 3	-

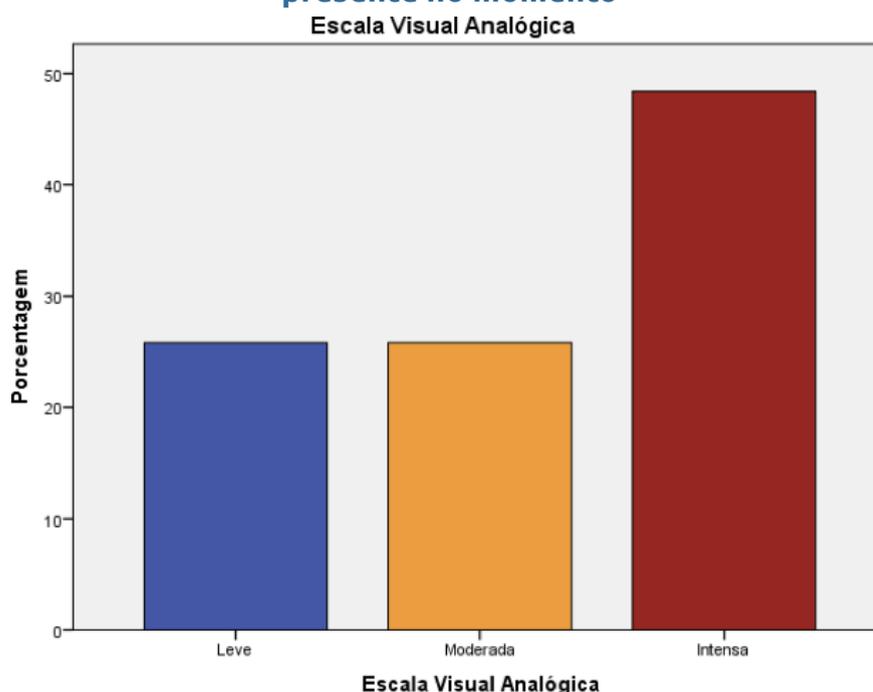
Fonte: Dos autores.

Tabela 5. Qui-quadrado entre os setores pronto socorro + clínica cirúrgica e presença de stress de acordo com ISSL

Setores do hospital	Traumatologia e Ortopedia	Clínica Cirúrgica	P Value
Presença de stress de acordo com ISSL	N = 6	N = 5	,914
Ausência de stress de acordo com ISSL	N = 4	N = 3	-

Fonte: Dos autores.

Figura 5. Distribuição da amostra de acordo com autodeclaração do nível de dor presente no momento



Fonte: Dos autores.

Figura 6. Distribuição da amostra de acordo com a dor presente no momento da entrevista



Fonte: Dos autores.

De acordo com a Escala Visual Analógica (EVA), 48,4% dos avaliados declararam que estavam sentindo uma dor intensa (entre 8-10), seguidos de 25,8% de dor moderada (entre 3-7) e 25,8% de dor leve (entre 0-2), conforme a figura 5. Ao serem perguntados sobre a intensificação da dor diante de momentos de tensão, medo ou ansiedade, 64,5% afirmaram sentir a dor intensificar, ao passo que 22,6% negaram essa intensificação e 12,9% verbalizaram não sentir dor no presente momento. Tais informações estão dispostas visualmente nas Figura 5 e 6.

Esta pesquisa foi realizada com pacientes que aguardavam cirurgia em três diferentes setores de um hospital público do interior do estado do Rio de Janeiro e investigou a presença de sintomas de estresse, ansiedade e dor durante a hospitalização através de instrumentos quantitativos.

Quanto aos tipos de cirurgia, vinte e nove pacientes dessa amostra variaram entre 11 (onze) respostas e outros dois pacientes não souberam informar com exatidão sobre seu procedimento. Isso foi perguntado devido à amplitude de consequências que pode alterar a vida do indivíduo tanto no pré quanto no pós cirúrgico. Cada tipo de cirurgia

necessita de cuidados, repousos e recuperações específicas e essas implicações precisam ser comunicadas e trabalhadas com o paciente (JUAN, 2007).

A presente pesquisa demonstrou que pouco mais da metade dos pacientes (51,6%) afirmaram sentir-se estressados desde o início da internação. Já o ISSL revelou que 67,7% apresentavam sintomas de estresse em algum nível. Segundo Knapp (2004), estes dados referentes a *stress* são particularmente relevantes, uma vez que fatores psicológicos desencadeados por respostas ao estresse podem interferir no processo de tratamento e recuperação, além de poder provocar ou intensificar sintomas de quadros médicos, como hipertensão, cefaleia, dentre outras (KNAPP, 2004, p. 421–422).

A hospitalização, principalmente de pacientes que aguardam cirurgia ortopédica, gera alterações ao padrão de vida do sujeito em diversos âmbitos, como modificação de suas atividades laborais, podendo gerar dificuldades financeiras, e sua autonomia na rotina, como cuidados pessoais e atividades físicas. Além disso, pode propiciar angústias quanto à sua recuperação e possíveis sequelas físicas (ISMAEL, 2010, p. 174–175). Diante de muitas instabilidades e estressores, o quadro do paciente pode não evoluir de maneira satisfatória, mesmo que o acompanhamento médico esteja sendo eficaz, levando a uma maior necessidade de uma intervenção psicológica que trabalhe tais fatores com o paciente (KNAPP, 2004, p. 422).

Como descrito no nosso estudo, os trinta e um pacientes avaliados nesta pesquisa estavam alocados em três diferentes setores do hospital, sendo eles: pronto socorro, clínica de traumatologia e ortopedia e clínica cirúrgica. Ao analisar se o setor do hospital no qual o paciente estava alocado interferia em seus sintomas de estresse, verificamos que a relação entre as seguintes variáveis não demonstraram resultados estatisticamente significativos: “pronto socorro + traumatologia e ortopedia” e “presença de *stress*”; “pronto socorro + clínica cirúrgica e presença de *stress*”; “traumatologia e ortopedia + clínica cirúrgica” e “presença de *stress*”.

Ainda que essas correlações específicas não sejam amplamente pesquisadas e divulgadas, há um consenso na literatura científica de que os pacientes podem ter respostas fisiológicas e psicológicas diferentes de acordo com aquilo ao qual são submetidos como: relação com a equipe, relação com outros pacientes da enfermaria/do setor e seus tratamentos, observação de mortes de outros pacientes, acesso a informação, possibilidade de ter acompanhante, rotina do setor, dentre outros (COSTA *et al.*, 2010; JUAN, 2007; MOTA *et al.*, 2006).

Nesse contexto de hospitalização, o estudo evidenciou que 77,4% dos pacientes avaliados afirmaram sentir-se ansiosos. Ismael (2010, p. 32) ressalta que um pequeno nível de ansiedade é necessário aos pacientes pré-operatórios, a fim de identificar se eles estão inseridos ao seu contexto, se estão conscientes de sua condição médica e a nova realidade que viverão após o evento cirúrgico. Entretanto, 50% dos pacientes que declararam sentir-se ansiosos estavam internados há, no máximo, 5 dias. Isso vai ao encontro a Delfini *et al.* (2009), quando declaram que o indivíduo pode apresentar sintomas de ansiedade assim que é inserido ao ambiente hospitalar, devido ao encontro com o desconhecido, todavia esses sintomas podem diminuir após o primeiro dia de internação, principalmente se houver uma boa qualidade de relação com a equipe.

A ansiedade que, normalmente, permeia esse momento pré-cirúrgico pode gerar reações em diversos âmbitos e níveis, como taquicardia, hiperventilação, hipertensão, tremores, alterações de pensamentos, dificuldade de concentração, agitação ou lentificação psicomotora (JUAN, 2007, p. 52). Outra consequência advinda da adaptação à hospitalização é a privação do sono a qual, por sua vez, gera uma deterioração da condição clínica do paciente e prejudica sua imunidade (BERGAMASCO; CRUZ, 2006, p. 358).

Na escala visual analógica do nosso estudo, verificamos que a dor intensa e a dor moderada encontravam-se, respectivamente, 48,4% e 25,8% dos pacientes da amostra. Em adição, 64,5% da nossa amostra declararam sentir a dor intensificar em momentos de tensão, medo ou ansiedade. É possível entender esses resultados a partir da compreensão

de que processos sensoriais, aspectos afetivos e a cognição influenciam a transmissão, percepção e a interpretação das reações ao estímulo doloroso ou, mais especificamente, estímulo nociceptivo (FIGUEIRÓ; ÂNGELOTTI; PIMENTA, 2004, p. 94).

Vale ressaltar que a estimulação nociceptiva periférica não é exatamente proporcional à intensidade da dor percebida pelo sujeito, por ser a mesma influenciada por diversos fatores, como o arcabouço sociocultural, etnia, histórico familiar, vivências prévias, quadros de ansiedade e depressão, memória, contexto no qual sofreu uma lesão, dentre outros. Todavia tudo isso abrange aspectos psicológicos ou mentais (FIGUEIRÓ; ÂNGELOTTI; PIMENTA, 2004, p. 94).

A dor pode ser incapacitante e disfuncional não somente ao indivíduo, mas também a sua relação com os familiares e as pessoas próximas, com o trabalho e, principalmente, com o serviço público de saúde. Com o intuito de gerar informação e eficácia no âmbito da saúde, pesquisas de Epidemiologia tornaram-se necessárias a fim de possibilitar maior conhecimento, definir prioridades de atuação e planejar ações de prevenção e intervenção pelo serviço público.

Um estudo epidemiológico realizado em Londrina (PR), entre 1999 e 2000, com cerca de 493.330 indivíduos, objetivou coletar dados sobre dor crônica em crianças, adultos e idosos. Nos adultos avaliados 61,38%, apresentaram dor crônica, sendo que o auge da prevalência ocorreu no espaço de 30 a 50 anos, espaço este em que se encontrava, aproximadamente, 67% da amostra de adultos. Além disso, buscaram-se informações sobre os prejuízos causados pela dor utilizando uma escala que variava de 0 a 10, em que 0 demonstrava nenhum prejuízo e 10 demonstrava prejuízo total. De acordo com os resultados, o maior prejuízo causado pela dor é no humor, seguido de sono, lazer, disposição para fazer coisas que gosta, atividade sexual e, por fim, alimentação. No âmbito do trabalho, o impacto da dor é moderado. Os autores dessa pesquisa ressaltam a importância desse trabalho epidemiológico para o atendimento de pacientes com dor pelas unidades de saúde, mas também para o planejamento e elaboração de intervenções por parte de

ministérios da saúde, instituições de previdência e outros (FIGUEIRÓ; ÂNGELOTTI; PIMENTA, 2004, p. 4–16).

Nossos resultados demonstraram que muitos pacientes experimentaram sintomas de estresse e ansiedade em algum momento de sua internação, presença de dor em algum nível e lidavam com um tempo de internação indeterminado, o qual podia variar de pessoa para pessoa.

No que tange às limitações do estudo, ressalta-se a intensa dinâmica do hospital envolvendo realização de exames, intervenções da equipe, horário de visita e horários de alimentação; o medo e a insegurança de alguns pacientes em participar da pesquisa e serem, de alguma forma, prejudicados. Uma outra limitação foi o baixo nível de escolaridade de alguns pacientes, os quais necessitavam de melhores explicações sobre as perguntas da pesquisa. Isso gerava um aumento no tempo de coleta de dados e, conseqüentemente, fadiga. Não foi possível definir claramente se os sintomas físicos e psicológicos demonstrados pelos pacientes tinham, unicamente, relação com ansiedade e estresse ou se também eram devidos a outras condições clínicas.

Por fim, o presente estudo destacou que variáveis como estresse, ansiedade e presença de dor são fatores que podem envolver o processo de hospitalização. Neste sentido, a atuação do psicólogo, como parte integrante da equipe multidisciplinar, torna-se essencial, pois possibilita a escuta do paciente, dos seus medos e receios diante de uma condição de perda, ainda que temporária, de sua saúde. Assim, o paciente pode se sentir melhor preparado emocionalmente para lidar com os sintomas de estresse e de ansiedade diante da expectativa de realização de uma cirurgia.

4 Considerações finais

A presente pesquisa evidenciou a manifestação de sintomas físicos e psicológicos de estresse e de ansiedade na amostra através dos instrumentos utilizados. Além disso, possibilitou analisar a relação desses sintomas com a dor experienciada pelos pacientes. Os resultados levam-nos a refletir sobre a necessidade de um olhar multiprofissional

que enxergue o paciente para além do diagnóstico clínico e busque, assim, intervenções eficazes no ambiente hospitalar.

Uma outra reflexão que essa pesquisa nos proporciona é quanto ao tempo de internação dos pacientes. Devido a diversos fatores como condição clínica dos pacientes, espera por vagas e alta demanda de procedimentos no hospital, muitos desses indivíduos permanecem internados por tempo indeterminado, o que pode gerar desgastes físicos e psicológicos, tanto a eles quanto a seus familiares e acompanhantes.

A relação com a equipe hospitalar também é algo interessante a se analisar, visto que muitos pacientes afirmaram perceber que suas dores intensificaram-se diante de tensões e medos. Nesse momento, o diálogo claro com o paciente torna-se um diferencial, visto que a informação acessível sobre seu estado de saúde pode atenuar as inseguranças e os medos referentes ao seu procedimento cirúrgico. Ademais, propicia que o mesmo tenha abertura para verbalizar sobre aquilo que lhe incomoda.

Muitos dados foram aqui analisados e quantificados, contudo também é preciso refletir sobre a atuação da psicologia em um ambiente tão ativo quanto o hospital. Por diversas vezes, durante a aplicação dos instrumentos, fomos interrompidos para ministração de medicamentos, realização de exames e entrevistas médicas, o que é perfeitamente compreensível. O psicólogo hospitalar precisa se preparar tecnicamente e elaborar estratégias para atuar nesse espaço que abrange diversas áreas do saber e do cuidar, além de ter uma rotina própria, porém dinâmica. Suas ações devem sempre visar o desenvolvimento do bem estar do paciente e de sua família, sem ignorar a equipe hospitalar.

A literatura aqui utilizada trouxe informações importantes sobre o funcionamento cerebral do ser humano, sobre as reações que lhe são inerentes, sobre as múltiplas variáveis que atuam sobre o ambiente hospitalar e todo o processo de hospitalização e, mais do que isso, propiciou o entendimento de que o ser humano, mesmo compartilhando semelhanças anatômicas e funcionais, é único e sobre ele atuam principalmente influências sociais, culturais e espirituais.

Todo ser humano experimenta emoções – agradáveis e desagradáveis – e busca em seu repertório pessoal alternativas e

estratégias para lidar com elas e solucionar seus conflitos, podendo esses movimentos de ajustes serem eficazes ou não (LEAHY, 2013). Assim, especificamente no contexto hospitalar, torna-se imprescindível um trabalho que vise a regulação emocional de pacientes que lidam constantemente com um processo de adoecimento.

Ainda segundo Leahy (2013), em situações inesperadas e/ou estressantes, um sujeito pode utilizar estratégias ineficazes para lidar com suas emoções, o que pode ocasionar uma consequente manutenção desse estresse. Tais estratégias podem envolver abuso de substâncias, alimentação compulsiva e visão disfuncional sobre si. Esse processo pode promover uma desregulação emocional, definida como “a dificuldade ou incapacidade de lidar com as experiências ou processar as emoções” (LEAHY, 2013, p. 20). Deste modo, a regulação emocional envolve a manutenção de estratégias de enfrentamento mais adaptativas que possibilitem ao sujeito melhor equilíbrio de suas emoções.

Outras possibilidades de intervenção podem ser encontradas na Terapia Cognitivo-Comportamental, como a psicoeducação, o treino de habilidades sociais, técnicas de relaxamento e de dessensibilização sistemática. Dentre elas, uma das mais utilizadas é a psicoeducação, a qual consiste em informar ao paciente sobre seu processo de adoecimento e empoderá-lo sobre seu tratamento, possibilitando a diminuição de emoções que estejam excessivamente intensas como medo, ansiedade e raiva (PERON; SARTES, 2015, p. 46).

Não pretende-se aqui esgotar essa temática, mas sim, colaborar com a produção científica nessa área e estimular mais pesquisas no campo da psicologia, visando a atuação na saúde pública, mesmo com seus atravessamentos, nos hospitais, junto a pacientes, familiares e equipes multiprofissionais.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANNIBELLI, R. *et al.* Relação entre emoções, variáveis fisiológicas e dor em pacientes de

cirurgia odontológica. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 5, n. 3, p. 27-32, 2014.

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências**: desvendando o sistema nervoso. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BERGAMASCO, E. C.; CRUZ, D. de A. L. M. DA. Alterações do sono: diagnósticos frequentes em pacientes internados. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 27, n. 3, p. 356-363, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N. 003/2007, de 12 de fevereiro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. 2007.

COSTA, V. A. S. F.; SILVA, S. C. F.; LIMA, V. C. P. O pré-operatório e a ansiedade do paciente: a aliança entre o enfermeiro e o psicólogo. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 13, n. 2, 2010.

DELFINI, A. B. L.; ROQUE, A. P.; PERES, R. S. Sintomatologia ansiosa e depressiva em adultos hospitalizados: rastreamento em enfermagem clínica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 2, n. 1, 2009.

DELLAROZA, M. S. G. *et al.* Caracterização da dor crônica e métodos analgésicos utilizados por idosos da comunidade. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 54, n. 1, p. 36-41, fev. 2008.

FIGUEIRÓ, J. A. B.; ÂNGELOTTI, G.; PIMENTA, C. A. D. M. (org.). **Dor e saúde mental**. São Paulo: Atheneu, 2004.

GRAEFF, F. G. Ansiedade, pânico e o eixo hipotálamo-pituitário-adrenal. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 29, p. 3-6, 2007.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF PAIN (Ed.). **Ano Mundial Contra a Dor Aguda**. 2011. Acesso em: 15 maio 2020.

ISMAEL, S. M. C. (Ed.). **A prática psicológica e sua interface com as doenças**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

JOCA, S. R. L.; PADOVAN, C. M.; GUIMARÃES, F. S. Estresse, depressão e hipocampo. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 25, p. 46-51, dez. 2003.

JUAN, K. DE. O impacto da cirurgia e os aspectos psicológicos do paciente: uma revisão. **Psicologia Hospitalar**, v. 5, n. 1, p. 48-59, 2007.

KNAPP, P. (ED.). **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEAHY, R. L., TIRCH, D., NAPOLITANO, L. A. **Regulação emocional em psicoterapia**: um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental. Porto Alegre: Artmed, 2013.

LIPP, M. E. N.; GUEVARA, A. J. H. Validação empírica do Inventário de Sintomas de Stress (ISS). **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 3, p. 43-49, 1994.

MACENA, C. S. DE; LANGE, E. S. N. A incidência de estresse em pacientes hospitalizados. **Psicologia Hospitalar**, v. 6, n. 2, p. 20-39, jun. 2008.

MARGIS, R. *et al.* Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, p. 65–74, abr. 2003.

MARTINES, J. E.; GRASSI, D. C.; MARQUES, L. G. Análise da aplicabilidade de três instrumentos de avaliação de dor em distintas unidades de atendimento: ambulatório, enfermaria e urgência. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 51, n. 4, p. 299-308, 2011.

MOTA, R. A.; MARTINS, C. G. M.; VÉRAS, R. M. Papel dos profissionais de saúde na política de humanização hospitalar. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 323–330, ago. 2006.

MYERS, D. G. **Psicologia**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

PERON, N. B.; SARTES, L. M. A. Terapia cognitivo-comportamental no hospital geral: revisão da literatura brasileira. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 11, n. 1, p. 42-49, 2015.

RANGÉ, B. (Ed.). **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ROMANO. Bellkiss Wilma (Org.). **Manual de Psicologia Clínica para Hospitais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

Sobre os autores

Marina Guzzo  

Graduada em Psicologia pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Tem interesse em neuropsicologia, terapia cognitivo-comportamental, psicologia hospitalar e saúde pública. Email: msguzzo15@gmail.com

Guilherme de Carvalho  

Graduado em Psicologia e mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor do Departamento de Psicologia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: guicarv75@yahoo.com.br

José Alexandre  

Graduação em Psicologia pela Faculdade de Biologia e Psicologia Maria Theresa (FAMATH). Mestre e doutorando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Psicólogo no Hospital Ferreira Machado da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Email: alexandre482@yahoo.com.br

Histórico

Recebido em: 18/08/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Modelo de intervenção multicamadas: uma proposta de atuação neuropsicopedagógica institucional

Multilayer intervention model: a proposal institutional neuropsychopedagogical action

Vitor da Silva Loureiro

Mestrando em Formação de Gestores Educacionais pela UNICID. Pesquisador na CENSUPEG

Claudia Aparecida Mendonça de Souza

Especialista em Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial Inclusiva pela CENSUPEG

Fabício Bruno Cardoso

Doutor em Biofísica pela UFRJ. Professor na CENSUPEG.

Resumo: Tendo em vista a necessidade de assegurar aos alunos o acesso ao ensino de qualidade, pesquisa-se sobre as contribuições do modelo de intervenção multicamadas, sob a atuação neuropsicopedagógica institucional, para oportunizar estratégias de avaliação e intervenção ao favorecer a adoção de práticas educacionais, baseadas em evidências. Realiza-se uma pesquisa de revisão bibliográfica par analisar os modelos de intervenções educacionais em diversos níveis de grupos e educandos e que promovam a inclusão. Relata a demanda por orientação de um profissional, que entenda a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana, com foco na reintegração pessoal, social e escolar dos envolvidos: o Neuropsicopedagogo. O estudo propõe o diálogo entre o modelo de resposta à intervenção e a intervenção neuropsicopedagógica, tendo em vista suas devidas adequações e/ou adaptações, considerando-se o campo de estudo e atuação do neuropsicopedagogo. Constata-se que o investimento em programas baseados em evidências, que por meio da neuropsicopedagogia auxiliem tanto o professor quanto o aluno com dificuldades de aprendizagem é essencial na construção de um ambiente escolar compatível com o neurodesenvolvimento, inclusivo, que compreenda as potencialidades educacionais de cada indivíduo.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem. Intervenção. Neuropsicopedagogia Institucional.

Abstract: In view of the need to ensure that students have access to quality education, this research is carried out on the contributions of the multilayer intervention model, under the institutional neuropsychopedagogical performance, in order to create opportunities for evaluation and intervention strategies and to favor the adoption of evidence-based educational practices. A bibliographic review research analyzes the models of educational interventions in the different levels of groups and students consequently promoting inclusion. It reports the demand for guidance from a professional, who understands the relationship between the functioning of the nervous system and human learning, focusing on the personal, social and school reintegration of those involved: the Neuropsychopedagogue. The study proposes a dialogue between the intervention response model and the neuropsychopedagogical intervention, taking into account their appropriate adjustments and/or adaptations, considering the field of study and performance of the neuropsychopedagogue. It concludes that investing in evidence-based programs, through neuropsychopedagogy, helps both the teacher and the student with learning difficulties and is essential in building a school environment compatible with inclusive, neurodevelopment, that understands the educational potential of each individual.

Keywords: Institutional Neuropsychopedagogy. Intervention. Learning Disability.



1 Introdução

Apesar das reformas ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas, houve pouca ou nenhuma melhora no desempenho dos alunos. Estamos no século XXI, mas a realidade educacional brasileira, ainda é muito preocupante. De acordo com o documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os resultados do Brasil, no Pisa 2018, continuam aquém do esperado em todas as disciplinas. O país encontra-se bem abaixo da média da OCDE e da maioria dos países referência. Além disso, o documento informa mais um dado preocupante ao afirmar que o baixo desempenho tem suas raízes nos primeiros anos da escolaridade (OCDE, 2019).

Segundo Brites e Almeida (2021), para que haja estabelecimento de uma proposta de educação eficiente, apta ao aperfeiçoamento da prática docente e melhoria da aprendizagem dos alunos e dos resultados educacionais de nossas escolas, é necessário investir em políticas baseadas em evidências científicas.

Estudos anteriores, como os de Cruickshank (1981) e Fuller (1985), já apontavam para a necessidade de um profissional da educação que integrasse em seus conhecimentos os achados neuropsicopedagógicos, com as teorias da aprendizagem e a psicologia cognitiva. Cruickshank (1981) indicava a demanda de um curso para formação de professores que abordasse características e necessidades psicoeducacionais de crianças. O estudo evidenciou a importância de o profissional conhecer, profundamente, as necessidades dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Segundo o autor, o objetivo era ter pelo menos um líder, especialista na área de dificuldades de aprendizagem (*the neuroeducator* - o neuroeducador), em cada escola. Esse especialista deveria ter uma base de formação, que agregasse conhecimentos nas áreas de memória, aprendizagem, sensação e cognição (CRUICKSHANK, 1981).

Fuller (1985) defendia a emergência desse profissional, com formação interdisciplinar, oriundo do cenário de formação inicial de professores, que entendesse as questões de aprendizagem, a partir de uma melhor compreensão do cérebro.

Nesse sentido, para que seja realizado um trabalho eficaz e realmente inclusivo, é preciso contar com profissionais capacitados para enfrentar tamanhos desafios, como por exemplo o Neuropsicopedagogo Institucional. O Código de Ética Técnico Profissional da SBNPP (Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia) relata em seu artigo 10º, que a Neuropsicopedagogia trata-se de uma ciência, que propõe um diálogo entre os fundamentos e conhecimentos da Neurociências aplicada à educação, Pedagogia e Psicologia Cognitiva. Busca entender o vínculo estabelecido entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana sob o ponto de vista de reintegração pessoal, social e educacional (SBNPP, 2021).

O Neuropsicopedagogo é um cientista da aprendizagem e, portanto, sua presença no ambiente educacional é de extrema importância na busca por uma educação de qualidade, alicerçada à identificação precoce e intervenção. Russo *et al.* (2020) apresentam o Neuropsicopedagogo Institucional, como um profissional capacitado, a atuar em situações anteriormente mencionadas: identificação precoce das dificuldades, problemas e transtornos de aprendizagem e no gerenciamento do processo, juntamente com a equipe técnico-pedagógica da escola.

Diante de um contexto tão desafiante, é preciso mais do que um profissional com conhecimentos específicos. É necessário contar com instrumentos que o auxiliem nesse processo de identificação precoce e intervenção e que eles sejam comprovados, cientificamente. Assim, desenvolve-se o problema dessa pesquisa, configurado no seguinte questionamento: quais as possíveis contribuições do modelo de intervenções por camadas, atreladas aos conhecimentos neuropsicopedagógicos, nas estratégias de avaliação e intervenção do neuropsicopedagogo institucional?

O estudo objetiva compreender as possíveis contribuições do modelo de intervenção por camadas, como ferramenta para o desenvolvimento do trabalho neuropsicopedagógico institucional. Para isso, apresentamos o modelo RTI (Modelo de Resposta à Intervenção), uma vez que ambos (RTI e Neuropsicopedagogia) são temas pouco

conhecidos no Brasil, e precisam ser consolidados no papel de transformação social dos agentes educacionais. De acordo com Machado e Almeida (2012), o referido modelo de intervenção é uma nova forma de colaborar com a aprendizagem de alunos que não conseguem acompanhar o rendimento de seu grupo/classe, ainda que recebam atividades adequadas. Compete ao Neuropsicopedagogo Institucional orientar e capacitar os professores, para a aplicação do modelo de intervenção multicamadas, pois o processo precisa ser bem elaborado, tanto na fase de sondagem, quanto nas intervenções.

Conforme revisão de literatura realizada, o Modelo de Resposta à Intervenção é normalmente referido pela sigla RTI, do inglês *response to intervention*. Ele tem como objetivo prevenir e remediar dificuldades de aprendizagem e é apresentado, mundialmente, no formato de uma pirâmide, com três níveis ou camadas de intervenções. Propõe-se, em seus primeiros níveis, uma intervenção de qualidade realizada dentro da própria escola e sua aplicação vem demonstrando resultados promissores, em diferentes contextos. Com isso, evita-se que o aluno seja imediatamente encaminhado ao atendimento clínico, assim que sua dificuldade é percebida ou identificada.

Para Batista e Pestun (2019), os debates e estudos sobre a eficácia dos modelos de resposta à intervenção são necessários no Brasil, por serem relativamente novos, na busca pelo fortalecimento da função de transformação social da escola.

Vale ressaltar que, além da lacuna escolar, existem outros aspectos importantes, que afetam a vida dos alunos: a baixa autoestima decorrente de um longo período de dificuldades acadêmicas e a necessidade de se intervir em períodos de maior neuroplasticidade. Portanto, identificar precocemente é o melhor caminho, tanto na perspectiva cognitiva, quanto na social (ANDRADE; ANDRADE; CAPELLINI, 2014).

Por esse motivo é indispensável a implementação de programas de identificação precoce de escolares com dificuldades de aprendizagem e de risco para transtornos de aprendizagem, para evitar que se forme uma lacuna, cada vez maior e mais difícil de ser superada, em relação ao

seu grupo/classe. Possibilita-se, principalmente, que ele receba acompanhamento adequado, o quanto antes.

2 Metodologia

A tipologia de estudo utilizada, no sentido de contribuir, para se assegurar a consecução do objetivo deste artigo foi de um estudo exploratório, pois ele permite ao investigador aumentar a sua experiência específica e buscar antecedentes, para, em seguida, planejar pesquisa descritiva ou do tipo experimental.

Para operacionalizar técnica e instrumentalmente este estudo, decidiu-se realizar uma revisão de literatura integrativa, através das etapas de Cooper (2010), acerca dos sete estágios de planejamento de uma meta análise. Ressalta-se que a busca e análise dos estudos foi feita por pares, com intuito de atender a recomendação de que cada artigo seja revisado, independentemente, por mais de um revisor (MEDINA; PAILAQUÉN, 2010).

Realizou-se buscas por textos, que abordassem o modelo de intervenção multicamadas, a neuropsicopedagogia institucional e a educação baseada em evidências, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVSPSI), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e nos periódicos disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Foram utilizados, com base nas diferenças dos descritores reconhecidos por cada mecanismo de busca textual, os seguintes descritores: Modelo RTI; Modelo de Resposta à Intervenção; Intervenção; Dificuldades de aprendizagem; Identificação precoce e Neuropsicopedagogia Institucional.

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos estudos foram textos que: 1) apresentassem referência direta ao tema modelo de resposta à intervenção ou multicamadas; 2) publicados entre os anos de

2012 e 2021; 3) disponíveis em português e inglês; 4) apresentassem a realidade brasileira; 5) possuísem referencial teórico da área de intervenção multicamadas em diferentes contextos e também sob o olhar do neuropsicopedagogo institucional; e 6) trabalhassem o processo de aprendizagem através da educação baseada em evidências.

Foram desconsiderados os estudos em que não ficou clara a eficácia dos modelos de intervenção multicamadas e textos, que não apresentaram o estudo completo e disponível. Os estudos coincidentes em duas ou mais fontes foram considerados apenas uma vez.

3 Resultados

Após pesquisa de textos, nos sites especializados, foram encontrados 17 artigos, que tratavam do tema a ser explorado, dos quais 13 puderam ser aproveitados, para a elaboração do presente estudo, por se enquadrarem, adequadamente, à temática e proposta. Segue no Quadro 1, uma breve descrição dos artigos selecionados para embasamento do presente estudo.

Quadro 1 – Resumo dos artigos selecionados para o estudo

Revista, edição, ano	Autores	Amostra	Descrição do estudo	Resultados
Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, 2019	Batista, Mariana; Pestun, Magda Solange Vanzo	Publicações científicas nacionais e internacionais, desenvolvidas nos últimos 10 anos.	Revisão bibliográfica de publicações dos últimos dez anos com os descritores: "resposta à intervenção", "educação" e "transtorno de aprendizagem".	O sistema educacional brasileiro pode enfrentar seus índices de fracasso e evasão escolar ao adotar o RTI.
Revista Cefac, v. 1, n. 4, 2014	Machado, Andréa Carla; Capellini, Simone Aparecida	15 crianças com diagnóstico interdisciplinar de dislexia do desenvolvimento do 2º ao 6º ano do Ensino Fundam. da rede pública de Marília (SP) com faixa etária de 8 a 12 anos.	As crianças foram submetidas ao levantamento diagnóstico de Leitura e Escrita e ao programa de intervenção em tutoria baseado no Modelo de Resposta à Intervenção.	Melhora significativa em algumas tarefas de leitura e escrita administradas em um programa de intervenção com tutoria baseados no modelo RTI.

Revista, edição, ano	Autores	Amostra	Descrição do estudo	Resultados
Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 66, 2016	Almeida, Roselaine Pontes de <i>et al.</i>	51 crianças, sendo 26 alunos da Turma A e 25 alunos da Turma B.	O estudo foi realizado em duas etapas: adaptação e implementação da camada 1 do modelo; adaptação e realização da camada 2. Após o rastreio universal dos alunos, as intervenções ocorreram três vezes por semana, com duração de cerca de quarenta minutos cada.	Os resultados mostram que esse pode ser um modelo adequado ao contexto brasileiro, sendo uma alternativa para avaliar e intervir nas necessidades dos alunos.
Psicologia Reflexão e crítica, v. 27, n. 2, 2014	Andrade, Olga Valéria C. A.; Andrade, Paulo Estêvão e Capei lini, Simone Aparecida	45 escolares do 2º ano do Ensino Fundamental, com idade média de 7 anos, de ambos os gêneros, da rede particular de Marília (SP).	Ampliar as possibilidades do modelo multicamadas, em que a avaliação do perfil cognitivo-linguístico permita a identificação de forças e fraquezas dos escolares de risco e possibilite o desenvolvimento de programas de intervenção.	Conclusão a favor de um modelo ampliado de resposta à intervenção, que ao invés de basear-se apenas no seu desempenho acadêmico identifique o perfil cognitivo-linguístico de cada escolar.
Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 29, n. 2, 2013	Andrade, Olga Valéria; Andrade, Paulo Estêvão e Capellini, Simone Aparecida	45 escolares do 2º ano do Ensino Fundamental, com idade média de 7 anos e 4 meses, sendo 29 do gênero masculino e 16 do feminino. Provenientes da rede particular de Marília (SP)	Pesquisa de natureza longitudinal com delineamento de caso controle.	Grande potencial de investigações voltadas ao desenvolvimento de ferramentas de baixo custo e uso prático, na identificação precoce em contexto escolar.
Revista Psicopedagogia v. 29, n. 89, 2012	Machado, Andréa Carla; Almeida, Maria Amélia	14 escolares pertencentes ao 4º e 5º ano de duas escolas do ensino público, localizadas no interior do Estado de São Paulo.	Os escolares foram submetidos à aplicação da adaptação brasileira do PROLEC – Provas de Avaliação dos Processos de Leitura, composta por quatro blocos.	O uso do modelo multicamadas foi eficaz para demonstrar a importância do monitoramento de tarefas de leitura em escolares com dificuldades de aprendizagem com potencial para reduzir as dificuldades encontradas.
Revista Psicopedagogia, v.29, n. 88, 2012	Silva, Bartira; Luz, Thamires; Mousinho, Renata	19 crianças, do 3º ao 7º ano escolar.	Oficinas de fonoaudiologia e pedagogia no período de 2010.2 e 2011.1.	Oficinas usando o modelo de resposta à intervenção foram eficazes. Verificou-se melhora nos parâmetros de velocidade de leitura em PPM (palavra por minuto)
Revista Psicopedagogia, v. 35, n. 106, 2018	Brito, Gabriel Rodriguez; Seabra, Alessandra	22 alunos, com idade entre 10 e 11 anos, sendo 10 meninas e 12	Avaliação dos participantes, por meio do modelo multicamadas, em três	Melhora significativa do desempenho dos alunos, fortalecendo a eficácia da aplicação

Revista, edição, ano	Autores	Amostra	Descrição do estudo	Resultados
	Gotuzo; Macedo, Elizeu Coutinho de	meninos, pertencentes ao 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública.	momentos: início, meio e final do ano escolar.	do modelo multicamadas também ao final do Ensino Fundamental I.
Cad. Pós-Grad. Distúrbio. Desenvolv., São Paulo, v. 20, n. 2, 2020	MATOS, Lilian Meibach Mrandoles de et al	Alunos moçambicanos pré-escolares e/ou do primeiro ano (4 a 6 anos).	Desenvolvimento de proposta de intervenção com 15 atividades de percepção de sons e rimas, com níveis crescentes de dificuldade.	O estudo cumpriu sua função de desenvolver uma proposta de intervenção para a estimulação da consciência fonológica. Futuros estudos deverão ser conduzidos a fim de investigar as evidências da eficácia do programa.
American Journal of Educational Research, v. 9, n. 11, 2021	Cardoso, Fabrício Bruno et al	4.184 crianças de 6 a 8 anos, de ambos os sexos, da cidade de São Fidélis-RJ, que foram divididos em quatro grupos.	Intervenção Neuropsicopedagógica desenvolvida por meio da prática de atividades lúdicas, em três sessões semanais, com duração de 45 min cada, totalizando 18 sessões.	Melhora do desempenho acadêmico das crianças que receberam a Intervenção Neuropsicopedagógica com aumento significativo de acertos.
International Journal of Health Science, v. 1, 2021	Cardoso, Fabrício Bruno et al	102 crianças com idade entre 07 e 08 anos, de ambos os sexos.	Avaliar os efeitos de uma intervenção neuropsicopedagógica ludomotora no desenvolvimento cognitivo e acadêmico de escolares.	Crianças que realizaram intervenção neuropsicopedagógica ludomotora apresentaram melhor desempenho em tarefas cognitivas quando comparadas a seus pares.
Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 9, n.3, 2020	Tomo, Cristina Daniel; Siteo, Arlindo Alberto	Um diretor de escola, um diretor adjunto pedagógico e onze professores que lecionavam na segunda classe do ensino primário na periferia de Moçambique.	Construir, avaliar e validar um instrumento para identificação e atendimento de alunos NEE em escolas do Ensino Primário, em Moçambique, adaptado do Modelo de Resposta à Intervenção.	O instrumento produzido pode promover uma forma organizada, eficiente e efetiva de as escolas lidarem com muitas das necessidades dos alunos.
Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 31, n. 95, 2014	Machado, Andréa Carla; Almeida, Maria Amelia	14 escolares oriundos de sala de aula regular de 3º e 4º ano do Ensino Fundamental I, pertencentes a duas escolas públicas municipais de uma cidade no interior do Estado de São Paulo.	Pesquisa quase experimental, abarcando o delineamento de grupo sob seu próprio controle. Foram utilizados os instrumentos TDE e PROLEC.	Melhora com evidência estatisticamente significativa referente ao desempenho dos alunos nas tarefas trabalhadas: leitura e escrita.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 1 apresenta a síntese dos 13 artigos que serviram de base para a elaboração do estudo, pois abordam pesquisas que utilizaram o modelo multicamadas, com objetivo de melhoria de resultados, na

aprendizagem de alunos, com e sem dificuldades de aprendizagem, que descrevem a importância do trabalho desenvolvido pelo neuropsicopedagogo institucional.

Ao considerar os pressupostos do arcabouço teórico da Neuropsicopedagogia e a atuação em contexto institucional, a qual se vale dos aportes das Neurociências aplicadas à educação, Psicologia Cognitiva e Teorias da Aprendizagem (SBNPp, 2021), abordamos de forma sintética as percepções sobre os estudos elencados no quadro e as possibilidades de contribuição do modelo de intervenção multicamadas.

Dentre os artigos selecionados, Batista e Pestun (2019) fizeram um estudo de revisão bibliográfica, que analisou publicações científicas nacionais e internacionais, desenvolvidas nos últimos 10 anos. Utilizaram como descritores: “resposta à intervenção”, “educação” e “transtorno de aprendizagem” (todos respectivamente em inglês). Após leitura, análise e categorização dos textos, concluíram que o modelo multicamadas pode favorecer, tanto a prevenção, através de monitoramento periódico do desempenho dos alunos, quanto oferecer caráter corretivo ao oferecer tutoria, que vise diminuir o fracasso de alunos, que apresentam transtornos de aprendizagem. O sistema educacional brasileiro pode enfrentar seus índices de fracasso e evasão escolar ao adotar o modelo e possibilitar medidas de enfrentamento às defasagens do sistema educacional. Consolida-se, assim, a função de transformação social dos agentes educacionais.

Machado e Capellini (2014), realizaram um estudo com 15 crianças entre 8 e 12 anos, com diagnóstico interdisciplinar de dislexia do desenvolvimento de 2º ao 6º ano do Ensino Fundamental da rede pública de Marília (SP). O objetivo era analisar e comparar o desempenho em tarefas de leitura e escrita em crianças com dislexia, após tutoria baseada no modelo de resposta à intervenção. A partir dos resultados obtidos pelo estudo, foi possível chegar à conclusão de que houve uma melhora significativa, em algumas tarefas de leitura e escrita, quando foram aplicadas em um programa de intervenção, com tutoria, baseados no modelo multicamadas. O modelo apresentou, ainda, uma efetividade, em relação à diminuição de casos falso-positivos no que diz respeito ao

transtorno, e possibilitou uma forma de contribuir no processo de escolarização de crianças com dislexia.

Em relação ao estudo conduzido por Almeida *et al.* (2016), o objetivo foi adaptar e colocar em prática o modelo multicamadas no contexto educacional brasileiro, e respeitar as especificidades de nossa realidade socioeconômica e sistema de ensino. Houve a participação de 51 crianças, das quais 26 pertenciam à turma A (14 meninas e 12 meninos) e 25 pertenciam à turma B (11 meninas e 14 meninos). Destes, apenas 10 não responderam à intervenção da Camada 1 e foram encaminhados à Camada 2. Os resultados indicaram avanço significativo da maioria das crianças (de ambas as salas) em diferentes tarefas, e demonstrou que a intervenção contribuiu, positivamente, na elevação dos níveis dos processos léxicos e de identificação de letras.

Andrade, Andrade e Capellini (2013) conduziram, provavelmente, a primeira investigação no Brasil do modelo multicamadas. Participaram do estudo 45 escolares do segundo ano do Ensino Fundamental, com idade média de 7 anos e 4 meses, de quatro salas de uma rede particular de ensino da cidade de Marília (SP). O referido estudo abriu um espaço para pesquisas na área e indicou o grande potencial do desenvolvimento de instrumentos de baixo custo, para aplicação no ambiente escolar, que auxiliem na identificação precoce, sobretudo dos transtornos da atenção e da aprendizagem da leitura. Tal estudo corrobora com Brites e Almeida (2021), que apontaram a ampliação do nosso conhecimento, acerca de intervenções pedagógicas e práticas eficazes, junto aos alunos com dificuldades de aprendizagem, a partir da aplicação do modelo multicamadas.

De acordo com Cardoso *et al.* (2021), em estudo realizado com 4.184 crianças, com idades entre 6 e 8 anos, de ambos os sexos, foi possível observar a melhora nas dimensões temporais e também nos sistemas de atenção, memória e funcionamento executivo de crianças submetidas a intervenções neuropsicopedagógicas, e impactar positivamente o desempenho acadêmico dos participantes, uma vez que obtiveram aumento significativo de acertos após as intervenções.

Dessa forma, acreditamos que uma intervenção neuropsicopedagógica compatível com o sistema nervoso e que utilize como instrumento o modelo multicamadas tem muito a oferecer ao contexto educacional brasileiro, se levarmos em consideração os grandes desafios, que precisam ser enfrentados e suplantados.

4 Métodos educacionais desatualizados

Garantir que todos tenham acesso à educação, não é o suficiente para que os alunos desenvolvam-se de acordo com as suas potencialidades e individualidades. Propostas de mudança na educação nacional não podem e não devem estar baseadas apenas em opinião, ideologias, vantagens políticas ou até mesmo modismos. É preciso avançar, como já ocorre em outros países, no embasamento em evidências científicas, para que as mudanças tragam consigo resultados que são comprovados. Além disso, é essencial contar com profissionais e ferramentas, que nos possibilitem verificar quem realmente aprende ou não.

De acordo com Brites e Oliveira (2021), a educação é responsável pelas mudanças de um povo ao longo do tempo, através da transmissão de conhecimentos. Está presente em qualquer tipo de sociedade, é um processo importante de socialização, que integra o indivíduo ao meio social e seus conhecimentos são passados de geração a geração. Além disso, de acordo com Machado e Capellini (2014), tem sido crescente o número de crianças com dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita no contexto escolar. Elas apresentam, em diferentes graus, alguma dificuldade de aprendizagem. Para Andrade, Andrade e Capellini (2014), às dificuldades de aprendizagem, ou baixo rendimento escolar, podem ser determinados como um rendimento abaixo do que é previsto nas competências de leitura-escrita e matemática e não se referem unicamente a transtornos de aprendizagem. Podem apresentar fatores externos ao ambiente escolar, que os influenciam, e fatores neurológicos. Segundo eles, os casos de baixo rendimento escolar têm suas origens que podem ser decorrentes de fatores ambientais, que

estão fora da escola (aspectos socioculturais, socioafetivos, desajuste pedagógico *etc.*) ou casos reais de Transtorno de Aprendizagem (TA) e, portanto, de origem genético-neurológica. Porém, os fatores ambientais também podem agravar os casos de TA. Para uma ação escolar de identificação e intervenção precoces, é primordial saber diferenciar as duas situações (ANDRADE, ANDRADE; CAPELLINI, 2014).

Fazer essa distinção não é um processo simples. Requer dedicação, organização e principalmente, embasamento científico, para que os resultados sejam seguros e verdadeiros. Devemos levar em consideração, que a prevenção é sempre o melhor caminho, pois quanto mais o tempo passa, maiores serão os desafios na busca por uma aprendizagem de qualidade. De acordo com Almeida *et al.* (2016), as chances de êxito são grandes em caso de identificação precoce das dificuldades, e, segundo estudos, a prevenção é extremamente importante. Não existe no Brasil ainda, uma política nacional de prevenção e acompanhamento de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. O modelo diagnóstico utilizado, atualmente, em nosso país, é o QI-rendimento. Andrade, Andrade e Capellini (2014), enfatizam que a grande desvantagem, desse modelo, é ter que esperar até o 4º ano para confirmar, com segurança, um diagnóstico definitivo. Dessa forma, o aluno convive durante muito tempo com a dificuldade de aprendizagem, sem receber uma intervenção adequada que poderia auxiliá-lo no processo, durante uma fase em que o cérebro está mais apto a se adaptar a novos comportamentos.

Andrade, Andrade e Capellini (2013) descrevem que aguardar pelo surgimento de uma possível discrepância QI-rendimento até o 4º ano, impede o escolar com baixo rendimento de receber as intervenções apropriadas às suas dificuldades, em fases de maior neuroplasticidade, conseqüentemente, mais apropriadas para a intervenção, ou seja, no início da fase de alfabetização ou até antes.

No Brasil, apesar das muitas reformas pelas quais a educação passou, nas últimas décadas, quase não houve melhoria no desempenho acadêmico dos alunos. Antes do período pré-pandêmico, essa já era uma realidade. Após essa fase tão delicada, a situação só tende a se agravar. A

falta de tempo dos responsáveis para acompanhar o desenvolvimento escolar de seus filhos, também já era uma realidade, antes da pandemia. Quando levamos em consideração os muitos ajustes, que foram necessários ao longo do enfrentamento a essa emergência sanitária, esse cenário tornou-se ainda pior. Desafiados por momentos para os quais ninguém estava preparado, a situação se agravou e os obstáculos tomaram proporções maiores. Os alunos ficaram afastados da convivência escolar, durante um longo período de tempo, privados da riquíssima aprendizagem e da partilha de experiências com seus pares, o que é de extrema importância para o desenvolvimento humano. Restou-lhes apenas uma tela de computador, *tablet* ou celular, como suporte para o seu aprendizado. Estima-se que mundialmente 72% dos estudantes na faixa etária da educação básica foram impactados (UNICEF, 2021).

Além disso, é preciso levar em consideração o enorme número de alunos que não teve acesso nenhum à educação, durante todo este tempo, por não contarem com serviços de internet e equipamentos adequados. A situação que já era grave enfrenta, atualmente, desafios incalculáveis. Torna-se necessário um trabalho muito bem estruturado e planejado que coloque em prática e baseie-se em evidências científicas, para melhorar a forma de ensinar e, conseqüentemente, a forma dos alunos aprenderem (DIAS-TRINDADE; CORREIA; HENRIQUES, 2020).

5 A importância de novos profissionais e modelos educacionais

Nessa perspectiva que compreende um enorme desafio, apresentamos um profissional que é profundo conhecedor da aprendizagem humana, detentor de uma base forte para auxiliar neste processo: o Neuropsicopedagogo Institucional. De acordo com Russo *et al.* (2020), cabe ao Neuropsicopedagogo, a partir de um determinado objetivo, observar aspectos específicos da aprendizagem em circunstâncias estabelecidas, a fim de identificar subsídios, que são examinados de acordo com os conhecimentos e práticas próprias dele. O interesse maior é o aperfeiçoamento dos processos característicos de

uma pessoa ou grupo na área da aprendizagem, com propósito de promover reintegrações pessoal, social e escolar dos indivíduos.

O Neuropsicopedagogo considera que o sistema nervoso não aprende sozinho e sim o indivíduo em sua totalidade. Compreende que o ser humano é composto por peculiaridades de sua formação biológica, social, cultural e psicológica. Em sua prática, considera aspectos orgânicos, específicos, emocionais, pedagógicos e sociais. Russo *et al.* (2020) enfatizam que o Neuropsicopedagogo Institucional realiza um trabalho que almeja o desenvolvimento de todos os alunos, inclusive os que não apresentam dificuldades de aprendizagem. Porém, auxilia mais aqueles que apresentam maiores dificuldades, e exerce, assim, o papel inclusivo.

Em estudo recente, em que foram avaliados os efeitos de uma intervenção neuropsicopedagógica (INPp) no desempenho escolar de alunos com dificuldades de aprendizagem de 4.184 crianças de ambos os sexos, os resultados foram muito promissores. De acordo com Cardoso *et al.* (2021), as crianças foram divididas em quatro grupos: A1 – 1151 crianças que não apresentavam TA e realizaram a INPp; A2 – 1151 crianças sem TA que não realizaram INPp; B1 – 942 crianças que apresentaram DA e realizaram INPp; B2 – 942 crianças com DA e que não realizaram INPp. Foi possível verificar, através dos resultados, que no grupo de alunos A1 (de crianças que não apresentavam transtornos de aprendizagem), houve um aumento de 16% ($p > 0,05$) no número de acertos. No grupo B1 (de crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem), houve um aumento de 46,23% ($p > 0,01$) no número de acertos após a intervenção neuropsicopedagógica (CARDOSO *et al.*, 2021).

Em outro estudo, Cardoso *et al.* (2021) avaliaram os efeitos de uma intervenção neuropsicopedagógica ludomotora no desenvolvimento acadêmico de 102 escolares, com idade entre 07 e 08 anos. Os resultados obtidos demonstraram, mais uma vez, os efeitos positivos de uma intervenção neuropsicopedagógica e estão de acordo com outros estudos, que também mostram uma melhora significativa no

desempenho de crianças em tarefas que envolvam memória de trabalho e flexibilidade cognitiva, após realização de intervenção motora.

Portanto, o Neuropsicopedagogo é um profissional especializado, que se apresenta como elemento de extrema relevância, na valorização dos potenciais humanos e nas práticas inclusivas, com importantes contribuições a serem feitas às instituições de ensino e às situações que nela são vivenciadas.

6 O modelo de resposta à intervenção

Apresentamos como ferramenta para o desenvolvimento do trabalho neuropsicopedagógico institucional, o modelo multicamadas, também conhecido como RTI (Modelo de Resposta à Intervenção).

Para Andrade, Andrade e Capellini (2014), os modelos de resposta à intervenção são reconhecidos pela identificação e intervenção precoces. As avaliações devem ser elaboradas de acordo com o currículo e com acompanhamento permanente da resposta à intervenção dos alunos identificados, como prováveis para dificuldades de aprendizagem. É um modelo que, além de auxiliar na identificação precoce de alunos com dificuldades de aprendizagem, previne o insucesso escolar. Ele ajuda a identificar alunos que não acompanham o nível de aprendizagem da turma e assegura uma instrução de qualidade e monitoramento, durante todo o processo. Além disso, apresenta a possibilidade de realizar essa intervenção de qualidade adequada às necessidades dos educandos, dentro do próprio ambiente escolar, com a presença do olhar do professor (que é profundo conhecedor de seus alunos), antes que eles sejam encaminhados ao atendimento especializado. Acompanhar os alunos, no cotidiano escolar, nos oferece condições de perceber aquele que apresenta dificuldades, pois ele está inserido num grupo/classe, que nos permite compreender, com mais clareza os que apresentam um desempenho abaixo do que é esperado (ANDRADE, ANDRADE e CAPELLINI, 2014).

Brito, Seabra e Macedo (2018) relatam que, em resumo, o modelo multicamadas se fundamenta no próprio retorno do aluno ao

ensinamento de excelente qualidade, para, assim, definir os melhores caminhos para a aprendizagem. Em estudo, os autores realizaram a adaptação da primeira camada do referido modelo e constataram, através dos resultados obtidos, que ele também é eficaz quando aplicado em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental. Observaram avanços consideráveis, no desempenho dos alunos, após intervenções sistematizadas. Conseqüentemente, o modelo pensado inicialmente, para intervenção precoce, demonstrou aplicabilidade, também de maneira remediativa, por se tratar do final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Matos *et al.* (2020) ressaltam a importância da atenção do professor em relação à resposta dos alunos à intervenção, para que possam oferecer atividades em níveis adequados (nem muito fáceis, nem muito difíceis), e um maior envolvimento deles. Os autores desenvolveram e adaptaram uma proposta de intervenção, para estimulação de consciência fonológica de alunos moçambicanos de 4 a 6 anos, seguindo o modelo multicamadas, e concluíram que futuros estudos deverão ser conduzidos, para investigar a eficácia do programa. Porém, foi um passo importante para o desenvolvimento de um instrumento eficaz.

Silva, Luz e Mousinho (2012) enfatizam ainda que, segundo estudos, o modelo multicamadas se apresenta como uma intervenção importantíssima para o ambiente escolar. A partir de sua pesquisa, verificaram que as oficinas de estimulação, que utilizaram o modelo multicamadas foram eficazes, pois demonstraram melhora nos parâmetros de velocidade de leitura em PPM (palavra por minuto) e em compreensão textual, com reflexos positivos na vida escolar. Defensores do modelo salientaram que ele possibilita reconhecer os alunos, que não conseguem acompanhar o nível de desenvolvimento da turma. Sugere-se que o modelo de intervenção multicamadas assegure uma instrução de qualidade e monitoramento do processo e, com isso, tem papel fundamental na definição de todas as dificuldades de aprendizagem.

Neste sentido, estudos neuropsicopedagógicos recentes demonstram a eficácia da intervenção por camadas. Entretanto, vale ressaltar que, segundo os resultados obtidos por Cardoso *et al.* (2021), o

modelo apresenta-se como cíclico, ou seja, compreende etapas, que aliadas às etapas escolares, promovem estratégias eficazes, no desenvolvimento de estudantes com ou sem dificuldades de aprendizagem, igualmente os com ou sem transtornos do neurodesenvolvimento.

Outros estudos, também aplicados através de intervenções multicamadas, confirmaram, inclusive, evidências de que os desenvolvimentos cognitivos e psicomotores estão intimamente ligados (CARDOSO *et al.*, 2021), ao reafirmar a importância do treinamento motor na plasticidade do sistema nervoso central.

O modelo multicamadas, geralmente, é apresentado no formato de uma pirâmide, que apresenta as diferentes camadas de intervenção ofertadas aos alunos e, embora seja um procedimento já consolidado nos EUA, é bastante utilizado por Neuropsicopedagogos e é relativamente novo aqui no Brasil. Essa forma de pirâmide adotada, para exemplificar o modelo, procura demonstrar que ele é dividido em três camadas, nas quais as atividades intensificam-se, de acordo com as respostas dos próprios alunos.

Na base da pirâmide, fica a Camada 1, que visa uma intervenção preventiva. Após avaliar todos os alunos cognitivamente e academicamente, são aplicadas intervenções que devem ocorrer pelo menos três vezes na semana, com pelo menos 15 minutos de duração, utilizando atividades baseadas em evidências científicas, que são aplicadas a todos os alunos da classe. Andrade, Andrade e Capellini (2014) descrevem que a Camada 1 visa uma intervenção preventiva e a investigação de escolares, que apresentam probabilidade, para transtornos de aprendizagem. Após avaliar todos os alunos, eles recebem atividades, com base em evidências científicas, no próprio ambiente da sala de aula.

Na Camada 2, serão atendidos os alunos, que não se beneficiaram da primeira instrução, oferecida na Camada 1. Nesta fase, as sessões contarão com menor número de alunos, maior conteúdo e tempo de duração. Geralmente, caracterizam-se por grupos de 3 a 6 alunos e podem ser aplicadas diariamente em sessões de 30 minutos, ou de três a quatro vezes por semana em sessões de 45 minutos, no contraturno

escolar. Andrade, Andrade e Capellini (2014) descrevem que a segunda camada caracteriza-se por intervenções, baseadas em instruções mais individualizadas e fortes, para aqueles alunos que, embora tenham recebido intervenções com base em evidências científicas, apresentaram resposta abaixo do grupo/classe. Aumenta-se o tempo de instrução de qualidade e diminui-se o número de integrantes dos grupos, a fim de que eles recebam uma atenção maior.

Após passarem pelas Camadas 1 e 2 de intervenção, a maioria dos alunos tem dificuldades de aprendizagem remediadas. A Camada 3 é indicada somente para os alunos que apresentam dificuldades persistentes e que não se beneficiaram das camadas 1 e 2. Eles deverão ser encaminhados para avaliação individual, com profissionais especializados, de acordo com as dificuldades apresentadas, que deve ser intensiva e de longa duração. Brites e Almeida (2021) relatam que na Camada 3 a intervenção é realizada fora do ambiente escolar, de maneira individual, intensa e por um profissional especializado, que irá acompanhar a criança, semanalmente, em sessões de até 50 minutos por dia, para analisar, juntamente com uma equipe multidisciplinar, se realmente as dificuldades se assemelham com um transtorno do neurodesenvolvimento. Em decorrência, ele poderá sugerir algum encaminhamento mais específico.

Para Tomo e Siteo (2020), o modelo RTI foi concebido e, portanto, já é bem consistente nos EUA e existem evidências de sua aplicação também em alguns países da Europa. A partir da realização de um estudo qualitativo, cujo objetivo visa construir, avaliar e validar um instrumento para identificação e atendimento de alunos, com necessidades educativas especiais, em escolas regulares do ensino primário em Moçambique, os pesquisadores consideraram o modelo prático, viável e acessível, no referido cenário.

Machado e Almeida (2014) pontuam a associação do modo de ensinar e da mediação, para o ensino de determinado conteúdo. Concluíram, a partir de sua pesquisa, que pretendeu verificar a eficácia de um programa, baseado no modelo multicamadas, para escolares com dificuldades em leitura e escrita, que esse tipo de abordagem tem

potencial para reduzir as dificuldades encontradas. Os resultados demonstraram, mais uma vez, a eficácia do modelo multicamadas, que reafirma a importância do monitoramento, para a construção de práticas pedagógicas, melhora com evidências significativas, referentes ao desempenho dos alunos, nas tarefas trabalhadas (leitura e escrita).

Já o estudo realizado por Brito, Seabra e Macedo (2018), que contou com a participação de 22 alunos com idade entre 10 e 11 anos, do 5º ano do Ensino Fundamental salienta que, embora o modelo tenha sido pensado para aplicação nos anos iniciais, apresentou excelentes resultados também, quando aplicado no ciclo final do Ensino Fundamental I. Os testes utilizaram atividades e estratégias, com base em evidências científicas, conforme recomendado no modelo multicamadas e foram aplicados no início, meio e final do ano letivo. Os resultados indicaram uma evolução estatisticamente significativa no desenvolvimento dos alunos, ao longo do ano escolar, e apontou a relevância de pesquisas científicas neste sentido.

Ao analisarmos o estudo de Cardoso *et al.* (2021), percebemos que demonstra a eficácia do modelo no trabalho neuropsicopedagógico, pela sua aplicabilidade em períodos curtos, que trabalham as habilidades das funções executivas atreladas a atividades visuomotoras, de lógica, memória e cognição. Observamos que ele se contrapõe às proposições de trabalhos, como o de Machado e Almeida (2014) e Andrade, Andrade e Capellini (2014), os quais defendem intervenções mais longas, que compreendam cerca de 60 minutos.

A partir da análise de vários artigos, que tratam da aplicabilidade do modelo de intervenção multicamadas, foi possível constatar resultados promissores, em diferentes contextos. Ele certificou ser um modelo flexível, que pode ser adaptado a diferentes realidades, necessidades ou situações educacionais. Evidenciou aplicabilidade, na busca por melhores condições de aprendizagem, baseadas em evidências científicas, onde todos tenham a oportunidade de aprender, de acordo com as suas capacidades e individualidades.

7 Conclusões

Estudos anteriores já apontavam a necessidade da formação e presença, no ambiente escolar, de um profissional habilitado, ciente das questões de aprendizagem, com base em conhecimentos de Neurociências aplicada à educação. O presente trabalho nos possibilitou assimilar que, tanto a presença do Neuropsicopedagogo Institucional, quanto a utilização de instrumentos, que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos, são fatores de extrema relevância para impulsionar os avanços necessários, no contexto educacional brasileiro. O Neuropsicopedagogo Institucional, como profundo conhecedor da aprendizagem humana, tem como papel fundamental articular, atuar entre todos os profissionais da escola e preparar os professores, em relação ao conhecimento e aplicação de métodos cientificamente comprovados. O modelo de intervenção multicamadas, embora faça parte do trabalho neuropsicopedagógico institucional, tenha como objetivo prevenir e remediar dificuldades de aprendizagem, ainda é pouco conhecido e utilizado no ambiente escolar brasileiro como um todo.

Ao atingir uma compreensão maior dessa realidade, procuramos demonstrar que uma intervenção de qualidade, baseada em evidências científicas, pode ser realizada dentro do ambiente escolar, antes de encaminhar os alunos para um atendimento especializado. O Neuropsicopedagogo Institucional é um importante aliado, neste processo, ao utilizar como ferramenta, o modelo de intervenção multicamadas.

Através de uma revisão de literatura, foi possível selecionar artigos e livros que embasaram e comprovaram a eficiência do modelo multicamadas, na identificação precoce de alunos de risco, para transtornos de leitura e escrita, em oficinas de estimulação e como estratégia de prevenção aos transtornos de aprendizagem. Observou-se que o instrumento discutido e apresentado evidenciou resultados muito promissores, na identificação e, principalmente, no acompanhamento de alunos, com baixo rendimento escolar e dificuldades de aprendizagens,

tanto nos anos iniciais, quanto finais do ensino fundamental, dentro e fora do Brasil: um importante aliado no combate ao insucesso escolar, na identificação precoce e acompanhamento preventivo dos alunos.

Após estudos realizados, constatamos que a aplicação do modelo multicamadas possibilitou diversas contribuições, nas estratégias de avaliação e intervenção escolares, junto aos conhecimentos e orientações do neuropsicopedagogo institucional.

Dentre as várias contribuições, podemos destacar: o desenvolvimento de uma proposta de intervenção para estimulação de consciência fonológica, em alunos moçambicanos pré-escolares e do primeiro ano; eficácia no monitoramento de tarefas de leitura, em escolares com dificuldade de leitura e escrita; prevenção e acompanhamento de alunos, que apresentam risco de transtornos escolares; melhoria nos sistemas de atenção, memória e funcionamento executivo e conseqüentemente, no desempenho acadêmico; reforço de evidências sobre a interação entre desenvolvimento motor e cognição, entre outros. Apesar de ser um modelo inicialmente pensado para identificação precoce, os resultados foram excelentes também, quando aplicado nas turmas finais do Ensino Fundamental I.

Apresentou-se, portanto, como uma resposta satisfatória ao problema inicial deste estudo, pois o modelo de intervenção possui um caráter flexível, com resultados promissores. Pode ser adaptado a diferentes contextos e ocasiões, em relação aos alunos e ao ambiente escolar, que estão inseridos, tendo como orientador desse processo o Neuropsicopedagogo Institucional.

Evidencia-se que discussões que contemplem os efeitos do modelo de intervenção multicamadas, ainda são necessárias no Brasil. Apesar de ser um instrumento, que já faz parte da rotina Neuropsicopedagógica Institucional e da realização de algumas pesquisas recentes, que demonstram sua eficácia, ele ainda é pouco difundido e aplicado no ambiente educacional brasileiro. São necessários mais estudos realizados e divulgados, para que a sua aplicação, beneficie um número maior de alunos e professores.

Referências

- ALMEIDA, Roselaine Pontes de *et al.* Prevenção e remediação das dificuldades de aprendizagem: adaptação do modelo de resposta à intervenção em uma amostra brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 611-630, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216632>. Acesso em: 26 nov 2021.
- ANDRADE, Olga Valéria C. A.; ANDRADE, Paulo Estêvão; CAPELLINI, Simone Aparecida. Caracterização do perfil cognitivo-linguístico de escolares com dificuldades de leitura e escrita. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 27, p. 358-367, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427217>. Acesso em: 6 dez 2021.
- ANDRADE, Olga Valéria; ANDRADE, Paulo Estêvão; CAPELLINI, Simone Aparecida. Identificação precoce do risco para transtornos da atenção e da leitura em sala de aula. **Psicologia: teoria e pesquisa [online]**, v. 29, n. 2, p. 167-176, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200006>. Acesso: 6 dez. 2021
- ANDRADE, Olga Valéria; ANDRADE, Paulo Estêvão; CAPELLINI, Simone Aparecida. **Modelo de Resposta à Intervenção: RTI**: como identificar e intervir com crianças de risco para os transtornos de aprendizagem. São José dos Campos, SP: Pulso Editorial, 2014.
- BATISTA, Mariana; PESTUN, Magda Solange. O Modelo RTI como estratégia de prevenção aos transtornos de aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, 2019.
- BRITES, Luciana; ALMEIDA, Roselaine Pontes **Educação baseada em evidências**: o que todo professor precisa saber. Londrina, PR: Neurosaber, 2021.
- BRITO Gabriel Rodriguez, SEABRA, Alessandra Gotuzo, MACEDO, Elizeu Coutinho de. Implementação do Modelo de Resposta à Intervenção em uma classe de 5º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino: relato de experiência. **Revista Psicopedagogia**, v. 35, n. 106, p. 82-93, 2018.
- CARDOSO, Fabrício Bruno; LOUREIRO, Vitor da Silva; SOUZA, Solange; PINHEIRO, Juliana; FULLE, Angelita; RUSSO, Rita Margarida T.; ESTEVES, João Vitor Galo; CARVALHO, Alyne dos Santos; SHOLL-FRANCO, Alfred. The effects of Neuropsychopedagogical Intervention on Children With Learning Difficulties. **American Journal of Educational Research**, v. 9, n. 11, p. 673-677, 2021. Disponível em: <http://pubs.sciepub.com/education/9/11/3/>. Acesso em: 16 nov 2021.
- CARDOSO, Fabrício Bruno; BRAGA, Lucianara; ABREU, Deizeane da Costa; LOUREIRO, Vitor da Silva; ESTEVES, João Vitor Galo; CARVALHO, Alyne dos Santos; SHOLL-FRANCO, Alfred. The effects of neuropsychopedagogical ludomotora intervention on the academic performance of children with learning difficulties. **International Journal of Health Science**, v. 01, p. 1-9, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642776>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- COOPER, Harris. **Research synthesis and meta-analysis**: a step-by-step approach. Thousand Oaks, CA: Sage. 2010.
- CRUICKSHANK William M. A new perspective in teacher education: the neuroeducator. **Journal of Learning Disabilities**, v. 14, n. 6, p. 337-341, 1981.

DIAS-TRINDADE, Sara; CORREIA, Joana Duarte; HENRIQUES, Susana. Ensino remoto emergencial na educação básica brasileira e portuguesa: a perspectiva dos docentes. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 1-23, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/14426>. Acesso em: 10 out. 2021.

FULLER, Jocelyn K.; GLENDENING, James G. (1985). The neuroeducator: Professional of the future. **Theory Into Practice**, v. 24, n. 2, p. 135-137, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00405848509543161>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MACHADO, Andréa Carla; CAPELLINI, Simone Aparecida. Tutoria em leitura e escrita baseado no modelo de RTI – resposta à intervenção em crianças com dislexia do desenvolvimento. **Revista CEFAC**, v. 16, n. 4, p. 1161-1167, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201415412>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA, Maria Amélia. Desempenho em tarefas de leitura por meio do modelo RTI: resposta à intervenção em escolares do ensino público. **Revista Psicopedagogia**, v. 29, n. 89, p. 208-214, 2012.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA, Maria Amélia. O modelo RTI: resposta à intervenção como proposta inclusiva para escolares com dificuldades em leitura e escrita. **Revista Psicopedagogia**, v. 31, n. 95, p. 130-143, 2014.

MATOS, Lilian Meibach Brandoles de *et al.* Proposta de atividades para estimulação da percepção dos sons e das rimas em crianças moçambicanas. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 20, n. 2, p. 105-122, dez. 2020.

MEDINA, Eugenia Urra; PAILAQUILÉN, René Maurício Barria. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 824-831, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCE). **A educação no Brasil: uma perspectiva internacional**. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>. Acesso em: 28 nov 2021.

RUSSO, Rita Margarida Toler (Org.). **Neuropsicopedagogia Institucional**. Curitiba, PR: Juruá, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA. Resolução SBNPp N° 04, de 04 de maio de 2020. Dispõe sobre o Código de ética-técnico-profissional da Neuropsicopedagogia e suas alterações. Joinville, SC: SBNPp, 2020.

SILVA, Bartira; LUZ, Thamires; MOUSINHO, Renata. A eficácia das oficinas de estimulação em um modelo de resposta à intervenção. **Revista Psicopedagogia**, v. 29, n. 88, p. 15-24, 2012 .

TOMO, Cristina Daniel; SITOIE, Arlindo Alberto. Adaptação do modelo resposta-à-intervenção para identificação de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 9, n. 3, p. 280-294, 2020.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2021.

Sobre os autores

Vitor da Silva Loureiro

Graduado em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Especialização pela Gestão Escolar pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Especialização Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Inclusiva pela Faculdade CENSUPEG. Mestrando em Formação de Gestores Escolares pela Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID). Pesquisador no Laboratório de Inovações Educacionais e Estudos Neuropsicopedagógicos (LIEENP) da Faculdade CENSUPEG.

Email: vitor.loureiro@censupeg.com.br

Claudia Aparecida Mendonça de Souza

Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC). Especialista em Neuropsicopedagogia Institucional e Educação Especial Inclusiva na Faculdade CENSUPEG. Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Inovações Educacionais e Estudos Neuropsicopedagógicos (LIEENP) da Faculdade CENSUPEG.

Email: clauams@yahoo.com.br

Fabrício Bruno Cardoso

Graduado em Educação Física e mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco (UCB). Doutor em Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Laboratório de Inovação Educacional e Estudos Neuropsicopedagógicos (LIEENP) da Faculdade de Ciência, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão (Faculdade CENSUPEG) em São Fidélis (RJ).

Email: fabricao@censupeg.com.br

Histórico

Recebido em: 28/07/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Bioética: perda da autonomia como consequência do paternalismo no processo do envelhecimento

Bioethics: loss of the autonomy as a consequence of the paternalism in the aging process

Sara Azevedo de Matos

Graduada em Nutrição pela UNINOVE. Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela USJT

Dante Ogassavara

Graduado em Psicologia e Mestrando em Ciências do Envelhecimento pela USJT

Jeniffer Ferreira-Costa

Graduada em Psicologia pela USJT

Thais da Silva-Ferreira

Graduada em Psicologia pela USJT

José Maria Montiel

Doutor em Psicologia pela USF. Professor da USJT

Resumo: A autonomia é essencial para o processo de envelhecimento e resulta de decisões tomadas ao longo da vida que devem ser equilibradas buscando benefícios e preservando a dignidade humana e a vida. Considerando tais premissas, o objetivo do presente estudo foi verificar como ocorre o processo do paternalismo, analisando o reconhecimento do idoso sobre a autonomia de sua saúde até o paternalismo total de cuidado. Para tal, foi realizada uma revisão da literatura, com a pretensão de reunir conhecimentos e fundamentos desta temática. Os idosos geralmente experimentam maior independência e, com isso, uma maior probabilidade de terem seus interesses e valores reconhecidos. No que tange aos cuidados especializados, sejam em clínicas, hospitais ou instituições de longa permanência, o principal mecanismo para respeitar a autonomia do idoso é por meio do consentimento. Baseado nos achados científicos, cabe ressaltar que a Bioética tem um papel fundamental na formação da reflexão acerca da autonomia do idoso. Destaca-se que o paternalismo é o oposto do cuidado centrado na pessoa ou, melhor ainda, cuidado direcionado à pessoa.

Palavras chave: Paternalismo. Envelhecimento. Bioética.

Abstract: Autonomy is essential for the aging process and the result of decisions made throughout life. The responsibility for decisions has to be a balance seeking benefits and preserving human dignity and life. Considering these premises, the objective of the present study was to verify how the process of paternalism occurs, analyzing the recognition of the elderly about the autonomy of their health to the total paternalism of care. For this, a literature review was carried out, with the intention of gathering knowledge and fundamentals of this theme. As a result, the elderly generally experience greater dependence and, therefore, are more likely to have their interests and values replaced. In the context of specialized care, whether clinics, hospitals or long-stay institutions, the main mechanism to respect the autonomy of the elderly is through consent. Based on scientific findings, it is worth noting that Bioethics has a fundamental role in the formation of reflection on the autonomy of the elderly. It is noteworthy that paternalism is the opposite of person-centered care or, better yet, person-oriented care.

Keywords: Paternalism. Aging. Bioethics.



1 Introdução

O exercício do direito de liberdade em ter sua autonomia é de vital importância para os indivíduos idosos, visando assegurar sua integridade física, psicológica e moral. Segundo Robert M. Veatch (1981), todos os seres humanos são sujeitos morais que devem ser tratados com o respeito e os cuidados que lhes são devidos como seres humanos, pautando-se na dignidade humana, podendo responder pelos atos que decidem praticar livremente. Entretanto, é necessário desenvolver uma compreensão consistente sobre a percepção da autonomia e sua contraposição com o paternalismo, principalmente no contexto de atendimento em saúde.

É essencial que a autonomia dos sujeitos seja preservada para que se alcance o melhor desempenho do processo de envelhecimento possível, havendo abertura para que sejam tomadas decisões conforme o direito individual de liberdade de cada indivíduo. Considera-se que toda pessoa, a depender do grau de discernimento, tem o direito de realizar escolhas individuais na construção do seu autocuidado, apesar da capacidade de autonomia ou dependência física (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2009). Negar esse direito aos idosos, na visão relacional, é uma grave falha ética, tanto em função do desprezo por sua autonomia quanto em função das graves consequências físicas, psicológicas e morais no processo do envelhecimento (PELLEGRINO, 1988).

Ademais, no campo da bioética são estabelecidos quatro princípios norteadores que aventam a reflexão sobre as condutas a serem adotadas na área da saúde, sendo elas o princípio da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça (SEGRE; SILVA; SCHRAMM, 1998). Nestes moldes, a responsabilidade da tomada de decisão se encontra em busca de um equilíbrio que permita gozo de benefícios e preserve a dignidade humana, assim como a própria vida (ELLIOTT, 2001). Conforme definido por Komrad (1983), a condição de desconsiderar a autonomia de um indivíduo e impor posicionamentos sobre o mesmo, seja invalidando seu discernimento ou aptidão, pode ser entendido como o paternalismo, sendo um conceito aplicável em diferentes contextos sociais.

Mediante o exposto, o problema central da análise reside na questão: Quais desdobramentos acerca do processo paternalista no cuidado e a aplicação do princípio da autonomia no processo de envelhecimento? O presente trabalho tem como objetivo geral verificar como amenizar o processo do paternalismo, tendo em vista a importância do reconhecimento da autonomia do sujeito idoso. É destacado também elementos relacionados à atuação de profissionais de saúde e o resguardo de suas responsabilidades diretas e indiretas sobre a aplicação do princípio da autonomia. Sendo assim, é relevante a investigação por meio dos materiais científicos existentes acerca da necessidade e da possibilidade de reconhecimento do processo que o idoso pode passar entre a autonomia de sua saúde até o paternalismo total de cuidados.

Por fim, visa-se explicar sobre as necessidades da participação dos idosos em seus cuidados, enaltecendo a autonomia através de práticas como escuta ativa, decisões compartilhadas para a preservação da dignidade do envelhecimento, do autocuidado, do processo saúde/doença, integridade física e moral do idoso, como também a responsabilização pela perda das realizações de sua vontade, por eventual cuidado excessivo por parte de seus cuidadores, como também pelos profissionais de saúde.

Diante de tal questionamento, a hipótese abrangida é que nos atendimentos tradicionais, os familiares, os cuidadores e muitas vezes os profissionais de saúde esperam tomar a melhor decisão para os idosos, desconsiderando sua capacidade e vontade (GOODMAN, 2013; BOLLIG *et al.*, 2016). Dependendo da condição do idoso, ele pode necessitar de cuidados, amparo, companhia, proteção ou mesmo nenhum deles (MOREIRA, 2012). No entanto, as pessoas envolvidas em seu cuidado acabam subestimando as habilidades do idoso, fornecendo ajuda desnecessária e restringindo suas atividades.

2 Metodologia

Para a realização da análise proposta será utilizada a técnica de revisão da literatura, por possuir como características primordiais os estudos teóricos realizados em artigos, livros, publicações e outros tipos de leitura de índole científica. Dessa forma, a natureza deste artigo é qualitativa, com a pretensão de reunir conhecimentos relativos e fundamentados e propor novos estudos com essa temática (CAMPBELL; MACHADO, 2013; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Compreender as dimensões e complexidades que envolvem as relações dos profissionais de saúde, os cuidadores e os pacientes são importantes para entender o paternalismo e os seus limites. A Bioética proporciona o conhecimento dessa relação, trazendo aspectos importantes, como consentimento do paciente, reconhecimento da autonomia e suas limitações. Defendendo que o idoso deve ter o poder de decisão no que diz respeito à própria saúde e vida (MOREIRA, 2012; SCANLON, 1988); cabendo aos profissionais de saúde, portanto, orientá-lo e ajudá-lo em suas escolhas, compartilhando a responsabilidade do processo.

3 Desenvolvimento

O paternalismo é um componente crítico do envelhecimento saudável. Embora exista a necessidade de proteger os idosos contra riscos potenciais, elevar o nível de consciência pode ser mais apropriado (TAVARES; PIRES; SIMÕES, 2011). Os excessos de preocupações podem ser um elemento limitador da autonomia de forma muito significativa, anulando inconscientemente os desejos e a vontade dos idosos. O cuidador e os profissionais, por vezes, anulam a pessoa que é o foco do cuidado, apagando o indivíduo em sua singularidade (FERNANDES; GARCIA, 2010; MARTINS; RODRIGUES, 2004).

A autonomia, para Welford (2012), é viver de acordo com as próprias regras e rastreada até a língua grega significa “autogovernância”. De forma explicativa, Koppelman (2002) acrescenta

entendimento à perspectiva anterior ao sugerir que “decisões autônomas são decisões que refletem o eu ou são tomadas”, ou seja, viver de acordo com as próprias regras.

Em vista disso, o idoso frequentemente é submetido a uma série de decisões externas, diretas ou indiretamente, à qual decorre sua saúde, como: tratamentos, cuidados diários, alimentação, moradia, aposentadoria. Tais decisões com o decorrer da idade e de forma gradativa são perdidas (SCANLON, 1988). Mediante a este cenário, outras pessoas capturam essas decisões e no caso dos atendimentos em saúde, a excessiva preocupação dos cuidados serem pautados de acordo com cada prescrição de equipes diferentes induz com que esse redirecionamento do atendimento fique com os agentes envolvidos no cuidado. Resultado, perde-se a capacidade de refletir, de escolher e decidir como seus cuidados serão realizados (KITWOOD, 1997).

Estamos habituados ao cuidado excessivo que retira a opção de escolhas no processo de envelhecer, dessa forma, direcionando os comportamentos heterônomos nos atendimentos. Em muitas situações os idosos podem ser forçados ou simplesmente motivados a fazê-los, não pela sua tomada de decisão ou vontade, pois muitas vezes eles não são consultados sobre sua preferência diante dessas situações (PESSINI, 2013). Indubitavelmente, decisões pautadas na autonomia existencial só são legítimas quando tomadas pelo próprio idoso, desde que este esteja informado tornando-se consciente do seu ato, bem como das suas consequências (FONSECA et al., 2010; JUNGES, 1999).

A idade não é, por si só, um fator que incapacite a pessoa de decidir acerca de ações relacionadas com a sua própria saúde. Porém, as vulnerabilidades em decorrência de possíveis doenças e hospitalização associadas com as relações de poder sobre os idosos, podem gerar situações em que o direito à autonomia é violado (TAVARES *et al.*, 2011). Assim, faz-se necessário a criação de vínculos e o desenvolvimento de ações e interações no âmbito da gestão do cuidado para a defesa da autonomia do idoso.

A comunicação é destacada como importante ferramenta de trabalho que, baseada na sensibilidade e na compaixão, possibilita

esclarecer dúvidas sobre a saúde do idoso de forma simples e objetiva (ANDRADE; COSTA; LOPES, 2013). Contudo, os idosos devem ser suficientemente competentes para tomar decisões bem fundamentadas que reflitam seus próprios valores. Nos casos de demência, espera-se que o cuidador responsável pela pessoa idosa, siga quaisquer instruções que foram dadas quando este era competente (MOREIRA, 2012).

A perda da autonomia corre um risco particular no contexto do envelhecimento, devido em grande parte ao aumento da dependência e vulnerabilidade que frequentemente acompanham esse processo (SCANLON, 1988; MARTINS; RODRIGUES, 2004). Com o início da velhice, pode haver diminuição da autonomia e independência dos indivíduos e, com isso, seus interesses e valores podem não ser evidenciados. Por exemplo, há um risco significativo de paternalismo, quando as pessoas que deveriam cuidar incentivam as pessoas idosas a desconsiderar suas próprias preferências, acreditando conhecer todas as necessidades dos idosos diante das tomadas de decisão, buscando garantir o melhor resultado (SIQUEIRA, 2005). Além disso, os idosos podem se sentir impedidos de insistir em seus próprios desejos por medo, pois, ao questionarem, podem vir a ser rejeitados ou abandonados, já que estão sujeitos a suposições estereotipadas sobre a conexão entre envelhecimento e competência reduzida (ALMEIDA; AGUIAR, 2011).

A autonomia admite graus, de modo que uma pessoa pode ter mais ou menos autonomia. Além disso, as maneiras pelas quais a autonomia pode ser limitada são múltiplas: existem muitos tipos diferentes de fatores que podem interferir na capacidade de uma pessoa buscar a autonomia máxima (MARTINS; RODRIGUES, 2004; OLIVEIRA; ALVES, 2010). O ideal de autonomia pressupõe que os pacientes sejam capazes de recorrer a todos os recursos necessários, deliberando objetivamente, chegando a julgamentos independentes e comunicando suas decisões de forma eficaz (FLORES *et al.*, 2010).

Entre os estereótipos associados ao envelhecimento estão a perda de habilidades cognitivas como a memória e a capacidade de aprender novas habilidades e declínio físico (OLIVEIRA; ALVES, 2010). Muitos idosos lutam para manter sua autonomia na saúde e em outros assuntos

(FLORES et al., 2010). Diante de tal discriminação generalizada, é particularmente importante analisar a frequência do paternalismo injustificado em relação aos idosos competentes e fornecer fundamentos para o desenvolvimento de estratégias para proteger os direitos de autonomia dos idosos vulneráveis (MARTINS; RODRIGUES, 2004).

O consentimento informado é uma forma de garantir a autonomia da pessoa idosa em instituições de cuidados especializados, com a adoção dessa estratégia, os pacientes competentes ou seus cuidadores expressam concordância formal com uma terapia proposta após receberem informações claras sobre todas as informações relevantes (ANDRADE *et al.*, 2013). O consentimento informado inclui o direito à recusa informada, uma vez que o respeito pela autonomia implica também respeitar a vontade do paciente em relação à não interferência médica (TAVARES *et al.*, 2011).

De acordo com Rodriguez-Osorio e Dominguez-Cherit (2008), o termo paternalismo vem do latim "*pater*", que significa agir como um pai, ou tratar outra pessoa como uma criança. Embora seja necessário respeitar a autonomia dos idosos que mantêm a competência, nem todo idoso é capaz ou está disposto a assumir a responsabilidade pela tomada de decisões importantes (MARTINS; RODRIGUES, 2004). Certamente, grande parte dos idosos estão seriamente comprometidos em suas capacidades cognitivas, sendo assim, o tratamento paternalista se torna, neste caso, uma parte necessária de seus cuidados gerais (CUNHA *et al.*, 2012).

Às vezes, os cuidadores devem insistir em questões de higiene, medicação ou nutrição, apesar da recusa vigorosa por parte dos idosos confusos (COUTO *et al.*, 2009). De fato, em muitos casos, há um risco mais sério de negligência das necessidades dos idosos e o paternalismo se torna primordial. A manutenção da autonomia do idoso deve prevalecer, mesmo diante de condições adversas em que o indivíduo não tem capacidade para consentir, faz-se necessário que suas necessidades sejam identificadas (FERNANDES-ELOI *et al.*, 2019; GUERRA, 2010; KREUZ; FRANCO, 2017).

Além disso, alguns idosos internalizam crenças e atitudes em relação ao envelhecimento, e quando essas caracterizações são negativas, podem ocorrer a dependência e algum declínio em suas próprias capacidades, resultando em uma diminuição do senso de autoestima e autoconfiança.

Em suma, existem duas categorizações do paternalismo: o paternalismo duro e brando. O paternalismo duro é tipicamente entendido como envolvendo uma parte interferindo nas ações voluntárias e relevantemente informadas ou na tomada de decisões de um agente autônomo por causa desse agente. Já no paternalismo brando envolve uma parte interferindo nas ações ou na tomada de decisões de alguém que não é competente para o bem daquele indivíduo (BEAUCHAMP, 1978; KOMRAD, 1983).

De certo, ambos os tipos de paternalismo envolvem a substituição de uma parte de seu próprio julgamento pelo do indivíduo que é tratado paternalisticamente (SCHERMER, 2002; TAVARES et al., 2011). Infelizmente, ações paternalistas geralmente ocorrem de cuidadores bem-intencionados que não reconhecem que estão removendo a oportunidade dos idosos fazerem suas próprias escolhas (SMEBYE; KIRKEVOLD; ENGEDAL, 2016).

O benefício de ser autônomo surge nas discussões sobre o empoderamento do idoso e em ajudá-lo a tomar decisões melhores e mais informadas (DAVIDSON, 1991). Os direitos que se fundamentam na autonomia surgem nas discussões sobre o consentimento informado (GOZZO; LIGIERA, 2012; BUCHANAN, 2008). Em síntese, para a bioética, uma questão crítica sobre o que significa ser autônomo gira em torno de como determinar o limite em que alguém é competente, de modo que ele tenha direitos de autonomia (GOZZO; LIGIERA, 2012).

O foco na importância da autonomia dos idosos com ênfase no consentimento informado, nos direitos do paciente e no valor das pessoas que tomam suas próprias decisões sobre cuidados, configura que somente alguém capaz de agir intencionalmente e entender o que está fazendo pode ser responsabilizado por suas ações (PELTO-PIRI; ENGSTRÖM; ENGSTRÖM, 2013). Em outras palavras, alguém que pode

ser influenciado pelas razões é capaz de decidir com base em seus valores (LUNA, 1995). Ser suficientemente autônomo não significa que todas as ações de um agente sejam racionais ou que sejam baseadas no pleno entendimento das possíveis consequências. No entanto, todos os que atingem um limiar crítico são igualmente detentores de direitos de autonomia (GRACIA, 1996; MÜLLER, 2017).

A interferência no exercício da autonomia de alguém envolve uma violação “prima facie”, ou seja, aparente de direitos. Não será uma violação de direitos, no entanto, se utilizar métodos permitidos de interferência, como por exemplo, instruir o indivíduo com razões concretas durante uma tomada de decisão (ELLIOTT, 2001; MARTINS; RODRIGUES, 2004).

A partir de levantamentos relacionados às vivências dos idosos enquanto sociedade, a ciência e ao futuro, cabe ressaltar que a Bioética favorece o pensamento reflexivo e aspectos relacionados a garantia de respeito, dignidade e autonomia da pessoa idosa, uma vez que um dos princípios básicos da Bioética é Autonomia, seguido da beneficência, não maleficência e justiça (GOZZO; LIGIERA, 2012).

Os idosos autônomos tomam decisões sem coerção e são os que melhor expressam os resultados de seus próprios processos deliberativos (ALMEIDA; AGUIAR, 2011). Com efeito, duas condições são normalmente exigidas antes que uma decisão possa ser considerada autônoma: o idoso deve ter as capacidades internas relevantes para o autogoverno e deve estar livre de restrições externas; no âmbito da saúde, uma decisão é normalmente considerada autônoma quando tem capacidade para tomar a decisão relevante, dispõe de informação suficiente para tomar a decisão e o faz voluntariamente (MOREIRA, 2012; TAVARES *et al.*, 2011).

Essa problemática envolve diversas áreas do conhecimento, dentre elas o Direito que estuda a tomada de decisões dos idosos relacionadas a patrimônios ou interferências na Dignidade Humana, a área da Psicologia com o desenvolvimento humano e no exercício de preservação da autonomia (FALKUM; FORDE, 2001; SHIN *et al.*, 2015), entre outras áreas,

que unidas de forma interdisciplinar podem contribuir na construção de uma sociedade compreensiva, que visa a autonomia dos idosos.

A autonomia do idoso deve ser assegurada no planejamento do cuidado, baseando-se na comunicação centrada no paciente e desenvolvida a interação entre os agentes do cuidado (GUERRA, 2010). Assim sendo, para manter o equilíbrio entre cuidar sem cruzar a linha tênue do paternalismo, deve-se fomentar o cuidado mútuo e o companheirismo, através da escuta ativa e estabelecer com os idosos uma relação real, pessoal, sincera e respeitosa (LUNA, 1995). Somente assim, é possível conhecer onde estão os limites que põem em risco a liberdade e autonomia (GOZZO; LIGIERA, 2012; DAVIDSON, 1991).

O cuidado ao idoso é um campo amplo, complexo e heterogêneo no qual um idoso interage com outras pessoas, principalmente familiares e profissionais de saúde, em um contexto específico, recebendo bens, como saúde ou assistência social, bem-estar e/ou apoio de proteção quando necessário (LANGE, 2015; JECKER, 1991). Algumas dessas formas de envelhecer requerem certos cuidados, desde a promoção bem-sucedida do envelhecimento até a assistência patológica intensiva (LUDWIG, 1991).

A moderna gestão social e assistencial, a partir de uma posição igualitária, inclui o paciente no processo de decisão, sob o pressuposto de que o paciente é capaz de participar do processo decisório do cuidado, não apenas como uma nova forma de gerenciar o paternalismo, mas para obter ou reforçar a autonomia dos idosos (DEY; FRASER, 2000; GOLANT, 2008). Dessa forma, eles precisam receber informações adequadas para que possam fazer escolhas informadas sobre os cuidados. Isso é necessário em todas as fases do tratamento, incluindo até os cuidados de fim da vida (COUTO *et al.*, 2009; KREUZ; FRANCO, 2017).

Conhecer os fatores associados à baixa autonomia em idosos da comunidade pode permitir programas e políticas públicas que melhorem a qualidade de vida (SADANA; SUCAT; BEARD, 2018; HAUSMANN, 2015). Uma das melhores formas de promover a autonomia dos idosos dentro dos serviços de saúde é que eles sejam atendidos por profissionais de

saúde competentes, que tenham conhecimento e habilidades clínicas para cuidar de idosos (BARBOSA; OLIVEIRA; FERNANDES, 2019). Aqueles que conseguem estabelecer uma excelente comunicação interpessoal e abordar o idoso e seu cuidador com eficiência e empatia, os capacitam a tomar decisões compartilhadas, buscando o bem-estar do paciente, respeitando sua autonomia (SCORALICK-LEMPKE *et al.*, 2018).

Idosos com comprometimento cognitivo podem responder de forma coerente a perguntas sobre preferências, escolhas e sua participação nas decisões sobre a vida diária, fornecendo informações precisas e confiáveis (GLISKY, 2007; INTLEKOFER; COTMAN, 2013). Os profissionais de saúde não devem ignorar que os idosos com deficiência cognitiva podem tomar decisões de forma autônoma para que terceiros não precisem se envolver, a menos que o paciente assim o deseje (ALBERT; KILLIANY, 2001; BUCKNER, 2004). No entanto, quando os idosos são diagnosticados com transtornos mentais graves, como demência, os profissionais de saúde, juntamente com os familiares, devem tomar as decisões em seu nome que sejam consistentes com o que eles acham que a pessoa gostaria (respeitando os valores e a dignidade) (RIBEIRO; YASSUDA, 2007; SCORALICK-LEMPKE *et al.*, 2018). Deve-se buscar o maior benefício terapêutico possível, sem atingir tratamentos excessivamente zelosos.

Portanto, é necessário promover ações que aumentem a capacidade do idoso de fazer suas próprias escolhas (autonomia de decisão), independentemente de ter ou não capacidade de tomar decisões de forma independente (autonomia de execução), promovendo assim a sua auto realização (DEY; FRASER, 2000).

Existem medidas fundamentais destinadas a integrar a noção de prevenção da dependência na formação inicial e contínua. Além dos aspectos físicos e cognitivos, os aspectos psicológicos estão no centro do bem-estar dos idosos e, portanto, da manutenção da sua autonomia (COUTO *et al.*, 2009; LUDWIG, 1991). Visto que atitudes negativas em relação à dependência são problemáticas porque ignoram o importante fato de que todos somos interdependentes e dependemos uns dos

outros de várias maneiras (ALMEIDA; AGUIAR, 2011; GOZZO; LIGIERA, 2012; LUNA, 1995).

4 Considerações Finais

A consideração importante para os profissionais de saúde e cuidadores familiares é compreender plenamente que a ética aplicada aos idosos é sobre como eles desejam ser tratados e até que ponto podem tomar suas próprias decisões. Também é importante reconhecer e apreciar que, para todos os profissionais de saúde, seu trabalho profissional constitui um processo existencial em que seus respectivos mundos de trabalho e consequentes ações e práticas são frequentemente impactados por uma complexa mistura de desafios éticos e morais.

Ser idoso não deve ser sinônimo de um sujeito sem voz, ou cuja voz não vale a pena ouvir, incapaz de tomar decisões relevantes (ou insignificantes) sobre a própria vida. O paternalismo é a tônica do modelo de cuidado tradicional, biomédico e obsoleto, distanciando assim do cuidado centrado na pessoa. O paternalismo, em suma, é antagônico ao envelhecimento digno. Partindo do fato que o envelhecimento seja um processo natural e inevitável do curso da vida, atribuir a ele significados negativos por conta do possível estabelecimento de um quadro de dependência é prejudicial a todos, tanto para aqueles vivenciando a sua velhice quanto a quem ainda irá vivenciar. É compreensível que isso represente um custo preocupante, tanto em nível nacional quanto individual. No entanto, acima de tudo, devemos permitir que os idosos envelheçam bem e de forma independente.

A autonomia é um processo desafiador, a busca pelo equilíbrio entre a experiência pessoal de liberdade e as interdependências se demonstram em linhas tênues. Isso significa que uma pessoa deve possuir certas habilidades de negociação e ser capaz de receber apoio daqueles que estão dispostos a reforçar seu senso de responsabilidade. Portanto, a autonomia é uma competência que o idoso precisa aplicá-la em uma variedade de situações da vida. Os idosos cresceram e

envelheceram em um mundo que partiu do paternalismo, acelerado pela autonomia entendida como autodeterminação e, recentemente, chegou a um ponto em que a autonomia relacional também está sendo considerada.

Envelhecer não significa necessariamente que as pessoas tenham que desistir de fazer escolhas por si mesmas ou que não possam mais ter o controle de suas vidas. Eles podem, com a ajuda certa, continuar a fazer as coisas por conta própria. No interesse de proteger os direitos dos idosos, deve haver sérios esforços empreendidos para desenvolver e implementar políticas públicas e ações, para a garantia de qualidade de saúde e vida dos membros da população idosa, pautados na bioética.

Referências

ALBERT, Marilyn S.; KILLIANY, Ronald J. Age-related cognitive change and brain-behavior relationships. **Handbook of the Psychology of Aging**, v. 5, p. 161-178, 2001.

ALMEIDA, Aline Branco Amorim; AGUIAR, Maria Geralda Gomes. O cuidado do enfermeiro ao idoso hospitalizado: uma abordagem bioética. **Revista bioética**, v. 19, n. 1, p. 197 – 217, 2011.

ANDRADE, Cristiani Garrido; COSTA, Solange Fátima Geraldo; LOPES, Maria Emília Limeira. Cuidados paliativos: a comunicação como estratégia de cuidado para o paciente em fase terminal. **Ciências: Saúde Coletiva**, v. 18, n. 9, p. 2523-2530, 2013.

BARBOSA, Keylla Talitha Fernandes; OLIVEIRA, Fabiana Maria Rodrigues Lopes; FERNANDES, Maria das Graças Melo. Vulnerabilidade do idoso: uma análise conceitual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 337–344, 2019.

BEAUCHAMP, Tom L. Paternalism. *In*: REICH, Warren T. **The encyclopedia of bioethics**. Nova York: Macmillan, 1978. p. 1194-1201.

BEAUCHAMP, Tom L; CHILDRESS, James F. **Principles of biomedical ethics**. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2009.

BOLLIG Georg; ROSALAND, Jan Henrik; GJENGEDAL, Eva; SCHMIST, Gerda; MAY, Arnd T; HELLER, Andreas. A European multicenter study on systematic ethics work in nursing homes. **Scandinavian Journal Caring Sciences**, v. 31, p. 587-601, 2016.

BUCHANAN, David R. Autonomy, paternalism, and justice: ethical priorities in public health. **American Journal of Public Health**, v. 98, n. 1, p. 15-21, 2008.

BUCKNER Randy L. Memory and executive function in aging and AD: multiple factors that cause decline and reserve factors that compensate. **Neuron**, v. 44, p. 195-208, 2004.

CAMPBELL, Debra Frances; MACHADO, Afonso A. Ensuring quality in qualitative inquiry: using key concepts as guidelines. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 19, n. 3, p. 572-579, 2013.

COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Silvia Helena; NOVO, Rosa; SOARES, Pedro Sanchez. Avaliação de discriminação contra idosos em contexto brasileiro - ageismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, p. 509-518, 2009.

CUNHA, Juliana Xavier Pinheiro; OLIVEIRA, Jussara Barros; NERY, Valéria Alves Silva; SENA, Edite Lago da Silva; BOERY, Rita Narriman Silva de Oliveira; YARID, Sergio Donha. Autonomia do idoso e suas implicações éticas na assistência de enfermagem. **Saúde Debate**, v. 36, n. 95, p. 657-664, 2012.

DAVIDSON, W. Metaphors of health and aging: Geriatrics as metaphors. *In*: KENYON, Gari M; BIRREN, James E; SCHROOTS, Johannes J F. (Eds.), **Metaphors of aging in science and the humanities**. New York: Springer Publishing Company, 1991.

DEY, Ian; FRASER, Neil. Age-based rationing in the allocation of health care. **Journal of Aging and Health**, v. 12, p. 511-537, 2000.

ELLIOTT, Ann Christy. Health care ethics: cultural relativity of autonomy. **Journal of Transcultural Nursing**, v. 12, n. 4, p. 326-330, 2001.

FALKUM, Erik; FORDE, Reidun. Paternalism, patient autonomy, and moral deliberation in the physician-patient relationship: attitudes among Norwegian physicians. **Social Science & Medicine**, v. 52, n. 2, p. 239-248, 2001.

FERNANDES, Maria Garcia Melo; GARCIA, Loreley Gomes. O corpo envelhecido: percepção e vivência de mulheres idosas. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v.14, n. 35, p. 879-890, 2010.

FERNANDES-ELOI, Juliana; DIAS, Marina Duarte Ferreira; NUNES, Tainara Rodrigues Teixeira; SILVA, Angélica Maria de Sousa. Afetos e percepções de idosos universitários acerca do mercado de trabalho na velhice. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 22, n. 1, p. 249-271, 2019.

FONSECA, Maria das Graças Uchôa Penido; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo; LOYOLA FILHO, Antônio Ignácio; UCHÔA, Elizabeth. Papel da autonomia na auto-avaliação da saúde do idoso. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, n. 1, p. 159-165, 2010.

FLORES, Gisela Cataldi; BORGES, Zulmira Newlands; DENARDIN-BUDÓ, Maria de Lourdes; MATTIONI, Fernanda Carlise. Cuidado intergeracional com o idoso: autonomia do idoso e presença do cuidador. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 3, p. 467-74, 2010.

GLISKY, Elizabeth L. Changes in cognitive function in human aging. **Brain Aging: models, methods, and mechanisms**. Boca Raton (FL): CRC Press/Taylor & Francis; 2007. Chapter 1. p. 3-20.

GOLANT, Stephen M. Commentary: Irrational Exuberance for the Aging in Place of Vulnerable Low-income Older Homeowners. **Journal of Aging and Social Policy**, v. 20, n. 4, p. 379-397, 2008.

GOODMAN, Benny. Erving Goffman and the 'Total Institution' **Nurse Education Today**, v. 33, p. 81-82, 2013.

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. **Bioética e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRACIA, Diego. The historical setting of Latin American bioethics. **The Journal of Medicine and Philosophy**, v. 21, n. 6, p. 593-609, 1996.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2931-2940, 2010.

HAUSMANN, Daniel M. **Valuing health: well-being, freedom, and suffering**. Oxford University Press, 2015.

INTLEKOFER, Karlie A.; COTMAN, Carl W. Exercise counteracts declining hippocampal function in aging and Alzheimer's disease. **Neurobiology of disease**, v. 57, p. 47-55, 2013.

JECKER Nancy S. **Aging and ethics: philosophical problems in gerontology**. Nova York: Springer, 1991.

JUNGES, José Roque. **Bioética: perspectivas e desafios**. São Leopoldo: Unisinos; 1999.

KITWOOD, Tom. **Dementia reconsidered: The person comes first**. Buckingham: Open University Press, 1997.

KOMRAD, Mark S. A defense of medical paternalism: maximizing patients' autonomy. **Journal of Medicine Ethics**, v. 9, p. 38-44, 1983.

KOPPELMAN, Elysa R. Dementia and dignity: towards a new method of surrogate decision making. **Journal of Medicine and Philosophy**, v. 27, p. 65-85, 2002.

KREUZ, Giovanna; FRANCO, Maria Helena Pereira. Reflexões acerca do envelhecimento, problemáticas, e cuidados com as pessoas idosas. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 20, n. 2, p. 117-133, 2017.

LANGE, Frits. **Loving later life: an ethics of aging**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2015.

LUDWIG Frédéric C. **Life span extension: consequences and open questions**. New York: Springer, 1991.

LUNA, Florencia. Paternalism and the argument from illiteracy. **Bioethics**, v. 9, p. 283-290, 1995.

MARTINS, Rosa Maria Lopes; RODRIGUES, Maria Lurdes Martins. Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontofóbica. **Revista Millenium**, v. 29, p. 249-54, 2004.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Mudanças na percepção sobre o processo de envelhecimento: reflexões preliminares. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 28, p. 451-456, 2012.

MÜLLER, Sabine. Respect for autonomy in light of neuropsychiatry. **Bioethics**, v. 31, p. 360-367, 2017.

OLIVEIRA, Iglair Regis; ALVES, Vicente Paulo. A pessoa idosa no contexto da bioética: sua autonomia e capacidade de decidir sobre si mesma. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 13, n. 2, p. 91-98, 2010.

PELLEGRINO, Edmund D. **For the Patient's Good: the restoration of beneficence in health care**. New York: Oxford University Press, 1988.

PELTO-PIRI, Veikko; ENGSTRÖM, Karin; ENGSTRÖM, Ingemar. Paternalism, autonomy and reciprocity: ethical perspectives in encounters with patients in psychiatric in-patient care. **BMC Medical Ethics**, v. 14, p. 49, 2013.

PESSINI, Leo; SIQUEIRA, José Eduardo de. Bioética, Envelhecimento humano e dignidade no adeus à vida. In: FREITAS, Elizabete Viana de [et al.]. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

RIBEIRO, Priscila Cristina Correa; YASSUDA, Mônica Sanches. Cognição, estilo de vida e qualidade de vida na velhice. In: NERI, Anitta Liberalesso (Org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. Campinas: Alínea, p. 89-204, 2007.

RODRIGUEZ-OSORIO, Carlos; DOMINGUEZ-CHERIT, Guillermo. Medical decision making: paternalism versus patient-centered (autonomous) care. **Current opinion in critical care**, v. 14, n. 6, p. 708-713, 2008.

SADANA, Ritu; SOUCAT, Agnes; BEARD, John. Universal health coverage must include older people. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 96, n. 1, p. 2, 2018.

SCANLON, William. A perspective on long-term care for the elderly. **Health Care Financing Review**, v. 1988, n. suppl, p. 7, 1988.

SCHERMER, Maartje. **The different faces of patient autonomy: patient autonomy in ethical theory and hospital practice**. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002.

SCORALICK-LEMPKE, Natália Nunces; NASCIMENTO, Elizabeth; RIBEIRO, Beatriz Conceição Silva; MOREIRA, Caroline; OLIVEIRA, Maria Eduarda Lima; SOUSA, Paloma Caroline; TEIXEIRA, Taísa Joice. Comportamentos de saúde e envelhecimento saudável: um estudo com idosos da comunidade. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 6, p. 775-784, 2018.

SEGRE, Marco; SILVA, Franklin Leopoldo; SCHRAMM, Fermin. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio da autonomia. **Revista Bioética**, v. 6, n. 1, 1998.

SHIN, Dong Wook; ROTER, Debra L.; ROH, Yong Kyun; HAHM, Sang Keun; CHO, Belong; PARK, Hoon-Ki. Physician gender and patient centered communication: the moderating effect of psychosocial and biomedical case characteristics. **Patient Education Counseling**, v. 98, n. 1, p. 55-60, 2015.

SIQUEIRA, José Eduardo. Reflexões éticas sobre o cuidar na terminalidade da vida. **Revista Bioética**, v. 13, n. 2, p. 37-50, 2005.

SMEBYE, Kari Listerud; KIRKEVOLD, Marit; ENGEDAL, Knut. Ethical dilemmas concerning autonomy when persons with dementia wish to live at home: a qualitative, hermeneutic study. **BMC Health Services Research**, v. 16, p. 1-21, 2016.

Sara Azevedo de Matos, Dante Ogassavara, Jeniffer Ferreira-Costa, Thais da Silva-Ferreira & José Maria Montiel

SOUZA, Mateus Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TAVARES, Ana Rita; PIRES, Cátia Isabel; SIMÕES, José Augusto. Autonomia do idoso: perspectiva ética, médica e legal. **Revista Portuguesa de Bioética**, n. 15, p. 329-352, 2011.

VEATCH, Robert M. **A Theory of Medical Ethics**. New York: Basic Books, 1981.

WELFORD, Claire Lisa. **Exploring and enhancing autonomy for older people in residential care**. Thesis (Doutorado) - National University of Ireland. Galway, 2012.

Sobre os autores

Sara Azevedo de Matos

Graduada em Nutrição pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Graduada em Gerontologia pelo Claretiano Centro Universitário. Graduada em Segurança Pública pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Mestranda em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Gerontóloga, nutricionista e analista comportamental com experiência em políticas públicas e saúde.

Email: sara_azzo@hotmail.com

Dante Ogassavara

Graduado em Psicologia e mestrando em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Desenvolveu estudos sobre a capacidade de autocuidado e o cuidado com o outro em tempos de pandemia da Covid-19.

Email: dante.ogassavara@gmail.com

Jeniffer Ferreira-Costa

Estudante de Psicologia e bolsista no Programa de Iniciação Científica (ProCiência) na Universidade São Judas Tadeu (USJT).

Email: cjf.jeniffer@gmail.com

Thais da Silva-Ferreira

Estudante de Psicologia e bolsista no Programa de Iniciação Científica (ProCiência) na Universidade São Judas Tadeu (USJT).

Email: thais.sil.fe@hotmail.com

José Maria Montiel

Graduado em Psicologia pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Mestre e doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Pós-doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Professor e pesquisador da USJT, onde atua na graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento. Pesquisador Instituto Ânima SOCIESC de Inovação, Pesquisa e Cultura.

Email: montieljm@hotmail.com

Histórico

Recebido em: 27/07/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Terapia cognitivo-comportamental em grupo para cuidadores de idosos com transtorno neurocognitivo maior: um estudo de revisão

Cognitive-behavioral group therapy for caregivers of elderly with major neurocognitive disorder: a review study

Thaís Viana da Silva

Graduada em Psicologia pela UFF. Psicóloga Clínica

Resumo: Estudos mostram o aumento progressivo da população idosa em nosso país e levantam questões de suma importância que precisam ser discutidas, como a multimorbidade presente na maioria dos idosos. Dentre as doenças crônicas mais comuns tem-se o Transtorno Neurocognitivo Maior (TNM), cujos portadores demandam a presença de um cuidador para o auxílio nas Atividades de Vida Diária (AVD). Tendo em vista que tal função poderá trazer impactos na qualidade de vida desses cuidadores, o presente artigo teve por objetivo identificar características sobre a realização de Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupo (TCCG) com cuidadores de idosos portadores de TNM, visto a grande eficácia que tal abordagem tem demonstrado na literatura, de modo a identificar os principais resultados obtidos. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática da literatura utilizando-se das bases de dados SCIELO, LILACS e PubMed, com os seguintes descritores de pesquisa: Cuidadores E Idoso E Terapia Cognitivo-Comportamental, também em inglês. Como resultado, verificou-se que os programas apresentaram resultados positivos sobre os sintomas dos cuidadores e, em dois artigos, os respectivos idosos que recebiam cuidados também demonstraram melhora de alguns sintomas. Apesar da quantidade de estudos encontrada ser compreendida como uma limitação, sendo necessárias mais pesquisas para compreender a eficácia dessas intervenções, nosso estudo de revisão conseguiu elucidar características destes cuidadores importantes para a elaboração de planos de intervenção com possíveis melhorias.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental. Cuidadores. Idosos.

Abstract: Studies show the progressive increase in the elderly population in our country and raise issues of paramount importance that need to be discussed, such as the multimorbidity present in most elderly people. Among the most common chronic diseases is the Major Neurocognitive Disorder (NMD), whose carriers demand the presence of a caregiver to help with Activities of Daily Living (ADL). Bearing in mind that this function can impact the quality of life of these caregivers, the present monograph aimed to identify characteristics about the performance of Cognitive-Behavioral Therapy in Group with caregivers of elderly patients with NMD, given the great effectiveness that such an approach has. demonstrated in the literature, in order to identify the main results obtained. To this end, a systematic literature review was carried out using the SCIELO, LILACS and PubMed databases, with the following research descriptors: Caregivers AND Elderly AND Cognitive-Behavioral Therapy, also in Portuguese. As a result, it was found that the programs showed positive results on the caregivers' symptoms and, in two articles, the respective elderly who received care also showed improvement in some symptoms. Although the number of studies found is understood as a limitation, and more research is needed to understand the effectiveness of these interventions, our review study was able to elucidate important characteristics of these caregivers important for the elaboration of intervention plans with possible improvements.

Keywords: Cognitive Behavioral Therapy. Caregivers. Aged.



1 Introdução

A partir da década de 1980, começou-se a observar um crescimento progressivo da população idosa no mundo e, juntamente a este fenômeno, o surgimento de áreas de estudos, como a gerontologia e a geriatria, que fizeram emergir novas concepções e conhecimentos a respeito desta faixa etária. Um exemplo disso foi o surgimento do conceito de terceira idade, grupo que se classifica por outras características do envelhecer para além do ócio, da dependência ou da presença de doenças, mas como uma fase de produtividade, realizações e, principalmente, detentora de direitos (CORREA, 2009).

Com a Política Nacional de Saúde do Idoso, em 1999, o Brasil reconheceu que a perda da capacidade funcional, ou seja, a perda de habilidades para a realização de Atividades da Vida Diária (AVD), como se alimentar ou ir ao supermercado, por exemplo, é um problema de grande impacto na vida do idoso e, ciente disto, determinou a readequação de projetos e de atividades dos órgãos do Ministério da Saúde responsáveis por este público (BRASIL, 1999 *apud* BRASIL, 2006).

Um outro ponto é o fator de multimorbidade, presença de uma ou mais condições crônicas de saúde, entre elas a demência, hoje denominada Transtorno Neurocognitivo Maior (TNM), de acordo com o DSM-V (2014). A Associação Brasileira de Alzheimer esclarece que a forma mais comum desse quadro é o Transtorno Neurocognitivo Maior devido à Doença de Alzheimer, que chega a, aproximadamente, 1,2 milhão de casos no Brasil, sendo sua maioria ainda não diagnosticada. Isto implica que, como o TNM têm caráter progressivo, os sintomas se intensificam deixando o idoso cada vez mais em situação de fragilidade, o que demandará a presença de um cuidador, que, em sua maioria, é um cuidador informal, um membro da família, amigo ou vizinho (OLIVEIRA *et al.*, 2015; PERDIGÃO *et al.*, 2017; LEMOS, 2019).

Como a carga do cuidado progride juntamente ao avanço da doença, é importante pensar na qualidade de vida desses cuidadores que, em grande parte dos casos, também são pessoas em uma faixa etária em processo de envelhecimento. Uma das intervenções que pode ser vista como grande aliada dos cuidadores, visando justamente cuidar

do bem-estar psicológico e da qualidade de saúde deste público, é a Terapia Cognitivo-Comportamental em grupo (TCCG). Isto pois, tal abordagem tem demonstrado eficácia significativa para uma grande diversidade de condições psicológicas, médicas e psiquiátricas.

Desta forma, o presente artigo irá contextualizar brevemente o processo de envelhecimento que transpassa a vida tanto do idoso que recebe o cuidado quanto do cuidador. Feito isso, será abordado o tema TNM e as questões que atravessam os cuidadores. Por fim, será feita uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar características da realização de Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupo com cuidadores de idosos portadores de TNM, bem como identificar as principais modalidades de TCCG realizadas com os cuidadores de idosos com TNM; identificar as principais técnicas utilizadas; definir número e duração das sessões e conhecer os principais resultados obtidos nas intervenções grupais.

1.1 O processo de envelhecimento

Em agosto de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) endossou o projeto da Década do Envelhecimento Saudável, visando recolher e evidenciar informações a respeito da saúde e do bem-estar do público idoso de modo a incentivar políticas e planos nacionais que maximizem o envelhecimento saudável (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2020; WHO, 2020). Para compreender do que se trata um envelhecer saudável esta seção irá delimitar as partes para compreender melhor o todo, isto é, definir, em um primeiro momento, os conceitos “envelhecimento” e “saudável” separadamente visto as múltiplas facetas englobadas por cada um desses constructos.

Biologicamente, o envelhecimento é um processo natural e inevitável que ocorre devido a um grande acúmulo de danos moleculares e celulares variados que, por sua vez, contribuem para uma redução gradual nas reservas fisiológica e funcional, implicando em uma perda de capacidades intrínsecas (OMS, 2015; CIOSEK *et al.*, 2011; JACOB FILHO, 2009). Consequentemente, tal processo resulta em uma maior

vulnerabilidade a doenças e, em última instância, no falecimento (OMS, 2015). Além disso, há também as mudanças sociais, emocionais e culturais que constituem este processo, o que expõe o fato de que o envelhecimento pode iniciar-se em diferentes faixas etárias (CIOSAK *et al.*, 2011), variando de caso em caso.

Ao fenômeno natural, sadio, de redução progressiva da reserva fisiológica que abarca lenta deterioração física e biológica inevitáveis dá-se o nome de envelhecimento primário ou senescência (CIOSAK *et al.*, 2011; PAPALIA; FELDMAN, 2013). Já o envelhecimento secundário ou senilidade é o resultado de fatores vivenciais como maus hábitos e o desenvolvimento de condições clínicas devido a acidentes, estresse, ou doenças caracterizando-se por uma perda física e cognitiva considerável (PAPALIA; FELDMAN, 2013; CORREA, 2009; CIOSAK, 2011). Jacob Filho (2009) exemplifica, deste modo, que:

A existência de uma limitação funcional evidente, mesmo em um nonagenário, deve ser entendida, portanto, como um efeito de um processo fisiopatológico (senilidade ou envelhecimento secundário), portanto de uma doença mais do que uma evolução atribuível ao processo natural de envelhecimento (senescência ou envelhecimento primário) (JACOB FILHO, 2009, p.27).

Ressalta-se ainda que para pessoas idosas ou mais velhas, a classificação pela idade cronológica é insuficiente para avaliação da condição de saúde, uma vez que para tal público o conceito de saúde se relaciona também com a capacidade funcional, isto é, o grau de autonomia e independência desses sujeitos, bem como o grau de vulnerabilidade e fragilidade em que o idoso se encontra (MORAES, 2012; MORAES *et al.*, 2016).

Entende-se enquanto autonomia a habilidade individual de decidir e comandar ações a partir de regras próprias, e independência a habilidade de executar tarefas com os próprios recursos. Sistemas funcionais principais como a cognição (competência para compreender e resolver problemas), o humor (relacionado à motivação necessária para atividades de vida diárias), a mobilidade (que envolve capacidades de deslocamento e manipulação do meio em que se encontra) e a comunicação (habilidade de interagir produtivamente com o meio, trocando informações,

expressando ideias e sentimentos, por exemplo) precisam funcionar integrada e harmoniosamente para que a independência e a autonomia sejam possíveis (MORAES, 2012). Já o termo fragilidade, dentre várias definições, relaciona-se com o risco de incapacidades, institucionalização, hospitalização e/ou morte e é comumente utilizada para descrever o grau de vulnerabilidade, que engloba, além desses riscos, os declínios funcionais (MORAES, 2012; MORAES *et al.*, 2016). O Quadro 1 apresenta as principais características que diferenciam o idoso independente, o idoso com potencialidade para desenvolver fragilidade e o idoso em situação de fragilidade.

Quadro 1. Características de cada nível de fragilidade da população idosa

Condições de fragilidade	Características
Idoso independente	Capaz de realizar sem dificuldades e sem ajuda todas as Atividades de Vida Diária (AVD), como vestir-se, comer, fazer sua higiene.
Idosos com potencial para desenvolver fragilidade	Apresentam certa dificuldade para Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD) como preparar refeições, ir ao supermercado ou farmácia, telefonar e sair de casa sozinho ou utilizar um transporte coletivo.
Idoso frágil ou em situação de fragilidade	Aquele com mais de 75 anos e/ou acamado, ou que vive em ILPIs ¹ , ou que esteve hospitalizado recentemente por qualquer motivo ou que apresente condições causadoras de incapacidade funcional como as síndromes demenciais e neoplasias terminais, por exemplo, ou ainda que esteja vivenciando uma situação de violência doméstica.

Fonte: Brasil (2006).

É avaliando a condição de fragilidade e os recursos locais disponíveis que o profissional de saúde será inserido no ambiente familiar formando uma equipe com a família, o usuário e a rede de saúde assim como poderá promover a reinserção da população idosa frágil na sociedade (BRASIL, 2006). Vale ressaltar que com a identificação de uma incapacidade funcional, seja ela acarretada por qualquer motivo, é fundamental a existência de um cuidador (NÉRI; SOMMERHALDER, 2002 *apud* BRASIL, 2006) informal, ou seja familiar, ou formal, profissional contratado. O cuidador no ambiente familiar do idoso, portanto, será

¹ Instituições de Longa Permanência para Idosos.

elementar para a preservação da sua integridade física e emocional (JACOB FILHO, 2009), sendo por isso preferível essa opção à institucionalização.

1.2 Transtorno Neurocognitivo Maior (TNM)

A partir do século XIX, o termo demência era utilizado para referir-se a comprometimentos intelectuais devido a uma afecção cerebral (DEROUESNE, 2008, *apud* SOUZA; TEIXEIRA, 2014), porém carregava consigo também um estigma de extravagância, ou até mesmo de loucura, que perpetua ainda nos dias atuais (SOUZA; TEIXEIRA, 2014). Mais tarde, o *Manual de Diagnóstico e Classificação dos Transtornos Mentais (DSM-IV-TR)* considerou como critério inclusivo obrigatório a alteração ou prejuízo da memória somado a outra alteração cognitiva qualquer.

No entanto, em sua quinta versão, o DSM-V, além de alterações de personalidade, de comportamento e na cognição social² terem sido incluídas entre outros critérios (SILVA, 2019), o prejuízo de apenas uma função cognitiva se tornou necessário para a construção do diagnóstico de demência. Termo este que foi substituído por Transtorno Neurocognitivo Maior (TNM) (APA, 2014).

Diferenciando o diagnóstico de Transtorno Neurocognitivo Maior e o de TNC Leve ou Menor, este último se refere a um comprometimento moderado em um ou mais domínios cognitivos, sendo eles atenção, linguagem, aprendizado e memória, função executiva e/ou motora e perceptiva, ou cognição social, sempre avaliado a partir de um nível anterior observado. Somado a isso, em um TNC Leve essa alteração não interfere no desempenho funcional, isto é, na independência do indivíduo para realização das atividades de vida diária, embora o façam com um esforço maior e com uso ou não de estratégias compensatórias. Caso haja um declínio nas habilidades funcionais, comprometendo a execução das atividades de vida diária simples e complexas, trata-se de

² Cognição social: habilidade de compreender as intenções e crenças das outras pessoas e os procedimentos, as regras e normas sociais que permitem a convivência em sociedade (PESSOA *et al.*, 2016).

um possível TNM (APA, 2014; SANTOS *et al.*, 2015; PESSOA *et al.*, 2016; SILVA, 2019).

1.2.1 Avaliação e tratamento

De modo geral, a avaliação dos comprometimentos cognitivos, atentando para níveis prévios do desempenho em uma ou mais função cognitiva, deve incluir: testes cognitivos padronizados, entrevista clínica, considerando o histórico clínico e familiar, bem como as queixas do indivíduo, do informante ou do clínico, e avaliação neuropsicológica, como recomendado pela *American Academy of Neurology*. Além disso, é importante especificar se alterações comportamentais acompanham ou não o declínio cognitivo (SANTOS *et al.*, 2015).

Somado a isto, é primordial que haja um acompanhamento destes pacientes, visto que um TNC Leve poderá evoluir para um TNM (MATYAS *et al.*, 2017; MOGA; ROBERTS; JICHA, 2017 *apud* SILVA, 2019). Santos, Andrade e Bueno (2015) colocam que o risco anual de um comprometimento leve evoluir para TNM tem sido em média de 10 a 15%, principalmente quando relacionado à Doença de Alzheimer (DA).

Em um estudo realizado por Luck *et al.* (2010, *apud* SANTOS *et al.*, 2015), os principais fatores de risco encontrados para esta progressão foram baixa escolaridade, hipertensão arterial e idade. Já no Brasil, a idade não foi relevante, sendo os fatores de risco encontrados o nível educacional e os escores iniciais no Mini Exame do Estado Mental, MEEM (CHAVES *et al.*, 2009 *apud* SANTOS *et al.*, 2015). Vale salientar, ainda, que tanto o TNC Leve quanto o TNM tratam-se de uma condição adquirida e não inata, não relacionada a *déficits* no processo de desenvolvimento (SOUZA; TEIXEIRA, 2014).

Dentre as várias classificações de Transtornos Neurocognitivos, a Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz) coloca que a causa mais frequente, e assim a mais conhecida, é o Transtorno Neurocognitivo Maior devido a Doença de Alzheimer, podendo chegar a 1,2 milhão de casos, sendo sua maioria ainda não diagnosticada. A ABRAz ainda coloca que a segunda maior causa de Transtorno Neurocognitivo tem sido o

Transtorno Neurocognitivo Maior devido a Doença Vascular, originada por lesões cerebrais vasculares, e que outros subtipos mais comuns são TNM frontotemporal, TNM com corpos de Lewy e TNM devido a Doença de Parkinson visto que 40% dos diagnósticos de Parkinson evoluem para um quadro de Transtorno Neurocognitivo³.

Tais diagnósticos apresentam muitas semelhanças em seus critérios, o que se configuram um desafio no processo de avaliação para um diagnóstico precoce, como por exemplo, quadros de declínio na memória episódica, ou na função visuoespacial que podem ser encontradas nas formas leves de vários subtipos etiológicos de TNC, entre eles, Doença de Alzheimer, Doença de Parkinson e Doença com corpos de Lewy (SANTOS *et al.*, 2015). Não obstante, o declínio da memória é, ainda, considerado normal no processo de envelhecimento em certos contextos socioeconômicos e culturais, cujas demandas cognitivas no dia-a-dia e os níveis educacionais são menores, o que dificulta ainda mais as avaliações objetivas dos domínios cognitivos (APA, 2014).

Quanto ao tratamento, este buscará minimizar e retardar os sintomas da doença, uma vez que não há cura para o processo demencial. Neste sentido, a terapêutica será multidisciplinar, objetivando retardar os efeitos da doença e os prejuízos cognitivos para garantir a qualidade de vida e independência do paciente de forma a beneficiar o convívio social e familiar (SANTOS *et al.*, 2015). A combinação de medidas farmacológicas e não-farmacológicas, ao longo de toda evolução do TNC, tem sido a mais indicada (SANTOS *et al.*, 2015; PESSOA *et al.*, 2016; PEREIRA, 2017).

Oliveira *et al.* (2015) ainda destacam que diferentes intervenções não-farmacológicas, como musicoterapia, exercícios físicos, reabilitação cognitiva, entre outras, devem ser consideradas para o manejo dos Sintomas Comportamentais e Psicológicos da Demência (SCPD). Não obstante, uma abordagem interdisciplinar que considere a saúde integral tanto do paciente quanto de seus familiares e cuidadores se torna

³ Para mais informações, consulte: <https://abraz.org.br/2020/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

essencial, uma vez que o comprometimento na autonomia, bem como outros SCPD característicos dos TNM, acarretam em uma dependência progressiva do indivíduo em atividades cotidianas de forma a demandar ao menos um cuidador que auxilie neste processo.

1.3 O cuidado se torna familiar

O termo SCPD, do inglês BPSD (Behavioral and psychological symptoms of dementia), se refere a um conjunto diverso de comportamentos e sintomas comuns aos quadros de Transtorno Neurocognitivo, que surgem ao longo do desenvolvimento da doença e que não são facilmente manejáveis pelos profissionais da saúde, familiares e/ou cuidadores (OLIVEIRA *et al.*, 2015; PEREIRA, 2017). Os SCPD mais recorrentes são: depressão, apatia, delírios e alucinações visuais, agitação psicomotora e agressividade, comportamentos repetitivos, problemas de sono e resistência. Além de ansiedade, alterações no comportamento alimentar e sexual, que também podem ocorrer (PEREIRA, 2017; PERDIGÃO *et al.*, 2017; LEMOS, 2019).

Como os TNM têm caráter progressivo, muitos dos SCPD se intensificam no decorrer da doença, demandando um suporte cada vez maior que pode ser correlacionado com o aumento da sobrecarga e diminuição da qualidade de vida dos cuidadores (OLIVEIRA *et al.*, 2015; PERDIGÃO *et al.*, 2017; LEMOS, 2019). Oliveira *et al.* (2015) ainda colocam que 30% das pessoas com algum TNM apresentam comportamento agressivo, o que muitas vezes se torna o ponto decisivo para internação do indivíduo em Instituições de Longa Permanência para Idosos.

No entanto, a Política Nacional da Pessoa Idosa determina que é preferível que o idoso permaneça em seu núcleo familiar, em detrimento do cuidado asilar, visto que isso contribui positivamente para o seu bem estar (CAMARANO; PASINATO, 2004 *apud* BRASIL, 2006; BRASIL, 2013). Com exceção dos idosos que não possuam tal rede ou quando eles não tenham condições de manter sua própria sobrevivência (BRASIL, 2013).

Uma vez no seio familiar, esses idosos com TNM, como visto, necessitarão de atenção e cuidados exclusivos que poderão se dar por

um cuidador formal, profissional contratado, ou informal, membros da própria família, amigos ou vizinhos que prestam esse suporte (RAFACHO; OLIVEIRA 2010, *apud* PERDIGÃO *et al.*, 2017).

Quanto ao perfil sociodemográfico dos cuidadores brasileiros, a literatura abordada apresentou um consenso, sendo esse papel, em sua maioria, assumido por pessoas do sexo feminino, geralmente a filha ou a cônjuge do (a) idoso (a) debilitado (a), com uma idade média, aproximadamente, de 57 anos, e que residem na mesma moradia que o (a) idoso (a) em questão (LEITE *et al.*, 2017; PERDIGÃO *et al.*, 2017; QUEIROZ *et al.*, 2018; LEMOS, 2019). Esses dados revelam pontos importantes a respeito da sobrecarga dos cuidadores informais.

Em relação à idade média observada nos estudos, é salientado que muitas vezes tratam-se de pessoas também em processo de envelhecimento cuidando de idosos, tarefa esta que, por si só, já é desgastante, o que implica na necessidade do cuidador olhar também para sua qualidade de vida e do seu envelhecer (OLIVEIRA; CALDANA, 2012 *apud* PERDIGÃO, 2017; LEITE *et al.*, 2017).

Os estudos apontam que os cuidadores, principalmente os informais que residem com os idosos e assumem essa função em tempo integral, apresentam pelo menos uma enfermidade crônica, sendo as principais Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), diabetes *mellitus*, problemas de coluna e/ou artrose, podendo também apresentar depressão, cardiopatias, entre outras (LEITE *et al.*, 2017; QUEIROZ *et al.*, 2018).

Esta sobrecarga tem sido associada ao caráter progressivo dos SCPD, que demandam cuidados cada vez mais complexos, à carga horária gasta neste papel, à falta de informação e à falta de apoio ou divisão de tarefas (PERDIGÃO *et al.*, 2017; QUEIROZ *et al.*, 2018). Ademais, na ausência de suporte ou divisão no cuidado, o cuidador informal poderá ter sua situação financeira e social também prejudicadas, uma vez que a atenção integral ao idoso debilitado impede a continuação ou a procura de vínculos empregatícios e a presença em eventos sociais, acrescentando o desgaste psicológico ao sofrimento desses (as)

cuidadores (as) (LEITE *et al.*, 2017). Deste modo, a equipe de saúde deverá atentar não só para o paciente como também para os seus cuidadores visando promover a qualidade de vida e saúde de ambos.

1.4 A Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupo

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem demonstrado eficácia para uma grande diversidade de questões, sejam eles problemas psicológicos, como os transtornos de ansiedade e os depressivos, bem como aqueles associados à angústia do cuidador (BECK, 2014).

A abordagem cognitivo-comportamental ampara-se em um modelo cognitivo que propõe que tanto o humor quanto os comportamentos dos pacientes com transtornos psiquiátricos ou com problemas psicológicos são influenciados por pensamentos e crenças disfuncionais que, ao serem reestruturados de maneira realista e mais adaptativa, promovem um melhor estado emocional e melhores padrões comportamentais (BECK, 2014).

Além da psicoterapia individual, existe a possibilidade da modalidade em grupo, as chamadas Terapia cognitivo-comportamental em grupo (TCCG), que, tal qual a TCC individual, teve seu início voltado para o tratamento de casos de depressão e ansiedade, sendo mais tarde desenvolvida para outras demandas (NEUFELD; RANGÉ, 2017).

A reunião de pessoas em grupo por si só não garante um tratamento eficaz, é preciso homogeneidade na composição do grupo sendo preciso avaliar características individuais como cultura, idade e grau de escolaridade, por exemplo, e, principalmente, as demandas e objetivos de cada interessado (NEUFELD; RANGÉ, 2017), que devem ser consideradas na seleção dos integrantes. Atentando-se também ao fato de que grupos demasiados homogêneos são pouco prováveis e nem de todo benéficos, visto que certa heterogeneidade traz experiências e pontos de vista diferenciados, o que pode ser enriquecedor para as discussões. Conjuntamente a esses fatores, algo que tem sido fator de verificação da eficácia das intervenções são as avaliações individuais no início e ao final dos grupos que permitem tanto aos terapeutas quanto

aos participantes testemunharem as mudanças e benefícios gerados pelas intervenções (NEUFELD; RANGÉ, 2017).

Quadro 2. Principais modalidades de TCCG e suas características

Grupos terapêuticos	Grupos de Psicoeducação	Grupos de apoio	Grupos de orientação e treinamento
Foca-se em demandas específicas a partir de ações estruturadas.	Oferece informações a respeito de transtornos, sintomas ou demandas dos integrantes, abordando desde a natureza até os tratamentos e prognósticos do problema em questão.	Voltados tanto para cuidadores quanto para pacientes com sintomas crônicos que já passaram por intervenção ou que ainda estão em tratamento.	Objetivam mudanças cognitivas, comportamentais e emocionais dos participantes através de orientação e treinamento.
São grupos fechados, geralmente com até 12 participantes, com duração mínima de 12 sessões semanais.	Pode ser realizado com mais de 15 participantes, com sessões semanais estruturadas, embasadas na psicoeducação e na resolução de problemas e com duração entre 4 a 6 semanas.	Costumam ser grupos abertos, com mais de 15 integrantes e sessões semanais. Os conteúdos e demandas de cada sessão são definidos pelos participantes, e funcionam bem em ambulatorios.	Grupos fechados, com sessões semanais, sem ultrapassar 15 participantes, ocorrendo em mais de oito sessões.
Eficaz para diversas demandas, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade em crianças, transtornos do humor em idosos, depressão, insônia, etc.	Eficaz para a redução de ansiedade e depressão e para o aumento da qualidade de vida de pacientes com esquizofrenia, por exemplo.	O apoio entre os integrantes é o principal fator terapêutico destes grupos.	Nessa modalidade as técnicas cognitivas e comportamentais são bastante utilizadas e focam no modelo cognitivo, em exercícios para casa e na reestruturação cognitiva.

Fonte: Neufeld e Rangé (2017)

Outro ponto importante é a estruturação das sessões do grupo que, assim como a TCC individual, baseia-se no pré-estabelecimento dos protocolos e do cronograma a serem seguidos, não excluindo a possibilidade de flexibilização e adaptação dos conteúdos, já que a TCCG foca na apresentação de temáticas específicas em cada encontro (NEUFELD; RANGÉ, 2017).

Neufeld e Rangé (2017) trazem que, em relação aos objetivos, a TCCG vai dividir-se em grupos psicoterapêuticos, grupos de prevenção e/ou de promoção de saúde, tendo sido destacados, entre eles, as modalidades: grupos terapêuticos, os de psicoeducação, os de apoio e ou de orientação e treinamento como apresenta a Quadro 2.

Diante dos dados apresentados que auxiliam na compreensão do contexto, o presente estudo busca compreender o papel da TCC, em sua modalidade em grupo, como intervenção para cuidadores de idosos com TNM, uma vez que estes apresentam demandas urgentes em relação à própria saúde.

2 Método

A presente pesquisa trata-se de uma revisão sistemática da literatura que se destaca por potencializar uma busca ao permitir encontrar, de modo organizado, o maior número de resultados possíveis (KOLLER *et al.*, 2014) e que se constitui enquanto um trabalho crítico, reflexivo e compreensivo a partir da análise dos dados encontrados (FERNÁNDEZ-RÍOS; BUELA-CASAL, 2009 *apud* KOLLER *et al.*, 2014).

O tema norteador do estudo são intervenções da Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupo realizadas com cuidadores de idosos que possuem diagnóstico de Transtorno Neurocognitivo Maior. Deste modo, a amostra se deu por artigos sobre intervenções grupais que tinham como abordagem a TCC. As bases de dados utilizadas foram SCIELO, LILACS e PubMed, sendo as consultas realizadas do dia 18 de março de 2021 ao dia 25 de março do mesmo ano.

Utilizando-se a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), os descritores eleitos foram [Cuidadores AND Idoso AND Terapia Cognitivo-Comportamental] em português e [*Aged* AND *Caregivers* AND *Cognitive Behavioral Therapy*] em inglês, utilizados nas três bases de dados escolhidas. Na base PubMed, ainda foram ativados os filtros: *publication date* (10 years) e *article types* (clinical trial).

Na SCIELO, foram encontrados dois títulos, um em português e um em espanhol, na PubMed foram encontrados 166 títulos em inglês e na

LILACS a pesquisa resultou em 7 artigos. Após a leitura dos 175 títulos, foram descartados os que claramente não atenderam ao objetivo da pesquisa, restando 18 artigos para a fase de leitura dos resumos. Os critérios de exclusão foram: artigos publicados há mais de 10 anos, artigos repetidos, artigos de revisão e artigos que tratavam de intervenções individuais presenciais, por telefone ou internet. Os critérios de inclusão foram artigos de ensaio clínico, que abordassem intervenções grupais baseadas na TCC, com cuidadores de idosos que apresentassem algum Transtorno Neurocognitivo Maior. Vale ressaltar, que devido a nomenclatura TNM ser ainda recente, os artigos ainda tratavam este quadro por demência.

Com a leitura dos resumos dos 18 artigos restantes, apenas 6 artigos atenderam a todos os critérios e foram selecionados para a realização da revisão sistemática.

3 Resultados

O Quadro 3 reúne os dados dos artigos selecionados para a leitura na íntegra, enumerados de um a seis a fim de identificá-los no decorrer do texto e apresenta os autores, o ano, o local em que a intervenção foi realizada e a base de dados em que o artigo foi encontrado.

Quadro 3. Artigos selecionados

Base de dados	Autores	Ano	País	N. do Artigo
LILACS	Fialho, Köenig, Santos, Barbosa e Caramelli	2012	Brasil	1
LILACS	Gonyea, López, e Velásquez	2016	EUA	2
PubMed	Gossink, Pijnenburg, Scheltens, Pera, Kleverwal, Korten, Stek, Dröes e Dols	2018	Holanda	3
PubMed	Losada, Márquez-González e Romero-Moreno	2010	Espanha	4
PubMed	Cheng, Lau, Mak, Ng, e Lam	2014	China	5
PubMed	Cheng, Chan, e Lam	2019	China	6

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados dos artigos selecionados.

Durante a revisão, foram identificadas as informações sobre os cuidadores que participaram das pesquisas, como a idade, o sexo e a quantidade de horas que dedicam ao cuidado do idoso com TNM, bem como os sintomas que apresentavam antes da intervenção. Esses dados foram organizados no Quadro 4 juntamente com o número total de participantes que iniciaram e o número de participantes que finalizaram os grupos a fim de avaliar o engajamento.

Quadro 4. Características dos cuidadores participantes

Artigo	Participantes (n. inicial)	Participantes (n. final)	Média de Idade (desvio padrão)	Sexo	Horas dedicadas ao cuidado	Sintomas
1	45	40	54,4 (11,2)	90% feminino	n.e. ⁴	Alto nível de ansiedade, baixa qualidade de vida percebida. Depressão Maior em seis participantes
2	33	29	55,91 (12,95)	97% feminino	Aproximadamente 12h	Alto nível de angústia e sintomas depressivos e baixo senso de autoeficácia
3	15	n.e.	59,1 (11,1)	73,3% feminino	n.e.	Alta carga e estresse percebidos; sintomas depressivos, e baixa sensação de competência
4	82	68	60,60 (11,52)	81,7 % feminino	Em média 11,53 h/dia	Sintomas depressivos; baixa frequência de atividades de lazer; pensamentos disfuncionais sobre o cuidar
5	14	13	54,2 (7,0)	85% feminino	n.e.	Sintomas depressivos e sobrecarga
6	42	35	Igual ou maior de 18 anos (n.e.)	n.e.	Igual ou superior a 14h	Sintomas depressivos, sobrecarga e baixo bem-estar psicológico

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados oferecidos pelos artigos analisados.

⁴ n.e.= não especificado.

Quadro 5. Informações dos programas de TCCG

Artigo	Modalidade /Programa	Principais técnicas utilizadas	Período/duração	Principais resultados
1	Grupo de orientação e treinamento/ "Treinamento de habilidades sociais"	Treinamento de habilidades (cognitivas, emocionais e sociais); Psicoeducação; Suporte/empatia; Comparação social; Autogoverno, Autodidatismo; Reforço referencial; Estratégias cognitivas; Diário/cronograma de terapia; Organização da atividade; Tarefa de casa.	Oito sessões semanais com duração de duas horas cada	Redução dos níveis de ansiedade dos cuidadores e dos sintomas neuropsiquiátricos dos pacientes. Aumento da qualidade de vida dos cuidadores e mudança no estilo de coping. Cinco dos seis participantes com Depressão Maior apresentaram melhora dos sintomas.
2	Grupo de orientação e treinamento/ "Ciclo de Cuidado"	Psicoeducação; Ativação comportamental; Resolução de Problemas; Relaxamento; Acompanhamento por telefone (coaching).	Cinco sessões semanais com 90 minutos de duração cada.	Redução da angústia e dos sintomas depressivos do cuidador e dos sintomas neuropsiquiátricos dos pacientes; Aumento do senso de autoeficácia do cuidador.
3	Grupo de apoio	Suporte social; Psicoeducação; Modelo A-B-C de Ellis; Resolução de problemas; Distração; Construção de rotinas.	Cinco sessões ao longo de seis meses, com uma sessão de uma hora e 40 minutos a cada 4/5 semanas.	Aumento do senso de competência e certa redução dos sintomas depressivos e da carga e estresse percebidos.
4	Grupo de orientação e treinamento	Ativação comportamental; Tarefa de casa; Psicoeducação; Técnicas cognitivas, como Registro de Pensamentos.	12 sessões semanais, com duração de uma hora e meia a duas horas, e com até oito participantes por grupo.	Redução dos sintomas depressivos e dos pensamentos disfuncionais; Aumento na frequência de atividades de lazer.
5	Grupo de orientação e treinamento/ "Intervenção de Busca de Benefícios"	Psicoeducação sobre o modelo cognitivo, os TNM, a tarefa de cuidar, dentre outros temas; Reestruturação cognitiva; Desenvolvimento de habilidades de comunicação, resolução de problemas, de manejo do estresse e de relaxamento; Técnicas de enfrentamento; Apoio social.	Sessões semanais com duração de duas horas.	Redução dos sintomas depressivos e da sobrecarga
6	Grupo de orientação e treinamento/ "Intervenção de Busca de Benefícios"	Psicoeducação; Treinamento e atividades para reavaliação positiva e busca de benefícios; Uso de vídeos, diários, histórias hipotéticas e histórias pessoais compartilhadas com o grupo.	Grupos de 7-11 participantes; Sessões semanais, ao longo de oito semanas consecutivas, com duração de uma hora e meia a duas horas.	Redução significativa dos sintomas depressivos, redução moderada da carga global e aumento do bem-estar psicológico.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados das intervenções analisadas.

Já os dados das intervenções analisadas foram organizados no Quadro 5, sendo eles a respeito da modalidade da TCCG escolhida, as técnicas empregadas, o período de tempo em que ocorreu e a duração de cada grupo e os principais resultados.

Diante dos dados apresentados que auxiliam na compreensão do contexto, o presente estudo busca compreender o papel da TCC, em sua modalidade em grupo, como intervenção para cuidadores de idosos com TNM, uma vez que estes apresentam demandas urgentes em relação à própria saúde.

4 Discussão

Como visto também na literatura, a maioria dos responsáveis pelos cuidados de idosos com TNM que participou dos programas é do sexo feminino, pertencentes a faixa etária de 50 a 60 anos. Este resultado está de acordo com estudos anteriores que destacaram, entre outros problemas advindos do cuidado informal, a preocupação financeira, uma vez que essas mulheres, por falta de tempo e por sobrecarga, deixam seus empregos formais para servir aos cuidados do idoso, da casa e da família em tempo integral.

Além disso, foram observados, em todos os artigos analisados, níveis relevantes de sintomas depressivos nos cuidadores, que, após as intervenções, foram reduzidos. Somado a este resultado benéfico, tem-se a redução da sobrecarga percebida, dos níveis de ansiedade e da angústia, e um aumento do senso de competência e autoeficácia, do bem-estar psicológico, da frequência em atividades de lazer e da qualidade de vida.

Os artigos 1 e 2 ainda apresentaram resultados positivos também para aqueles que recebiam cuidados, uma vez que foi observado uma redução significativa de sintomas neuropsiquiátricos nos pacientes com TNM. Este resultado, provavelmente, está associado ao fato de, ao sentir-se melhor, o cuidador consegue prestar um suporte de melhor qualidade aos idosos dependentes.

A maioria destas intervenções baseadas na TCCG, cinco de seis, seguiu a modalidade de grupos de orientação e treinamento e um dos seis artigos analisados, o artigo 3, se tratava de um grupo de apoio, que também apresentou bons resultados. Dentre as técnicas utilizadas, a psicoeducação estava incluída em todos os programas, o que destaca seu valor terapêutico, além de outras como treinamento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, tarefas de casa, técnicas de resolução de problemas e de relaxamento, ativação comportamental, estratégias cognitivas, como diários e registro de pensamentos, reavaliação positiva e busca de benefícios terem aparecido em dois ou mais artigos.

Em relação ao número e duração das sessões, as intervenções 1 e 6, ambas grupos de orientação e treinamento, foram realizadas em oito sessões semanais de uma hora e meia a duas horas por sessão. Não se diferenciando muito das restantes, com exceção do artigo 3 que trouxe um grupo de apoio que ocorria a cada quatro ou cinco semanas, totalizando cinco encontros ao longo seis meses com duração de uma hora e quarenta minutos cada.

5 Conclusão

Ficou evidente, ao longo de toda realização do presente artigo, a relevância de se investigar e discutir, cada vez mais, a respeito da saúde dos cuidadores de idosos com Transtorno Neurocognitivo Maior, uma vez que a população idosa cresce progressivamente e que seus (suas) cuidadores (as) também pertencem em média a uma faixa etária em processo de envelhecimento.

De acordo com as pesquisas na bibliografia realizada para a escrita dos capítulos aliadas aos resultados encontrados a partir da análise sistemática dos artigos, é possível destacar que intervenções baseadas na Terapia Cognitivo-Comportamental em Grupo podem ser uma fonte de grande suporte e de aumento da qualidade de vida tanto dos cuidadores quanto de quem recebe os cuidados.

Uma limitação da pesquisa aparece com a quantidade final de estudos identificados para esta revisão. Desta forma, compreendemos

que mais estudos são necessários para que seja possível conhecer o alcance da TCCG na melhoria dos sintomas e da qualidade de vida de cuidadores de idosos com TNM.

Entretanto, apesar da quantidade reduzida de estudos ter sido uma limitação, nosso estudo de revisão conseguiu elucidar algumas características presentes nos cuidadores, sendo um dado importante para a elaboração de planos de intervenção. Portanto, identificamos que esta pesquisa teve como principal achado discutir sobre a TCC em um grupo para cuidadores, identificando melhorias possíveis na intervenção destes pacientes.

Deste modo, faz-se urgente a necessidade de continuar a ampliar o número de pesquisas que investiguem os resultados de intervenções em TCCG com este público, para que desta forma, nossos idosos juntamente com seus cuidadores possam envelhecer da forma mais saudável possível.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BECK, J. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N.º 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 24 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.
- CIOSAK, S. I. *et al.* Senescência e senilidade: novo paradigma na Atenção Básica de Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, spe 2, p. 1763-1768, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000800022>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- CORREA, M. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- JACOB FILHO, W. Fatores determinantes do envelhecimento saudável. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 47, p. 27-32, abr. 2009. Disponível em: pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1048659. Acesso em: 24 nov. 2022.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEITE, B. *et al.* Relação do perfil epidemiológico dos cuidadores de idosos com demência e a sobrecarga do cuidado. **Cogitare Enfermagem**, v. 22, n. 4, nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i4.50171>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LE MOS, J. R. C. **Relações entre as condições clínicas do idoso com demência e a sobrecarga do cuidador familiar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências da Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24727>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MORAES, E. N. **Atenção à saúde do idoso: aspectos conceituais**. Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MORAES, E. N. *et al.* Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional-20 (IVCF-20): reconhecimento rápido do idoso frágil. **Revista Saúde Pública**, v. 50, n. 81, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006963>. Acesso em: 24 nov. 2022.

NEUFELD, C. B.; RANGÉ, B. P. (orgs.). **Terapia cognitivo-comportamental em grupos: das evidências à prática**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

OLIVEIRA, A. M. *et al.* Nonpharmacological Interventions to Reduce Behavioral and Psychological Symptoms of Dementia: a Systematic Review. **BioMed Research International**, v. 2015, n. 218980, p. 1-9, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2015/218980>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OMS lança portal com dados mundiais sobre saúde e bem-estar de pessoas idosas**. Brasília, 01 out. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/1-10-2020-oms-lanca-portal-com-dados-mundiais-sobre-saude-e-bem-estar-pessoas-idosas>. Acesso em: 02 out. 2020.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento físico e cognitivo na vida adulta tardia. *In: _____*. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. cap. 17, p. 570-603.

PERDIGÃO, L. M. N. B.; ALMEIDA, S. C. de; ASSIS, M. G. Estratégias utilizadas por cuidadores informais frente aos sintomas neuropsiquiátricos de idosos com demência. **Revista de Terapia Ocupacional Da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 2, p. 156-162, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i2p156-162>

PEREIRA, M. M. T. **Transtornos Neurocognitivos Leve e Maior: módulo de psicoeducação para o programa REHACOG**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Coimbra. Coimbra [Portugal], 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/84111>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PESSOA, R. M. P. *et al.* Da demência ao transtorno neurocognitivo maior: aspectos atuais. **Revista Ciências em Saúde**, v. 6, n. 4, p. 5-17, dez. 2016. Disponível em: http://186.225.220.186:7474/ojs/index.php/rcsfmit_zero/article/view/606

QUEIROZ, R. S. *et al.* Perfil sociodemográfico e qualidade de vida de cuidadores de idosos com demência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, n. 2, p. 205-214, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.170170>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SANTOS, F. H.; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A. (Org.). **Neuropsicologia hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SILVA, A. L. **Avaliação dos subtipos de Transtorno Neurocognitivo (Demência) em ambulatório de referência do Distrito Federal**. 2019. Dissertação (Programa de Mestrado em Gerontologia) - Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2648/2/AlineLaginstraeSilvaDissertacao2019.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SOUZA, L. C.; TEIXEIRA, A. L. Neuropsicologia das demências. *In*: FUENTES, D. *et al.* (Org.). **Neuropsicologia: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. cap. 26, p. 321-332.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Decade of Healthy Ageing: 2020-2030**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/decade-of-healthy-ageing>. Acesso em: 02 nov. 2020.

Sobre a autora

Thaís Viana da Silva  

Graduada em Psicologia pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Está cursando especialização em Psicologia Hospitalar pela Faculdade Dom Alberto, em Santa Cruz do Sul (RS). Psicóloga clínica com abordagem em terapia cognitivo-comportamental.

Email: vianathaisds@gmail.com

Histórico

Recebido em: 21/06/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Qualidade de vida de cuidadores de crianças com transtorno do espectro autista durante a pandemia da COVID-19

Quality of life of the caregivers of children with autism spectrum disorder during the COVID-19 pandemic

Bianca Cristina Belchior

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé. Psicóloga Clínica

Grasiela Maria Valverde Imbrizi

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé. Psicóloga Clínica

Valeria Alves Ferreira

Graduada em Psicologia pela FMU. Psicóloga Clínica

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma desordem do neurodesenvolvimento que se caracteriza por prejuízos persistentes na interação e comunicação social recíproca, bem como por comportamentos restritos e repetitivos. Os primeiros sinais do TEA devem estar presentes precocemente no desenvolvimento e causar prejuízos na funcionalidade da criança. Geralmente os pais e familiares são os primeiros a perceberem os sinais e sintomas do TEA na criança. Quanto mais precocemente os sinais e sintomas forem identificados, melhores serão as respostas ao tratamento. É consenso na literatura que cuidadores de crianças com TEA apresentam níveis mais elevados de estresse, com impacto direto na qualidade de vida. Alguns estudos investigaram o impacto psicológico das medidas de distanciamento social em crianças e adolescentes autistas. Entretanto, um olhar específico para a qualidade de vida dos cuidadores de pessoas com TEA também se faz necessário. Visando investigar os efeitos da pandemia da COVID-19 e do lockdown sobre a qualidade de vida dos cuidadores de crianças com TEA, realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados PubMed e BVS/LILACS. Os resultados evidenciaram que durante o isolamento social, pais de crianças com TEA relataram maior nível de sofrimento psíquico. A sobrecarga e o aumento dos estressores durante a pandemia afetaram o comportamento e o bem-estar psicológico tanto das crianças quanto de seus pais e familiares, com impacto significativo sobre a qualidade de vida.

Palavras chave: Autismo. Cuidadores. COVID-19.

Abstract: Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder that is characterized by persistent deficits in reciprocal social interaction and communication, as well as restricted and repetitive behaviors. The first signs of ASD must be present early in development and cause impairment to the child's functionality. Parents and family members are usually the first to notice the signs and symptoms of ASD in their child. The earlier signs and symptoms are identified, the better the responses to treatment. It is a consensus in the literature that caregivers of children with ASD have higher levels of stress, with a direct impact on quality of life. Some studies have investigated the psychological impact of social distancing measures on autistic children and adolescents. However, a specific look at the quality of life of caregivers of people with ASD is also necessary. In order to investigate the effects of the COVID-19 pandemic and the lockdown on the quality of life of caregivers of children with ASD, an integrative literature review was carried out in the PubMed and BVS/LILACS databases. The results showed that during social isolation, parents of children with ASD reported a higher level of psychological distress. The burden and increase in stressors during the pandemic have affected the behavior and psychological well-being of both children and their parents and family members, with a significant impact on quality of life.

Keywords: Autism. Caregivers. COVID-19.



1 Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma desordem do neurodesenvolvimento que se caracteriza por prejuízos persistentes na interação e comunicação social recíproca, bem como por comportamentos restritos e repetitivos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Os primeiros sinais do TEA devem estar presentes precocemente no desenvolvimento e causar prejuízos na funcionalidade da criança (LAI; LOMBARDO; BARON-COHEN, 2014). Prejuízos no comportamento não verbal também são comuns em indivíduos com TEA, podendo apresentar dificuldades para iniciar e manter uma interação social (WIDIGER, 2011; BRASIL, 2013).

De acordo com Rodrigues *et al.* (2021), o TEA tem denominação de espectro porque envolve diversas características com variações na severidade das manifestações dos sintomas, de leve, moderado a grave. Embora o grau de dificuldades possa variar a depender do contexto, os prejuízos são observáveis em mais de um ambiente, como por exemplo, no convívio com a família, no relacionamento com os pares e no âmbito escolar (LAI; LOMBARDO; BARON-COHEN, 2014; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1993). Além disso, mesmo os indivíduos com TEA que apresentam potencial intelectual acima da média demonstram um perfil irregular de capacidades, sendo frequentemente observados déficits motores e falta de coordenação (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

A intensidade das manifestações comportamentais, as habilidades verbais e cognitivas e o funcionamento adaptativo variam significativamente entre os indivíduos com TEA e até mesmo dentro de um indivíduo ao longo do tempo (AMEIS *et al.*, 2020). De acordo com os critérios diagnósticos atuais do DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), o TEA pode ser classificado como leve, moderado ou severo, por meio dos quais é possível mensurar o grau de comprometimento da pessoa com o transtorno. A classificação do nível de gravidade é realizada a partir do grau de suporte que uma pessoa necessita para desempenhar suas atividades de vida diária.

O Ministério da Saúde (2013) pontua que, mesmo antes do diagnóstico propriamente dito, quando os primeiros sinais de TEA se fazem presentes, é necessário o acompanhamento e a intervenção de uma equipe multidisciplinar qualificada. Quanto antes iniciada a intervenção, melhor deverá ser a evolução do paciente, produzindo respostas mais eficazes mesmo após a confirmação diagnóstica (BRASIL, 2013).

2 Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com TEA

Geralmente os pais e familiares são os primeiros a perceberem os sinais e sintomas do TEA na criança (COONROD; STONE, 2004). Quanto mais precocemente os sinais e sintomas forem identificados, melhores serão as respostas ao tratamento (LAMPREIA, 2007; REICHOW, 2012). O diagnóstico de TEA é eminentemente clínico, uma vez que não há sinais patognomônicos ou testes laboratoriais que sejam capazes de identificar o transtorno (REIS; LENZA, 2020).

Pratesi *et al.* (2021) e Koegel *et al.* (1996) pontuam que os aspectos do TEA podem ser fontes de estresse para os cuidadores, considerando que estes possuem uma sobrecarga, principalmente emocional, em decorrência também da demasiada preocupação com o futuro dos filhos, ainda mais quando não puderem estar presente. Os autores supracitados ainda fazem um adendo sobre estudos que indicam um alto nível de estresse e problemas familiares com consequente impacto sobre a qualidade de vida do indivíduo com TEA e sua família (KOEGL; BIMBELA; SCHREIBMAN, 1996; PRATESI *et al.*, 2021).

A qualidade de vida é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma percepção individual sobre suas posições na vida considerando o contexto, cultura e valores de sistemas em que vivem, além de estar relacionada também às metas, expectativas, padrões e preocupações do indivíduo. É um conceito amplo afetado de forma complexa pela saúde física da pessoa, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua relação com características marcantes de seu ambiente (WHOQOL GROUP, 1998).

Como apontam Fávero & Santos (2005), os cuidados que crianças com TEA precisam e as mudanças que ocorrem na vida dos familiares, tais como, mudanças na rotina, gastos financeiros, relações sociais e profissionais, são eventos que causam estresse nos familiares e cuidadores, gerando uma sobrecarga emocional e física (FÁVERO; SANTOS, 2005). É consenso na literatura que cuidadores de crianças com TEA apresentam níveis mais elevados de estresse do que cuidadores de crianças neurotípicas, com impacto direto na qualidade de vida (CADMAN *et al.*, 2012)

3 A pandemia da COVID-19

Em dezembro de 2019, em Wuhan (China), surgiu uma espécie de pneumonia de procedência desconhecida que acometia as pessoas rapidamente. A OMS foi então alertada sobre a quantidade de pessoas infectadas pela tal pneumonia, e que se tratava de uma nova cepa de coronavírus, até então desconhecida entre os cientistas (CHRISTIE *et al.*, 2021).

No ser humano há sete tipos de coronavírus conhecidos, dentre eles o novo coronavírus, que foi nomeado SARS-CoV-2 (vírus que causa a COVID-19). A OMS, para fins de identificação e de expressão, utiliza então o termo COVID-19 para se referir à Coronavírus Disease 19. Em 11 de março de 2020 a pandemia da COVID-19 foi declarada pela OMS, devido à sua ampla disseminação pelo mundo (CUCINOTTA; VANELLI, 2020).

Sabe-se que o SARS-CoV-2 tem uma alta transmissibilidade, sendo esta por contato pessoal com secreções contaminadas ou pelo ar (HARRISON; LIN; WANG, 2020). Os sinais e sintomas até então conhecidos são semelhantes ao de um resfriado, podendo causar infecção no trato respiratório inferior. Se há sintomas como febre, tosse e/ou dificuldades em respirar é necessário procurar uma unidade de saúde para o atendimento (PRODEST). Entretanto, segundo a cartilha “Assintomáticos, Pré-sintomáticos e Sinais e Sintomas Ligeiros de COVID-19”, há casos de pessoas assintomáticas, que são infectadas com

o vírus SARS-CoV-2 e não desenvolvem sintomas, mas que mesmo assim são capazes de transmitir a outrem.

Em se tratando do TEA no contexto pandêmico, alguns estudos investigaram o impacto psicológico das medidas de distanciamento social em crianças e adolescentes autistas (NISTICÒ *et al.*, 2022). Entretanto, um olhar específico para a qualidade de vida dos cuidadores de pessoas com TEA também se faz necessário. Nessa perspectiva, o presente estudo teve como objetivo investigar os efeitos da pandemia da COVID-19 e do *lockdown* sobre a qualidade de vida dos cuidadores de crianças com TEA.

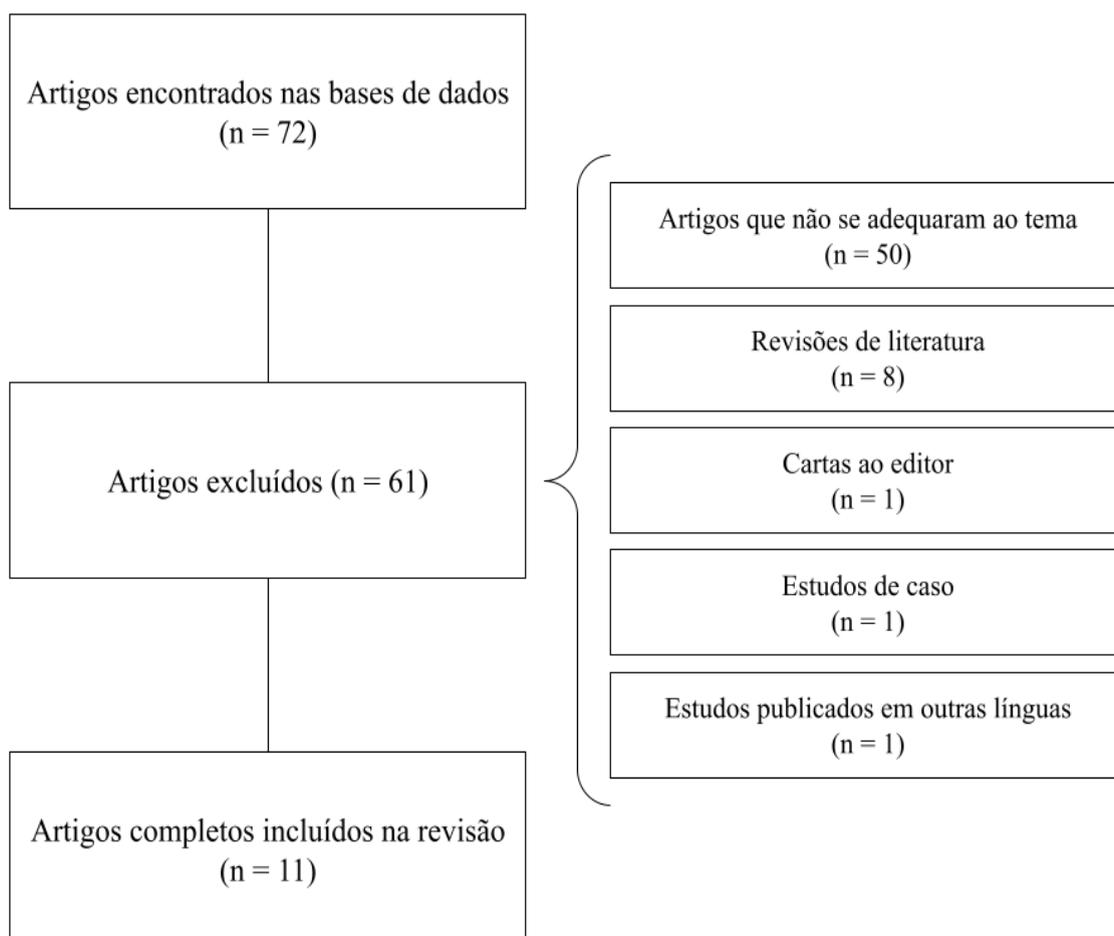
4 Método

O presente estudo é uma revisão integrativa da literatura, que tem como objetivo construir uma ampla base teórico-científica, além de contribuir para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, fomentando a realização de estudos futuros (MENDES *et al.*, 2008). A revisão integrativa pressupõe a adoção de padrões metodológicos rigorosos, o que permite a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de maneira clara. De acordo com Mendes *et al.* (2008), a possibilidade de compor uma amostra variada nesse método de revisão viabiliza um resultado completo e bem embasado.

Para a seleção de artigos, foram realizadas buscas nas bases de dados PubMed e BVS/LILACS, permitindo a integração de produções nacionais e internacionais. A pesquisa foi limitada aos descritores ((caregivers) AND (autism)) AND (COVID), na base de dados Pubmed, e ((cuidadores) AND (autismo)) AND (COVID) na base de dados BVS/LILACS. Foram incluídos trabalhos publicados originalmente em inglês ou português nos últimos dois anos. Os critérios de exclusão foram: (1) teses; (2) dissertações; (3) resenhas; (4) capítulos de livros; (5) cartas aos editores; (6) revisões da literatura; (7) diretrizes e tutoriais; (8) livros e (9) projetos de pesquisas com dados preliminares. A coleta de dados foi realizada no período de 05 de março de 2022 a 15 de março de 2022.

No primeiro momento, as pesquisadoras realizaram a busca pelos artigos, conforme os critérios de inclusão apresentados anteriormente, de maneira independente. Em seguida, os resultados foram confrontados entre as pesquisadoras, e eventuais divergências foram discutidas. Os dados encontrados foram então tabulados (nome do artigo, autores, data de publicação, periódico e link para o trabalho na íntegra), sendo posteriormente excluídos aqueles que não se adequaram ao tema proposto. A Figura 1 apresenta o fluxograma de seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos para revisão



Fonte: Elaboração das autoras.

5 Resultados e discussão

Para a realização desta revisão integrativa, foram encontrados 72 artigos nas bases de dados Pubmed e BVS/LILACS. Contudo, 61 artigos foram excluídos por abordarem outros temas (n = 50), por ser uma carta ao editor (n = 1), por serem revisões de literatura (n = 8), por ser um estudo de caso (n = 1) ou por ser uma publicação em idioma diferente do inglês ou português (n = 1). Sendo assim, no presente estudo foram incluídos 11 artigos publicados entre 2021 e 2022, descritos no Quadro 1.

Quadro 1. Síntese dos artigos incluídos na revisão

Referência	Objetivo	Principais resultados
KHAN et al. (2021)	Identificar percepções de sobrecarga de cuidado associadas aos indivíduos com diagnóstico simultâneo de Deficiência Intelectual e TEA, em comparação aos cuidadores de indivíduos com TEA isolado	Maior proporção de cuidadores que relataram aumento na sobrecarga de cuidados no grupo TEA isolado em comparação ao grupo TEA e DI combinado
FONG et al. (2021)	Investigar o impacto da pandemia da COVID-19 no comportamento e sofrimento psicológico em uma coorte de 72 crianças com TEA e seus cuidadores da Malásia	O estresse percebido, a sintomatologia depressiva e o bem-estar psicológico dos cuidadores sofreram influência negativa do confinamento
CASEY WHITE et al. (2021)	Avaliar a percepção dos cuidadores sobre a eficácia da adaptação online de serviços especializados em TEA e o impacto da interrupção dos serviços nas famílias	Cerca de 50% das famílias entrevistadas relataram sofrimento em um nível de comprometimento moderado
SUSAN WHITE et al. (2021)	Investigar práticas capazes de minimizar os impactos da interrupção dos serviços de saúde mental diante de futuras emergências de saúde pública	A pandemia parece ter motivado algumas famílias a utilizarem a tele saúde pela primeira vez, e que as experiências para alguns usuários foram, de modo geral, positivas
TOKATLY LATZER et al. (2021)	Explorar as experiências de pais e crianças com TEA durante o período de isolamento social imposto pela pandemia	As principais dificuldades encontradas pelas crianças foram relacionadas à mudança de rotina, falta de serviços de educação especial, espaço físico limitado e questões relacionadas à alimentação e ao sono
FRIESEN et al. (2021)	Caracterizar o estresse, a ansiedade e as estratégias de enfrentamento utilizadas por cuidadores durante a pandemia	Os resultados evidenciaram o papel do enfrentamento resiliente como fator compensatório para as dificuldades decorrentes da COVID-19 sobre a saúde mental dos cuidadores
KALB et al. (2021)	Comparar o sofrimento psicológico (ansiedade, depressão, solidão e hiperexcitação) de pais de crianças com TEA e de crianças neurotípicas durante a pandemia	Pais de crianças com TEA relataram níveis mais elevados de sofrimento psicológico geral, hiperexcitação, ou sentimentos de pânico ao pensar na COVID-19, quando comparados com os pais de crianças não autistas

Referência	Objetivo	Principais resultados
MANNING et al. (2021)	Determinar associações entre a situação de trabalho dos pais, a gravidade do TEA e os níveis anteriores de apoio ao sofrimento expresso em decorrência da COVID-19	Durante a crise da COVID-19, indivíduos com TEA e suas famílias apresentaram altos níveis de estresse, sendo que as maiores áreas estavam relacionadas ao isolamento, medo de adoecer e finanças
MINIARIKOV A et al. (2022)	Avaliar os níveis de ansiedade e depressão em pais de crianças com TEA durante o lockdown	Os resultados indicaram menores níveis de ansiedade e depressão dos cuidadores durante o isolamento social
STADHEIM et al. (2022)	Descrever as experiências de crianças com TEA e suas famílias durante a pandemia da COVID-19	Os resultados apontam a necessidade de serviços de apoio para ajudar os pais a lidarem com possíveis regressões de habilidades e novos comportamentos desadaptativos das crianças com TEA
FUSAR-POLI et al. (2022)	Comparar os níveis de bem-estar pessoal, angústia familiar, insônia e resiliência entre cuidadores de pessoas com TEA e cuidadores de pessoas com outros transtornos do neurodesenvolvimento durante o lockdown	Não surgiram diferenças significativas entre os dois grupos de cuidadores considerados na análise

Fonte: Elaboração das autoras.

O estudo transversal de Khan e colaboradores (2021), realizado em serviços de saúde mental do Qatar, incluiu 58 cuidadores de indivíduos com TEA, os quais responderam ao questionário *Care Burden Interview*, para aferir o grau de sobrecarga dos cuidadores durante a pandemia da COVID-19. A pesquisa buscou identificar percepções de sobrecarga de cuidado associadas aos indivíduos com diagnóstico simultâneo de Deficiência Intelectual (DI) e TEA, em comparação aos cuidadores de indivíduos com TEA isolado.

Os resultados demonstraram que a proporção de cuidadores que relataram aumento na sobrecarga de cuidados, durante as restrições sociais da COVID-19, foi maior no grupo TEA isolado (46,2%) em comparação ao grupo TEA e DI combinado (37,5%). Por outro lado, os autores encontraram evidências de redução de comportamentos agressivos em indivíduos com TEA durante o confinamento.

A razão por trás dessa curiosa redução ou nenhuma mudança nos níveis de agressão pode ser dupla. Em primeiro lugar, o distanciamento social imposto pela pandemia fez com que grande parte das pessoas permanecesse em casa, refletindo na manutenção de suas rotinas. Esse

cenário pode ter sido favorável para pessoas com TEA, que frequentemente preferem rotinas fixas e bem estabelecidas (KERR-GAFFNEY *et al.*, 2021). Além disso, durante as restrições sociais da COVID-19, muitos cuidadores estiveram mais tempo com seus dependentes, sobretudo no ambiente familiar. Isso pode ter fornecido à maioria dos indivíduos com TEA uma rotina antecipada e consistente, além de um gerenciamento mais eficaz de suas necessidades, resultando em uma redução da gravidade de comportamentos desadaptativos.

O impacto da pandemia da COVID-19 no comportamento e sofrimento psicológico foi investigado por Fong e colaboradores (2021) em uma coorte de 72 crianças com TEA e seus cuidadores da Malásia. Para fins de comparação, foram incluídas 62 crianças com desenvolvimento típico (DT) e seus cuidadores. Os dados foram coletados por meio de um questionário *online*, em que foram investigadas variáveis demográficas, clínicas, sintomas de desatenção, impulsividade e hiperatividade das crianças, estresse percebido, bem como sinais de ansiedade e depressão dos cuidadores durante o confinamento.

Não foram evidenciadas mudanças significativas nos sintomas do TEA entre o período pré-pandemia e a fase de confinamento. Entretanto, análises de variância revelaram efeitos significativos do confinamento sobre a atenção, hiperatividade/impulsividade e ansiedade nas crianças de ambos os grupos (TEA e DT). Além disso, o estresse percebido, a sintomatologia depressiva e o bem-estar psicológico dos cuidadores também sofreram influência negativa do confinamento, tanto no grupo TEA quanto DT.

Casey White e colaboradores (2021) examinaram o impacto da COVID-19 nos serviços especializados para indivíduos com TEA, bem como a percepção dos cuidadores sobre a eficácia da adaptação online e o impacto da interrupção dos serviços nas famílias. 3.502 pais e cuidadores de indivíduos com TEA participaram da pesquisa, por meio da aplicação de questionários *online*. O estudo evidenciou que cerca de 50% das famílias entrevistadas relataram sofrimento em um nível de comprometimento moderado. De acordo com os autores, os altos níveis

de angústia podem colocar essas famílias em maior risco de crises agudas, o que justifica o monitoramento por profissionais de saúde em relação ao bem-estar emocional dos cuidadores no período de pandemia. Além disso, discute-se a necessidade de estratégias de enfrentamento ao estresse, considerando que para muitos pais e cuidadores a adaptação de terapias para o formato online ou de telessaúde não foi bem sucedida.

Os desafios relacionados à pandemia e as experiências com telessaúde de cuidadores de indivíduos com TEA também foram investigados por Susan White e colaboradores (2021). O objetivo dos autores foi informar práticas capazes de minimizar os impactos da interrupção dos serviços de saúde mental diante de futuras emergências de saúde pública. A amostra foi composta por 70 cuidadores que responderam a pesquisa *online*, anonimamente, em que foram coletados dados quantitativos e qualitativos.

Os resultados demonstraram que a pandemia parece ter motivado algumas famílias a utilizarem a telessaúde pela primeira vez, e que as experiências para alguns usuários foram, de modo geral, positivas. Entretanto, 60% dos participantes relataram nunca ter utilizado os serviços de telessaúde, mesmo durante o confinamento. O estudo também revelou que os principais desafios enfrentados pelas famílias durante a pandemia podem ser devidos, em parte, à própria natureza do TEA, especificamente a desregulação emocional aumentada.

O estudo de Tokatly Latzer e colaboradores (2021) utilizou uma abordagem qualitativa para explorar as experiências de pais e crianças com TEA durante o período de isolamento social imposto pela pandemia. Foram incluídos 31 pais de 25 crianças diagnosticadas com TEA, os quais foram submetidos a entrevistas telefônicas com uma série de 10 perguntas abertas a partir de um pequeno roteiro semiestruturado.

As principais dificuldades encontradas pelas crianças foram relacionadas à mudança de rotina, falta de serviços de educação especial, espaço físico limitado e questões relacionadas à alimentação e ao sono. Esse conjunto de fatores levou à piora nos domínios comportamental, social e de desenvolvimento em algumas das crianças. Em contrapartida, algumas crianças vivenciaram esse período como positivo e até benéfico,

sendo essa diferença explicada principalmente pela forma de enfrentamento dos pais durante o confinamento.

No Canadá, Friesen e colaboradores (2021) recrutaram 616 cuidadores de indivíduos com TEA, com o objetivo de caracterizar o estresse, a ansiedade e as estratégias de enfrentamento utilizadas durante a pandemia. Os resultados evidenciaram o papel do enfrentamento resiliente como fator compensatório para as dificuldades decorrentes da COVID-19 sobre a saúde mental dos cuidadores. Para os autores, os participantes que adotaram medidas ativas e flexíveis para o gerenciamento do estresse apresentaram menor risco de problemas de saúde mental.

Kalb e colaboradores (2021) recrutaram pais de crianças com TEA (n=3.556) por meio da Simons Foundation Powering Autism Research (SPARK), um registro nacional dos Estados Unidos que contempla indivíduos com TEA. O estudo também incluiu uma amostra representativa de pais de crianças com desenvolvimento típico (n=5.506), com o intuito de comparar o sofrimento psicológico (considerando sintomas de ansiedade, depressão, solidão e hiperexcitação) durante a pandemia. Todos os dados necessários foram coletados em pesquisas *online*.

O sofrimento psicológico dos pais foi avaliado através da Center for Epidemiologic Studies Depression Scale, the Generalized Anxiety Disorder-9 e da Impact of Event Scale-Revised. Como resultado da pesquisa, tem-se que os pais de crianças com TEA relataram níveis mais elevados de sofrimento psicológico geral, hiperexcitação, ou sentimentos de pânico ao pensar na COVID-19, quando comparados com os pais de crianças não autistas nos EUA.

O estudo de Manning e colaboradores (2021) avaliou os principais estressores vivenciados por famílias de indivíduos com TEA, e buscou determinar associações entre a situação de trabalho dos pais, a gravidade do TEA e os níveis anteriores de apoio ao sofrimento expresso em decorrência da COVID-19. A pesquisa foi realizada por meio de uma plataforma *online*, na qual foram coletados dados demográficos do

indivíduo com TEA e do seu cuidador, bem como perguntas relacionadas ao estresse causado pela pandemia da COVID-19.

Os resultados demonstraram que, durante a crise da COVID-19, indivíduos com TEA e suas famílias apresentaram altos níveis de estresse, sendo que as maiores áreas estavam relacionadas ao isolamento, medo de adoecer e finanças. Concluiu-se também que quanto mais graves os sintomas relatados pelo indivíduo com TEA, menor a idade e algum contato com serviços escolares, maior o grau de estresse relatado pelo cuidador.

Níveis de ansiedade e depressão em pais de crianças com TEA durante o *lockdown* também foram investigados por Miniarikova e colaboradores (2022). Foram utilizados questionários *online*, desenvolvidos pelos próprios autores, além da Escala HADS para avaliação da ansiedade e depressão dos pais antes e durante a pandemia. Dados sobre a gravidade do TEA, do nível intelectual e da capacidade socioadaptativa das crianças foram coletados pelo banco de dados eletrônico ELENA.

Em relação ao período pré-pandemia, os resultados indicaram menores níveis de ansiedade e depressão dos cuidadores durante o isolamento social. Entretanto, o estudo revelou níveis mais altos de ansiedade e depressão nas mães quando comparadas aos pais, sendo significativamente associados aos comportamentos desafiadores da criança, ao teletrabalho e ao grau de conhecimento da COVID-19. Além disso, a pior qualidade de sono e o menor nível intelectual da criança, bem como a falta de conhecimento sobre a COVID-19 estiveram diretamente associados a níveis elevados de ansiedade e de depressão nos cuidadores.

Com a finalidade de descrever as experiências de crianças com TEA e suas famílias durante a pandemia da COVID-19 e identificar as necessidades dessa comunidade em situações de emergência, Stadheim e colaboradores (2022) convidaram, por mídias sociais, pais de 122 crianças e adolescentes com TEA procedentes do Arizona, EUA. A estes foi solicitado o relato sobre o comportamento adaptativo de seus filhos, por meio do *Adaptive Behavior Assessment System, Third Edition* (ABAS-3).

Dados demográficos também foram coletados por meio de um questionário *online*.

Os resultados apontam a necessidade de serviços de apoio para ajudar os pais a lidarem com possíveis regressões de habilidades e novos comportamentos desadaptativos das crianças com TEA. Além disso, mudanças na dinâmica familiar foram relatadas, tais como o aumento da proximidade familiar, pais com perda de apoio, conflito/mudança de papéis dos pais, a experiência com a tensão do contato excessivo, além do impacto que a pandemia causou em toda família.

Fusar-Poli e colaboradores (2022), visando comparar os níveis de bem-estar pessoal, angústia familiar, insônia e resiliência entre cuidadores de pessoas com TEA e cuidadores de pessoas com outros transtornos do neurodesenvolvimento durante o *lockdown* na Itália, desenvolveram um questionário *online* divulgado por redes sociais e por associações de apoio. O questionário investigou variáveis demográficas, características do familiar com transtornos mentais e aspectos psicológicos.

As variáveis psicológicas foram avaliadas utilizando os itens do *General Health Questionnaire-12 (GHQ-12)*, o *Insomnia Severity Index (ISI)*, o *Brief Resilient Coping Scale (BRCS)* e o *Family Distress Index (FDI)*. A escala de Atividades da Vida Diária (AVD) foi utilizada para avaliar o nível de independência de familiares autistas e não autistas. Foram incluídos 383 participantes, sendo cuidadores maiores de 18 anos e que viviam com um familiar autista (n=141) ou com outros transtornos do neurodesenvolvimento (n=242).

O estudo evidenciou que os cuidadores eram principalmente pais (maioria mães), dos quais a metade relatou que seus esforços aumentaram ligeiramente durante o *lockdown*. Foi possível concluir que não surgiram diferenças significativas entre os dois grupos de cuidadores considerados na análise. Para os autores, a pandemia representou um estressor tão grande que ambos os grupos foram igualmente afetados, porém, para alguns participantes, o *lockdown* foi visto como uma oportunidade de passar mais tempo com a família e cultivar interesses pessoais sem a pressão do ambiente de trabalho ou da escola.

6 Conclusão

O método adotado neste estudo de revisão atendeu aos objetivos propostos, considerando que os resultados obtidos evidenciaram as consequências do *lockdown* na qualidade de vida dos cuidadores de crianças com TEA.

Diante das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19, pais de crianças com TEA, se comparados com os pais no geral, relatam maior nível de sofrimento psíquico. A sobrecarga e o aumento dos estressores durante a pandemia afetaram o comportamento e o bem-estar psicológico tanto das crianças quanto de seus pais e familiares. Curiosamente, os dados também demonstraram que alguns pais relataram não sentir mudanças quanto à saúde mental durante a pandemia.

Ademais, em decorrência do isolamento social durante a pandemia, alguns serviços de apoio a pessoas com TEA foram suspensos ou adaptados para modalidades de telessaúde, refletindo diretamente nos cuidadores (em sua maioria pais e mães), que tiveram que se adaptar à nova situação.

Os impactos negativos relatados, que contribuíram para a mudança de qualidade de vida, se deram devido às situações de isolamento, medo de adoecer, preocupação com as finanças, idade do filho com TEA, grau de sintomas do filho, o contato escolar, contato diário com a criança, a falta de conhecimento acerca da COVID-19, necessidade de apoio para os pais lidarem com regressões de habilidade e novos comportamentos desadaptativos. Em contrapartida, há pais que perceberam a pandemia e as medidas de distanciamento como uma oportunidade de passar mais tempo com a família e cultivar interesses pessoais sem a pressão do ambiente de trabalho ou escolar.

Quanto à família, a mudança na dinâmica familiar foi de grande relevância, com a proximidade dos familiares, pais com perda de apoio, conflito/mudança de papéis dos pais e a experiência com a tensão da maior convivência com os familiares.

Por fim, diante dos resultados deste estudo, nota-se a necessidade de mais pesquisas sobre a qualidade de vida dos cuidadores de crianças com TEA em contextos de isolamento social, sobretudo no contexto nacional, para que se tenha uma melhor compreensão sobre as mudanças e os impactos que estas podem causar na vida dos cuidadores, bem como identificar estratégias para atenuá-los de forma mais eficiente.

Referências

AMEIS, Stephanie H. *et al.* Coping, fostering resilience, and driving care innovation for autistic people and their families during the COVID-19 pandemic and beyond. **Molecular Autism**, v. 11, n. 1, p. 61, 22 jul. 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (Brasília,DF). **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CADMAN, Tim *et al.* Caregiver burden as people with autism spectrum disorder and attention-deficit/hyperactivity disorder transition into adolescence and adulthood in the United Kingdom. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry** v. 51, n. 9, p. 879–888, set. 2012.

COONROD, Elaine E.; STONE, Wendy L. Early concerns of parents of children with autistic and nonautistic disorders. **Infants & Young Children**, v. 17, n. 3, 2004.

CHRISTIE, Athalia *et al.* Guidance for implementing COVID-19 prevention strategies in the context of varying community transmission levels and vaccination coverage. **Morbidity and mortality weekly report**, v. 70, n. 30, p. 1044, 2021.

CUCINOTTA, Domenico; VANELLI, Maurizio. WHO declares COVID-19 a pandemic. **Acta Bio Medica: Atenei Parmensis**, v. 91, n. 1, p. 157, 2020.

FÁVERO, Maria Ângela Bravo; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722005000300010>>., 2005

FONG, Hui Xian *et al.* Impact of the COVID-19 lockdown in Malaysia: an examination of the psychological well-being of parent-child dyads and child behavior in families with children on the autism spectrum. **Frontiers in Psychiatry**, v. 18, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3389/fpsy.2021.733905>>. Acesso em 20 dez. 2022.

FRIESEN, Kelsey A. *et al.* Mental health and resilient coping in caregivers of autistic

individuals during the COVID-19 pandemic: findings from the families facing COVID Study. **Journal of autism and developmental disorders** , 8 jul. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34240291/>>. Acesso em: 20 dez 2022.

FUSAR-POLI, Laura *et al.* The psychological impact of the COVID-19 lockdown: a Comparison between caregivers of autistic and non-autistic individuals in Italy. **Brain sciences**, v. 12, n. 1 , 15 jan. 2022.

GROUP, The Whoqol; THE WHOQOL GROUP. Development of the World Health Organization WHOQOL-BREF Quality of Life Assessment. *Psychological Medicine*, v. 28, n. 3, p. 551-558, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0033291798006667>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HARRISON, Andrew G.; LIN, Tao; WANG, Penghua. Mechanisms of SARS-CoV-2 transmission and pathogenesis. **Trends in Immunology**, v. 14, n. 12, dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.it.2020.10.004>>. Acesso: 20 dez. 2022.

KALB, Luther G. *et al.* Psychological distress among caregivers raising a child with autism spectrum disorder during the COVID-19 pandemic. **Autism research: official journal of the International Society for Autism Research** v. 14, n. 10, p. 2183–2188, out. 2021.

KERR-GAFFNEY, Jess *et al.* Social attention in anorexia nervosa and autism spectrum disorder: role of social motivation. **Autism: the international journal of research and practice**, v. 26, n. 7, nov. 2021.

KHAN, Yasser Saeed *et al.* The impact of COVID-19 pandemic social restrictions on individuals with autism spectrum disorder and their caregivers in the State of Qatar: A cross-sectional study. **Research in developmental disabilities** v. 119, p. 104090, dez. 2021.

KOEGEL, R. L.; BIMBELA, A.; SCHREIBMAN, L. Collateral effects of parent training on family interactions. **Journal of autism and developmental disorders** v. 26, n. 3, p. 347–359, jun. 1996.

LAI, Meng-Chuan; LOMBARDO, Michael V.; BARON-COHEN, Simon. Autism. **The Lancet**, v. 383, n. 9920, p. 896–910, mar. 2014.

LAMPREIA, Carolina. A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 24, n. 1, mar. 2007.

MANNING, Janessa *et al.* Perceptions of families of individuals with autism spectrum disorder during the COVID-19 Crisis. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 51, n. 8, p. 2920–2928, ago. 2021.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MINIARIKOVA, Ela *et al.* Anxiety and depression in parents of children with autism spectrum disorder during the first COVID-19 lockdown: Report from the ELENA cohort. **Journal of Psychiatric Research** v. 149, p. 344–351, maio 2022.

NISTICÒ, Veronica *et al.* The Psychological Impact of COVID-19 among a Sample of Italian Adults with High-Functioning Autism Spectrum Disorder: A Follow-Up Study. **Healthcare** (Basel, Switzerland), v. 10, n. 5, 22 abr. 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3390/healthcare10050782>>. Acesso: 20 dez. 2022.

PRATESI, Claudia B. *et al.* Quality of life in caregivers of children and adolescents with autistic spectrum disorder: development and validation of the questionnaire. **Brain Sciences** v. 11, n. 7, p. 924, 13 jul. 2021. Acesso em: 28 mar. 2022.

REICHOW, Brian. Overview of meta-analyses on early intensive behavioral intervention for young children with autism spectrum disorders. **Journal of autism and developmental disorders** v. 42, n. 4, p. 512–520, abr. 2012.

REIS, Sabrina T.; LENZA, Nariman. A importância de um diagnóstico precoce do autismo para um tratamento mais eficaz: uma revisão da literatura. **Revista Atenas Higeia**, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2020.

RODRIGUES, Gabriel *et al.* O que a sociedade precisa saber sobre o Transtorno do Espectro Autista. **Revista Projetos Extensionistas**, v. 1, n. 2, p. 173-183, 2021.

STADHEIM, Jenna *et al.* A qualitative examination of the impact of the COVID-19 pandemic on children and adolescents with autism and their parents. **Research in developmental disabilities** v. 125, p. 104232, jun. 2022.

TOKATLY LATZER, Itay; LEITNER, Yael; KARNIELI-MILLER, Orit. Core experiences of parents of children with autism during the COVID-19 pandemic lockdown. **Autism: the international journal of research and practice**, v. 25, n. 4, p. 1047–1059, maio 2021.

WHITE, L. Casey *et al.* Brief Report: Impact of COVID-19 on Individuals with ASD and Their Caregivers: A Perspective from the SPARK Cohort. **Journal of autism and developmental disorders** v. 51, n. 10, p. 3766–3773, out. 2021.

WHITE, Susan W. *et al.* It took a pandemic: Perspectives on impact, stress, and telehealth from caregivers of people with autism. **Research in Developmental Disabilities**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ridd.2021.103938>>., 2021

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders: Diagnostic Criteria for Research**. [S.l.]: World Health Organization, 1993.

WIDIGER, Thomas. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM). **Psychology**. [S.l.: s.n.] 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/obo/9780199828340-0022>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Sobre as autoras

Bianca Cristina Belchior  

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG). Psicóloga clínica interessada em avaliação psicológica.

Email: biansbelchior@gmail.com

Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autista durante a pandemia da COVID-19

Grasiela Maria Valverde Imbrizi  

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG). Psicóloga Clínica.

Email: grasielavalverde0@gmail.com

Valeria Alves Ferreira  

Graduada em Psicologia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Regional de Psicologia da 04ª região (CRB-7). Especialista em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário de Minas Gerais (UNIVAR). Diretora Atenção Básica e de Divisão Odontológica no Departamento Municipal de Saúde de Guaxupé.

Email: valeriaalvesferreira@gmail.com

Histórico

Recebido em: 26/07/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

PÁGINA DE ARTISTA

PARA CÁSSIAS

ELIZA ARAÚJO



Fotografia: Thulio Gomes

Mundo Livre

Para Cássias

For Cássias

Eliza Araújo

Doutora em Letras pela UFPB. Professora da UFF

Resumo: O ano de dois mil e vinte e dois foi passando e eis que no meu mês favorito de dezembro, especificamente no dia 10, era-seria o aniversário de sessenta anos de Cássia Eller. Millennial que sou, queria poder dar pra ela qualquer presente de fã, como aquelas cartas quilométricas que se enrolavam num rolo. Se pudesse dar palavras para Cássia, elas seriam poemas. Aqui, na possibilidade do hoje e na urgência do agora, registro palavras para Cássias, porque acredito que toda gente tem um pouco de cássia em si. Na pequena timidez enrubesciente, na voracidade e vontade de liberdade, no rouco da voz que nem sempre se mostra a qualquer pessoa, no desejo de viver cada gota da vida sem a culpa, o jugo ou a dúvida. Amando a arte sem medo. Sendo intérprete do próprio amor e delírio. Cantando.

Palavras-chave: Poemas-presente. Poesia brasileira. Poesia contemporânea. Tributo a Cássia Eller.

Resumo: In these sketches, this thin mini-book, this collection of poems sewn by hand, I designed a gift. The year of 2022 passed and so it happens that in my favorite month of December, on the 10th specifically, was-would be Cássia Eller's 60th birthday. Being a millennial, some part of me wishes they could give her any fan-inspired gift, one such as those kilometer-long letters we would wrap up around a roll. If I could gift Cássia some words, they would come in the form of poems. Here, in the possibility and urgency of a now-time, I write these words down because I believe every person has a bit of cássia in them. In the slight shyness that flushes one's face, in the unapologetic will and desire for freedom, in the raspy voice one does not allow any person to hear, in the lust for every drop of life without traces of guilt, domination or doubt. Loving art with no fear. Offering a rendition of one's own love and delusion. Singing.

Palavras-chave: Brazilian poetry. Contemporary poetry. In honor of Cássia Eller. Poems as gifts.



texto *

é teu sorriso pra mim
os dias sendo ondas
vibram onde
teu texto se organiza
te são fortes os dentes e densa a luz do rosto

cássia canta que a pedra brota da força lunar
entendo isso de coisas brotarem da lua
imagino frutas virem de lá pois maturam encantam somem
sei coisas que não são de serventia pro mundo
sonho profundo para esse tempo

não me interessam as farsas da língua
— das línguas
não me compensam o sono as farpas dos ódios

às vezes o que faz sentido é
despalavrado texto
sem pontos
sinais ou
margens
tua foto

penso escamas *

penso escamas e são esverdeadas
verdemolhadas como a trilha entre as árvores
águas nascem de cima do céu
dormem debaixo do chão
dentro delas se pode respirar por guelras
densas elas penteiam a derme vertebrada

cada pequena lâmina-espelho
meu mosaico para imaginar o que não vi na mente
cada pequeno brilhoso presente me lembra:
na voz às vezes
moram saudades que não se tangem
nem se entendem

e é na entrega ao mistério
que se pode abandonar sobre as águas
seu corpo sábio

capaz

boiar

de

não tema as águas *

quando encontrei Dandalunda na gruta
só havia seu cheiro e eco
era fundo o escuro e espesso o ar
no meio do mar meus medos eram cinza voltando à areia
em que me amiguei da lua
me lembrei da mãe
não tema as águas me disse

hoje me lembra que elas
se revoltam porque
voltam sempre pra onde primeiro
fizeram nascer

comigo ninguém

eu vi num vídeo:

as plantas gostam de pó de café passado e cascas de batatas
nessas coisas tem coisas que entram no sol

o

as plantas gostam de ser replantadas

transplantadas de vaso e canto

transportadas de cômodo e superfície

transmutadas para novo adubo

gostam que se afofe a terra para ver se querem água

querem ar que corra e atravesse a casa

sol que não queime a borda das folhas

querem aquelas conversas que você pensa não dar a pessoas

escutam choros chamadas gemidos

são seres, embora não falem

estão em silêncio por razão de raiz

sabem quando estou

sabem se sou feliz

estou aprendendo a amar as minhas coxas
minhas coxas por si só já se amam

já tive nelas cansaço
já tive pelos, *jeans*, meias fio oitenta
óleo de amêndoas para amaciar o atrito
shorts biker escondidos no vestido
alguns amores breves
lençóis leves
paixões em viagem ao sul
meu próprio coração partido

mas nunca lá muito amor
nunca, meu amor
a m o r às minhas coxas

elas me lembram que não sou pequena
não caibo no que o mundo me dita
no que o mundo medita
elas me lembram que sou uma mulher grande
às vezes acho que uma grande mulher
mas certeza, se é que existe*
só vou ter quando conseguir isso
esta coisa de amor,
de a
mar
entre outras coisas as
minhas coxas

na tua voz meu nome

mas há um calor nas conversas que
atravessa o outono e fura
a opacidade do tempo seco e cura
o frio vento da noite que não se avisa

touros lunares;
animais no limite redondo e curativo do astro
me libertam e lembram alegria
nas ondas que risos quebram
por dentro de fios
que rasgam linhas no mapa

peço licença:
sem velas ou portais
entro na tua voz antes do sono e
é na minha terra o caminho da tua viagem
minha pele tua via de possível paragem
até que seja novo dia;
te mandar sempre nessa ordem

a verdade
e os acidentes

espada de são jorge *

senti tua dor
brotou em mim uma lágrima de olhos fechados antes do sono
,
lágrimas brotam de qualquer maneira
.em horas impróprias rompendo palavras ao telefone
.de baixo d'água misturando-se à espuma
.mesmo quando tu sai do oceano envolta em sal

o que faço com tua dor é saudade
é ela uma coisa que fabrico sem paciência
enquanto me corta aquele aviso do tempo:
de que as coisas jamais se acabarão
se
viajaremos pelas areias de
matéria em matéria
se já
viajamos pelas horas de
memória em memória

o que faço com tua dor é te abraço
por dentro dos teus poros também sou pele
em cima de suas sandálias penso em montanhas e beiras
criações divinas que podemos olhar para lembrar que não somos
sós

tem você escamas de
forte e viçosa carpa

nada

te prometo uma redoma de amor
e tantas palavras boas quanto custe a sua saúde
te envolvo com louros como na carta do mundo
e é tu que dança no meio deles debaixo do sol

vi vindo dias mais serenos
estarei neles como folha
fagulha
ou pequena lembrança te causando risadas ou soluços
algun som assim que te lembre:
mas há o ar e
te amo como quem guarda teu lado

sol em luedji, ascendente em luna

às vezes só sobra uma palavra - coisa -
para dar nome ao que não se pode antever
ou pegar enquanto viaja pelo corpo
sonho e senha coisa
pelos pelos dese
jo

já
há pontos de luz e vértices
fios que esticam e puxam a espinha
às vezes curvadas ondas desses dorsos
desfeita espuma entre suores e lençóis

deito pistilo em seu eixo
forma de flor em sua dúvida
tantas vezes me refaço que
os sangues me coram as faces
e estou nua de outras formas

sua
 porque sus
pensa:
entre pólen carpelo & pétala
e é tão breve quanto belo o suspiro
e é tão sonho quanto coisa o desejo

grito no sonho onde o som não sai *
uma mulher me atravessa o peito com agulhas
os fios de sua história cosem as
linhas do meu rosto

soltar

o verbo
o delírio
o grito
custa um olho e
retalhos de lua pinçados por setas de bússola
minha cabeça descansa num triângulo
explode diante da serpente
nem um palmo além se pode ver
com seu
meu
um olho insone

é como vulva e fruta
a pupila que dilata e encolhe
nervos formam ondas que conversam
e avermelham a carne muco-molhada
não é hora de pensar e girar a engrenagem
se
só a boca sabe o que quer ~
mordida lambida grito:
n o s onho
ondeosom
n ã o s a i

carne moída

mói-se a carne
todo santo dia se
mói a carne de que cantava elza
o sangue se espreme se explode se lava
em frente à loja de cosméticos
na calçada espirrado nas bicicletas
ao lado da placa que diz DEUS É AMOR
que paradoxo traumático
deus e sangue
amor e sangue
ser e já não estar
:
na cena furos
muros cravejados lembram mãos de cristo
cartuchos no chão como lixo de festa
ecos em choros gravados em becos
coberta de cama de criança
mancha
trem desgovernado país
país desgovernado trem
em tudo um turvo vermelho rastro
da carne que se mói
que não se aguenta
m
ais.

Eliza Araújo

Sobre a autora

Eliza Araújo  

Graduada em Inglês e mestre e doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde é docente de Língua Inglesa no Instituto de Letras (GLE), é uma das coordenadoras do Centro Integrado de Tradução e Escrita (CITE) e colabora com o projeto de extensão Laboratório de Letramentos Acadêmicos (LabLA) da Faculdade de Educação (FEUFF).

Email: elizaaraujo@id.uff.br



Fotografia: Thulio Gomes

Das perseguições à oficialização do Cristianismo no Império Romano: os relatos de Cipriano de Cartago e de Eusébio de Cesareia

Pablo Gatt

Conceitos fundamentais de Marx

Lais Ribeiro Valadão, Helena Gouveia da Silva Regis & Paula Helena Ayres

Autópsia psicológica do suicídio: caso Breno

Ardelia Morais Oliveira Figueiredo, Edmar Ferreira da Costa & Antônio Honório Ferreira

Das perseguições à oficialização do Cristianismo no Império Romano: os relatos de Cipriano de Cartago e de Eusébio de Cesareia

From the persecutions to the officialization of Christianity in the Roman Empire: the accounts of Cyprian of Carthage and Eusebius of Caesarea

Pablo Gatt

Doutorando em História Social das Relações Políticas pela UFES

Resumo: O presente artigo tem como objetivo, em um primeiro momento, discorrer acerca das perseguições sofridas pelos grupos cristãos no primeiro século do Império Romano. Nesse sentido, na segunda parte, analisaremos, durante o período da Anarquia Militar (235-284), as *Cartas* de Cipriano de Cartago, nas quais o bispo relata as perseguições empenhadas pelo imperador Décio (249-251) e a *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia, em que ocorre igual situação, pela retratação das perseguições impostas por Valeriano (253-260). Posteriormente, investigaremos a atuação de Constantino (272-337) e Teodósio (347-395) em prol dos Cristianismos. Como resultado dessa análise, os cristãos foram perseguidos localmente em um primeiro momento, inicialmente confundidos como vertentes judaicas, em que somente podemos falar de uma perseguição sistematizada e institucionalizada mediante o governo de Décio. Ademais, com Constantino percebemos aos primeiros passos dados pelos grupos cristãos rumo à oficialização, que acontecerá com Teodósio. Portanto, concluímos que as trajetórias cristãs nos limiares do Império Romano foram conturbadas, marcadas por diversos embates, como explícitos por Cipriano de Cartago e Eusébio de Cesareia. É somente com Constantino e Teodósio que os grupos cristãos fortalecem a aliança Igreja/Estado, garantindo aos mesmos significativos direitos, como a prática do culto livre.

Palavras-chave: Cristãos. Perseguição. Império Romano.

Abstract: The purpose of this article is, in the first part, to discuss the persecutions suffered by Christian groups in the first century of the Roman Empire. In this sense, in the second part, we will analyze the Letters of Cyprian of Carthage, during the period of the Military Anarchy (235-284), in which the bishop relates the persecutions committed by the emperor Decius (249-251) and the Ecclesiastical History, by Eusebius of Caesarea, in which the same situation occurs, through the retraction of the persecutions imposed by Valerian (253-260). Later, we will investigate the actions of Constantine (272-337) and Theodosius (347-395) on behalf of Christianity. As a result of this analysis, Christians were locally persecuted in a first moment, initially mistaken as Jewish strands, and we can only speak of a systematized and institutionalized persecution through the government of Decius. Furthermore, with Constantine we see the first steps taken by Christian groups towards officialization, which will happen with Theodosius. Therefore, we conclude that the Christian trajectories on the threshold of the Roman Empire were troubled, marked by various clashes, as made explicit by Cyprian of Carthage and Eusebius of Caesarea. It was only with Constantine and Theodosius that the Christian groups strengthened the alliance Church/State, guaranteeing them significant rights, such as the practice of free worship.

Keywords: Christians. Persecution. Roman Empire.



1 Introdução

Durante os primeiros séculos da era comum percebemos movimentos contrários aos grupos cristãos. Nesse sentido, na medida em que os mesmos se expandiam ao longo da bacia do Mediterrâneo, se distanciando dos Judaísmos, os cristãos passaram a se constituir como grupos perceptíveis às estruturas do Estado romano. Como vertentes religiosas visíveis, o proselitismo cristão e a recusa pelo culto imperial serviram como argumentos que justificaram o cunho das perseguições empenhadas. Por não se respaldarem na tradição da *religio licita*, como os judeus, se tornaram alvos desses embates, o que resultou em casos martirológicos, como o de Justino. Portanto, esse é o contexto que abordaremos neste estudo, mediante as generalizadas perseguições impostas aos cristãos.

Em seguida analisaremos o recorte temporal do período conhecido como Anarquia Militar¹ (235-284), pela atuação do imperador Décio (249-251) e de Valeriano (253-260). Para abordarmos tal questão recorreremos às *Cartas*, de Cipriano de Cartago (258), especialmente as *Epistulae* 11 e 20, e à *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia (265-339), livros VII e IX, visto que é no terceiro século que os imperadores se envolvem diretamente com a questão cristã. Por essas obras temos acessos às consequências dessas perseguições imputadas aos cristãos. Nesse contexto, o Império passava por uma instabilidade política governamental e os cristãos foram acusados de provocarem a fragilidade nas estruturas do Estado, sendo arduamente perseguidos.

Na lógica do *imaginário*² social do Império Romano, como conceito teórico utilizado, a recusa de um membro da elite em participar ativamente das funções públicas colocava em risco a própria sobrevivência do sistema imperial, no desencontro com a perpetuação da

¹ O termo foi cunhado por historiadores alemães de inícios dos anos 1920, sob a égide do advento do nazismo na Alemanha, preocupados sobremaneira com a política caótica do país no Pós Primeira Guerra. Entretanto, nesse artigo, o termo se refere ao período de 235-284, de sucessivas ascensões ao trono imperial.

² O conceito de *imaginário* é produtor de realidades e de hierarquizações de valores. Nessa acepção, o imaginário é um sistema que concede ordem à natureza, à sociedade e ao homem (SCHMITT, 2014, p. 36).

*pax deorum*³. Essas perseguições foram justificadas porque acreditava-se que a prática do culto cristão, pela não adoração dos deuses do panteão greco-romano, causara esse rompimento e desequilíbrio nas estruturas do Império. Nesse sentido, os cristãos foram incumbidos pelas mazelas de Roma, colocados como bodes expiatórios, encarregados dessas mudanças e os responsáveis por essa desarmonia por três motivos: pela rejeição da adoração das divindades pagãs, pela recusa da prática sacrificial, a *contumacia*, e pelo repúdio dos romanos “ao que era híbrido, impuro e ambíguo” (VEYNE, 2010, p. 245), posto que os cristãos faziam parte do Império, mas não partilhavam dos mesmos costumes.

Posteriormente ao período da Anarquia Miliar, as perseguições aos cristãos continuaram sendo empenhadas, visto a atuação de Diocleciano (284-305). Podemos falar em uma estabilidade, mas não total, com a permissão ao culto cristão, concedida por Constantino (306-337), em 313, no Édito de Milão, assunto do nosso quarto tópico. Por fim, continuaremos analisando a atuação de Teodósio I (379-395) que, com o Império unificado novamente, em 380, com o Édito de Tessalônica, o Cristianismo se torna a religião oficial do Império Romano. Portanto, esse artigo abordará as perseguições sofridas pelos cristãos durante os anos que compreendem o Império Romano, a partir da era comum, mediante as *Cartas*, de Cipriano de Cartago, e a *História Eclesiástica*, Eusébio de Cesareia, assim como as medidas adotadas por Constantino em Teodósio em prol dos cristãos, no fortalecimento da aliança entre Igreja e Estado.

2 As primeiras perseguições sofridas pelos cristãos

As desavenças entre grupos cristãos e os romanos, sejam políticas ou religiosas, tomaram os primeiros contornos ao longo do I século da era comum. Na narrativa de *Marcos 15: 11-15*, embora escrita no ano 70, temos o relato da morte de Jesus, crucificado em Jerusalém, ao ser sentenciado por Pôncio Pilatos (26-36), governador da Judéia, sob o

³ A *pax deorum* tratava-se do estabelecimento do equilíbrio das relações entre os planos divino e o humano por meio da devoção dos segundos pelos primeiros e da observância dos rituais sagrados tradicionais do sistema de crenças romanos. Por meio do cumprimento desses preceitos se perpetuava a paz, a sobrevivência e a prosperidade do Império Romano.

domínio imperial de Tibério Cláudio Nero César (14-37). Por essa ocasião torna-se mártir, uma testemunha oficial e fiel, ao dar a sua vida pela missão da instituição da vontade de Deus.

A ressurreição de Cristo atribui um novo contorno ao movimento cristão, uma nova ideia, pela crença em um Deus vivo e ressuscitado, na união do povo cristão. O que se percebe é que a partir desta morte martirial⁴ se desenvolveu e se fortaleceu a perspectiva sacrificial de Cristo, fortalecendo um *ethos*, uma identidade coletiva cristã. “Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram. Eis que tudo se fez novo” (BÍBLIA DE JERUSALÉM. *II Coríntios 5:17*)⁵. A figura do mártir vai se tornando, cada vez mais, a representação do ideal da fé, um modelo de caráter didático. Por esse esquema sacrificial, em oposição ao hostil mundo greco-romano pagão, surge a lógica dos *exempla*, um modelo que, além de ser imitado, deve ser seguido.

A partir desse momento os grupos cristãos passaram a propagar a mensagem de que o Reino de Deus estava próximo, o que despertou um novo olhar do Estado sobre os mesmos. Jesus Cristo, “O Cristo de Deus”, é o *exemplum maximum*. Mesmo assim, Paul Veyne (2010, p. 245), argumenta que essa contínua repulsa por parte dos pagãos se justificou mediante à concepção que os cristãos eram impuros, ambíguos e híbridos, considerados como grupos de vertentes judaicas.

Os cristãos faziam parte do Império, mas sem os mesmos costumes, evitavam conviver com os outros, não participavam das festas ou dos espetáculos, não veneravam os deuses nacionais, seu Deus não pertencia a determinada nação, diferente do deus dos judeus (VEYNE, 2010, p. 245).

Mais tarde, com Nero (54-68), sexto imperador romano, a prática da *superstitio illicita* fora aplicada aos cristãos, sendo levados aos tribunais romanos. A principal motivação de Nero à perseguição desses grupos era de cunho político e religioso, baseada na *superstitio nova*,

⁴ O martírio possuía uma tríplex função para o Estado romano. Punir os desviantes, dissuadir alguns deles e divertir os habitantes da *orbis romanorum* eram as bases dessa prática, ao passo que aconteciam durante os jogos circenses, sendo atrações de grande prestígio dessas festividades. Nas arenas, os desviantes eram jogados e devorados por feras, que, todas ornamentadas, eram criaturas selvagens e sagradas para os deuses. Nesse sentido, o martírio, para os gregos, possuía um fundo religioso.

⁵ Optamos pelo uso da Bíblia de Jerusalém pela tradução da obra, visto que o cunho da obra está voltado para os estudos acadêmicos, possuindo notas explicativas.

classificando-os como ameaçadores aos ditames do Estado. Decidido silenciar os rumores de que ele seria o responsável pelos incêndios provocados em Roma, Nero culpabiliza os cristãos e os acusa de praticarem a prática da *superstitio illicita*.

Nero, para desviar as suspeitas, procurou culpados, e castigou com as mais terríveis penas a certo grupo, já odiado por suas abominações, que o vulgo chamava cristãos (TACITE. *Annales*, XV, 44,3)⁶.

Pela recusa ao politeísmo greco-romano os cristãos se tornaram os candidatos perfeitos à bode expiatório.

Para os castigar, o Imperador mandou queimá-los vivos, depois, surgiram comunidades cristãs por todo o Império, primeiro no Oriente, libertando-se progressivamente do judaísmo e criando a sua própria ortodoxia (GRIMAL, 1999, p. 129).

Mesmo que não tenha sido uma perseguição que se entendeu por todo o Império, e de modo permanente, esse episódio marcou o primeiro encontro entre as autoridades romanas e os grupos cristãos.

O incêndio de Roma provoca um distanciamento entre os judeus e cristãos, mas não uma separação definitiva. É por esse episódio que os cristãos, no ano de 64, começam a ser reconhecidos como grupos independentes. Após a morte de Nero, em 68, até o ano de 81, ocorreram cinco sucessões ao trono romano (Galba, Ótão, Vitélio, Vespasiano e Tito), em um período de 13 anos, em que não atestamos embates com os cristãos. Essa situação se reconfigura no governo de Domiciano (81-96), em que no ano 80 os mesmos são classificados como pertencentes a uma religião transgressora, o que verificamos nas obras de Plínio, o Jovem.

Nas cartas de Plínio (PLINIO EL JOVEM. *Cartas*, X, XCVI:XCVII)⁷, enviadas ao imperador Trajano (98-117), que envolvem um contexto maior, referente à administração da Bitínia, os cristãos são condenados pela falta de reverência à figura do imperador e associados à prática da *impietas*, pela recusa de aceitarem os valores pagãos. Mesmo que Plínio

⁶ Tácito (56-117) não conheceu Nero. Seus relatos foram escritos, meio século depois, mediante aos olhos de seu tempo, momento em que os cristãos eram odiados (DE BONI, 2014, p. 144).

⁷ O acervo epistolar de Plínio, as correspondências plinianas, foi traduzido pelo CEPC – Centro de Pesquisa e Correspondência Plinianas da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). São 368 cartas divididas em 10 Livros.

não tivesse conhecimento de tais acusações, “não hesitou em ordenar a execução daqueles que persistiam em afirmar por três vezes seu pertencimento ao grupo dos cristãos” (SILVA, 2011, p. 33). Logo essa posição se inverte, pois, de acordo com Tertuliano, o imperador

Domiciano, igualmente, um homem do tipo de Nero em crueldade, tentou erguer sua mão em nossa perseguição, mas possuía algum sentimento humano; logo pôs um fim ao que havia começado, chegando a restituir os direitos daqueles que havia banido (*Apologeticum*, V, 4-7).

Esse ocorrido representa o segundo encontro entre as autoridades imperiais e as comunidades romanas. Nerva (96-98), que sucedeu Domiciano, no intuito de findar os abusos cometidos pelo governo anterior, retira as denúncias de lesa-majestade imputada aos cristãos (DION CASIO. *Historia romana*, 68. 1.2).

No final do século I, os cristãos já estão associados à prática da *superstitio illicita*. Todas essas imputações os classificam como criminosos religiosos, mas pela recusa em adorar o imperador se convertem, do mesmo modo, em criminosos políticos. A adoração ao imperador é oficialmente desencorajada com a Dinastia dos Antoninos (96-192), como vimos no Nerva, mas a natureza sagrada do Império ainda é considerada por todos, para a sobrevivência do mesmo. Nesse sentido, os cristãos continuaram a ser alvos de perseguições locais, pelo aumento no número de adeptos aos Cristianismos e que logo se espalharam por toda a extensão do Império Romano. No decorrer da Dinastia dos Antoninos, situamos algumas perseguições, começando com Trajano (98-117), assim como no reinado de Adriano (117-138), Antonio Pio (138-161), em que houve casos martirológicos, como o de Tolomeu e Lúcio, em Roma, e o bispo Policarpo, em Esmirna, todos acusados de *contra quietem imperiumque populi Romani*. Com o governo de Marco Aurélio (161-180), podemos falar de uma quarta perseguição, sendo que é

[...] no interior desse contexto que os cristãos passam a ser vistos como responsáveis pelos problemas que afetam o Império, em particular pela sua tendência em rejeitar as formas tradicionais da religião imperial (CHEVITARESE, 2006, p. 170).

Pelas medidas de Marco Aurélio, como percebemos nas cartas à Trajano (PLINIO EL JOVEM. *Cartas*. X, XCVI:V), os indivíduos da pólis

suspeitos de serem cristãos, ao serem capturados, eram julgados diante a lei romana. Para aqueles que não desejavam ser condenados, e assim perdoados, eram obrigados a falar mal de Cristo, realizar a prática de sacrifícios, ofertar súplicas com incenso e beber uma taça de vinho perante a imagem do imperador. Aos poucos, entre os pagãos, foi se cristalizando uma certa desconfiança e um aumento no número de acusações

[...] que viam um grupo de pessoas, pertencentes à sua cultura, seguirem costumes tão diferentes, a ponto de se afastarem dos demais. E começou-se a comentar que se tratava de um grupo que ignorava o *mos maiorum* (o costume dos antepassados) e se entregava às *flatigia* (DE BONI, 2014, p. 148).

A preocupação maior, pela ótica dos cidadãos romanos, era a de que as cidades haviam sido contaminadas por esses grupos.

Durante o período de governo da Dinastia Militar, iniciada por Marco Aurélio, novas perseguições ocorreram, na medida em que os Cristianismos já estavam penetrados em todos os estamentos. Podemos dividir esses embates em três momentos, sendo a primeira fase (161-169) iniciada com Lúcio Vero, corregente no governo de Marco Aurélio, que empenhou uma atividade anticristã. Nessa fase, ocorreram tribunais com o intuito de condenar os cristãos que transgredissem as regras de culto. Entretanto, Justino, em suas *Apologias* (1, 65-66), defende o culto cristão frente essas proibições, assim como a prática da eucaristia pós o batismo. Suas ideias reforçam a unidade da comunidade cristã, na afirmação de que “só pode participar da eucaristia o que acredita nas verdades da fé, que é batizado e vive de acordo com os mandamentos de Jesus Cristo” (SOUZA, 2009, p. 56). Suas críticas diante do Império e seu apelo na conservação dos preceitos da fé em Cristo, como a eucaristia, fizeram com que ele fosse morto, martirizado em Roma no ano de 165 d.C. Assim como Jesus Cristo, Justino se torna um *exemplum* para todos, um padrão de conduta por excelência. Ao morrer como mártir reafirmou a identidade cristã.

Na segunda fase (170-177), Cômodo, também corregente e filho de Marco Aurélio, intensifica localmente as perseguições aos cristãos, em que, tendo o aval do imperador, consente a busca e a investigação.

Portanto, as comunidades cristãs se aparentam politicamente suspeitas, como atestamos pelas obras escritas por parte dos intelectuais pagãos, em detrimento os cristãos, como o *Alethés Lógos (Palavra verdadeira)*, de Celso. A terceira fase ocorreu no final do governo de Marco Aurélio (180) e durante o governo de Cômodo (180-192), seu sucessor. É um momento de transformação nas relações Igreja-Estado, em que a “Igreja começa a sair do limbo, passando a ser reconhecida abertamente, se não oficial, pelo Estado” (CHEVITARESE, 2006, p. 173). Essa mudança ocorre uma vez que Marco Aurélio desejava integrar as dissidências cristãs nos ditames que regiam a vida romana, ou seja, no Estado, uma vez que os cristãos haviam ocupados cargos no âmbito político.

O governo de Cômodo, no final do segundo século, representa o fim da Dinastia dos Antoninos. Por suas medidas os cristãos adquirem o direito de proferir o culto, não se envolvendo em querelas religiosas. As perseguições que ocorreram assumiram características locais, realizadas pela ira popular. A importância da realização do culto era demasiada, pois nessas reuniões, segundo Tertuliano, “alimentamos a fé com santas palavras, construímos a esperança, modelamos a confiança e igualmente damos solidez à disciplina ao inculcar os preceitos” (*Apologeticum*, XXXIX, 3.4). De certo modo, os Cristianismos foram favorecidos pela clemência imperial, se expandido aos poucos pelas localidades do Império e alcançando as elites romanas, em que “observamos a presença inquestionável de cristãos na casa imperial” (SILVA, 2006, p. 245). Com o despertar do terceiro século, com a Dinastia dos Severos (193-235), ocorrem novas crises e transformações, visto que, do mesmo modo, representa o momento em que os Cristianismos se tornam hegemônicos em Roma, marcando “o processo de constituição da sensibilidade religiosa tardo antiga” (CRUZ, 2010, p. 296).

Septímio Severo, que governou de 193-211, como nos mostra a *Scriptores Historiae Augusta (Vida de Severo, 17, 1)*, empreende medidas nas quais se proíbem a prática da conversão não só aos Cristianismos, como também aos Judaísmos. Embora a religião cristã fosse uma de suas inspirações, os cristãos se recusavam adorar a figura do imperador, durante as comemorações de aniversário do seu reinado, o que geriu

novo fôlego às perseguições. Essas medidas, iniciadas com Septímio, levaram ao martírio o pai de Orígenes, Leônidas, por Áquila, governador de Alexandria, assim como causaram a morte de Perpétua e Felicidade em Cartago e do Papa Zeferino, em Roma. Tais revoltas, de cunho popular, transformam os cristãos, no alvorecer do terceiro século, em inimigos internos “do Império Romano, dos valores romanos, perturbavam a paz dos deuses, e punham em risco a manutenção da própria *res publica*” (SILVA, 2011, p. 35). É com o governo de Alexandre Severo (222-235), último imperador da Dinastia dos Severos, que as igrejas cristãs conseguem permissão e direito para dispor de seus bens.

Nesse período assistimos à entrada dos povos germânicos nos domínios do Império, cidades falindo, terremotos e, com isso, fomes e pestes que causaram um pânico religioso entre os romanos. Esse novo contexto, portanto, uma nova realidade, que marcou o fim da Dinastia dos Severos, ficou conhecido como a Anarquia Militar (235-284), período de meio século de angústias e inseguranças para os cidadãos e para as estruturas do Império Romano. Diante desse cenário,

Algumas pessoas se esforçaram em praticar os antigos cultos com mais cuidado e dedicação, outras buscaram um contato mais pessoal com os deuses, procedimentos que não eram, em absoluto, excludentes (SOARES, 2019, p. 126).

Por esse novo quadro institucional, que mudará a situação favorável dos cristãos, as perseguições foram justificadas, novamente, pela intolerância religiosa proveniente dos seguidores do Nazareno. A recusa em adorar os deuses pagãos e a não participação no culto imperial já eram circunstâncias pregadas por Tertuliano, trinta anos atrás, sendo que

[...] o objeto da nossa adoração é um Único Deus, que por sua palavra de ordem, sua sabedoria ordenadora, seu poder Todo-Poderoso, tirou do nada toda a matéria do nosso mundo, com sua lista de todos os elementos, corpos e espíritos, para glória de sua majestade (*Apologeticum*, XVII, 1-4).

Por essa nova forma de governo ascende ao poder de Maximino, o Trácio (235-238), que reina por pouquíssimo tempo, mas “compreendeu que poderia destruir a Igreja sem matar fiéis em massa, bastando para tanto liquidar com seus chefes” (DE BONI, 2014, p. 157). Nesse período

de anarquia⁸, que ultrapassou a duração de 50 anos, mais de 18 imperadores, em sua maioria gerais, sucederam ao poder, mas o que a nós confere são as consequências das inúmeras sucessões ao trono e as figuras de Décio (249-251) e Valeriano (253-260).

3 Os relatos de Cipriano de Cartago e Eusébio de Cesareia frente às perseguições impostas por Décio e Valeriano

Em decorrência dessa cadeia sucessória houve o enfraquecimento da imagem do imperador e a descrença na eternidade de Roma. Com isso, os romanos questionavam-se e falavam de um possível rompimento da *pax deorum*, indagando-se do porque os deuses haviam parado de agraciar o Império. Uma explicação possível era que os cristãos fossem os responsáveis pelas mazelas de Roma, colocados como bodes expiatórios dessa crise e responsáveis por essa desarmonia, na recusa em adorar os deuses pagãos.

Diante desse quadro de instabilidade, Décio (249-251) assume os ditames do Império, inaugurando uma nova página para a história dos Cristianismos nos primeiros séculos. É mediante a política imperial de Décio que os cristãos passam a ser perseguidos oficialmente, visto que não enfrentaram situações hostis nos primeiros anos da Anarquia Militar, ao ponto que todos os éditos e leis anteriores não possuíam, até então, legislação imperial ou caráter específico. É com Décio, já comandante do exército do Danúbio, que essas dissidências religiosas representaram um problema direto ao Império. Os Cristianismos se tornam questão primária, inaugurando um período de intolerância religiosa, uma cruzada contrária aos que impedem e ameaçam a ordem e o sagrado da sociedade romana.

Com a intenção de se manter fiel ao *mos maiorum*, Décio, agora sob a denominação de Trajano, apresenta-se “como o restaurador do culto

⁸ Em decorrência dessa cadeia sucessória houve o enfraquecimento da imagem do imperador e a descrença na eternidade de Roma. Com isso, os romanos questionavam-se e falavam de um possível rompimento da *pax deorum*, indagando-se do porque os deuses haviam parado de agraciar o Império. Uma explicação possível era que os cristãos fossem os responsáveis pelas mazelas de Roma, colocados como bodes expiatórios dessa crise e responsáveis por essa desarmonia, na recusa em adorar os deuses pagãos.

aos deuses que propiciaram a grandeza de Roma” (SILVA, 2006, p. 247). Essa atitude pode ser compreendida como uma forma de correção aos rumos que haviam tomado o Império, na tentativa de reafirmar as bases simbólicas da autoridade imperial e de reestabelecer o *imaginário* da grandeza e eternidade de Roma, que havia sido invadido ao norte e estava sob ataque dos persas no Oriente. Nesse segmento, no ano de 249⁹, Décio proclama um édito obrigando que todos os habitantes do *orbis romanorum* deveriam comparecer diante dos magistrados para oferecerem sacrifícios e libações aos deuses romanos, instituindo comissões locais para fiscalizar o cumprimento da lei. O objetivo de Décio não era de proibir o Cristianismo, mas exigir que os cidadãos provassem sua lealdade cívica, incluindo os cristãos, como uma tentativa de integrá-los à comunidade política. Foi a primeira imposição ratificada para todo o Império. Com isso, as perseguições empenhadas por Décio assumem uma dimensão institucional, ao passo que o clérigo Novaciano (200-258), se recusou readmitir em comunhão os *lapsis*, os cristãos batizados que renegaram a fé em Cristo durante as perseguições.

A política de reestruturação de Décio atingiu a todos. Embora não fosse especificamente destinada aos cristãos, foram esses os grupos mais coagidos a imolarem os deuses pagãos. Os judeus, por sua vez, por contarem com a tradição da *religio licita*, foram eximidos dessa prática. Posteriormente o ano de 250 essas perseguições se intensificaram, sendo que os bispos cristãos, principalmente das cidades cosmopolitas, ficaram encarregados de guiarem os membros de suas paróquias aos templos romanos. Temos nas *Epistulae* e no tratado *De lapsis* de Cipriano de Cartago (258), narrativas sobre as perseguições empunhadas por Décio, como também, posteriormente, na *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia (265-339), relatos dos embates sofridos pelos cristãos por parte de Valeriano.

O bispo de Cartago, na *Epistulae 20*, escreve aos seus irmãos, crentes em Cristo, para que continuem professando a fé no Deus vivo e

⁹ Existe uma divergência entre os historiadores acerca da datação do edito emitido por Décio. Soares (2019, p. 127), em sua tese de doutorado, alude ao ano de 249, entretanto Soumagne (1975), González Salinero (2005) e de Boni (2014) concordam com a data de 250.

ressuscitado, ao exaltar os confessores e mártires que deram sua vida em nome do Cristianismo.

Depois, quando começaram os tormentos, minhas palavras ultrapassaram os muros para fortalecer aos irmãos, já torturados, ou encarcerados para serem torturados (CIPRIANO DE CARTAGO. *EP.*, 20, II).

Com o reforço às perseguições, Cipriano de Cartago se viu obrigado a deixar a cidade na qual exercia o seu bispado. Essa atitude poderia provocar uma ruptura na comunidade cartaginesa, mas ao mesmo tempo em que o bispo se retira de seu posto ele continua escrevendo para que seus irmãos fossem firmes na congregação.

Igualmente, como no governo de Trajano e Marco Aurélio, Décio retoma a prática de solicitar a presença dos cristãos perante uma autoridade jurídica. Nessa ocasião, diante do procônsul cartaginense, os cristãos deveriam, publicamente, declarar que adoravam os deuses romanos, assim como oferecer sacrifícios e comer da carne sacrificada. Como dito, Décio organizou, localmente, tribunais e comissões para que fossem supervisionadas e garantida as práticas de sacrifícios e oferendas realizadas pelos cristãos. Essa organização não fora homogênea (KNIPFING, 1923, p. 350), alternando entre o norte da África, Gália, Hispânia e Roma. Essa variação ocorreu de acordo com a riqueza que cada cidade dispunha e podia contribuir com esse esquema, mas essa legislação alcançou todos os habitantes do Império, independentemente do sexo, status ou idade. Por esse arranjo administrativo ocorreram alguns martírios, como o do bispo Fabiano. Do mesmo modo, os cristãos recusantes, ao serem capturados, eram torturados nas prisões romanas. Foram medidas justificadas em prol da unificação, das formas tradicionais de religião e preservação do Império.

Em Cartago, como atestamos por meio das obras de Cipriano, os cristãos “responderam de diferentes maneiras ao edito de Décio” (SOARES, 2019, p. 134). Esses estavam divididos em dois grupos, os *honestiores* e os *humiliores*. Os primeiros, detentores de bens e parte da nobreza, prestaram sacrifícios voluntariamente com medo de terem suas fortunas confiscadas. Os segundos, por não possuírem certa riqueza, ao recusarem a prática do sacrifício eram presos, torturados ou exilados

(*EP.*, 55, XIII, 2; *De lapsis* 8-9). Assim, essas demandas impostas por Décio, como forma de garantir a estabilidade do Império e de assegurar a grandiosidade da nova dinastia iniciada pelo imperador, exigiram de todos os cidadãos a prática da *supplicatio* aos deuses do panteão greco-romano. Foram medidas justificadas em prol da unificação das formas tradicionais de religião e preservação do Império. A imposição centralizadora sempre foi a saída romana, seja pelas tropas, seja pelas instituições.

Mesmo que as imposições às práticas sacrificiais viessem como ordem imperadora, as punições não seguiam, do mesmo modo, um quadro homogêneo. As mesmas variaram de acordo com os ânimos ou clemência da população local ou do governador da província. Mesmo assim, os cristãos foram torturados, exilados, tiveram seus bens confiscados e sentenciados à morte

[...] com a máxima perversidade quando verificando nossos crimes comprovados por nossa confissão do nome de Cristo, nos levais à tortura para obter nossa confissão que não consiste senão em repudiar tal nome (*Apologeticum*, II,11-12).

Embora a polícia de Décio objetivasse que todos os habitantes da *orbis romanorum* cumprissem tais premissas, os cristãos foram colocados como os responsáveis pela negligência dos deuses para com o Império. Foram os bodes expiatórios, culpados pelo rompimento da *pax deorum*, pela recusa em adorarem os demais deuses que compunham o panteão greco-romano. Em vista disso, na visão do imperador, se fazia necessário o reestabelecimento das práticas tradicionais, como os sacrifícios.

Cipriano, em suas *Epistulae* (11, 1, 2), acredita que essas perseguições eram provas colocadas por Deus para diferenciar os verdadeiros dos falsos cristãos. Mesmo diante de todas as imposições, regras e éditos proclamados pelo governo romano, na visão de Cipriano, os cristãos deveriam comprovar o seu amor por Deus, ao recusarem participar dos ritos sacrificiais. Além do mais, o bispo de Cartago defende, ainda na *Epistulae* 11, que o período que antecedeu o governo de Décio, sem uma perseguição sistematizada, “havia corrompido as

almas dos cristãos” (SOARES, 2019, p. 137), relaxando moralmente, o que justificou tais intolerâncias, como um castigo divino.

O senhor cumpriu a vontade do pai, e nós não cumprimos a vontade de Deus, entregando-nos ao lucro dos bens temporais (*patrimonio et lucro*), andando pelos caminhos da soberbia (*superbiam*), nos entregando à rivalidade (*Epistulae, 11*).

No *De lapsis 5*, Cipriano, do mesmo modo, continua a justificar essas perseguições como punição do Altíssimo, pois

não se deve obcecar a mente e o conhecimento pela escuridão e trevas (*tenebrosa caligo*) de tão hostil perseguição (*persecutionis infestae*), de modo que não reste nenhum raio de luz para poder compreender a ordenação divina (*divina praecepta*).

Com a morte de Décio, no confronto com os godos em 251, ocorre o enfraquecimento das perseguições aos cristãos. Diante desse quadro, no mesmo ano, ocorreu uma flexibilidade no cumprimento da lei, visto que na Cesaréia da Palestina, em Alexandria e em Cartago, os cristãos que fugiram foram autorizados a retornar e os capturados foram libertos. Mesmo com a morte de Décio a herança negativa à imagem da Igreja continuou viva, sendo que por suas políticas imperiais a fé cristã passou a ser vista como desobediência à ordem imperial.

Dois anos depois, em 253, assumiria Valeriano (253-260), senador e *ensor* durante o governo de Décio (SANTOS YANGUAS, 1994, p. 198). Nesse momento, o Império continuava a ser atacado pelos persas no Oriente, pelos francos na Gália, pelos godos no Danúbio, assim como haviam problemas financeiros e a peste assolava os territórios da *orbis romanorum*. Inicialmente, fora complacente aos cristãos, mas por influência local, como no caso de Cesareia, em que os moradores acusavam um senador de desrespeitar e infringir a religião local, suas medidas, para a preservação do Império, passaram a ser destinadas exclusivamente aos cristãos, atuando em conjunto ao Senado romano. Seu governo assumirá uma postura diferentemente de Décio, que exigia de toda a população da *orbis romanorum* o cumprimento do édito. O primeiro decreto de Valeriano foi emitido em 257 e era destinado aos governadores de província, obrigando os membros do clero cristão a realizarem sacrifícios às divindades do panteão greco-romano (*História*

Eclesiástica, Livro VII, X, 3-9), caso contrário, os que recusassem, seriam exilados. As medidas adotadas por Valeriano não se destinavam somente ao cumprimento dos sacrifícios, ordenou exílios e proibiu reuniões, seja em igrejas ou em demais localidades por qualquer membro da comunidade cristã. Foi uma perseguição para além dos bispos, diáconos e presbíteros, visando, também, os leigos. Sendo assim, no ano de 257, Valeriano

dirige uma *epistula* (carta) aos governadores de província determinado que os membros do clero cristãos sacrifiquem aos deuses de Roma diante do tribunal, sob a pena de exílio, e proibindo a reunião dos cristãos nas Igrejas e cemitérios (SILVA, 2017, p. 249).

O segundo édito, emitido um ano depois, segue a mesma intenção do primeiro, mas com penalidades mais rudes aos praticantes da fé cristã. Para os sacerdotes (os presbíteros, bispos e diáconos), o exílio não era mais aplicado, sendo destinados à pena de morte e o confisco de seus bens. Eusébio de Cesareia, em *História Eclesiástica (Livro VII, X)*, relata, que, no ano de 258, sob a perseguição do imperador Valeriano, o diácono Lourenço foi pressionado pelo prefeito da cidade de Roma a entregar os bens da Igreja para o governo. Lourenço

[...] foi um dos sete diáconos da cidade de Roma, morto no ano de 258. cristãos. O prefeito de Roma, imaginando que a igreja tivesse grandes tesouros guardados, resolveu confiscá-los, alegando que o imperador necessitava deles para manter seus exércitos (NETO, 2015, p. 328-329).

As medidas propostas por Valeriano atingiram, até mesmo, os membros cristãos que compunham o senado, sendo privados de sua dignidade, ou seja, do *status* de cidadão romano e títulos, assim como de seus bens. Em hipótese de permanecerem praticando os atributos da fé cristã seriam executados, as matronas eram destinadas ao exílio caso continuassem a propagar as mensagens cristãos e os funcionários do palácio, os *caesariani*, eram obrigados a trabalhar forçadamente, como forma de punição. Com isso, durante o governo de Valeriano temos o martírio de Sixto II, bispo de Roma, devido ao decreto emitido em 258. Esse documento, destinado aos governadores provinciais, no segmento do primeiro, intensificava as penas para aqueles que fossem capturados professando a fé no Deus cristão. Assim como Sixto II, outros quatro

diáconos foram vítimas desse decreto: Estevão, Genaro, Magno e Vicente, mortos no mesmo ano, em 6 de agosto (*Epistulae*, 80). Ser cristão passou a ser um crime.

Mesmo que as imposições de Valeriano fossem destinadas somente aos cristãos, como vimos, independentemente dos cargos aos quais ocupassem, as perseguições empenhadas por Décio foram mais brutais, tanto que, em 378, Malécio, um dos bispos de Antioquia, ergue um *martyrion* para “abrigar os restos mortais de Bábilas, o principal mártir de Antioquia” (SILVA, 2014, p. 135). Isso porque, Décio assumiu o Império no início da Anarquia Militar, período ao qual Roma passava por uma instabilidade política e econômica. Como forma de superação dessa fragilidade as medidas adotadas durante o seu reinado foram mais ríspidas, visto que a *pax deorum* e a figura do imperador deveriam ser restauradas da forma mais rápida possível. Décio é o responsável pela desordem causada nas comunidades cristãs, assim como pela criação das categorias de mártires, confessores e apóstatas, os *lapsis*.

Com a captura de Valeriano pelos persas sassânidas, em 260, Galiano (260-268), seu filho, ascende ao poder, revogando os éditos de seu pai e autorizando os cultos cristãos, as adorações e os líderes religiosos na prática proselitista. Nesse Édito os líderes da Igreja estavam permitidos de realizarem o culto livremente. Nos dois próximos anos, por meio de uma petição assinada por Dionísio, bispo cristão do Egito, os lugares de culto, que antes foram confiscados por Valeriano, foram devolvidos aos cristãos. A partir do governo de Galiano, as propriedades da Igreja se tornam juridicamente legalizadas, recebendo a titulação de *collegia*, assim como eram denominados os locais de culto pagão.

Após os esforços de Galiano, para a perpetuação da prática cristã, os anos de 260 a 303 ficaram conhecidos como a “Pequena Paz da Igreja”. Nesse período de tempo os cristãos gozaram da liberdade ao culto, sendo protegidos pelo Estado romano, feito que nunca havia sido permitido oficialmente. As retaliações, como os martírios, que ocorreram durante os governos de Cláudio, o Gótico e Aureliano, não podem ser atribuídas a uma escala global ou como movimentos institucionalizados pelo Império, eram perseguições empenhadas por comunidades locais.

Com Diocleciano (284-305), aclamado imperador em 284, o período da Anarquia Militar é superado, devido aos progressos anteriores de Aureliano, em sua atuação militar na Península Itálica, Gálias e Palmira, de Probo (276-283), que, além de afastar os germânicos das margens do Reno, fixou seu exército em territórios ao longo do rio¹⁰. Seu governo, como um pagão convicto, pautou-se na recuperação da dignidade imperial e no fortalecimento da figura sagrada do imperador sob a ótica da religião. Para isso, Diocleciano estabeleceu, no âmbito da corte, a prática da *adoratio purpurae*, em que todos deveriam dobrar os joelhos diante do imperador e, com isso, beijar o seu manto. Do mesmo modo, se proclamou *lovius* ao encarnar em Júpiter, usando-o como cognome, a divindade suprema do panteão romano, demonstrando-se a favor das adorações das demais divindades do Império, o que ia de encontro com a prática cristã (SILVA, 2006, p. 251). Mesmo com Diocleciano no poder, adotando medidas em prol da restauração da *pax deorum*, pela adoração dos demais deuses, não houve uma perseguição sistematizada inicialmente. É somente no ano de 303, em 23 de fevereiro, que o imperador retoma a política iniciada por Décio e fortificada por Valeriano, por meio de um édito e em uma dimensão mais violenta. Dentre as medidas adotadas por Diocleciano está a queima das Sagradas Escrituras nas portas da Igreja de Nocomédia. Os funcionários do palácio, que eram cristãos, deveriam realizar sacrifícios aos deuses romanos, os membros do exército deveriam renunciar sua fé sob a pena de expulsão e templos foram queimados ou demolidos. Os cristãos que possuíam cargos administrativos deveriam ser depostos e ter seus bens confiscados. O Édito de 304 obrigava todos os cristãos, sem exceção, a oferecerem sacrifícios aos deuses do panteão greco-romano, caso recusassem seriam mortos ou exilados para trabalharem forçados nas minas. Esse movimento ficou conhecido como a Grande Perseguição (303-311), findando com o Édito de Galério.

¹⁰ As conquistas de Marco Aurélio Caro (282-283), também foram significativas para a superação desse período de instabilidade, que, lutando pela reestruturação da parte oriental, empreendeu reformas que reorganizaram o exército romano contra as ofensivas da Pérsia. No decorrer em que essas medidas tomavam êxito, ao depor Carino, em 285, Diocleciano tem o Império quase unificado, sob uma Tetrarquia. Sob sua responsabilidade o Estado romano é reprogramado por uma série de reformas que visavam garantir essa estabilidade e a pureza moral do Império.

Até o ano de 325, a legislação anticristã, proposta por Diocleciano e Maximiano (286-305), fora imposta localmente por todo o Império. A Grande Perseguição foi mais efetiva no Oriente, aos quais estavam sob o controle de Diocleciano (284-305), Galério (293-305) e Maximino Daia (305-313). No Ocidente, com Constâncio Cloro (305-306), que reinou por pouco tempo, houve a destruição de igrejas, mas não a perseguição de cristãos. Com sua morte, Constantino (306-337), seu filho, herda a parte ocidental do Império, sendo um território fértil a propagação dos valores cristãos, visto que os éditos de perseguição não foram severamente aplicados.

4 De Constantino a Teodósio na oficialização do Cristianismo

O episódio da adesão de Constantino ao Cristianismo ocorrido entre os anos de 310 e 312, antes mesmo da unificação do Império Romano, é um marco simbólico para a história do Cristianismo, sendo que ainda em 310 o imperador se inclinava ao culto de Marte, como devoto do *Solis invictus*¹¹. Nessa perspectiva, a tão famosa visão¹² de Constantino deve ter ocorrido por volta do ano de 312, antes da batalha da Ponte Mílvia, que o fizera ganhar de Maxêncio e conquistar o território da Península Itálica e o norte da África, como relatado por Eusébio de Cesária na *História Eclesiástica (Livro IX, X, 1-3)*, erguendo, na basílica de Maxêncio, uma estátua à sua imagem com uma cruz na mão.

A conversão gradual de Constantino ao Cristianismo abre caminhos para a Igreja se tornar, gradativamente, um dos pilares da sociedade romana, como um dos elementos mais ativos da máquina imperial. Ademais, atuará como agente institucionalizado e oficializado no

¹¹ Constantino era devoto do Deus Sol, sendo *Mithra* o representante solar. O culto Mitraico tem origem indo-europeia, sendo professado fortemente pelos persas. Ficou conhecido pelos romanos por escravos, comerciantes e soldados que transitavam entre o Oriente e Ocidente. Era uma religião que elevava elementos como a luta, a disciplina e o esforço, o que coincidiu com o *imaginário* militar romano. Cabe, aqui, mencionar que o culto à *Mithra* possuía similaridades com a religião cristã, uma vez que no dia 25 de dezembro se comemorava o nascimento de *Mithra*, o *Solis invictus*, que posteriormente passou a representar o nascimento de Jesus Cristo.

¹² A visão de Constantino, de que derrotaria seus inimigos na Batalha de Ponte Mílvia, fora relevada pelo Deus cristão. Nessa revelação, para ganhar a batalha, Constantino deveria cravar as duas primeiras letras do nome de Cristo, *XPICTOΣ*, em grego, o *Qui-Rô*, no escudo de seus soldados. Desse modo, adquiria êxito em sua empreitada.

governo de Teodósio I, presente por todo o Império Romano. Nesse sentido, a construção da base monoteísta cristã ocorreu entre os governos de Constantino e Teodósio I, na medida em que reconhecer a Igreja enquanto Instituição implica em construir uma nova base social. É com Constantino que a religião cristã assume uma roupagem institucionalizada, divergindo da vertente apostólica, um Cristianismo greco-latino (fora às massas).

Entre os éditos promulgados por Constantino em prol do Cristianismo, durante os anos de 313 a 316, temos o Édito de Milão (313), que representou um marco para a religião cristã e que reconfigurou o início de uma nova etapa na história da Igreja¹³. Esse Édito de Tolerância oficializa e perpetua as políticas imperiais de tolerância iniciadas por Galério em 311.

Decretamos, portanto, que, não obstante a existência de anteriores instruções relativas aos cristãos, os que optarem pela religião de Cristo sejam autorizados a abraçá-la sem estorvo ou empecilho, e que ninguém absolutamente os impeça ou moleste (Lactâncio, *De mortibus persecutorum*, XLVIII).

Por esse édito houve a revogação das leis impostas por Diocleciano, tal como a obrigação da *adoratio purpurae*. Foram por essas leis que, como um dos variados resultados, as cidades romanas passaram a abrigar os túmulos dos mártires, os *martyria*, antes enterrados em territórios *extra muros*, fora do *orbis romanorum*. Em vista disso, a tendência cristã fora ressignificada, passando a ser a de unificar os povos e excluir aqueles contrários às mensagens cristãs, os hereges.

Autorizados de pleno direito a exercer livremente a sua crença, os cristãos logo se empenham em uma atuação missionária mais ousada, mais audaciosa, que não se contenta em obter a conversão apenas pela pregação, pela difusão da “Boa Nova” (SILVA, 2013, p. 35).

Em fevereiro do mesmo ano, Constantino e Licínio fixaram as bases do Édito de Milão, reconhecendo o princípio de liberdade à crença cristã

¹³ É durante o império de Constantino são anunciados os primeiros movimentos que, futuramente, concederá ao Cristianismo o título de ortodoxo, assim como são discutidas suas primeiras bases dogmáticas, pois torná-lo uma *religio licita* é o início da formalização do quadro ortodoxo da religião cristã, retirando, pouco a pouco, dos politeísmos o elemento da oficialidade. Mesmo assim, durante o governo de Constantino continuaram a ser cunhadas moedas com menções aos demais deuses do panteão greco-romano, assim como os cultos públicos, o que desmistifica a ascensão triunfal do Cristianismo a partir de 313. A Igreja fora privilegiada, mas o Império ainda era pagão, visto que na parte Oriental ainda ocorriam perseguições aos cristãos.

e o *status* legal de *religio licita*. “Foi, com efeito, o Edito de Milão que assinalou o ponto de partida pelo qual o cristianismo veio a se transformar, dentro do Império, em um fenômeno político” (SPINELLI, 2021, p. 248). Por essas medidas, pouco a pouco, o clero passou a monopolizar a relação com o sagrado, tornando-se, com Teodósio I, o único intermediário entre os homens e Deus. “Mesmo a ampla liberdade de culto concedida aos cristãos por Constantino e Licínio entre 312 e 313 não acarretou um abalo imediato no sistema de crenças locais” (SILVA, 2014, p. 131). É no decorrer do IV século, com o apoio do imperador e por meio dessas medidas, que os cristãos iniciam um longo processo, que se estenderá por toda a Idade Média, de enquadramento do tempo, pela composição de um calendário próprio, alterando, pouco a pouco, a rotina pagã. Com isso, ocorre a criação de dias santos e festivais específicos, o que atesta um confronto direto ao calendário greco-romano e judaico, como por exemplo, por decisão de Constantino, o “dia do senhor” passa a ser o domingo, em contraposição ao sábado, dia sagrado dos judeus.

A política imperial implementada por esse édito criou novas condições ao promover uma ampla internalização dos Cristianismos na sociedade romana, concedendo aos clérigos permissões para o ofício divino no auxiliar do Estado. Em 316, Constantino concede a permissão de testamentos em nome da Igreja e entre os anos de 318-321 o bispo cristão, à corte do bispo, recebe autorização para exercer a justiça no mesmo nível de competência que o governador exercia no tribunal da província (SILVA, 2013, p. 38). Assistimos no governo de Constantino a equiparação entre os poderes religiosos e laicos, em que ambos podem interferir na cúria municipal, assim como o acúmulo de bens pela Igreja. São esses dois fatores, o aumento da riqueza e de poder, que conferem à Igreja uma maior legitimidade, na medida em que o bispado, localmente, dispõe de recursos e condições de patrocinar obras públicas para o amparo dos cristãos mais abastados, como os pobres, viúvas e órfãos. Dessas medidas, no decorrer do IV século, resultam uma maior notabilidade e gerência da *Ecclesia* na vida social e política do Império. Esses privilégios, concedidos ao clero, criou uma nova ordem juridicamente, assim como propiciou o enriquecimento extraordinário da

Igreja. Nesse processo de expansão, o Cristianismo deixa de ser uma religião permeada por grupos marginalizados para estabelecer-se entre a elite da sociedade romana: entre governadores, magistrados, na corte imperial e, até mesmo, na família dos imperadores.

Mesmo que inicialmente conquistado às massas, os Cristianismos necessitavam de uma sofisticação para se firmar. Essa profundidade na elite romana só veio com Constantino, após “algumas adaptações posteriores ao povo menos erudito, como o culto aos santos, que trazia a familiaridade com o culto politeísta das massas” (CASTOLDI, 2014, p. 55). Com isso, um conjunto de comportamentos, costumes e ideias greco-romanos penetraram na religião cristã, na medida em que o Estado ainda nutria uma certa desconfiança. Ainda no quadro de reformas, com a permissão das pregações, pela prática homilética, como falamos anteriormente, os pregadores cristãos se empenharam em um trabalho de doutrinação, que interviu em todos os setores da vida cotidiana. Nesse esquema de manutenção dos corpos enquadrados a vigília por dias, a renúncia à cópula e a autoflagelação, estabelecendo, assim, pouco a pouco um protocolo de regulação corporal que visava controlar a fruição dos sentidos, as sensibilidades e a relação com si mesmo¹⁴.

Essa troca de informações, essa *circularidade das ideias*, somente contribuiu para a construção hegemonia cristã no Império Romano, atuando como uma aliada do Estado, almejando

[...] remodelar o corpo de seus fiéis de modo a torná-lo um veículo de comunicação religiosa, um poderoso instrumento posto a serviço da cristianização, o que exigia do devoto a adesão a um conjunto de regras calcadas no autocontrole, na discricção e na recusa aos prazeres (SILVA, 2013, p. 39).

A religião cristã ocasionou no antigo mundo romano uma nova conduta, a de devoção, atuando com um discurso moralizante, normativo, a fim de propiciar a salvação do indivíduo, sobretudo, pela

¹⁴ Cabe ressaltar que essa restrição aos atos sexuais e ao comportamento desregrado não é uma invenção cristã, são discursos e práticas que remontam à filosofia estoica. Essa troca de ideias, a *circularidade das ideias*, é válida, pois, segundo Foucault (1970, p. 50), o *discurso* funciona como uma rede de signos, por discursos anteriores que são transmitidos de tempos em tempos e se conectam com *discursos* atuais, podendo ser modificados ou não.

criação de um fundo ético e pela dissociação do cristão com o *ethos* pagão, com a cidade antiga.

Sob o governo de Constantino, como vimos, medidas em prol da fé cristã foram colocadas em prática. A querela que havia perante ao dogma da *Trindade* fora resolvida sob a ingerência do imperador, no Concílio de Niceia (325), que então causará uma profunda discussão canônica e teológica. O debate retoma a datação anterior ao nascimento de Constantino, mas que se estendeu até o seu governo. Constantino no ano de 325, em Niceia, é chamado para intervir nessa querela religiosa. Agora contra o Arianismo, que pregava igualmente a dessemelhança entre o Pai e o Filho. Nessa ocasião ocorre o primeiro concílio ecumênico da Igreja, o Concílio de Niceia, ao qual o imperador possuía demasiada influência, definindo, assim, a consubstancialidade entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Embora esse concílio tivesse a presença do imperador, o objetivo de Constantino se voltava para a ameaça política que a crise ariana poderia causar ao Império Romano. Convocando, desejava afastar os problemas políticos e, ao mesmo tempo, garantir a unidade da Igreja. O concílio, além de resolver a questão ariana, abriu precedentes para a intervenção imperial nos assuntos eclesiásticos.

“Nem Cornélio e nem Dionísio alcançaram os objetivos desejados, que, enfim, só vieram a se efetivar no início do IV século sob a ingerência do imperador Constantino I que governou o Império entre os anos de 306 e 337” (SPINELLI, 2021, p. 246).

No governo de Constantino, também foram construídas igrejas e entre elas, a mais importante de todas, a Basílica de São Pedro, durante os anos de 320 e 327. No ano de 324, a fim de perpetuar a memória do imperador, Constantino decide criar a nova capital do Oriente: Constantinopla, como a “Nova Roma”. Originalmente conhecida como Bizâncio, a cidade modificou o eixo econômico, cultural e político do mundo mediterrâneo, propiciando o início da instituição de um Império cristão. A escolha do local entre a Europa e a Ásia também remonta estratégias militares. Em 326, Constantino realiza uma espoliação dos templos pagãos nas províncias do Império, transportando tudo para a nova capital. Esse episódio justifica as mudanças empreendidas pelo

imperador em prol da religião cristã, uma vez que, até então, eram os templos cristãos os espoliados em favor dos templos pagãos e do Império.

Constantinopla, atual Istambul, fora construída, provavelmente, até o ano de 336, mas sua inauguração foi em 11 de maio de 330, coincidindo com os 25 anos de reinado de Constantino. A “Nova Capital” refletia

[...] o desejo imperial de construir um esplêndido santuário cristãos, muito embora, em Constantinopla, pudessem ser observados ainda altares e estátuas das divindades pagãs, como convinha a uma cidade que pretendia ser, no Oriente, a réplica de Roma (SILVA, 2006, p. 257).

Com Constantino a relação Igreja/Estado se torna irreversível, no qual, constantemente, ocorrerem interferências políticas em disputas que envolvem as comunidades cristãs, como o caso da mediação do imperador na querela de Cartago, em que legitima a eleição de Ceciliano ao bispado na deposição dos donatistas. Em relação aos donatistas, heréticos que mais tarde se espalham ao redor de Roma, principalmente no norte da África, Constantino promulga uma lei contra a prática dessa heresia¹⁵, considerando toda heresia como um desvio das verdades originais do Cristianismo¹⁶.

A aliança entre Igreja e Estado se fortalece com realização de panegíricos¹⁷ ao imperador, como vemos na celebração de 336, em que Eusébio de Cesaréia tece elogios públicos à Constantino, como forma de exaltar o trigésimo ano do seu reinado. Nessa ocasião o bispo celebra a *pietas* do imperador, a piedade, ao invés de glorificar suas conquistas militares, sendo essa inversão de valores uma novidade cultural trazida pelo Cristianismo (COSTA, 2019, p. 368). A relação entre Igreja/Estado não beneficiou somente o Cristianismo. Na visão da aristocracia greco-romana, principalmente do imperador, era mais eficaz administrar o Império fundamentado em apenas uma doutrina, desde que aglutinado

¹⁵ Nas cartas Paulinas, as *haíresis*, ou heresias, são as falsas doutrinas ou uma tomada de decisão que causa a separação de um grupo. Os heréticos são aqueles expulsos da Igreja enquanto os cismáticos deixam a mesma.

¹⁶ Com o donatismo houve a preocupação de que as heresias são prejudiciais tanto ao fortalecimento da religião cristã como à segurança do Império, promulgando, em 324, uma lei contra todas as práticas heréticas, tais como o novacionismo, valentianismo, marcionismo e o montanismo.

¹⁷ Um panegírico é um poema em versos hexâmetros. É uma elegante redação para conquistar a atenção de alguém em particular, geralmente de um patrocinador.

por uma única crença e devoção, do que disperso. Isso porque, desde a morte de Constâncio Cloro, Constantino almejava ser o único governante de um Império unificado. A conversão simbolizava que o imperador estava destinado às coisas grandes. Fora senhor de todos os cultos romanos, mas um leigo até o final da vida, sem romper com as crenças passadas. Era uma via de mão dupla.

Suas intenções eram políticas. Ele queria fazer da Igreja o poder espiritual sobre o qual podia repousar o Império. Por seu turno, a Igreja não queria ser uma seita, mas uma instituição que pudesse agir em todo o mundo. Aqui um auxiliou o outro (DREHER, 2004, p. 60).

Contudo, se nos atentarmos à parte oriental, especificamente à Antioquia, nos finais do século IV, e aos arredores da cidade, como Yakto e Dafne, percebemos ambas localidades como palcos de cerimônias pagãs, no desencontro com a visão exacerbada dos homiliastas, que atestavam uma hegemonia cristã já nesse período. Exemplo desse discurso, em prol da legitimidade do Cristianismo, é a homilia *Adversus Iudaeos*, de João Crisóstomo, que defendia e pregava que a cidade de Antioquia era hegemonicamente cristã. Podemos mencionar, ainda, a realização dos jogos olímpicos, as festividades da Maiuma e da Caliopeia, as representações teatrais e os banhos públicos, locais de encontro e de lazer, como elementos que atestam contrariamente à visão defendida por João Crisóstomo (SILVA, 2013, p. 42). Esse fato evidencia que a cristianização é mais um processo de construção literária do que uma realidade efetivamente vivida, indo de desencontro com as homilias de alguns autores da Patrística e com a noção de *Ecclesia triumphans*.

Algumas atitudes de Constantino iam de desencontro com as premissas defendidas pela Igreja, como o ordenamento de assassinatos, sendo considerados atos pecaminosos.

“Ele evita abolir e, como ele, seus sucessores, através de leis expressas, permitirá que sobrevivam corridas do Circo, teatros, *strip-tease*, caçadores na arena e até gladiadores, todas as coisas que desagradavam aos bispos, rejeitadas e proibidas a suas ovelhas durante três séculos precedentes” (VEYNE, 2010, p. 138).

O imperador, aparentemente,

“via-se como dono da Igreja, que tinha que obedecer às suas ordens. Como vigário terrestre da suprema divindade, ele também não estava preso à

ética que valia para os súditos cristãos. Era ele mesmo que considerava válida ou não uma decisão sua; era juiz de seus próprios atos (DREHER, 2004, p. 61).

Pós Era Constantina, na parte Ocidental do Império, ocorre o fortalecimento, tanto política como administrativamente, da autoridade local dos bispos, que, cada vez mais, interferem nos assuntos urbanos. Já no segundo século, com Inácio de Antioquia (35-107), havia-se o apelo para obedecerem aos bispos assim como Jesus Cristo havia seguido a vontade de Deus. Foram as medidas iniciadas por Constantino que abriram caminho para o início da consolidação da autoridade cristã e para a criação de governos bispais no entorno dos territórios do Império Romano¹⁸.

Constantino morre em 22 de maio de 337, sendo batizado, em seu leito de morte por Eusébio de Nicomédia. Com esse advento o Império se divide novamente. Seus filhos, Constâncio II e Constante, seguem à risca a legislação antipagã, impondo o cumprimento de leis que tinham como intuito a disciplinarização da sociedade sob os moldes cristãos. Com isso, a influência dos bispos cresce cada vez mais, juntamente com a rivalidade com os pagãos. Nesse contexto ocorre o crescimento e florescimento do Cristianismo ao longo do Mediterrâneo, sendo que, no século IV, se cunha o termo *paganus*, para designar àqueles que ainda eram adeptos de práticas politeístas.

Constante (330-350) substitui Constantino II (337-340), devido sua morte em 340, à frente da parte ocidental do Império, permanecendo Constâncio II (334-361) no comando do Oriente, pois, como dito, o Império não estava mais nas mãos de um único governante. A reunião da autoridade imperial sob apenas um soberano foi favorecida pelo terceiro ciclo de usurpações, iniciado em 350 com a proclamação de Magnêncio (350-353), no Ocidente e a morte de Constante. Temos então, novamente, um Império dividido em dois lados, mas que não duraria por

¹⁸ Com esse alargamento das funções administrativas os bispos passaram a interferir em querelas diplomáticas e jurídicas, assim como assumir funções militares. É nesse contexto que as heresias se multiplicam no Ocidente, visto as inúmeras comunidades cristãs, com suas diversas práticas litúrgicas, e a necessidade de regulamentá-las diante dos objetivos entre Império e episcopado. Eram heresias caracteristicamente ascéticas e disciplinares, que se contestavam o *ethos* discursivo cristão, como o Maniqueísmo, em que a prática do ato sexual contribuía para o alargamento das forças do mal.

muito tempo. Pelo desejo de impedir os avanços de Magnêncio, em ambas localidades do Império,

Constância, irmã de Constâncio II, promove a elevação de Vetranião, *magister peditum* da Ilíria, à púrpura dois meses depois (março de 350). Em junho, Nepociano, um sobrinho de Constantino, pelo lado materno, invade Roma e se proclama Augusto” (SILVA, 1993, p. 103-104).

Mediante esse ciclo de usurpações que foram acontecendo, o “Império, em menos de seis meses, passa a estar novamente sob o domínio de quatro imperadores, mas em condições bem diferentes da Tetrarquia” (SILVA, 1993, p.104). O reinado de Magnêncio dura apenas 3 anos, pois em 353, na Batalha do Monte Seleuco, é derrotado pelas tropas de Constâncio II.

Com a morte de Magnêncio, em 353, Constâncio II governa toda a extensão territorial até o ano de 361. Ao se encontrar enfermo, provavelmente durante a Festa de Tarso, no outono de 3 de novembro, Constâncio II falece de febre em Mopsucrenas. Com a morte de todos os filhos de Constantino, Juliano, que detinha o título de César e era casado com uma das filhas de Constantino, Helena, usurpa o poder em 360, se tornando o único imperador de Roma em 361. Convertido ao paganismo, sob influência dos ideais neoplatônicos, Juliano

se apresenta como um imperador fiel aos antigos cultos romanos e hostil aos cristãos, como se depreende de uma boa parte de seus escritos, repletos de críticas mordazes ao Cristianismo, dentre os quais o mais contundente é, sem dúvida, o *Contra os galileus* (SILVA, 2006, p. 260).

O cunho da obra refere-se às promessas de Juliano que dizem respeito à demolição dos fundamentos da fé judaico-cristão.

Juliano (361-363) governa o Império Romano no período em que o Cristianismo já estava tolerado, em que os bispos dispunham de influência sob todos os domínios do Império, tanto política como religiosa. Todavia, Juliano acreditava estar no poder por vontade divina do Deus Pai, Hélius, o deus Sol, que para o imperador era o próprio fundador de Roma. Nesse sentido, a política imperial de Juliano se baseia na retomada ao culto solar, pois é o deus Sol que confere ao imperador, pela dignidade e prosperidade, uma boa administração do *Imperium*. Portanto, o Estado romano deveria acompanhar as diretrizes cósmicas.

Do mesmo modo, empenhou a reconstrução dos templos pagãos que haviam sido abandonados. De fato, de Constantino a seus filhos (306-360), o Cristianismo gozou de um período de paz e privilégios, mas com Juliano, ao promover uma reorganização do clero, os membros cristãos dessa instituição ficaram impossibilitados de ocuparem cargos importantes no Estado. “Por essa tentativa de reforma na religião do Império retomando os cultos pagãos, ele foi, mais tarde, denominado ‘O Apóstata’, ou seja, aquele que renega uma crença anterior” (MIRANDA, 2013, p. 22-23). Com a morte de Juliano se inicia a Dinastia Valentiana (364-392), visto que, no governo de Valentiano I (364-375), na parte oriental, os cultos pagãos continuavam a ser permitidos.

Temos, então, uma nova divisão nos territórios do Império com a morte de Valentiano I (364-375). Seus filhos, Valentiano II (375-392), assume o comando do Oriente, e Graciano (375-383), do Ocidente. Graciano, na nova sede imperial na Península Itálica, passa a adotar medidas contra o paganismo, em que ao renunciar o título de *pontifex maximus*, ao qual gozava Constantino e todos os imperadores, desde Augusto, suspendendo os privilégios aos templos pagãos. Com a morte de Graciano, por Magno Máximo, Teodósio abriga Valentiano II, que estava em guerra com Máximo desde 391, e o restaura como Imperador do Ocidente. A morte de Valentiano II, em 392, faz de Teodósio (378-395), senhor de todo o Império Romano, pois na família de Valentiano II estavam todos mortos e, com isso, não haviam sucessores.

Dentro da própria *Ecclesia* haviam repartições, pela divisão da comunidade cristã em três vias, duas de filiação nicena e outra de filiação ariana. Esse fato nos mostra que o processo de cristianização em massa estava direcionado para além da cidade, na medida em que se fazia necessário entre as múltiplas correntes cristãs. Em relação aos arianos, a preocupação aumenta em 327, mesmo que essa vertente tenha sido extinguida pelo Concílio de Niceia, em 325, ao condenar a leitura das obras de Ário, o seu criador. Em 327, como dito, os arianos depõem Eusébio de Cesareia, passando a comandar a sé de Antioquia (SILVA, 2014, p. 133). Com isso, o comando religioso da cidade sofre alterações, pois na medida em que atitudes vão sendo tomadas, sejam por partes

imperadores, como Constâncio II, filho de Constantino, ou pela própria *Ecclesia*, Antioquia passa a contar com três bispos, dois nicenos e um ariano. Melécio, nomeado por Constâncio II, em 360, assume o bispado da cidade definitivamente, somente, em 379, mediante ao Concílio de Antioquia, após sofrer perseguições de Valente durante os anos de 364-366 e 371-378. Mesmo que o Concílio de Antioquia, de 379, reafirmasse as bases do Concílio de Niceia, de 325, tais medidas não foram capazes de produzir a reunião imediata dos cristãos na cidade, uma vez que continuavam a medir forças.

É somente com o reinado de Teodósio I que se reinaugura a política em prol do Cristianismo, iniciada com Constantino. Em 391 o imperador promulga uma lei que proíbe, em toda a Península Ibérica, as práticas pagãs. Em 392, em Constantinopla, Teodósio “sistematiza as leis anteriores que coíbiam o paganismo” (SILVA, 2006, p. 261). Nesse meio tempo, com a morte de Valenciano II, no Ocidente, Teodósio estava em guerra com Eugênio, que assumiu o controle da porção ocidental do Império, que, embora cristão, defendeu a reabertura dos templos pagãos a pedido a elite senatorial de Roma. Em 394 Teodósio venceu Eugênio e extingue todos os seus atos legislativos, inclusive aqueles que favoreciam as crenças pagãs.

Por fim, o *magister scrinii* Eugênio, após ter fracassado em todas as tentativas de acordo com Teodósio, se volta para os senadores pagãos do Ocidente liderados por Nicômaco Flaviano, passando assim a representar *grosso modo* o último baluarte político de resistência pagã contra o governo cristão do Oriente (SILVA, 1993, p. 105).

Em 380, com o Édito de Tessalônica, Teodósio promove o credo cristão à religião oficial (*CODE THEODOSIEN, XVI, 1, 2*). A partir de então, a aliança Igreja/Estado se fortalece, mas ainda não podemos falar de uma hegemonia cristã sob todos os domínios do Império Romano, pois, por meio das escavações realizadas entre 1932-1939,

[...] os mosaicos das igrejas de Antioquia acompanham a tendência de se evitar o emprego de temas bíblicos, de símbolos cristãos e de figuras humanas, numa contraposição às cenas mitológicas naturalistas (SILVA, 2013, p. 44).

A existência e perpetuação dessas práticas, como os jogos olímpicos, as peças teatrais e os próprios mosaicos, fixaram as relações

sociais, a identidade coletiva e individual do sujeito pagão. Antes de ser um cidadão do Império, o indivíduo deveria se apresentar como membro de sua pátria e de sua cidade, sendo esses elementos que justificaram e reforçaram a condição de *civis*. Todavia, os filhos de Teodósio, Arcádio (383-395), no Ocidente, e Honório (393-423), no Oriente, também seguiram adotando restrições às crenças pagãs. Em 408 Teodósio II (402-408), filho e sucessor de Arcádio, extingue todos os pagãos dos cargos públicos.

5 Considerações finais

A cristianização do Império Romano foi um processo longo, marcado por perseguições. Iniciadas com Nero, os cristãos foram alvos de suas empenhadas para justificar o incêndio em Roma, aumentando essas persecuções durante o período da Anarquia Miliar, com Décio e Valeriano. Após o período de “Paz da Igreja”, com a morte de Valeriano, os cristãos foram perseguidos novamente por Diocleciano. Portanto, temos como resultado dessa pesquisa a hipótese de que os cristãos foram primeiramente perseguidos localmente, em que somente podemos atribuir uma perseguição sistematizada, institucional, durante e após o período da Anarquia Militar, com Décio, Valeriano e Diocleciano.

É com Constantino e Teodósio I que vemos o fortalecimento oficial da aliança Igreja/Estado, resultando em um aumento extraordinário dos privilégios cristãos. A superação do paganismo não aconteceu com Constantino, visto que o mesmo ainda possuía o título de *pontifex maximus*, mantendo as *virgo vestalis*, sacerdotisas devotadas da deusa Vesta, e permitindo que em sua corte fosse professado o paganismo. Entretanto, o imperador estava comprometido com a manutenção dos templos, sendo que no momento em que se permite o culto cristão vemos uma significativa mudança em paralelo há como os primeiros cristãos eram tratados. Como resultado dessa permissão, temos o estabelecimento de rituais, de padrões doutrinários e também arquitetônicos.

Diferentemente ocorre com Teodósio I, na proibição por toda a extensão do Império Romano, seja em âmbito público ou privado, a execução de sacrifícios aos deuses pagãos, a *contumacia*, a adoração de ídolos e a elevação de altares, sob a pena de morte, multa ou confisco. É a partir dessas medidas que o Cristianismo ganha forças, contribuindo para ser a única instituição centralizada durante a Idade Média. Entretanto, como resultado, diante do que fora exposto, esses processos não garantiram ao Cristianismo o poder de extinção do paganismo greco-romano, nem do Judaísmo, pois, como vimos, continuaram a existir os cultos pagãos, os jogos olímpicos e as cidades de Yacto e Dafne como palcos dessas cerimônias.

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1994.

CASTOLDI, Ticiano Saulo Scavazza. **A Igreja que conquistou o Império: história da ascensão do Cristianismo no Império Romano**. 2014. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari. Lajeado (RS), 2014..

CHEVITARESE, André. Cristianismo e Império Romano. *In*: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Vitória: Mauad, EDUFES, 2006. p. 161-173.

CIPRIANO DE CARTAGO. **Obras de San Cipriano, Tratados, Cartas**. Introducción, versión y notas de Julio Campos. Madrid: BAC, 1964.

COSTA, Ricardo da. A retórica na Antiguidade e na Idade Média. **Trans/Form/Ação**, v. 42, n. esp., p. 353-390, 2019.

CODE THEODOSIEN – LIVRE XVI. Les lois religieuses des empereurs romains de Constantin à Théodose II (312-438) – V. I. Texte latin: Theodor Mommsen – Traduction: Jean Rougé – Introduction et notes par Roland Delmaire (Université de Lille 3) avec la collaboration de François Richard (Université de Nancy 2) et d'une équipe du GDR 2135. Introduction, notes e index par Élisabeth Mangnou-Nortier. Paris: Les Éditions du Cerf, 2002.

CRUZ, Marcus. Religiosidade tardo antiga e a cristianização do Império Romano. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3, n. 2, jul/dez, p. 295-315, 2010.

DE BONI, Luis Aberto. O estatuto jurídico das perseguições dos cristãos no Império Romano. **Trans/Form/Ação**, v. 37, n. esp., p. 135-168, 2014.

DION CASIO. **Historia Romana**. Madrid: Editorial Gredos, 2004.

DREHER, Martin. **A Igreja no Império Romano**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2004.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História Eclesiástica**. Tradução de Wolfgang Fischer. São Paulo: Novo Século, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

GONZÁLEZ SALINERO, R. **Las persecuciones contra los cristianos en el Imperio romano**. Madrid: Signifier, 2005.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. Trad. Isabel Saint – Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1999.

KNIPFING, J. R. The *libelli* of the Decian persecution. **The Harvard Theological Review**, vol. 16, n. 4, p. 345-390, 1923.

LACTÂNCIO. *De mortibus persecutorum*. In: FRITZSCHE, O. F. (ed.). **Bibl. Patr. Ecc. Lat. Vol. XI**, 1842. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/edict-milan.asp>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

MIRANDA, Eduardo Belleza Abdala. **Apostasia Solar: Juliano (161-363 d.C.) e a retomada do culto solar**. 2013, 54 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 2013..

NETO, Rodolfo Gaede. Diaconia e cuidado nos primeiros séculos do Cristianismo. **Estudos Teológicos**, v. 55, n. 22, p. 316-332, 2015.

PLINIO EL JOVEN. **Cartas**. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

SANTOS YANGUAS, N. Decio y la persecución anticristiana. **Memorias de Historia Antigua**, vol. XV-XVI, p.143-181, 1994.

SAUMAGNE, C. **Saint Cyprien: évêque de Carthage, 'Pape' d'Afrique (248-258)**. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1975.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos e o tempo: ensaios de antropóloga medieval**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Diogo Pereira da. As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão. **Revista Jesus Histórico**, v. 7, p. 29-44, 2011.

SILVA, Gilvan Ventura da. **A escalada dos imperadores proscritos: Estado, conflito e usurpação no IV século d.C.** 1993, 106 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, Gilvan Ventura da. A relação Estado/Igreja no Império Romano: séculos III e IV. In: _____; Norma Musco Mendes. (Orgs.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: Edufes, 2006. v. 1, p. 241-266.

SILVA, Gilvan Ventura da. A cristianização e seus limites: o caso de Antioquia na Antiguidade Tardia. **Territórios e fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 32-49, 2013.

SILVA, Gilvan Ventura da. Uma comunidade em estado de alerta: João Crisóstomo e apelo aos cristãos de Antioquia no combate aos judaizantes. **Phoínix**, n. 20-2, p. 129-151, 2014.

SILVA, Gilvan Ventura da. Cultura escrita e comunicação oral no Cristianismo antigo: as homilias como instrumentos de poder. **Romanitas**: Revista de Estudos Grecolatinos, n. 9, p. 212-233, 2017.

SOARES, Carolline da Silva. **Separando a palha do bom grão**: a autoridade episcopal e disciplina eclesiástica em Cartago segundo o Testemunho de Cipriano (século III d.C.). 2019. 311 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

SPINELLI, Miguel. A ascensão do Cristianismo como elemento unificador na crise do III século. Da helenização macedônica à cristianização romana. In: SILVA, Semíramis Corsi; ANTIQUERA, Moisés. (Org.). **O Império Romano no Século III**: crises, transformações e mutações. São João de Meriti, RJ: Desalinho, 2021. v. 1, p. 215-254.

SOUZA, Maria Isabel Brito de. **Gênese do cristianismo**: a relação entre judeus e gentios no discurso de Paulo em meados do I século d.C. 2009, 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Assis (SP), 2009.

SCRIPTORES Historiae Augustae. Tr. D. Magie. London: William Heinemann, 1953. (The Loeb Classical Library).

TACITE. **Annales**. Tr. Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

TERTULIANO. **Apologeticum**. Trad. Jean Pierre Waltzing. Paris, 1929.

VEYNE, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Sobre o autor

Pablo Gatt  

Graduado em História pela Faculdade Saberes, em Vitória (ES). Mestre em História Medieval pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em História Medieval pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Integrante do Laboratório de Estudos Tardo Antigos e Medievais Ibéricos Sefaradi (LETAMIS) da UFES. Bolsista de doutorado da FAPES.
Email: gattpablo@gmail.com

Histórico

Recebido em: 28/04/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 20/12/2022.

Conceitos fundamentais de Marx

Marx's key concepts

Lais Ribeiro Valadão

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFF

Helena Gouveia da Silva Regis

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFF

Paula Helena Ayres

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFF

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os conceitos discutidos por Karl Marx no primeiro capítulo do seu livro "*O capital*". O artigo é composto por uma revisão bibliográfica, a qual inicia dissertando sobre as diferentes formas pelas quais o valor foi concebido ao longo da história, desde os mercantilistas até a formulação de Marx, que será exposta pelo conceito de valor de troca e a identificação do trabalho abstrato como substância do valor. Uma vez compreendido o valor como conteúdo que se expressa no valor de troca, segue-se com a análise do valor de troca como forma de manifestação desse conteúdo (valor). Por este caminho analítico, tem-se como resultado a apresentação de como Marx elucida a gênese lógica do dinheiro e conceitua o fetiche da mercadoria.

Palavras-chave: Valor. Mercadoria. Trabalho.

Abstract: This article aims to present the concepts discussed by Karl Marx in the first chapter of his book "Capital". The article consists of a bibliographical review, which begins by discussing the different ways in which value has been conceived throughout history, from the mercantilists to Marx's formulation, which will be exposed by the concept of exchange value and the identification of abstract labor as the substance of value. Once value is understood as the content expressed in exchange value, the text concentrates on the analysis of exchange value as a manifestation form of this content (value). Through this analytical path, it will be shown as a result how Marx elucidates the logical genesis of currency and conceptualizes the commodity fetish.

Keywords: Value. Commodity. Labor.



1 Introdução

O subtítulo da obra *"O Capital"*, que foi publicada em 1867 por Karl Marx, explica claramente o seu conteúdo: uma "crítica da economia política". Logo no primeiro capítulo, o objetivo de Marx é definir "mercadoria e dinheiro", nome dado à primeira seção e foco do estudo a seguir. Para isso, a princípio, é preciso fazer uma retrospectiva histórica dos modelos socioeconômicos passados até chegar ao capitalismo. Sendo assim, as informações a seguir foram baseadas no livro *"História do Pensamento Econômico"*, de Isaac Rubin (2014).

O primeiro modelo diz respeito aos mercantilistas, em que o acúmulo de metais preciosos (em especial ouro e prata) corresponde ao verdadeiro acúmulo de riqueza. Isto é, era preciso vender bastante e comprar pouco, a fim de manter os metais preciosos - dinheiro na época de Marx - dentro do território nacional.

Vale destacar duas sociedades, a espanhola e a francesa. A primeira possuía muita riqueza, visto que as explorações na América do século XVI foram bem sucedidas, no entanto, a segunda não teve a mesma sorte. A política de preços mercantilista francesa era dedicada a resultar em produtos de alta qualidade e baixo preço somente para as elites. Essa política funcionou durante o século XVII e fez da França a maior nação comercial da Europa, entretanto, devido à tamanha rigidez em prol da excelência do produto, a economia francesa estagnou e permaneceu em situação de atraso durante o século XVIII, se comparado às demais nações europeias. Por fim, a falha do modelo ainda contribuiu para o aumento da miséria no país.

Fica claro a insustentabilidade do modelo, entretanto esse é um excelente exemplo das práticas mercantilistas, tendo em vista que a necessidade de acumular metais preciosos sobrepõe, até mesmo, a produção de bens de subsistência, pois outro fator que corroborava para a redução dos custos era a não taxação da produção têxtil, enquanto a produção agrícola era taxada, já que não acumularia metais preciosos.

O segundo modelo corresponde aos fisiocratas que consideravam a riqueza tudo aquilo que é necessário para satisfazer as necessidades

humanas, ou seja, a terra é a grande riqueza. Em contrapartida ao exemplo anterior, os fisiocratas defendiam priorizar os bens de subsistência ao acúmulo de metais.

Posteriormente, Adam Smith (1996) reorganiza as ideias econômicas da época e adota a abordagem fisiocrata para explicar o caso inglês, no entanto a modifica ao incorporar a indústria. Para os fisiocratas, a mudança da forma não aumenta a riqueza, mas, para Smith, a transformação gera riqueza por meio do trabalho, assim, o segundo argumenta que o crescimento da riqueza das nações é advindo do trabalho.

Como exemplo temos a transformação do trigo em farinha por meio do trabalho, em que a farinha é mais necessária ao homem, portanto, tem maior valor, dado que com ela é possível utilizá-la de formas mais diversas e úteis que o próprio trigo. Para Smith, o trabalho é o produtor da riqueza e a acumulação de capital é o elemento chave do crescimento da nação, logo, o autor defende o valor do trabalho.

Em meio a isso, a estrutura social francesa estava agrupada da seguinte forma: clero no primeiro estado, nobreza no segundo estado e trabalhadores e burgueses no terceiro estado, ou seja, durante o século XVI, a relação social vigente era a do tipo feudal, em que os burgueses e trabalhadores estavam juntos no mesmo grupo subalterno.

A Revolução Francesa trouxe muitas mudanças, entre as quais, mudanças estruturais da sociedade. Durante a superação do antigo regime, surge um novo conflito, a luta por maior lucro entre capitalistas e trabalhadores, que passam a se distinguir por classes opostas, instaurando a nova relação social de troca de mercadoria, em que não há vínculo afetivo e há liberdade para estabelecer novos valores.

Assim, Ricardo (1996) elabora sua teoria da renda, a qual a renda da terra é crescente quando um fator variável (podendo ser trabalho ou capital) aumenta perante o fator fixo (no caso, a terra), até que a produtividade seja decrescente, devido à desigual fertilidade e localização das terras, por conseguinte, tem-se uma redução do acúmulo de capital e/ou lucro; e a sua teoria do valor trabalho, em que o valor

corresponde ao produto produzido pelo homem e, seguindo a tendência, tem-se, novamente, a redução da taxa de lucro dos capitalistas.

Outro pensador que se destacou durante esse período de análises pessimistas foi Malthus (1996), que vivia na Inglaterra, local onde formulou a sua principal teoria, a qual diz que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética. Esta teoria foi muito bem aceita, uma vez que o seu país passava por um grande período de fome.

Em oposição à teoria do valor trabalho, surgem os marginalistas que defendem a teoria do valor utilidade. Os pensadores dessa corrente são Menger (1983), Jevons (1996) e Walras (1996), os quais trazem maior rigor à teoria do que o seu antecessor Bentham, ao considerarem a utilidade de apenas uma unidade adicional.

Logo, pode-se concluir que a ciência econômica percorreu um longo período, passando por ideias otimistas e pessimistas (denominada ciência fúnebre), reflexo das realidades que permeavam os pensadores, ou seja, fome e taxa de lucro decrescente nessa última.

Após essa retrospectiva histórica, voltemos ao livro de Marx situado dentro do modelo capitalista, o sistema que perdura até os dias de hoje, para explicar o valor e o trabalho abstrato.

2 Valor e trabalho abstrato: peculiaridades de uma sociedade mercantil

Numa sociedade capitalista, a riqueza “aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013, p. 97) individuais. Dessa simples frase é possível perceber que o modo como a riqueza aparenta ser não significa que ela é, entretanto ela faz parte da realidade; realidade esta, que é composta por aparência e existência.

O autor completa a definição de mercadoria como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 97), sendo a primeira passagem uma oposição aos marginalistas que consideram o objeto subjetivo e a segunda refere-se às necessidades essenciais ou não

essenciais, de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção).

Reforçando a ideia de objetividade, a qual está contida na sociedade, enquanto a subjetividade se dá para os indivíduos e ambos se dão pelas propriedades físicas da mercadoria, logo, pode-se dizer que o objeto possui utilidade para a sociedade por mais que não possua para um indivíduo ou grupo de indivíduos. Exemplificando, a carne é um alimento que faz parte da dieta do brasileiro, assim como arroz e feijão, porém um brasileiro que também é vegano não dará o mesmo valor para a carne que um brasileiro comum. Portanto, a questão do valor decorre da concepção de que existem fins nas atividades humanas.

Na obra *“O Capital”*, há duas categorias de valor, a saber, o valor de uso e o valor de troca. Nesse primeiro momento, nos atentamos a discutir o valor de uso.

Definindo a coisa útil como um conjunto de propriedades que possui dois pontos de vista, o quantitativo e o qualitativo, é possível salientar que cada objeto pode “ser útil sobre diversos aspectos” (MARX, 2013, p. 97), assumindo assim duas características, são elas “múltiplas formas de uso das coisas” (MARX, 2013, p. 97) e “medidas sociais - natureza diversa dos objetos e convenção - para a quantidade das coisas úteis” (MARX, 2013, p. 97). Como Karl Marx explicita na seguinte passagem:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condição pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens (MARX, 2013, p. 97).

Assim, temos a definição de valor de uso, que é a finalidade da ação humana, é o modo como o indivíduo molda seu comportamento, a fim de obter ao final um objeto, que por sua vez trará utilidade, ou seja, o objeto torna-se valor de uso. Trata-se do conteúdo material da riqueza, dado o caráter útil. O bem, que também é portador material do valor de troca, tem caráter contraditório, dado que não há valor na matéria, mas a matéria tem valor.

Importante dizer que, se abstraído das mercadorias aquilo que as tornam diferentes, tem-se a redução do valor de uso, resultando naquilo que as tornam iguais: o produto do trabalho. O valor da mercadoria resulta da abstração objetiva de seu valor de uso, portanto não corresponde aos componentes corpóreos dela, nem às qualidades sensíveis, assim, ele permanece sendo produto do trabalho, mas apenas de sua dimensão abstrata. A mercadoria é dúplice, valor de uso e valor, e resulta do caráter também dúplice do trabalho que produz mercadorias. O valor de uso resulta do trabalho concreto, atividade humana específica voltada para a realização de um fim também específico. O valor, por outro lado, é o que há de comum entre todas as mercadorias e resulta destes mesmos diversos trabalhos, não por sua diversidade, mas por seu caráter de atividade humana finalística, abstraído o caráter útil específico de cada atividade concreta.

Dessa maneira, há uma redução para trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato, em que os resíduos dos produtos do trabalho são os valores de mercadoria, que consiste no trabalho humano indiferenciado e no dispêndio de força de trabalho humano acumulado, a substância social sem considerar os tipos de dispêndio.

“Um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 99), ou seja, a grandeza de seu valor é medida “por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, quantidade de trabalho nela contida” (MARX, 2013, p. 99), em que a quantidade é determinada pelo tempo de duração médio do trabalho humano igual ou força de trabalho social médio, vulgo tempo de trabalho socialmente necessário.

O tempo de trabalho socialmente necessário “é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 99). A máquina faz com que o produto de sua hora de trabalho individual reduza em relação à hora de trabalho social (ainda era preciso o mesmo tempo de trabalho para a produção manual), reduzindo também o valor. “É apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário

para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2013, p. 100).

“Mercadorias que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor” (MARX, 2013, p. 100), em que o valor corresponde ao tempo de trabalho cristalizado “mas este muda com cada mudança na hora produtiva do trabalho” (MARX, 2013, p. 100) determinado por múltiplas circunstâncias. São elas: grau médio de destreza dos trabalhadores; grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, organização social do processo de produção; volume; eficácia dos meios de produção; e condições naturais.

Assim, “quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor o seu valor” (MARX, 2013, p. 100), vice e versa.

A grandeza de valor de uma mercadoria possui relação direta com a quantidade de trabalho que nela é realizado e relação inversa com a força produtiva desse trabalho. Além disso, há as seguintes exceções:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. (MARX, 2013, p. 100-101)

Vale destacar uma diferença importante para a conceituação de trabalho abstrato a respeito do tempo de trabalho socialmente estabelecido e do tempo de trabalho abstrato. Em que o tempo de trabalho socialmente estabelecido corresponde a uma relação social dado a força produtiva em conjunto, isto é, em média para a produção de mercadoria em que essa medida de tempo altera-se com base em inovações tecnológicas que modificam as forças produtivas sem variar a

complexidade do trabalho e o valor natural das mercadorias, alterando somente a quantidade de mercadorias em que o valor é distribuído; já o tempo de trabalho abstrato diz respeito a uma relação social e natural, dado que se trata de uma atividade sobre a natureza e está ligado à destreza do trabalho. Logo, são expressões e conceitos diferentes, mas que a ênfase não deve se respaldar nas diferenças, o que importa nesta concepção é que a segunda (tempo de trabalho abstrato) pode e deve ser medida pelo tempo socialmente necessário, ou seja, o tempo quantifica o trabalho abstrato e constitui a substância do valor.

Outra diferenciação importante é entre tempo socialmente necessário (cuja magnitude determina valor) e tempo cronológico (que mensura trabalho concreto), em que o primeiro se refere ao trabalho abstrato, logo, formador de valor, ou seja, quando o produto do trabalho abstrato se torna mercadoria; e o segundo é o tempo concretamente gasto no trabalho concreto para produzir uma mercadoria.

Destaca-se que o trabalho produtor de mercadorias também possui caráter dúplice (concreto e abstrato) correspondente às duas características da própria mercadoria (valor de uso e valor), aquela diz respeito ao valor da mercadoria que a permite entrar na relação de troca, e esta refere-se à proporção que se trocam duas mercadorias. Outrossim, a utilidade da mercadoria está presente no valor de uso dela que decorre do trabalho útil correspondente à sua realização.

Assim, duas mercadorias distintas são coisas de iguais substâncias que expressam de forma objetiva o mesmo tipo de trabalho, além do mais, abstraindo da finalidade da atividade produtiva, ou seja, do caráter útil do trabalho, ainda resta o dispêndio de força produtiva na execução dessas duas mercadorias, nesse sentido, também são trabalho humano, por mais que sejam advindos de trabalhos qualitativamente distintos. Portanto, segundo o exemplo que Marx utiliza, a relação entre casaco e linho, ambos são considerados valores de uso qualitativamente distintos, bem como o trabalho necessário (alfaiataria e tecelagem) para realizá-los.

Ademais, o trabalho humano ou dispêndio de força produtiva corresponde a expressão do valor da própria mercadoria, uma vez que a

força produtiva pode ser definida como o grau de eficácia da atividade produtiva voltada para o fim e num intervalo de tempo, ou seja, o grau de eficácia do trabalho concreto.

Naturalmente, a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo. O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento, ou a queda de sua força produtiva. (MARX, 2013, p. 104)

Vale evidenciar que a força produtiva não modifica o valor nem a complexidade do trabalho, apenas altera a quantidade de mercadorias que possui tal valor distribuído nelas e também o valor de uso, essa constatação pode ser obtida através da leitura do seguinte excerto.

Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. Como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil. Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (MARX, 2013, p. 104).

O trabalho concreto produz valor de uso específico e de valor de troca geral, e eles devem apresentar a mesma grandeza (quantidade de trabalho) entre si para serem passíveis de troca. Em outras palavras, todo trabalho humano é igual produtor de valor e diferente em valor de uso.

Logo, vale ressaltar que, os valores de uso dos corpos das mercadorias são nexos de dois elementos, matéria natural e trabalho. Visto que o trabalho é uma atividade humana sobre a natureza, ao retirar o dispêndio humano exercido, resta apenas a própria natureza em seu estado inicial, por isso, pode-se dizer que o trabalho exercido é apenas uma transformação da matéria, de um estado inicial para outro. Ou seja, é preciso salientar que o trabalho não é o único constituidor do produto final, a natureza é a condição básica para isso, desse modo, o valor de uso é composto tanto pelo trabalho quanto pela natureza, única fonte de riqueza material. Não obstante, a relação entre trabalho e natureza se dá

de forma direta, entretanto, essa última possui relação indireta com o valor, constituindo assim, o duplo aspecto do trabalho.

Por fim, Marx também diferencia o trabalho em simples e complexo. O primeiro, é definido pela potência média de trabalho que todo ser humano é capaz de executar sem qualquer especialização, tal medida é estabelecida pela sociedade, e, por isso o trabalho simples varia conforme a época cultural e a nação ou grupos sociais, logo, é presumível que o processo de trabalho é, nesse sentido, diferente nas diferentes sociedades e igual para uma determinada sociedade (MARX, 2013, p. 103). Já o segundo, que também pode ser denominado trabalho simples potencializado ou multiplicado, devido a sua característica de redução a trabalho simples, refere-se aos treinamentos que poucos homens possuem.

A redução do trabalho complexo para simples é possível, pois as duas variações do trabalho se equiparam quanto ao valor das mercadorias, então, por meio da igualdade do valor presente em todas as mercadorias, sejam elas advindas de trabalho simples sejam elas advindas de trabalho complexo, ocorre o estabelecimento da relação de uma com a outra, tendo em vista também que o valor possui a mesma grandeza. Portanto, tal comparação pode ser feita sem qualquer prejuízo de valor.

2.1 Valor de troca e a gênese lógica do dinheiro

Para que se possa fazer uma análise sobre o valor de troca, é preciso ter em mente a seguinte definição: o valor de troca é a proporção em que se trocam duas mercadorias quaisquer. Assim, se comparado com o valor de uso, quando se trata do valor de troca as qualidades físicas, químicas ou biológicas do objeto são deixadas à parte.

A questão da qualidade e quantidade, discutidas no item anterior ganham uma nova perspectiva aqui, uma vez que a quantidade só será comparável se os objetos possuírem algo que torne possível considerá-los como de mesma qualidade, e então pode-se dizer que com

o valor de troca as coisas só se diferenciam quantitativamente; a mercadoria nesse contexto perde as características qualitativas.

As mercadorias possuem caráter dúplice, ou seja, elas contêm a característica de serem “úteis e, ao mesmo tempo, suporte de valor”. Entretanto, a mercadoria só é valorada quando é mensurada pela “mesma unidade social”, que é o “trabalho humano”, visto que o valor é uma relação social entre as mercadorias.

Para acrescentar à discussão sobre o valor, é preciso tomar como base a forma simples de valor. Com efeito, esse valor simples pode ser subdividido em forma de valor relativa e a forma equivalente, para isso utilizaremos a expressão $20 \text{ braças de linho} = 1 \text{ casaco}$, como um exemplo que nos permita analisar cada lado da equação.

De acordo com Marx, a mercadoria presente do lado esquerdo da equação expressa o seu valor (valor relativo), já a do lado direito o objeto fornece o material de expressão desse valor (forma equivalente). Assim, quando duas coisas distintas são equiparadas nessa relação elas acabam por ocupar polos com significados diferentes na expressão do valor.

Logo, temos a possibilidade de escrever a equação como $20 \text{ braças de linho} = 20 \text{ braças de linho}$, entretanto essa é uma associação, que, embora, correta não acrescenta nada, “não é nenhuma expressão de valor”. Ademais, caso a equação seja invertida ($1 \text{ casaco} = 20 \text{ braças de linho}$) o casaco passa a expressar o seu valor e o linho fornece o material de expressão do valor.

Destrinchando ainda mais o conceito de forma de valor relativa, é possível destacar que o valor de uma mercadoria não pode ser observado em si mesmo, como já mencionado anteriormente. O valor só se expressa quando existe uma relação entre as mercadorias, uma relação de valor de troca. Para exemplificar, dizer que 20 braças de linho são iguais a 20 braças de linho não representa de fato o valor no linho, mas quando se diz que 20 braças de linho são iguais a 1 casaco, então, nesse caso, temos uma relação entre duas coisas diferentes, e o que as tornam iguais é justamente o valor.

Empregando, novamente, a equação $20 \text{ braças de linho} = 1 \text{ casaco}$ percebemos que do ponto de vista do valor de uso às duas mercadorias

são, obviamente, diferentes, pois cada objeto fornece ao indivíduo uma utilidade distinta, mas quando observadas pela perspectiva do valor, nos defrontamos com mercadorias compostas por uma mesma substância, permitindo equiparar duas coisas distintas (MARX, 2013).

Segundo Marx, temos que o ácido butanóico ($C_4H_8O_2$) e o formiato de propila ($C_4H_8O_2$) são dois compostos, que possuem a mesma composição atômica, porém a organização de seus átomos é diferente (MARX, 2013, p. 107). A partir dessa analogia, é possível deixar ainda mais claro, que as mercadorias presentes no valor de troca são diferentes, todavia a substância valor está nos dois objetos. Para concluir, a forma do valor é o próprio valor de troca; o valor se dá pela equiparação de duas mercadorias, e essa equiparação é o valor de troca.

Ainda, com base no trecho seguinte:

[...] mas não basta expressar o caráter específico do trabalho que cria o valor do linho. A força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor (MARX, 2013, p. 107),

Observa-se que a força humana é a capacidade de trabalhar; o trabalho só consegue criar valor na mercadoria, mas o próprio trabalho não é valor. O trabalho só gera valor quando está em sua forma objetiva, quando gera o resultado, dá origem a uma mercadoria.

Podemos observar o casaco apenas como equivalente do valor do linho e não como valor de uso, ou seja, como o indivíduo irá utilizá-lo. Neste caso, queremos saber qual é o valor de 20 braças de linho e, então, utilizamos o casaco como uma expressão desse valor, uma vez que já o conhecemos. Neste outro exemplo, o casaco ganha um atributo, que decorre da sua posição social, ou seja, dentro dessa relação o casaco é o representante do valor, fora dela não.

E como é quantificada a forma de valor relativa? Esse questionamento, nos leva a salientar que o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Contudo, o tempo de trabalho necessário para a produção de um objeto pode ser alterado à medida que existam alterações nas forças produtivas. Ainda sim, mesmo que ocorra uma alteração no valor de

ambas as mercadorias o valor de troca não se altera, a sua expressão no valor de troca fica inalterada.

Agora, nos atentemos à forma equivalente com mais detalhes. Retomando a equação 20 braças de linho = 1 casaco, observa-se que para que possamos expressar o valor do linho, nos é necessário quantificar esse valor em um determinado número de casacos, assim o que aparece na forma equivalente é uma quantidade de objetos, e essa quantidade de objetos importa ali, apenas, como expressão do valor.

Marx ressalta as três peculiaridades da forma equivalente, são elas: “o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor” (MARX, 2013, p. 111), “o trabalho concreto torna-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 112) e “o trabalho privado converte-se na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social.” (MARX, 2013, p. 113)

A primeira peculiaridade revela que o casaco conta aqui como material de expressão do valor do linho; o corpo físico, o seu valor de uso é representante do valor. Em outros termos, o valor de uso converte-se em forma de manifestação de seu contrário, do valor. Destaca-se também que, a relação de valor pode-se modificar socialmente, não há uma relação fixa como ocorre na natureza.

A segunda e terceira peculiaridades destacam que como toda mercadoria é produto do trabalho privado, então, o linho e o casaco são obtidos através desse trabalho e eles só confirmam a validade social de seu trabalho quando chegam ao mercado. Na medida em que o casaco é utilizado como um representante do valor do linho, a validade social do trabalho privado que produz o casaco está segura de antemão.

Ademais, se o casaco é utilizado como um representante do valor do linho, significa que as pessoas que estão discutindo o valor do linho já reconhecem de antemão que o casaco é um bom recurso para medir o valor.

O valor do linho poderia ser expresso por qualquer outra mercadoria, como ferro, trigo, etc. Se trocarmos a mercadoria que ocupa a forma equivalente, esses atributos deixam de estar no casaco e passam

para outra mercadoria, logo esses atributos não são da mercadoria, da materialidade, mas, sim, da posição social da forma equivalente.

Marx ainda apresenta as ideias de Aristóteles. Ao tentar explicar a troca, o pensador grego não consegue achar nada de igual entre as mercadorias, assim Marx acredita que ele não encontra, pois, a relação social dominante naquela sociedade era baseada na relação senhor e escravo.

Partindo da terceira peculiaridade da forma equivalente, de que “toda mercadoria é produto de trabalho privado”, então para que exista a validade social do trabalho é preciso que exista também o valor. Assim, para que as mercadorias tenham valor é imprescindível que a relação social que a permeia seja composta por seres humanos iguais e livres.

Como na Grécia antiga a sociedade não era baseada em trabalho livre e igualdade entre os homens, isso foi um fator importante para que Aristóteles não fosse capaz de determinar a relação entre a troca de mercadorias. À medida que se desenvolve uma sociedade capitalista, autores como Adam Smith, David Ricardo e o próprio Marx constatarem no trabalho essa igualdade que existe nas mercadorias.

Dessa maneira, o enigma do valor de troca é decifrado, uma vez que o ser humano é igual perante todos e, conseqüentemente, o trabalho humano é igual, pode-se concluir que as mercadorias podem ser igualadas, pois, uma mercadoria A e B possuem a mesma substância, a saber, o trabalho.

Sendo assim,

[...]a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor (MARX, 2013, p. 115).

Sabendo, que na expressão 20 braças de linho = 1 casaco o objeto casaco expressa o valor de linho, podemos utilizar qualquer mercadoria para expressar esse valor, ou seja, 20 braças de linho podem ser iguais a 10 libras de chá, ou a ½ tonelada de ferro, ou, etc. Essa nova forma de escrever a equação, denomina-se forma de valor total ou desdobrada, assim, o que antes era comparado de forma casual, simples agora é

representado como “trabalho que equivale a qualquer outro trabalho humano [...]” (MARX, 2013, p. 116).

Logo, apresenta-se uma forma de equivalente particular em cada mercadoria que está do lado direito da equação, ou seja, há abundância de mercadorias que poderiam tomar o lugar do casaco, como o chá, a graxa e o ferro. Assim, fica claro que a forma desdobrada de valor não é completa, já que escrever todas as possíveis mercadorias, que poderiam tomar o lugar de forma equivalente seria uma tarefa impossível, ou seja, a expressão da mercadoria não pode ser obtida de forma homogênea.

Com o intuito de solucionar esse revés, Marx identifica a necessidade de uma equação de trocas de modo inverso, ou seja, agora temos $\frac{1}{2}$ tonelada de ferro = 10 libras de chá = etc. mercadoria valem 10 braças de linho. Desse modo, todas as mercadorias expressam o seu valor no linho, neste momento cria-se uma capacidade única de valor, em que o linho não é mais o equivalente particular, mas, sim, equivalente geral, ele consegue expressar o valor de todas as outras mercadorias.

Apesar disso, qualquer mercadoria poderia estar no lugar do linho, então se faz necessário que uma mercadoria seja aceita socialmente como equivalente geral para todas as coisas. Destarte, a mercadoria que ocupar a posição de equivalente geral será considerada dinheiro. Quando o ouro foi definido como esse equivalente geral, e foi eleito como o representante universal das mercadorias, ele torna-se o representante do valor.

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que a gênese do dinheiro advém da compreensão da ideia de equivalente geral. Uma vez superada essa ideia, entende-se que ela é proveniente da forma de valor total ou desdobrada, que por sua vez é resultado da forma de valor simples. Assim, a forma de valor simples dá origem a forma-dinheiro.

2.2 Fetice da mercadoria

No item 4 do primeiro capítulo do livro *O Capital*, o autor aborda o tema do fetice da mercadoria, o modo como ocorre uma inversão entre as relações sociais, na qual os objetos passam a representar relações

sociais humanas, além de apresentar o modo como o fetichismo está enraizado na sociedade capitalista, resultando no ocultamento do caráter social do trabalho e na reificação do valor.

A princípio, é preciso discutir sobre a origem do caráter misterioso da mercadoria. Em primeiro lugar, cabe dizer que ela não provém do valor de uso, uma vez que o aspecto útil da mercadoria é uma propriedade que ela possui e pode possuir. Ainda, podemos considerar que não há mistério com relação ao valor de uso, porque o mesmo pode ser evidenciado, por exemplo, pela modificação que os indivíduos realizam em matérias naturais, com a finalidade de alterar suas formas para que tal material lhe seja útil.

Além disso, seu misticismo também não provém do valor e o primeiro argumento que Marx utiliza para prová-lo é que por mais que os variados tipos de trabalhos úteis e atividades produtivas possam ser diferenciáveis, eles possuem suas características únicas desconsideradas, considerando apenas o caráter do trabalho humano abstrato, indiferenciável. No segundo argumento, diz que a massa de trabalho humano indiferenciada exclui as diferenças qualitativas das coisas produzidas, sendo o importante a relação quantitativa, proporção na qual ocorre a troca de mercadorias e por fim, o trabalho dos homens assume uma forma social, visto que de algum modo eles trabalham uns para os outros, de forma que o valor social é realizado com as trocas e para que isso ocorra, valor e valor de uso devem estar unidos.

Portanto, após excluir os valores da origem do caráter misterioso, Marx constata que ele provém da própria forma da mercadoria. Haja vista que quando os produtos do trabalho humano apresentam a forma de mercadoria, transformam-se em objetos providos de relações sociais. Desse modo, por possuírem relações sociais, podem identificar-se como sujeitos, como é apresentado pelo autor ao longo do capítulo 1 por meio do recurso da antropomorfização.

Segue-se como exemplificação a passagem,

[...] Por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível. Ela não só se mantém com os pés no chão,

mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria (MARX, 2013, p. 121).

Após exposta a origem do fetiche da mercadoria, é necessário explicá-lo. Começamos por considerar o que é fetiche (em geral) antes de retomar a discussão sobre o caso específico do fetiche da mercadoria, que em sua definição, segundo o dicionário Michaelis (2015), trata-se de um objeto a que se acredita apresentar qualidades mágicas ou eróticas. Dessa forma, tem-se como referência para essa definição o caso de uma pessoa que assiste aos jogos de futebol apenas com uma determinada camiseta de seu time, pois outra roupa traria azar com relação aos jogos, em seu modo de pensar. Assim, o indivíduo estaria atribuindo à camiseta uma propriedade que não é dela, isto é, a propriedade de poder definir o rumo das partidas.

No caso específico do fetiche da mercadoria, temos algo análogo, um fetiche objetivo. Uma propriedade que não pode ser das coisas se apresenta objetivamente como propriedade delas. Logo, é possível identificar o fetiche da mercadoria ao rememorar que mercadorias são detentoras de valor, o qual é uma relação social, ou seja, o fetiche é encontrado na reificação do valor, na percepção de que as relações sociais passam a ocorrer não mais por intermédio de seres humanos racionais, mas, sim, através de objetos desprovidos de racionalidade.

Tal como o fetiche da mercadoria, o fetiche do dinheiro possui a mesma definição, considerando que o dinheiro estabelece relações sociais com outros objetos, coisa que nenhum papel pode fazer.

Na troca entre mercadorias, os humanos não consideram o quanto de trabalho foi requerido para sua produção (os diferentes trabalhos são reduzidos ao seu caráter comum de trabalho abstrato), mas levam em consideração o quanto de outros produtos alheios eles podem obter em troca de seus próprios produtos, sendo assim, a ênfase na hora de trocar mercadorias é dada por meio das proporções estabelecidas nas quais os produtos podem ser trocados entre si.

Isto posto, quando as proporções são estabelecidas, objetos produzidos com diferentes materiais passam a ter certa equivalência e

como exemplo Marx apresenta 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro tendo o mesmo valor, do mesmo modo que 1 libra de ouro e 1 libra de ferro têm o mesmo peso, apesar de suas diferentes propriedades tanto físicas quanto químicas.

Desse modo, o valor dos produtos do trabalho passa a ser reconhecido apenas por sua atuação como grandezas de valor e as mesmas acabam por assumir um caráter social, promovendo a ideia de que a característica social do trabalho só será realizada na troca, sendo ela manifestada pelo valor, de forma a alterar a relação social entre produtores para a relação social entre produtos do trabalho.

Com o estabelecimento da forma mercadoria, o caráter social dos trabalhos privados foi ocultado e o caráter misterioso da mercadoria passou a dominar as relações de troca e impor-se como uma lei natural reguladora, analogamente a imposição da lei da gravidade quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém, como exemplifica o autor da obra. Ainda, a determinação da grandeza de valor pode ser dada por meio do tempo de trabalho, mesmo que este último esteja oculto diante dos valores relativos da mercadoria, do mesmo modo, quando o tempo de trabalho como determinante da grandeza de valor é descoberto, retira dos produtos do trabalho o caráter da determinação de contingência das grandezas de valor, sem eliminar a reificação de sua forma.

Assim, com o desenvolvimento, as formas que classificam os produtos do trabalho como mercadorias foram determinadas antes mesmo que pudessem ser analisadas, sendo as mesmas consideradas como se fossem um produto natural da vida social. Logo, a condição social do trabalho privado foi velada e a economia burguesa apoiou a validação da mercadoria como sujeito representante das relações sociais, sendo assim, os produtores que deveriam estabelecer as relações sociais não mais o fazem, pois possuem a mercadoria socialmente validada para fazê-lo.

No entanto, na sociedade feudal, apesar da relação social de suserania e vassalagem (uma relação de dependência pessoal explícita e direta, que não podia ser rompida), era evidente o modo como se dava a

relação de trabalho, todos sabiam quem foi o autor da produção do labor e que parte dessa produção seria do senhor feudal que não a produziu. Já na sociedade capitalista, esse vínculo se apaga, não se percebe a relação de dependência explícita que temos para com relação aos outros, de quantas pessoas nós dependemos para comer e por mais que tenhamos consciência deste processo, nós estamos trocando trabalho de forma indireta. Um exemplo de colaboração social é dado por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1996) na passagem: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996, p. 74). De forma que ocorre uma relação de benevolência versus interesse, assim, para o indivíduo obter pão ele vai precisar ofertar algo que seja do interesse do padeiro. Enquanto na benevolência a relação se mostra apenas de um lado, no autointeresse ela é bilateral.

Em suma, com o fetiche da mercadoria ocorre na economia vulgar a inversão dos conceitos, isso acontece em razão do que nós vemos em nosso cotidiano, que são mercadorias tendo relações de valor com o dinheiro, ou seja, o que fica evidente são as relações entre as coisas e não a relação entre seres humanos e a troca de trabalho. Destarte, as coisas aparecem tão invertidas que se chega ao ponto de entender valor de uso como valor subjetivo das coisas e valor, que é uma relação social, apresentando-se como propriedade inerente às próprias coisas.

Por último, acreditamos que ao abordar o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo, Marx consegue nos fazer entender os motivos pelos quais agimos de modo individualista nessa sociedade capitalista, posto que não somos capazes de notar a nossa dependência em relação ao trabalho dos outros devido a consideração do trabalho como sendo social apenas quando os indivíduos realizam trocas. Além de que esclarece a falta de transparência e a complexidade do mercado em detrimento dos antigos ‘organismos sociais de produção’, mostrando que não há dominação dos homens sobre o processo de produção, todavia há dominação do processo de relação sobre os homens.

3 Considerações finais

Neste artigo, foi apresentado os principais conceitos descritos por Karl Marx no capítulo 1 da obra *O Capital*, uma vez que os conceitos de valor, valor de troca, trabalho, gênese lógica do dinheiro e fetiche da mercadoria fundamentam a teoria deste autor e a sua concepção sobre a economia.

De acordo com Lukács, em seu livro *Para uma ontologia do ser social I* (2015), Marx segue a linha de pensamento hegeliana ao adotar o seu princípio da identidade. Ele observa igualdades nas diferenças e percebe que, além da necessidade da construção de uma linha histórica, também há a necessidade de uma detalhada explicação sobre os principais conceitos que serão abordados ao longo de sua obra a fim evidenciar o seu modo de raciocínio, tornando *O Capital* não apenas uma simples leitura, mas uma análise atenta e reflexiva, na qual deve-se considerar o contexto sócio-histórico e os conceitos definidos pela visão do autor para que haja um bom entendimento da obra.

Karl Marx e *O capital* estão sempre presentes nas discussões, das mesas dos bares às cadeiras acadêmicas, passando pelas assembleias de organizações sindicais, políticas e governamentais, suas relevâncias e contribuições para a sociedade são inegáveis, até os dias atuais. Apesar de sua formação em Filosofia, e não em Economia, (e, provavelmente, até por isso mesmo), Marx compreende muito bem as entranhas do modelo econômico capitalista e disserta com precisão e abrangência no seu livro. Assim como Aristóteles, ambos buscavam entender o elemento igual entre a troca de mercadorias, no entanto, o filósofo grego estava limitado por seu contexto histórico, tendo em vista que na sociedade grega o trabalho escravo ainda era predominante, ou seja, os produtos do trabalho humano ainda não eram todos mercadoria. Logo, pode-se dizer que Marx se inspira nas ideias de Aristóteles, mas em um período subsequente, o qual dispõe de mercado amplamente difundido e, assim, consegue determinar esse elemento comum que não era explícito no tempo de seu antecessor e, por isso, ele não foi capaz de explicar.

Ademais, outro diferencial do autor é sua abordagem do "trabalho". Sua crítica da Economia Política Clássica é, com razão, reconhecida como a mais profunda crítica do sistema capitalista. Tão profunda e certa foi sua linha de raciocínio que, por mais que o sistema tenha se alterado muito durante os 150 anos que nos separam desde a primeira publicação da obra (1867), as críticas permanecem atuais e atuantes. É fato que isso ocorre porque a obra estabelece uma abordagem científica capaz de elucidar as particularidades das relações fetichizadas do capital por meio do ser social e de sua historicidade.

Desse modo, posto que a riqueza no modo de produção capitalista apresenta-se como uma imensa coleção de mercadorias, ao longo do primeiro capítulo nota-se uma conceituação sobre o que é mercadoria e como ela é formada por valor de uso, valor, trabalho abstrato, troca, com o objetivo de formular uma descrição sobre mercadoria e como nela está contida a forma como se estruturam as relações sociais por meio de coisas. Por fim, tal análise sobre a mercadoria constitui uma contribuição original de Marx e proporciona ao leitor a oportunidade de refletir sobre o modo de produção capitalista.

Agradecimentos

Gabriel Souza Rosestolato Rezende foi um amigo extraordinário que perdemos muito cedo, mas, apesar de sua pouca idade, já trilhava o caminho de uma trajetória acadêmica que se anunciava promissora. Em agradecimento pelas suas inúmeras palavras de carinho e generosidade, dedicamos este texto a ele. Ademais, também gostaríamos de agradecer ao professor Maracajaro Mansor Silveira por nos inspirar e auxiliar na composição deste artigo.

Referências

JEVONS, William. **A teoria da economia política**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Os Economistas).

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. v. 1.

MALTHUS, Thomas. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. v. 1.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996. (Os Economistas).

RUBIN, Isaac. **História do pensamento econômico**. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996. (Os Economistas).

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Os Economistas).

Sobre as autoras

Lais Ribeiro Valadão

Estudante de Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Conselheira Consultiva da Estratégia Jr. Consultoria.

Email: laisvaladao@id.uff.br

Helena Gouveia da Silva Regis

Estudante de Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Tem interesse em temas relacionados ao subdesenvolvimento, desigualdade de renda e pobreza.

Email: helenagouveia@id.uff.br

Paula Helena Ayres

Estudante de Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

Email: paulaayres@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 28/06/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Autópsia psicológica do suicídio: caso Breno

Psychological autopsy of suicide: Breno case

Ardelia Moraes Oliveira Figueiredo

Graduada em Psicologia pela UNILESTE. Mestranda em Psicologia: Cognição e Comportamento pela UFMG

Edmar Ferreira da Costa

Graduado em Psicologia pela UNILESTE. Psicólogo Clínico

Antônio Honório Ferreira

Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Professor da UNILESTE

Resumo: Este estudo busca compreender um caso de suicídio por meio das características da vítima, motivação, precipitadores, método, planejamento, intencionalidade, reação dos entrevistados e os impactos ocasionados pela perda na vida de amigos e de familiares. Os participantes da pesquisa foram 3 irmãos e 4 amigos da vítima, denominados sobreviventes do suicídio. O método utilizado foi qualitativo, empírico, descritivo e exploratório caracterizando-se como um estudo de caso. Os dados foram coletados a partir do instrumento de Entrevista Semiestruturada para Casos de Suicídio (ESCS) que tem por base os relatos dos familiares e pares. A análise dos dados aconteceu por meio das cinco fases que compreendem o método clínico qualitativo. Os resultados apresentados se basearam nas versões dos sobreviventes do suicídio e aconteceram em um contexto intersubjetivo. Tornou-se evidente que as características da vítima, juntamente de fatores de risco como desesperança, isolamento e dificuldades nas relações sociais e afetivas podem ter contribuído para a consumação do suicídio. Não houve precipitadores ou estressores envolvidos no caso de suicídio estudado. Observou-se, sofrimento imensurável na vida dos sobreviventes, contudo, a reação dos participantes evidencia que a dimensão terapêutica e preventiva proposta pela entrevista foi alcançada. Conclui-se que o suicídio de Breno pode estar relacionado a um sofrimento psíquico e existencial que pode ter intensificado-se durante a vida, e que os impactos gerados pela perda na vida dos sobreviventes foi negativo, violento e abarcou dimensões variadas.

Palavras-chave: Autópsia Psicológica. Suicídio. Sobreviventes.

Abstract: It was sought in this study, to understand a case of suicide through the victim's characteristics, motivation, precipitators, method, planning, intentionality, respondents' reaction and the impacts caused by the loss on the lives of friends and family. The participants in this research were 3 brothers and 4 friends of the victim, called suicide survivors. The method used was qualitative, empirical, descriptive and exploratory, characterizing itself as a case study. Data were collected using the Semi-Structured Interview for Suicide Cases (ESCS) instrument, which is based on reports from family members and peers. Data analysis took place through the five phases that comprise the qualitative clinical method. The results presented were based on the versions of suicide survivors and took place in an intersubjective context. It became evident that the victim's characteristics, together with risk factors such as hopelessness, isolation and difficulties in social and affective relationships, may have contributed to the consummation of suicide. There were no precipitators or stressors involved in the suicide case studied. Immeasurable suffering was observed in the lives of the survivors, however, the reaction of the participants shows that the therapeutic and preventive dimension proposed by the interview was achieved. It is concluded that Breno's suicide may be related to a psychic and existential suffering that may have intensified during his life, and that the impacts generated by the loss on the survivors' lives were negative, violent and encompassed various dimensions.

Keywords: Psychological Autopsy. Suicide. Survivors.



1 Introdução

Uma perda é capaz de causar grande impacto. Suas consequências devem ser conhecidas, estudadas e abordadas levando em consideração, principalmente, a sua gravidade. Sabe-se que quando a perda é proveniente de uma morte por suicídio, percebe-se ainda maior complexidade e diversidade de reações (MIRANDA, 2014).

Estimativas demonstra que, em um ano, ocorrem mais de 800.000 mortes por suicídio e que, para cada morte, já existiram muitas tentativas. Sendo considerado um dos mais importantes problemas de saúde pública e uma das principais causas de morte entre os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, o suicídio pode ocorrer em qualquer momento da vida e em qualquer região do mundo (WHO, 2014). O suicídio é uma tragédia e não se pode determinar com precisão as causas exclusivas para a sua motivação, já que a ocorrência desse fenômeno é multifatorial, revelando a culminância de fatores psicológicos, ambientais, políticos e culturais que se acumulam na biografia do sujeito, sendo capaz de impactar familiares e amigos de forma imensurável (DAÓLIO; SILVA, 2009; WHO, 2014).

É justamente por esse impacto causado que, durante muito tempo, pesquisas empíricas têm sido realizadas, objetivando a compreensão a respeito dos efeitos desse fenômeno na vida das pessoas que sobrevivem a perda do ente querido e no processo de elaboração do luto (MIRANDA, 2014). Esses indivíduos que sobrevivem a esse tipo de perda são nomeados de sobreviventes do suicídio, sendo geralmente, amigos, familiares, colegas, companheiros, cônjuges e até mesmo quem testemunhou a morte e teve sua vida afetada e modificada de maneira significativa (ANDRIESSEN, 2009; MIRANDA, 2014; FUKUMITSU; KOVACS, 2016). A seção seguinte abordará mais profundamente o impacto causado pela morte por suicídio na vida dessas pessoas.

1.2 Suicídio na relação familiar

Um sofrimento imensurável recai sobre as famílias em que algum membro cometeu suicídio, e é provável que os familiares, durante o processo de simbolização da perda, manifestem dificuldades para elaborar o luto, já que o suicídio é uma tragédia que abala as relações afetivas e familiares, causando grandes impactos, deixando marcas por toda a vida. As pessoas mais próximas do suicida tendem a desenvolver problemas de ordem mental e física, isolar-se socialmente e até mesmo cometer suicídio, e isso acontece porque as características mais marcantes nas mortes por suicídio, é que, normalmente, apresentam violência e ocorrem de modo inesperado, o que pode comprometer o processo de luto vivido pelos sobreviventes (FUKUMITSU, 2013; WHO, 2014; CERQUEIRA; LIMA, 2015; SILVA, 2008 *apud* NUNES *et al.*, 2016; MARTINS; LEÃO, 2010 *apud* MELO; BARROS, 2017; TAVARES; SILVA; COLOMA, 2013 *apud* MELO; BARROS, 2017).

Baseando-se em Nunes *et al* (2016), Silva (2008) menciona que esse comprometimento no processo de luto nas mortes por suicídio se dá, porque essas mortes, além de ser envoltas em tabus e estigmas, podem estar ligadas a circunstâncias de transtornos mentais e conflitos familiares. Dentre esses estigmas envolvidos nas mortes por suicídio, surge aquele que vai recair sobre a família, que inicia um processo de descrença em si mesma, buscando estratégias de proteção e de compensação, dentre elas, calar-se mediante as causas e ao próprio ato suicida (GOFFMAN, 1980 *apud* SOUZA; RÁSIA, 2006)

É fundamental acrescentar que muitas vezes os sobreviventes do suicídio se envergonham ao apontar a causa da morte, o que confirma que o tabu em torno do fenômeno é acentuado. Em virtude dessa situação, os familiares podem sentir certa hostilização por parte da comunidade, o que pode provocar enfraquecimento de relações, isolamento social ou até mesmo opção por mudança de endereço (FUKUMITSU; KOVACS, 2016; MELO; BARROS, 2017).

Por ser repentino, violento e cheio de estigma, o suicídio marca a pessoa, além de carregar consigo a ideia de ser a escolha de quem se

matou. Portanto, o sobrevivente necessita desenvolver maneiras de enfrentar a nova realidade (FUKUMITSU; KOVACS, 2016). O sobrevivente do suicídio deverá lidar com inúmeros fatores relevantes do impacto do ato destrutivo na relação familiar. Os sentimentos podem ser ambivalentes, trazendo desde a culpa ao alívio, podendo causar questionamentos, choque, desejo de perpetuação das boas lembranças, rejeição, isolamento, arrependimento e busca de sentido (FLEXHAUG; YAZGANOGLU, 2008 *apud* MIRANDA, 2014; MARTINS; LEÃO, 2010 *apud* FUKUMITSU, 2013).

Para Fukumitsu (2013), o luto por suicídio ultrapassa o espaço de quem se matou, é uma morte que abrange a coletividade e o impacto causado poderá afetar os sobreviventes pelo resto de suas vidas, e os efeitos perdurarem até mesmo na vida dos descendentes (CERQUEIRA; LIMA, 2015). O investimento emocional é intenso, pois perder um ente querido exige não somente a necessidade de compreensão da morte, mas também a redefinição de papéis nas relações familiares (FUKUMITSU, 2013).

Nessa direção, visando a compreensão do suicídio, o contexto onde o sobrevivente está inserido e a infinidade de sentimentos apresentados frente a perda, a literatura apresenta instrumentos bastante úteis capazes de auxiliar o processo de compreensão do fenômeno suicídio quando este foi consumado. Essa ferramenta, denominada de autópsia psicológica realiza uma avaliação retrospectiva da personalidade da pessoa que se matou, auxilia na coleta de informações sobre o suicídio e aperfeiçoa o conhecimento sobre como vivem esses enlutados (MIRANDA, 2014; FUKUMITSU, 2013).

Nesse sentido, a próxima seção explanará as aplicações e benefícios dessa ferramenta, que segundo Shneidman (2004) *apud* Miranda (2014) permite descobrir a razão do suicídio por meio de pessoas capazes de fornecer informações relevantes, além de abrir um espaço que possibilita aos familiares e pares comunicarem essa ambivalência de sentimentos e o sofrimento decorrente da perda (MIRANDA, 2014).

1.3 Autópsia psicológica do suicídio e a busca por sentido

Em 1960, Edwin Shneidman cunhou esse tipo de avaliação psicológica, nomeando-a como autópsia psicológica e demonstrou sua eficácia em vários contextos, entre eles o forense, clínico e principalmente o de pesquisas (ISOMETSA, 2001 *apud* MIRANDA, 2014; MURTHY, LAKSHMAN; GUPTA, 2010 *apud* MIRANDA, 2014; SHNEIDMAN, 1994 *apud* MIRANDA, 2014).

Werlang (2012), citando autores como Clark e Horton-Deustch (1992), Shneidman (1993, 1994), Jacobs e Klein-Benheim (1995), Hawton *et al.* (1998), Cooper (1999), Cavanagh *et al.* (2003), Murthy *et al.* (2010), afirma que a entrevista de autópsia psicológica é um instrumento utilizado para traçar características psíquicas de indivíduos vítimas de mortes violentas, e que normalmente é utilizado durante investigações para determinar o modo da morte.

Corroborando com essa ideia, estudos demonstram que, através da autópsia psicológica, várias áreas podem ser analisadas, tais como: distúrbios emocionais, nível de educação, empregabilidade, saúde, detalhes da morte, circunstâncias em que ocorreu a morte, letalidade do método; avaliação da intencionalidade, antecedentes familiares, incluindo histórico de transtornos mentais, comportamento suicida, reações dos familiares diante do suicídio, ideação suicida, planejamento do ato, cartas de despedida, rede social e relacionamentos afetivos (WERLANG, 2012; MIRANDA, 2014).

E é baseado na análise desses fatores que encontram-se os indicativos da intencionalidade da morte. A autópsia psicológica tem a difícil tarefa de descobrir o que se passava na mente do sujeito antes do suicídio (MIRANDA, 2014). Destaca-se que essa análise é realizada com base nos relatos dos sobreviventes do suicídio e os informantes da entrevista de autópsia psicológica podem estar vivenciando situações bastante dolorosas frente à perda, já que os discursos apresentados por esses acontecem em um contexto intersubjetivo (WERLANG, 2012; LITMAN, 1989 *apud* MIRANDA, 2014), ou seja, “uma relação entre experiências de pessoas” (MIRANDA, 2014, p. 85).

Levando em consideração esse contexto intersubjetivo, a realidade subjetiva que emerge e o sofrimento em virtude da perda, Miranda (2014) alerta para o fato de que pode acontecer o processo de idealização da vítima, em que o sobrevivente não integra aspectos desagradáveis sobre quem se matou, suas percepções abarcam somente elementos positivos.

Miranda (2014) recorre às considerações de Kóvacs (1992) ao mencionar que essa idealização do falecido trata-se de uma tentativa de lidar com o desamparo que ocorre no processo de luto. É como se houvesse uma rebelião contra essa morte, assim, o sobrevivente idealiza o morto como uma espécie de reação defensiva ou protetora. Pois, na busca pelo sentido, e na tentativa de encontrar razões capazes de justificar “o por quê” do ente querido ter se decidido pelo suicídio, os familiares e pares se questionam, a fim de compreender quais seriam as verdadeiras motivações, considerando inclusive que podem ter contribuído para a morte da pessoa em questão, ao ignorar um comentário, uma mudança no estilo de vida ou até mesmo um pedido de ajuda (WERLANG, 2012; MIRANDA, 2014; CERQUEIRA; LIMA, 2015).

Nesse sentido, a entrevista que se propõe a autópsia psicológica ajuda os participantes a desenvolverem uma visão mais real e ampla sobre o que levou o indivíduo ao suicídio, compreendendo não apenas a grandeza científica do fenômeno e informações a respeito do indivíduo que se matou, mas também aspectos relacionados à vivência do sobrevivente, de forma que o assunto abordado funcione como uma medida terapêutica para esses enlutados (MIRANDA, 2014).

E justificando-se nesses benefícios e levando em consideração o número reduzido de pesquisas empíricas que abordem e avaliem o impacto do suicídio na vida dos sobreviventes por meio de instrumentos de avaliação psicológica, o presente estudo tem como principais objetivos: 1) compreender um caso de suicídio por meio das seguintes variáveis: identificação da vítima, perfil sociodemográfico do informante, características da vítima e grau de relacionamento com o entrevistado, reação do sobrevivente mediante ao suicídio da vítima, fatores clínicos, precipitadores e/ou estressores, motivação para o suicídio,

comportamentos suicidas, letalidade do método escolhido, intencionalidade e planejamento e reações do entrevistado em relação à entrevista e 2) analisar os impactos gerados pela perda na vida dos sobreviventes do suicídio.

2 Método

Os dados foram obtidos a partir de uma investigação empírica, descritiva e exploratória, caracterizando-se como um estudo de caso. Buscou-se, a partir dessa metodologia, levantar determinadas características do sujeito alvo da pesquisa através dos relatos dos familiares e pares, visando o conhecimento sobre o problema, onde abriu-se um leque de possibilidades para uma análise mais detalhada sobre o tema (GIL, 2002).

2.1 Amostra

A amostra deste estudo foi composta por familiares e pares, residentes de uma cidade do interior de Minas Gerais, que passou pela perda ocasionada pelo suicídio de um jovem de 29 anos, do sexo masculino, electricista, escolaridade de nível médio, solteiro, sem filhos, falecido em 2017. A vítima, que aqui será apresentada pelo nome fictício Breno, perdeu o pai ainda criança. Na época da morte residia com a mãe, três irmãos e uma sobrinha menor de 5 anos. Os participantes da pesquisa serão denominados como sobreviventes do suicídio, sendo três irmãos de Breno, todos do sexo masculino e quatro amigos. Entre os entrevistados, apenas um membro da amostra é do sexo feminino. Todos que participaram dessa pesquisa eram solteiros e possuíam nível de escolaridade médio ou superior, estando na faixa etária de 25 a 35 anos. Tanto os informantes quanto a vítima tiveram suas identidades resguardadas, sendo identificado por nome fictício apenas a vítima. Os demais informantes serão nomeados a partir do alfabeto grego, para que não ocorra uma possível identificação entre eles.

2.2 Instrumento

Como instrumento para coleta de dados e com o propósito de compreender a história familiar do sobrevivente do suicídio, utilizou-se uma Entrevista Semiestruturada para Casos de Suicídio (ESCS), elaborada por Miranda (2014). A entrevista contém 53 perguntas, em sua maioria abertas, divididas em 11 tópicos que contemplavam os seguintes aspectos: identificação da entrevista e da vítima, perfil sociodemográfico do informante, características da vítima e grau de relacionamento com o informante, reação do informante mediante ao suicídio da vítima, fatores clínicos, precipitadores e/ou estressores, motivação para o suicídio, comportamentos suicidas, letalidade do método escolhido, intencionalidade e planejamento e reações do entrevistado em relação à entrevista.

2.3 Procedimentos de coleta de dados e de pesquisa

A seleção dos participantes e a comunicação com a família se deu a partir do conhecimento dos pesquisadores sobre a situação do suicídio na região, já que a cidade apresenta altos índices de tentativas e consumação de suicídios, tendo ocupado por 12 anos o quarto lugar na categoria de mortes por causas externas (SOUZA *et al*, 2006). Os requisitos para a participação neste estudo foram: 1) ser um sobrevivente de suicídio apto a fornecer informações relevantes a respeito da vítima; 2) ter se passado pelo menos 6 meses da data de ocorrência do suicídio no ato da entrevista e menos de 18 meses; 3) ter idade igual ou superior a 18 anos no momento da coleta dos dados; 4) concordar inteiramente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O participante que não se enquadrasse em pelo menos um dos critérios apresentados seria excluído da pesquisa. Poderiam participar do estudo pai, mãe, irmãos, cônjuges e amigos mais próximos da vítima. Após algumas tentativas e levantamentos de dados chegou-se à família que atendia aos requisitos exigidos pela pesquisa e o primeiro contato foi realizado. A primeira pessoa contatada,

percebendo a importância da pesquisa, colocou-se à disposição para dar sua contribuição no que fosse necessário, e, a partir daí, encontrou-se os demais informantes. Esse primeiro entrevistado forneceu aos pesquisadores dados referentes a nome, telefone de contato e grau de relacionamento da vítima com os outros participantes. Esse procedimento de pesquisa é denominado método “bola de neve” (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A coleta de dados foi iniciada após a aprovação do comitê de ética do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É necessário acrescentar, quanto aos procedimentos éticos, que os pesquisadores se preocuparam em realizar as entrevistas como uma espécie de escuta clínica, de modo que os informantes não apenas se sentissem amparados, mas para que a finalidade terapêutica do estudo fosse evidenciada.

Salienta-se que as entrevistas foram realizadas um ano e dois meses após a morte de Breno, na residência dos participantes e o questionário foi aplicado individualmente, para maior comodidade dos entrevistados. Durante as entrevistas, as atividades dos pesquisadores se dividiam entre observar e coletar os dados, a fim de que as emoções reveladas pudessem ser consideradas e os cuidados necessários para com os informantes fossem imediatamente detectados. Mediante autorização dos participantes, as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. Os pesquisadores se colocaram à disposição dos participantes, respeitando o tempo de cada um, se disponibilizando para suspender a entrevista e retornar em um momento mais propício caso o entrevistado não se sentisse à vontade.

2.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados a partir das 5 fases que compreendem o método clínico-qualitativo, que, de acordo com Turato (2013) *apud* Miranda (2014), surge como um refinador dos demais métodos

qualitativos relacionados às ciências humanas. Esse tipo de método une teorias epistemológicas a métodos clínicos, a fim de elucidar significados e sentidos que os sujeitos apresentam frente aos fenômenos pertencentes ao campo da saúde-doença. As cinco fases do método utilizado foram: preparação do material e transcrição das entrevistas registradas em áudio, realização de pré-análise com base em leituras flutuantes, organização dos temas e assuntos abordados de acordo com os tópicos temáticos retirados do roteiro de entrevista, validação externa a partir da investigação e da supervisão do orientador, apresentação dos resultados, objetivando a descrição e realização das citações diretas das falas dos entrevistados, com o intuito de promover interpretação e discussão por meio de referenciais teóricos e empíricos (MIRANDA, 2014).

3 Resultados e discussão

Primeiramente, será apresentado um resumo da história da vítima do suicídio, expondo sempre que necessário a fala dos participantes, os sobreviventes do suicídio.

3.1 Caso Breno

Breno faleceu no início do ano de 2017, com 29 anos de idade, em uma cidade do interior de Minas Gerais. Numa segunda-feira, dia da ocorrência da morte, Breno saiu de casa em sua motocicleta. Os familiares acreditavam que o mesmo estivesse na casa de um amigo, porém, após 24 horas sem notícias da vítima, o que não era comum, um dos irmãos começou a mobilizar amigos e familiares a fim de encontrá-lo. A vítima foi encontrada na quarta-feira, dois dias após a sua morte. Breno se enforcou com um fio de extensão no box do banheiro do apartamento de um amigo onde ele havia realizado alguns serviços dias anteriores ao seu falecimento. Devido ao tempo ocorrido entre a data da morte e o período em que a vítima foi encontrada, e, levando em consideração as condições climáticas da região na época do suicídio, o corpo de Breno estava em estado avançado de decomposição, sendo encontrado por um

de seus irmãos. Segundo relatos, Breno nunca manifestou a possibilidade ou desejo de suicídio, nem tampouco realizou uma tentativa anterior. Cabe ressaltar que Breno apresentava idade correspondente à aquela encontrada nas estatísticas de mortes por suicídio descritas pela WHO (2014). A partir da exposição das informações iniciais, adentraremos nos resultados dessa pesquisa que foram separados por tópicos temáticos, a fim de facilitar a compreensão do leitor.

3.2 Características da vítima e grau de intimidade entre vítima e informante

Neste tópico, serão apresentadas as características da vítima, e, posteriormente, o grau de intimidade entre a vítima e os entrevistados, observando se houve a presença de idealização. De acordo com os relatos, Breno era um jovem introspectivo, tímido, com uma inteligência acima da média, com uma visão pessimista de si mesmo, tendências ao isolamento e baixas expectativas de futuro. Humilde e prestativo, mas, ao mesmo tempo, sistemático, limitado com relação ao ciclo de amizades, porém, leal para com os poucos amigos. As falas a seguir evidenciam essas características:

Breno era muito introvertido, muito, muito mesmo inteligente, tinha facilidade para resolver qualquer coisa, mas tinha dificuldades de socializar [...] (Sigma).

[...] ele era um cara calado, tímido, de poucas palavras, mas prestativo para qualquer coisa [...] Mas no sentido de conversar, ele conversava pouco (Alpha).

O Breno era uma pessoa muito inteligente em todos os aspectos, então tudo que você fosse conversar com ele, ele sabia um pouco. Humilde, centrado, sempre disposto a ajudar, muito bom conselheiro (Delta).

Ficava fechado, ele não desabafava, não conversava, ou às vezes não se divertia o suficiente para poder suprir alguma coisa (Epsilon).

Ele era pessimista em relação a ele. Não as competências dele, ele sabia que era competente, mas humilde. Sistemático pra caramba, se você dissesse alguma coisa que desagradou ele, ele levava isso para o resto da vida [...] (Gamma).

[...] era como se ele estivesse existindo, não tinha muitos planos [...] (Psi).

Daólio e Silva (2009) sinalizam que os fatores psicológicos, ambientais, sociais, políticos e culturais que se acumulam na biografia do

sujeito podem contribuir para a ocorrência do suicídio. Baseado nas informações dos autores, torna-se necessário olhar profundamente para este tópico do estudo, objetivando a compreensão de como essas particularidades podem ter atuado como possíveis fatores de risco no caso de suicídio estudado. Percebe-se que, nos relatos apresentados, há semelhança com relação a forma como os entrevistados percebiam a vítima, suas características, modo de ser e a ausência de expectativas de futuro demonstrada, o que pode contribuir para a compreensão do caso. Observa-se que as características pessoais de Breno como ficar isolado, desesperançoso, apresentar dificuldades em relacionamentos interpessoais e afetivos, relatadas durante a entrevista, estão em conformidade com diversos pesquisadores citados por Miranda (2014) (DEJONG *et al.*, 2010; JUDD *et al.*, 2012; MELEIRO; TENG, 2004; OWENS, *et al.* 2003; PARKAR *et al.*, 2009; WENZEL, BROWN; BECK, 2010). No que tange ao grau de intimidade entre a vítima e o sobrevivente do suicídio, foi perguntado aos informantes como avaliavam, numa escala de 0 a 10, sua relação para com a vítima antes de seu falecimento, e, de acordo com as respostas dos entrevistados, o nível de afetividade/intimidade ficava entre 6 e 10, isto é, de média para alta.

Quanto a conversas mais pessoais com a vítima, de acordo com os relatos, Breno não mantinha conversas muito íntimas nem com os amigos nem com os familiares. Os relatos evidenciam o distanciamento de Breno para com suas questões particulares, principalmente, no que concerne em falar de si mesmo com outras pessoas. Há evidências de que o nível de conversas pessoais da vítima com os informantes era muito limitado.

Sobre a vida dele, ele nunca gostou muito de falar. Se você me perguntar alguma coisa mais íntima dele, eu não vou saber falar [...] (Gamma).

[...] ele sabia bastante da minha vida, da minha família, assim tipo, mãe, irmãos, da minha história de vida, mas eu sabia muito pouco, assim, na verdade, sabia dele pelas redes sociais (Psi).

Conversas do tipo... briguei com minha namorada, estou mal no trabalho, não tinha esse tipo de reclamação comigo não! E ele também não, não tinha comigo, aliás, com ninguém aqui em casa, guardava muitas coisas (Alpha).

Em virtude dessas informações, Miranda (2014) salienta que os discursos apresentados pelos entrevistados acontecem em um contexto

intersubjetivo que envolve a relação entre a experiência dos sujeitos. Em complemento a essa afirmação, a autora cita Kovacs (1992) ao acrescentar a importância de se analisar o lugar que a vítima do suicídio possui nas relações com os informantes, e como esse lugar pode interferir na perspectiva que esses possuem com relação a esse sujeito, já que nesse contexto intersubjetivo, o fenômeno alcançado é uma realidade subjetiva, e partilhando da qualidade dessa relação, pode acontecer o processo de idealização da vítima que tende a funcionar como uma espécie de proteção, reação defensiva ou tentativa de lidar com o desamparo.

No caso Breno, não se pode afirmar que houve idealização da vítima. Pois, embora os relatos apresentados quanto às características de Breno, o seu modo de ser e de se relacionar com as pessoas, o nível de conversas pessoais e a forma como ele se percebia no mundo estejam ligados diretamente ao que emerge da subjetividade dos entrevistados e da qualidade das relações vivenciadas com a vítima, a semelhança expressada nos relatos podem confirmar as evidências de ausência dessa idealização.

3.3 Fatores clínicos

Esse tópico em questão diz respeito ao estado emocional e comportamentos da vítima nos três meses anteriores à morte. Foi realizada uma análise que contemplava aspectos relacionados à afetividade, aos pensamentos, humor e comportamentos da vítima. De acordo com os relatos, não foi notória nenhuma mudança significativa. A vítima sempre manifestou o mesmo humor e comportamento, nada que se configurasse para os entrevistados como pistas ou sinais. Embora estivesse desempregado, os sobreviventes alegam que enxergavam Breno de forma normal, jogava videogame, continuou fazendo churrasco, jogando baralho com os amigos e lendo livros. O que é relatado como mudança para os entrevistados foi apenas a aparência física da vítima, já que a barba de Breno estava maior que de costume. Breno continuou se mostrando introspectivo, tímido, com poucas ou nenhuma perspectiva

de futuro, não demonstrava ambição, desejos ou projetos de vida, mantendo a rotina habitual, conforme afirmam os relatos a seguir.

Ele estava fechado do jeito que ele era, mas sentava com a gente na sala normalmente. A mudança dele foi visual, deixou a barba crescer muito e isso foi nos últimos tempos, cabelo cortado curtinho, mas a barba muito grande, fora do padrão, deixava direto o cabelo ficar maior, deixava a barba grande também, mas desse jeito, nunca (Beta).

O Breno sempre foi idêntico em todas as fases da vida dele, feliz ou triste, indignado ou tranquilo ele sempre se comportou da mesma forma, ele não era muito expressivo não [...] não era do tipo que ligava para aparência... ele era o que ele era, se você olhasse pra ele ali, era como se fosse um quadro imóvel, ele era aquela pessoa sempre (Gamma).

Melo e Barros (2017) afirmam que o suicídio reflete uma história de muito sofrimento, sendo a decisão pela morte o seu resultado final. O autor ainda menciona que o indivíduo vai apresentando pistas ao longo de sua vida, não sendo percebidas pelos familiares nem pela sociedade. Percebe-se, por meio dos relatos, que os comportamentos de Breno eram considerados habituais, o que pode ter dificultado a percepção dos sobreviventes sobre possíveis pistas. Nota-se que o fato de Breno ter deixado a barba crescer e “descuidar” de sua aparência não foi percebido pelos informantes como sinais de uma possível apatia para com a vida, era um comportamento que se configurava para os sobreviventes como algo fora do padrão social, mas não para Breno, principalmente, levando em consideração que os entrevistados sinalizam que a vítima não era do tipo que se importava com a aparência física.

Relatou-se também que era como se a vítima estivesse se despedindo, pois, no domingo anterior a sua morte, Breno reuniu amigos e familiares para um churrasco, demonstrando-se mais aberto que o normal, além de ter apagado todo o histórico do computador e do celular, o que evidencia que a vítima já tinha se decidido com relação ao suicídio.

Ele apagou tudo. Não deixou nada no computador nem no celular (Alpha).

No fim de semana, eu achei ele muito bem, na verdade, eu achei ele acima da média, eu o achei melhor que o normal, mais aberto [...] eu acredito que ele reuniu a galera por causa disso, eu acho que ele já podia estar de caso pensado [...] eu acredito que foi uma despedida (Beta).

Para Feijoo (2019), quando um indivíduo decide por cometer suicídio, é cabível questionar o que está em risco e, muitas vezes, acredita-se que essa decisão pode ter relação com algo que não se manifesta com clareza, seja de ordem psíquica, biológica, social, físico-químicas e *etc.* Os pesquisadores Prietro e Tavares (2005), citados por Braga e Dell' Aglio (2013), encontraram evidências de que normalmente o suicídio vai ocorrer pouco tempo depois que o indivíduo decide se matar, o que revela um alto nível de impulsividade. Quanto a essa afirmativa, vale destacar que os relatos indicam a não ocorrência desse comportamento impulsivo.

Ainda com relação aos fatores clínicos e possíveis hipóteses diagnósticas, não há relatos de que a vítima tenha sido hospitalizada, fizesse uso de medicação, tivesse buscado acompanhamento psiquiátrico ou procurado algum serviço de saúde. Quanto a comportamentos em que a vítima tenha ouvido ou visto coisas que não existiam, se sentido ameaçado ou perseguido, os entrevistados afirmam nunca terem presenciado esse tipo de situação.

Com relação ao acompanhamento psicológico, segundo informações obtidas no decorrer das entrevistas, a vítima chegou a realizar acompanhamento psicológico no período da adolescência. Há indicativos de que a mãe de Breno tenha se preocupado com aspectos relacionados à personalidade e comportamentos do filho, levando-o para um tratamento psicológico no período entre os 12 e 16 anos de idade. Não sendo possível aos pesquisadores ter acesso ao profissional, já que o mesmo veio a óbito e o acompanhamento foi interrompido.

3.4 Precipitadores e estressores

Esse tópico em questão visa esclarecer possíveis acontecimentos próximos a morte, tais como algum problema no trabalho, relação familiar estremecida, discussão com algum amigo e outros fatores que possam ter colaborado para o suicídio de Breno. Miranda (2014) comenta que os precipitadores e estressores se configuram como situações ou acontecimentos anteriores ao falecimento que podem estar relacionados

a decisão pelo suicídio. A autora ainda enfatiza que apenas os precipitadores e estressores não são suficientemente capazes de explicar o motivo para a ocorrência de uma morte por suicídio.

Não aconteceu nada. Nenhuma briga, discussão... nada! (Beta)

Não sei... alguma coisa do passado que ficou martelando durante muito tempo na cabeça dele. [...] não foi uma coisa repentina, foi uma coisa que gerou uma cadeia de fatores [...] (Alpha).

Olha, eu fazendo um levantamento de todas as conversas que eu já tive com ele, se fosse pra dizer assim um motivo, de repente, eu acho que ele se considerava um peso para todos (Psi).

Acho que ele poderia estar insatisfeito com a vida que estava levando, ele tinha saído do emprego e tal, e ficava o dia inteiro dentro de casa só assistindo televisão (Delta).

Os relatos apresentados acima sugerem, que não há indícios de que algo tenha servido como gatilho para a morte, o que nos leva a um olhar mais apurado, tanto para a história de vida da vítima quanto para os comportamentos suicidas que se apresentaram durante esse estudo.

Observou-se que, entre os informantes, alguns optaram por manifestar o seu ponto de vista com relação a situações do passado de Breno que pudessem ter lhe causado sofrimento, como também, questões que remetiam a sua maneira de ser e lidar com a vida. Contudo, os entrevistados afirmam não terem acesso a nenhuma informação ou evento anterior ao falecimento que realmente pudessem ter cooperado para o suicídio da vítima.

Dando continuidade a esse tópico, é importante enfatizar a relação da vítima com o trabalho e possíveis problemas financeiros. Segundo os relatos, Breno estava desempregado. Porém, informações obtidas durante a entrevista confirmaram que Breno saiu do emprego por livre e espontânea vontade, e já havia manifestado o interesse em se demitir pelo menos cinco meses anteriores a sua morte e não apresentava indícios de dificuldades financeiras. Portanto, a situação de desemprego da vítima não pode ser compreendida como um agente precipitador ou estressor.

[...] ele pediu pra ser mandado embora da empresa [...] não teve atritos, nem nada, simplesmente ele já tinha essa atitude em mente desde o meio do ano (Epsilon).

Não tinha problemas financeiros. Deixou dinheiro até, era muito pé no chão com tudo (Beta).

[...] Foi no banco olhar, parece que ele tinha trinta mil [...] Ele era muito econômico (Delta).

3.5 Comportamentos suicidas

Esse tópico visa esclarecer possíveis comportamentos suicidas, tais como: posicionamento e comentários negativos, doação de bens ou objetos pessoais e tentativas anteriores. Segundo os relatos, a vítima nunca chegou a fazer comentários pessimistas, realizar tentativas anteriores de suicídio, comentar com alguém que iria cometer suicídio ou que poderia fazê-lo. Sobre doar bens pessoais significativos, foi mencionado que a vítima chegou a doar uma bicicleta para o filho de um amigo e uma camisa de um time rival, time esse, do coração da vítima, para a filha de outro amigo. Esses bens doados não foram considerados pelos informantes como coisas das quais a vítima tivesse grande ligação, já que o mesmo era muito desapegado a bens materiais.

Tendo em vista a negativa com relação às questões anteriores, recorremo-nos às considerações de WHO (2014) sobre a complexidade e multiplicidade de fatores envolvidos nos comportamentos suicidas e a Daólio e Silva (2009) quando estes citam Carssola (1998) em suas colocações no que diz respeito a compreensão desses comportamentos. Para os autores, os comportamentos suicidas não devem ser compreendidos de forma parcial, pois essa visão fragmentada impossibilitaria que o ser humano, a vítima do suicídio, fosse compreendida em sua existência. Miranda (2014) se embasa em diversos autores (OWENS *et al.*, 2003; MELEIRO; TENG, 2004; PARKAR *et al.*, 2009; DEJONG *et al.*, 2010; WENZEL *et al.*, 2010; JUDD *et al.*, 2012) e faz uma leitura de muitos desses comportamentos, sendo: o desemprego, dificuldades em relacionamentos interpessoais e afetivos, tentativas anteriores de suicídio, problemas financeiros, transtornos de personalidade, esquizofrenia, histórico familiar de comportamento suicida, estresse, isolamento, depressão, impulsividade, problemas conjugais e desesperança. Dentre os comportamentos apresentados na

literatura, observa-se, que conforme já sinalizado no tópico que descreve as características da vítima de suicídio. Breno apresentava desesperança, isolamento e dificuldades em relacionamentos interpessoais e afetivos.

[...] era como se ele estivesse existindo, não tinha muitos planos, nunca ele falava assim, eu vou viajar, eu quero conhecer tal lugar, ele nunca falava essas coisas (Psi).

[...] tinha facilidade para resolver qualquer coisa, mas tinha dificuldades de socializar [...] (Sigma).

[...] ele preferia se isolar, mas eu acho que ele de repente tinha algum problema, [...] a percepção que eu tinha é que ele era fechado, pessimista, ele se menosprezava (Psi).

Ele era pessimista em relação a ele. Não as competências dele, ele sabia que era competente, mas humilde. Em questão de relacionamentos, o mais próximo de um relacionamento que eu vi ele ter foi com a menina da internet (Gamma).

3.6 Motivação para o suicídio

Prosseguindo a partir dos aspectos avaliados como possíveis motivadores para o suicídio, foi perguntado aos informantes sobre o que precisaria ter mudado na vida de Breno ou se algo poderia ter sido feito para evitar a morte. Seguem alguns relatos:

A questão, sei lá, se ele tivesse conversado mais, ficado mais próximo, eu penso mais nessa situação (Epsilon).

Se eu me colocasse no lugar dele, eu acho que o que contribuiria seria a solidão, eu acho que uma pessoa ficar sozinha demais é ruim. [...] (Gamma).

Na verdade, a única pessoa que poderia ter feito algo seria ele mesmo, ter buscado uma ajuda (Psi).

Há também entre os informantes os que acreditam que nada poderia ter sido feito, levando em consideração que as pessoas próximas não identificavam em Breno um fator de risco.

Sobre algo para evitar a morte, como ninguém imaginava que ele possuía esse tipo de pensamento [...] não dá para imaginar o que poderia ter sido feito (Sigma).

Eu não consigo imaginar o que poderia ter sido feito, se não eu teria feito (Delta).

A partir das informações apresentadas e levando em consideração as afirmações de Daólio e Silva (2009), WHO (2014) e Miranda (2014) quanto a diversidade e multiplicidade dos fatores relacionados ao

suicídio, nota-se que os informantes percebem como principais motivadores para o suicídio a personalidade da vítima, o isolamento social, seu jeito introspectivo, sua forma de ver e se sentir no mundo e a qualidade das relações que obteve no decorrer de sua vida. Segundo os entrevistados, Breno não permitia aos amigos e aos familiares acesso a suas particularidades, o que vai ao encontro dos comportamentos suicidas de isolamento, de desesperança e de ausência de afetividade nas relações.

Com relação a um dos aspectos que complementam esse tópico temático e que se relaciona com o fator de risco quando apresentado, destaca-se a possibilidade de novas tentativas de suicídio caso a vítima não tivesse conseguido êxito. Botega (2014), ao citar Owens *et al.* (2002), menciona que o risco de suicídio é cem vezes maior quando uma pessoa já tentou suicídio, pois, as tentativas de suicídio anteriores são vistas como principais fatores de risco. Os entrevistados afirmam que Breno nunca chegou a realizar uma tentativa de suicídio anterior e os relatos indicam que Breno tinha certeza que o método utilizado resultaria em sua morte e que o suicídio foi planejado, com mínimas possibilidades de erro.

[...] ele deve ter estudado até um jeito certo de fazer. Que ele iria conseguir com certeza [...] ele foi convicto (Sigma).

[...] ele não fez isso achando que talvez poderia dar errado não (Gamma).

[...] ele calculou certinho que ia dar certo o plano dele (Psi).

3.7 Método do suicídio: letalidade, planejamento e intencionalidade

Esse tópico visa esclarecer a respeito do método escolhido pela vítima, sua letalidade, o planejamento e a intencionalidade do ato suicida. Breno se matou por meio de enforcamento, com um fio de extensão, no apartamento de um amigo. Cabe ressaltar que a vítima possuía livre acesso ao local, pois havia prestado alguns serviços nesse apartamento. A chave estava em poder de Breno e o apartamento estava vazio, o dono morava em uma cidade próxima e pretendia alugá-lo. A busca pelo método, a forma como o suicídio foi planejado e a

intencionalidade do ato se evidencia a partir dos relatos que serão apresentados a seguir:

[...] eu fiquei sabendo que foi através do enforcamento, com certeza ele sabia que ele não teria chance de sobreviver (Psi).

Era uma extensão que ele levou e amarrou no box do banheiro (Delta).

Amarrou um fio de luz e enforcou. Ele sabia que daria certo, era inteligente (Gamma).

Quanto ao fio de extensão utilizado pela vítima no enforcamento, os informantes afirmam que o método era acessível, considerando que Breno era eletricista e não possuía dificuldades para conseguí-lo.

A extensão ele tinha, porque ele era eletricista (Delta).

Ele era eletricista. O que mais tinha perto dele eram fios (Gamma).

Segundo Botega (2014), os métodos de suicídio escolhidos e o poder de letalidade visam a evitação de um possível resgate ou tratamento. No caso de Breno, a procura pelo apartamento do amigo, fechado há algum tempo, o método de enforcamento e a dificuldade do acesso ao local corrobora com essa afirmação. Outro fator relevante e analisado nesse tópico que evidencia a intencionalidade e o planejamento da vítima com relação ao suicídio, diz respeito a uma possível carta ou bilhete de despedida. Embora nenhum bilhete tenha sido encontrado, há relatos entre os informantes de que existe uma possibilidade da vítima ter escrito alguma coisa e desistido, queimando o papel em seguida. O possível resquício de um bilhete foi encontrado no lavabo do banheiro onde Breno cometeu o suicídio.

Eu escutei, que parece que ele começou a escrever uma coisa e desistiu [...] tentou destruir o bilhete (Gamma).

Fiquei sabendo que encontraram um papel queimado na pia, parece que ele escreveu alguma coisa e depois desistiu (Delta).

Ele deixou uma lista com as prestações do IPVA pagas e as que faltava pagar (Beta).

Ele pensou mesmo no que ia fazer, ele saiu de casa decidido, porque ele deixou dinheiro separado, mais ou menos os custos de um funeral separado na gaveta, deixou os cartões dele colado numa folha de caderno e a senha escrita (Sigma).

Ele não deixou muitos vestígios não, carta, por exemplo... A única coisa que ele deixou foi um papel com um cartão de banco colado e uma senha [...] Foi aí que eu comecei a pensar que ele tinha feito uma besteira (Alpha).

Frente a essas informações, cabe destacar as considerações da autora Fukumitsu (2014) ao afirmar que quando um bilhete de despedida é deixado, o mesmo pode se configurar como uma necessidade de organização e controle por parte da vítima de suicídio, a fim de obter controle antecipado do que as outras pessoas, nesse caso, os familiares, precisarão organizar. Observa-se que, embora não tenha sido encontrado nenhum bilhete, o relato de que Breno tenha deixado um cartão de banco com sua respectiva senha, quantidade de dinheiro na gaveta que poderia custear um funeral, uma lista de contas pagas e a relação de contas que precisavam ser liquidadas, demonstram não apenas a intencionalidade e o planejamento do ato, como evidencia essa necessidade de organização e controle afirmada pela autora.

3.8 Impacto do suicídio nos informantes

Quanto aos impactos causados nos sobreviventes do suicídio e nas relações sociais de Breno, os informantes descrevem os impactos de uma forma extremamente negativa, algo que mexeu com a estrutura de todos. Obviamente, as reações foram diferenciadas, mas dada a qualidade da relação e o grau de proximidade da vítima com os entrevistados, percebe-se que as consequências e os sentimentos frente à perda foram significativos. Inclusive, os relatos abaixo tendem a constatar sentimentos de impotência, culpa, descrença, angústia e aflição.

Pensava que ele poderia ter passado mal, não acreditei que ele tinha essa vontade de fazer algo assim (Sigma).

O impacto foi muito negativo, a gente imagina momentaneamente que a culpa está relacionada a gente [...] cada um teve sua imaginação fértil para imaginar o que contribuiu para que ele fizesse isso (Alpha).

Eu não estava entendendo o que estava acontecendo, perdi o chão. No serviço eu não estava conseguindo ter foco em nada (Gamma).

Até hoje eu não consegui assimilar, não sei descrever direito (Delta).

Me senti impotente, me senti cego de não ter percebido (Beta).

Observa-se que, conforme afirmado na introdução desse artigo por Werlang (2012), Miranda (2014), Cerqueira e Lima (2015) e evidenciado nos relatos apresentados acima, os sobreviventes do suicídio, mediante ao impacto negativo e a busca por sentido, questionam-se, a fim de justificar o porquê da decisão do ente querido pelo ato autoinfligido. Além de buscar as motivações, os sobreviventes tendem a considerar que podem ter contribuído para a morte, por não perceber mudanças, ignorar comentários ou pedidos de ajuda. Outro sentimento evidenciado pelos informantes, foi a preocupação com a decadência da saúde da mãe de Breno, descrita como a pessoa mais impactada com o suicídio.

Mãe já tinha uma saúde muito frágil [...] e isso aí cortou bastante a força dela. Ela ficou sem entender o motivo, porque ele fez isso (Sigma).

Depois que ele morreu a minha mãe acabou. Minha mãe morreu no mesmo ano [...] voltou a fumar muito [...] minha mãe já tinha muitos problemas cardíacos, de pressão [...] tirar um sorriso dela era difícil, não queria comemorar mais nada, minha mãe meio que se entregou (Alpha).

Nos primeiros dias, parece que a ficha dela demorou um pouco pra cair, ela parecia estar normal [...] foi passando o tempo e ela falava muito nele (Gamma).

Tinha muita culpa. Ela não falava dele com a gente, mas a gente descobria, porque ela comentava com outras pessoas (Alpha).

De acordo com os relatos, a mãe da vítima tinha uma saúde frágil, e segundo essas informações, ela não apresentou mudanças nos primeiros dias após a morte, denotando certa força. Porém, a medida que o tempo passava era como se tivesse se entregado, deixando de cuidar de sua saúde, passou a fumar mais, não demonstrava desejo de comemorações e sentia muita culpa, vindo a falecer 11 meses após a morte do filho. Percebe-se, como os impactos do suicídio foram violentos e negativos na mãe da vítima, que além de ter tido sua saúde física afetada apresentava sentimentos de culpa, questionamentos e busca por sentido, além de comportamentos que sugerem o desenvolvimento de apatia e ausência de desejo para com a continuidade da vida. Esse quadro apresentado confirma as informações de Fukumitsu (2013) e Cerqueira e Lima (2015) quando fazem menção ao investimento emocional e a necessidade de compreensão da morte do ente querido apresentada pelos sobreviventes do suicídio.

Conforme destaca Silva (2008) *apud* Nunes *et al.* (2016), as mortes por suicídio, além de ser envoltas em tabus e estigmas, normalmente, apresentam violência e ocorrem de modo inesperado, o que contribui para o comprometimento da elaboração do luto. Observa-se que as afirmações do autor são evidenciadas nos relatos apresentados e confirmada por demais autores nos parágrafos seguintes. Goffman (1980), citado por Souza e Rásia (2006), acrescenta que o estigma proveniente do fenômeno suicídio recai sobre as famílias que iniciam um processo de descrença em si mesmas e busca por estratégias de proteção e compensação. Nota-se que as estratégias de proteção e compensação, enfatizadas por Goffman (1980) e utilizadas pela mãe de Breno, remetem ao aumento do uso do cigarro, a esquiva de comemorações e a evitação em falar sobre o filho no ambiente familiar.

Cabe salientar que essa busca por estratégias de compensação e proteção confirma o que foi apresentado na revisão de literatura desse artigo, quanto ao sofrimento imensurável e as consequências do suicídio no ambiente familiar e social e as dificuldades para a elaboração do luto (WHO, 2014; CERQUEIRA; LIMA, 2015; MARTINS; LEÃO, 2010 *apud* MELO; BARROS, 2017).

Corroborando com as informações apresentadas, as autoras Werlang (2012), Miranda (2014), Fukumitsu (2013) e Cerqueira e Lima (2015) enfatizam que os sentimentos que surgem podem ser ambivalentes, causando questionamentos, trazendo culpa e alívio, arrependimentos e busca por sentido, o que fica evidente nas falas citadas acima. O luto por suicídio vai muito além do espaço ocupado pelo indivíduo que se mata, ele abrange uma coletividade, já que os impactos causados podem afetar os sobreviventes do suicídio perdurando até sua descendência.

3.9 Reações dos entrevistados em relação à entrevista

Considerando as informações apresentadas, é imprescindível destacar a reação dos participantes durante e após as entrevistas. Os entrevistados relataram que se sentiram acolhidos, e de certa forma,

satisfeitos em poder falar sobre o assunto. Em alguns momentos, levantou-se a questão do tabu que ainda existe em torno do fenômeno suicídio, sendo enfatizado pelos entrevistados a importância de se contribuir com a pesquisa devido a sua relevância para a sociedade.

Estou me sentindo melhor por ter falado. A gente acaba ficando com a memória mais fresca de alguns momentos que a gente teve com ele... mas toda vez que eu falo, eu sinto que desabafei um pouco (Delta).

Este tipo de conhecimento e discernimento vai só continuar essa corrente [...] e isso é muito bom (Sigma).

[...] eu espero ter contribuído com a pesquisa de vocês, de alguma maneira que possa ajudar outras pessoas que sofram com esse problema também [...] eu só torço para que essa pesquisa possa ajudar pessoas no futuro (Psi).

Eu achava que seria bem mais difícil. Eu estou me sentindo aliviado (Gamma).

Encontrar alguém que queira ouvir você falar de coisas que não são boas, que são tristes, é muito difícil. Ninguém está disposto a ouvir ou quer saber da dor do outro (Delta).

Foi perceptível o quanto a entrevista suscitou as emoções dos entrevistados e o surgimento da ambivalência de sentimentos. Embora a raiva não tenha sido percebida em nenhum dos relatos, o sentimento de culpa paira sobre a maioria dos participantes. Essa culpa se evidencia no sentido de não ter percebido se a vítima emitia sinais, destravando a busca por respostas sobre se algo poderia ter sido feito para evitar a morte ou não. Os relatos apresentados a seguir ilustram essa afirmativa.

[...] será que não faltou falar nada com ele, será que não faltou ele ouvir uma palavra que dava brecha para ele conversar comigo (Gamma).

[...] quando eu soube da morte dele [...] eu fiquei muito abalada e eu fiquei muito pensativa... assim, será que se eu tivesse falado com ele naquela noite, algo teria mudado? Eu fiquei muito tempo pensando nisso (Psi).

[...] então, eu sinto isso, que eu fui incapaz de enxergar, de ver mesmo o que estava acontecendo (Beta).

[...] se eu tivesse conversado mais, ficado mais próximo [...] mais questão de apoiar [...] então, talvez, seria como uma válvula de escape, alguma coisa assim do tipo (Epsilon).

Os relatos expostos a seguir demonstram que os entrevistados se manifestaram de forma empática, a fim de compreender a dor e o sofrimento que Breno estava vivenciando a ponto de não suportar e atentar contra a própria vida. Nesse sentido, Brasil (2006) faz menção ao

estado mental do indivíduo quando se trata do fenômeno suicídio, afirmando que esse sujeito experimenta uma rigidez de pensamento, em que apenas a morte é a saída para seus problemas. A pessoa experimenta um estado de constrição e dicotomia, é tudo ou nada.

As pessoas precisam compreender melhor que não são simplesmente aqueles motivos clichês que levam a pessoa a fazer isso [...] existe muita coisa (Sigma).

Para a pessoa fazer isso ela tem que tá sofrendo muito mesmo. E o que aconteceu foi ele não suportar a dor, e ele tentou acabar com essa dor, e a única solução que ele encontrou no momento foi essa (Beta).

Sampaio e Boemer (2000) sinalizam que o sujeito suicida é compreendido pela sociedade como alguém que está transgredindo regras sociais, pois o suicídio é uma ameaça ao sentimento de onipotência humana e desejar morrer rompe com o grande tabu que existe em torno da morte. Com base nas afirmações dos autores Brasil (2006) e Sampaio e Boemer (2000), os relatos apresentados revelam que, embora exista esse tabu e essa compreensão da sociedade, os informantes dessa pesquisa reconhecem o suicídio de Breno como o resultado de um sofrimento que ele não conseguiu expressar, despertando inclusive o sentimento de empatia, o que se torna fundamental para os propósitos desse trabalho.

Conforme enfatizado por Miranda (2014) e confirmado durante os relatos apresentados nesse tópico, a entrevista de autópsia psicológica em sua atuação vai além da coleta de dados a respeito dos impactos que o suicídio causa nas relações familiares e das informações da vítima de suicídio. O instrumento permite a catarse, já que funciona como uma medida terapêutica, possibilitando aos sobreviventes falar sobre os sentimentos vivenciados frente à perda, extrapolando a compreensão da grandeza científica e atuando diretamente como caráter de prevenção aos sobreviventes enlutados.

4 Considerações Finais

Em conclusão, autópsia psicológica do caso Breno implicou em uma investigação complexa, abrangendo tanto o campo psicológico quanto

social da vítima, sendo possível visualizar a partir dos relatos dos entrevistados, as possíveis causas do suicídio de Breno e os impactos ocasionados pela sua perda. As análises dos relatos desse estudo revelam que durante a sua vida Breno já apresentava características e comportamentos que poderiam indicar risco de suicídio, o que pode ter se intensificado na vida adulta. A falta de expectativas de futuro, o isolamento social, as dificuldades apresentadas nos relacionamentos interpessoais e afetivos e a desesperança podem ter contribuído para um sofrimento psíquico e existencial, principalmente quando se tem em vista que não houve eventos próximos à morte que se configurassem como gatilhos, o que impactou ainda mais os sobreviventes. Observou-se que, na vida dos sobreviventes, o suicídio teve uma repercussão negativa e violenta, incluindo ambivalência de sentimentos e culpabilização por parte dos entrevistados, principalmente, levando em consideração a deterioração da saúde e morte da mãe da vítima. Contudo, é fundamental acrescentar que, embora fragilizados pelas perdas recentes, os entrevistados se colocaram à disposição dos pesquisadores, atuando de forma ativa, vencendo tabus e preconceitos.

4.1 Limitações

São consideradas limitações deste estudo o número reduzido de literatura e pesquisas empíricas voltadas para o tema, as dificuldades para se levantar informações sobre casos de suicídio junto aos órgãos competentes e os obstáculos para se chegar a família base dessa pesquisa, considerando a resistência no fornecimento de informações, o que se faz compreensível, dada a complexidade do assunto. E, por fim, o tabu por parte da sociedade frente ao fenômeno estudado.

4.2 Estudos futuros

Salienta-se a necessidade de desenvolvimento de pesquisas empíricas que investiguem o sofrimento vivenciado pelos sobreviventes do suicídio, inclusive, as peculiaridades envolvidas no processo de

elaboração do luto. Recomenda-se o estabelecimento de estratégias de prevenção, que busquem a melhoria da qualidade de vida desses sobreviventes e a implantação de programas específicos, além de uma rede social de apoio e o treinamento dos profissionais de saúde que muitas vezes não estão preparados para responder às demandas dessa população ou contribuir na qualidade de informação e prevenção.

Referências

ANDRIESSEN, Karl. Can Postvention Be Prevention? **Crise: The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention**, v. 30, n. 1, pag. 43, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1027/0227-5910.30.1.43>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, **Anais do X Congresso Nacional de Educação. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**. 2011. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf.>. Acesso em: 10 de abr. de 2018.

BRAGA, Luiza; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Psicologia USP**, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio**: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Unicamp, 2006. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1241.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 466 de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. **Diário Oficial da União**, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 03 Nov. 2017.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, v. 25, p. 231-236, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>. Acesso em: 15 de abr. de 2018.

CERQUEIRA, Yohanna Shneideider; LIMA, Patrícia Valle de Albuquerque. Suicídio: a prática do psicólogo e os principais fatores de risco e de proteção. **IGT na Rede**, v. 12, n. 23, p. 444-458, 2015. Disponível em: <http://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/426>. Acesso em: 15 de abr. de 2018.

DAOLIO, Edilberto Raimundo; SILVA, José Victor da. Os significados e os motivos do suicídio: as representações sociais de pessoas residentes em Bragança Paulista, SP. **Revista Bioethikos**, Centro Universitário São Camilo, v. 3, n. 1, p. 68-79, 2009. Disponível

em:<<https://saocamilo-sp.br/assets/artigo/bioethikos/68/68a76.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. Suicídio: uma compreensão sob a ótica da psicologia existencial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 1, p. 158-173, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i1p.158-173>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FUKUMITSU, Karina Okajima. **O processo de luto do filho da pessoa que cometeu suicídio**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2013.tde-04072013-143625>. Acesso em 18 nov.2021.

FUKUMITSU, Karina Okajima. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. **Psicologia USP**, v. 25, p. 270-275, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140001>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FUKUMITSU, Karina Okajima; KOVÁCS, Maria Júlia. Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. **Psico**, v. 47, n. 1, p. 3-12, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.1.19651>. Acesso em 18 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO, Brunna Stella da Silva de Carvalho; BARROS, Jorge Fernando de Carvalho Leite. Consequências do suicídio para as relações sócioafetivas dos familiares na posvenção. **Revista FSA**, v. 14, n. 2, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/02f5/58d833e59ebdd1e41a3e1c3278d7ff636997.pdf>. Acesso em: 15 abr 2018.

MIRANDA, Tatiane Gouveia de. Autópsia psicológica: compreendendo casos de suicídio e o impacto da perda. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16392>. Acesso em: 23 set. 2017.

NUNES, Fernanda Daniela Dornelas *et al.* O fenômeno do suicídio entre os familiares sobreviventes: revisão integrativa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM SAÚDE MENTAL, 14, Ribeirão Preto, 9 a 11 de novembro de 2016. **Vulnerabilidade e saúde mental: perspectivas para o cuidado**. Ribeirão Preto, SP: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/saude-mental/papers/o-fenomeno-do-suicidio-entre-familiares-sobreviventes--revisao-integrativa?lang=pt-br>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SAMPAIO, Mauren Alexandra; BOEMER, Magali Roseira. Suicídio: um ensaio em busca de um des-velamento do tema. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, p. 325-331, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342000000400002>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de

Itabira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1333-1342, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500022>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

SOUZA, Nei Ricardo; RASIA, José Miguel. Modelo de reação familiar ao suicídio. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/7986>>. Acesso em: 20 Jan. 2022.

WERLANG, Blanca Susana Guevara. Autópsia Psicológica, importante estratégia de avaliação retrospectiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1955-1957, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n8/1955-1957/pt/>>. Acesso em: 20 Jan. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide**: a global imperative. Geneva: WHO, 2014. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua. Acesso: 28 dez. 2021.

Sobre os autores

Ardelia Moraes Oliveira Figueiredo

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pelo Núcleo de Estudos em Psicologia (NEPSI). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Cognição e Comportamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicóloga clínica.
Email: ardelyamorais@gmail.com

Edmar Ferreira da Costa

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Psicólogo Clínico.
Email: edmar.ferreiradacosta@yahoo.com.br

Antonio Honório Ferreira

Graduado em Administração e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Psicólogo clínico.
Email: tomm47@gmail.com

Histórico

Recebido em: 29/07/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

RAÇA, GÊNERO E ORÇAMENTO PÚBLICO

CLARA MARINHO PEREIRA



Fotografia: Thulio Gomes

"O racismo não é uma problemática criada por pessoas negras."

Raça, gênero e orçamento público: uma conversa com Clara Marinho

Race, gender and public budget: a conversation with Clara Marinho

Clara Marinho Pereira

Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Analista na Secretaria de Orçamento Federal

Resumo: Entrevistamos nesta edição Clara Marinho Pereira, analista de planejamento e orçamento na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia. Em 2021, a nossa entrevistada ficou conhecida por ser eleita pela ONU como uma das cem personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo e, em 2022, por compor o grupo técnico de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete de Transição Governamental do presidente eleito. Sua trajetória encontra-se fortemente atrelada a debates em prol da igualdade racial no Brasil. Neste encontro assíncrono, tivemos uma conversa aberta e rica, em que Clara nos aponta através de conceitos e vivências a realidade que permeia a implantação de políticas públicas em prol da igualdade racial, assim como, mecanismos disponíveis para o combate ao racismo institucional na esfera pública. A entrevista aborda temas presentes nos principais debates sócio-políticos do Brasil e suas considerações nos auxiliam a compreender assuntos complexos sobre a máquina política.

Palavras-chave: Igualdade Racial. Orçamento Público. Clara Marinho.

Abstract: In this issue, we interview Clara Marinho Pereira, planning and budget analyst at the Coordination for Monitoring and Evaluation of Public Policies at the Federal Budget Secretariat (SOF) of the Ministry of Economy (Brazil). In 2021, she became known for being chosen by the United Nations (UN) as one of the most influential people of African descent in the world. In 2022, she was a member of the technical group for Planning, Budgeting and Management of the President-elect's Government Transition Office. Her trajectory is strongly linked to debates in favor of racial equality in Brazil. In this asynchronous meeting, we had an open and rich conversation about concepts and experiences. Clara Marinho points out to us the reality that permeates the implementation of public policies in favor of racial equality, as well as the mechanisms available to combat institutional racism in the public sphere, giving us a specialized view of the political machine. The interview addresses present themes in the main socio-political debates in Brazil. Her considerations help us to understand complex subjects about the political machine.

Keywords: Racial equality. Public budget. Clara Marinho.



Com uma carreira dedicada a temáticas urgentes e fundamentais para a construção de um projeto democrático e inclusivo, Clara Marinho Guimarães Marinho Pereira é a entrevistada desta edição da Revista Mundo Livre. A pesquisadora soteropolitana, também conhecida como Clara Marinho Pereira ou apenas Clara Marinho, é graduada em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e recém ingressa no curso de doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Clara Marinho foi Analista Técnica de Políticas Sociais com exercício na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no período de 2013 a 2017. Desde então, exerce a função de analista de planejamento e orçamento, atuando na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia. A entrevistada compõe o Grupo de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete de Transição Governamental do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e é uma das idealizadoras do projeto *Elas no Orçamento*, uma iniciativa que tem movimentado as redes sociais com debates sobre a participação feminina em cargos de liderança no setor público.

A entrevista com Clara Marinho teve múltiplos significados para a equipe da Revista Mundo Livre. Primeiro, pela característica multidisciplinar e acessível que a entrevistada aborda os assuntos de maior complexidade. Nosso ponto de partida, foi a necessidade do orçamento público ser apresentado, sob a ótica de uma especialista, como parte de nossas realidades sociais, de maneira que atravessamentos sociais, de raça e de gênero, devam ser necessariamente considerados no planejamento orçamentário.

Contextualizando sua área de atuação, em linhas gerais, o modelo orçamentário brasileiro foi definido na Constituição Federal de 1988 e é composto de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é elaborado a cada quatro anos e serve de projeção para ações nacionais

e seus desdobramentos em planos setoriais e regionais. Já a LDO é proposta anualmente e é responsável pelo anúncio das políticas públicas que serão prioridades para o próximo ano. Como executar essas prioridades anunciadas, fica ao encargo da LOA que, por sua vez, fixa as despesas. A partir desse desenho simples é possível entender como as políticas públicas de educação, saúde e habitação, por exemplo, são prioridades em determinados governos enquanto em outros não. No texto a seguir, Clara não só mostra como as definições do orçamento estão presentes em nosso dia-a-dia, como também expõe que muitas conquistas são frutos de atuações coletivas em processos de tomadas de decisão.

O segundo grande significado para a entrevista está no fato de que o ano de 2022 foi marcado por amplas discussões acerca dos dez anos da promulgação da Lei 12.711/2012, a Lei de Cotas. Esta lei tornou-se constante ponto de pauta no Congresso neste ano, por causa de sua revisão, mobilizando posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à sua continuidade. A ação afirmativa representa a luta pela inclusão da população negra, o combate ao racismo e a busca pela diminuição das desigualdades sociais. Estas temáticas estão nos projetos e atuações da entrevistada como servidora pública.

Por fim, acreditamos que os estudos e as atuações de Clara Marinho, como aqui foram expostos, também sinalizam a urgência do diálogo cada vez mais próximo entre teoria e práxis, sustentado na importância da educação como oportunidade de transformação social. Assim, apresentamos essa entrevista especial, repleta de referências, experiências práticas, interdisciplinaridades e conteúdos sobre raça, gênero, políticas públicas e, sobretudo, orçamento público. Agradecemos a Clara pela disponibilidade em somar conosco no esforço de romper com os muros da universidade, ao propor uma conversa sobre temas complexos, em uma comunicação compreensível e acolhedora.

Você coleciona inúmeros trabalhos, bem como atuações em órgãos públicos que sinalizam sua mobilização teórica e empírica para o enfrentamento do racismo na construção de um projeto de

desenvolvimento social equitativo. Quando surgiu o interesse e a oportunidade de se debruçar em questões emergentes de enfrentamento à desigualdade racial do nosso país?

Não foi automático. Venho de uma família negra de classe média baixa, com muito medo de empobrecer. Portanto, longe de transgredir, fui ensinada sobre quais os aspectos de minha aparência e de minha conduta precisavam ser negociados para ser aceita na escola, na faculdade e no mercado de trabalho. Talvez meu tom de voz baixo e meu vocabulário ainda revelem isso.

Uma crescente começou por volta de 2007, quando ingressei no mestrado. Ser mais uma vez a única negra, desta vez longe de casa, me deu novas perspectivas. Fui enegrecendo. Assumi meu cabelo crespo dois anos depois. Mas posso dizer que meu ponto de virada mesmo foi meu ingresso no serviço público. Em 2013, compus a primeira turma de servidores de carreira da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, instância criada em resposta às demandas de movimentos negros para enfrentar as desigualdades raciais. Daí em diante, fui me apropriando do debate sobre a questão racial no Brasil e entendendo melhor a gravidade das condições de vida da população negra brasileira.

Ao longo da sua trajetória, você se sentiu representada por alguém a ponto de torná-la/lo uma inspiração para seus projetos e ações?

É curiosa essa pergunta, porque não há nenhuma conquista para a igualdade racial no Brasil que não seja obra coletiva. De todo modo, posso citar alguns nomes.

Primeiro, Luiza Bairros, ex-Ministra da Igualdade Racial. Luiza é uma inspiração permanente para mim pela sua capacidade de realização como Ministra de Estado em um curto espaço de tempo. Luiza soube entender as brechas e estabelecer e padronizar nacionalmente importantes políticas públicas, como as cotas no ensino superior e no serviço público federal, mais a equalização dos direitos das domésticas, os quais considero três grandes terremotos para a sociedade brasileira.

Na sequência, cito Fernanda Lopes, minha conselheira quando a cabeça arde – e mais que isso –, mulher incontornável para a política de saúde da população negra no Brasil; Vilma Reis e Lúcia Xavier, pela capacidade que possuem de articular as principais questões sociais e políticas brasileiras contemporâneas com a questão racial, ao mesmo tempo em que se engajam na construção coletiva de novos caminhos para as mulheres negras brasileiras.

Entre os colegas da carreira de planejamento e orçamento federal, me inspiro bastante em Roseli Faria e Cilair Abreu, não só pelos caminhos que trilharam, mas pela disposição que possuem em partilhar seus conhecimentos com outras pessoas, visando o aperfeiçoamento do serviço público.

Em 2021, você foi eleita pela ONU uma das cem personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo. Qual é a importância desse reconhecimento para a sua trajetória?

Primeiro, é importante ponderar que se trata de um reconhecimento coletivo. Junto comigo, outras pessoas de diferentes lugares do mundo que contribuem para a justiça racial, receberam a mesma honraria por seu vínculo com as Nações Unidas, no âmbito da Década Afrodescendente. Segundo, penso que esse vínculo se reporta à minha atuação na construção do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial e ao fato de ser uma servidora pública com uma longa carreira pela frente, que se preocupa em articular a questão racial ao ciclo de políticas públicas. Finalmente, penso que esse reconhecimento me abre portas para que eu consiga fazer mais e melhor na administração pública.

Parece haver pouco interesse da população em se envolver em assuntos sobre o orçamento público no Brasil. Na sua opinião, há mesmo um desinteresse, e por quê isso ocorreria?

Não penso que as pessoas sejam desinteressadas. A população sabe qual o impacto que mais ou menos recursos públicos têm no seu

cotidiano. Sabe o que é não ter dinheiro para contratar médicos e médicas para o posto de saúde. Sabe o que é segurar o reajuste da merenda escolar e ver a alimentação das crianças piorando. Sabe o que é colocar mais dinheiro na guerra às drogas e ver aumentar as operações policiais ineficientes na porta de casa.

O que há é a manutenção de uma linguagem do orçamento público que restringe sua discussão a um pequeno grupo de especialistas, inviabilizando o seu controle social pela população e, portanto, a interdição de um debate franco sobre as escolhas alocativas.

Sabemos da importância da participação da população na gestão dos recursos do Estado. Qual orientação daria ao público geral, que possui interesse em se aproximar do debate sobre o Orçamento Público?

Eu gosto bastante da produção escrita e audiovisual do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). No site da instituição e no canal do Youtube, é possível encontrar vários materiais que descomplicam a temática do orçamento público e buscam aproximá-la do nosso cotidiano.

Uma revista científica e, por vezes, o próprio ambiente acadêmico podem utilizar uma linguagem mais técnica dificultando a compreensão e até mesmo o acesso da comunidade de maneira geral. Considerando este aspecto, como tornar estas produções mais acessíveis a um público mais extenso?

É possível falar e escrever de forma mais simples sem renunciar à complexidade. Penso que ainda não estamos acostumados a revisar as nossas produções segundo parâmetros como “posso organizar esse texto de forma diferente para atingir o maior número de pessoas?”; ou ainda: “posso mobilizar infográficos para tornar essa explicação mais acessível?”; por fim, “que substituição de palavras posso fazer para o que eu quero dizer seja de fato entendido?”. Eu seria incapaz de listar aqui quais outros aspectos poderiam ser mobilizados para alcançar uma

linguagem ainda mais simples. De todo modo, sugiro pesquisar o curso e os materiais que a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) já possui sobre o assunto, além de experiências subnacionais em curso, como da Prefeitura de São Paulo.

Pensando nos métodos vigentes para o combate à desigualdade social com base no planejamento do orçamento público, poderíamos dizer que há certa invisibilidade do público preto para a elaboração de políticas públicas voltadas à realidade dessa parcela da população? Quais seriam as razões de tal negligência? E como, as instituições e a população, poderiam juntos, começar a mudar este cenário?

Por muito tempo, a ideia de democracia racial orientou a ação do Estado brasileiro na lida com as questões raciais. É preciso ter em mente que hoje, essa ideia ainda está presente e convive com outras, como aquela de justiça racial. Então ao mesmo tempo em que temos o Estatuto da Igualdade Racial, temos uma dificuldade histórica de apontar quem são os sujeitos que praticam discriminação racial. Quantas pessoas e instituições conhecemos condenadas pelo crime de racismo? Com essas considerações, quero dizer que há uma disputa sobre o que significa a questão racial no Brasil. Não por acaso, a crescente de reconhecimento de direitos desde a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento pela sociedade de que o racismo é uma questão sistêmica vem acompanhada de um aumento da violência racial explícita e do um discurso de que ela é irrelevante (“mimimi”). Bem, esse é o cenário.

Sobre o que fazer: não há solução mágica. Do ponto de vista da intervenção pública, a igualdade racial é uma construção recente, sujeita a erros e acertos. O que não significa que não se saiba para onde ir. Penso que um pressuposto muito importante é que o racismo desumaniza pessoas negras e brancas. Achar que se é superior a outras pessoas pela cor da pele é uma construção social que afasta as possibilidades de convívio democrático e naturaliza socialmente as violências perpetradas contra pessoas negras no posto de saúde, na escola, na *blitz*. Em outros

termos: não adianta atuar no impulsionamento de vidas negras sem enfrentar a branquitude.

Outra coisa são as ações afirmativas, no sentido de corrigir rapidamente distorções que garantem vantagens cumulativas para pessoas brancas e o inverso para pessoas negras em determinadas áreas de política pública. Não dá para continuar achando natural termos o número de diplomatas negros que temos, não ter até hoje um chanceler negro, sendo o país de maior população negra fora da África. É por isso que precisamos de cotas.

Finalmente, é preciso racializar as políticas públicas em favor da população negra. Atuar no abandono escolar de meninos negros e na mortalidade materna de mulheres negras. Inverter as perguntas: ao invés de chamar meninos negros que não estudam nem trabalham de “nem, nem”, questionar-se como eles são abandonados pelo Estado a esse ponto. Enfim, penso que se trata atuar decisivamente sobre políticas públicas que incidem sobre trajetórias.

Não consigo enxergar uma mudança qualitativa para a promoção da igualdade racial se especialmente as pessoas brancas não se enxergarem como parte do problema e da solução. O racismo não é uma problemática criada por pessoas negras.

Nos últimos anos, temos a impressão de que a ideia de racismo estrutural ganhou novo fôlego interpretativo não só em âmbito acadêmico, mas também em espaços informais por conta das redes sociais e da opinião pública cada vez mais engajada. Na sua análise, por que nosso racismo é estrutural? Podemos dizer que o racismo impacta positiva e negativamente o desenho das nossas políticas públicas?

Entendo o racismo como algo sistêmico sim, que se ajusta ao sistema econômico de forma tal que os mais pobres são, normalmente, não brancos. Mas não me sinto habilitada a fazer uma discussão conceitual sobre o assunto.

Para a área de políticas públicas, o conceito de racismo institucional é operacional o bastante para nos ajudar a intervir na realidade. Ele se

refere a um conjunto de políticas, normas e comportamentos vigentes em organizações públicas e privadas que impedem as pessoas negras de usufruírem adequadamente da oferta de bens, serviços e oportunidades apenas por conta da cor da pele ou de sua origem étnica.

É o que acontece, por exemplo, com mulheres negras em trabalho de parto. Médicos (as) ministram menos anestesia porque acreditam que elas são mais fortes. Ou o que acontece quando um (a) diretor (a) de escola não autoriza que uma criança cigana frequente as aulas porque ela não possui comprovante de residência (os ciganos são povos nômades).

O desenho da política pode até ser “neutro”. Mas, ao não reconhecer como ela é executada, ao não se perguntar se ela entrega o que tem que entregar e se a não ou péssima entrega tem a ver com a cor da pele, viabiliza-se sua interação com o racismo. Penso que, para interromper o racismo nas políticas públicas, é preciso um processo rigoroso de avaliação de políticas que responda o quanto elas alcançam pessoas brancas e não brancas de formas diferentes.

O Brasil se desenvolveu sob uma economia escravocrata, cujas consequências sociais reverberam ainda hoje. Com base em suas pesquisas, qual momento poderíamos apontar como marco inicial da implementação de políticas públicas para a população preta? Neste *continuum*, onde se localiza a Lei de Cotas?

A redemocratização é um marco fundamental. Daí em diante, novas políticas públicas vão sendo criadas e consolida-se a jurisprudência em favor de ações afirmativas. O período de florescimento se encerra no governo Dilma Rousseff.

Isso não foi um movimento exclusivo da União. As cotas no ensino superior (2012) e no serviço público federal (2014), por exemplo, reportam-se a experiências bem-sucedidas de Estados e Municípios.

Mas isso não se dá sem tensões: a política de saúde da população negra é um exemplo. A população negra é maioria no país e a principal usuária do SUS. Qual o motivo de precisarmos de uma política para nós?

Outro aspecto que importa ressaltar: a construção de políticas públicas de igualdade racial ocorre ao mesmo tempo em que as taxas de

mortes de jovens negros alcançam números escandalosos, mas nem por isso mobilizadores da opinião pública. Então há sim uma implementação positiva de políticas, de um lado, mas o racismo operando fortemente de outro.

Atualmente, percebemos um processo de cooptação de movimentos sociais pela esfera política e até mesmo pela administração pública federal. Por outro lado, vemos muitas conquistas e debates sendo iniciados por coletivos. Houve uma reestruturação do papel dos movimentos na democracia atual? Hoje qual é a importância dos movimentos e coletivos para as mulheres e para as populações pretas?

Eu não consigo enxergar uma política de promoção da igualdade racial e combate ao racismo na esfera federal de governo sem a intensa participação dos movimentos negros. Por outro lado, é preciso formar uma burocracia profissional multirracial para executar a política. Para mim, é uma questão de calibragem. Como não esvaziar os movimentos sociais e como empoderar os profissionais públicos dedicados à temática.

Sobre a reestruturação da ação, considero que os movimentos sociais em geral ainda estão se adaptando ao fortalecimento da extrema-direita, que inclusive no Brasil é financiada com recursos do fundo partidário. A importância dos movimentos sociais se fortalece quanto à defesa da democracia, mas sua capacidade de intervenção na realidade atual ainda é um desafio.

Finalmente, sobre sua relevância, eu costumo falar que sem absorver o “mapeamento das margens” feitos pelos movimentos negros, seria impossível ao Estado ser efetivo na promoção da igualdade.

Você participou do Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras com o projeto “Construindo a liderança na administração pública federal”. Poderia contar aos nossos leitores um pouco sobre os objetivos e as dificuldades da proposta, bem como os resultados alcançados com o projeto?

Antes de contar minha experiência, é preciso pontuar o ineditismo da iniciativa: aportar recursos para que mulheres negras desenvolvam suas carreiras. Em vez de entregar comprovantes de gasto, entregamos resultados, expressos em participação em cursos, eventos, disseminação de conhecimento *etc.* Também tivemos que olhar para nós mesmas – porque estamos muito habituadas a pensar na coletividade e sermos as últimas da fila que nós mesmas criamos. O Programa aposta na lógica da efetividade, ao invés do controle, ao mesmo tempo em que valoriza as experiências, os saberes e os potenciais do segmento mais vulnerável da sociedade brasileira.

Também pondero outro elemento inovador, que não está presente em muitas ações filantrópicas dirigidas às mulheres negras. Pela primeira vez, não me perguntaram minha renda. Sem desconsiderar que há mulheres em posição muito mais vulnerável que eu, servidora pública, noto no Programa uma compreensão de que as desigualdades raciais aumentam na medida em que se avança na pirâmide. Mulheres negras de classe média têm um passado a reparar com os seus rendimentos, com seu trânsito no mercado de trabalho e na sociedade. Ao mesmo tempo, não têm as mesmas oportunidades de desenvolvimento de que usufruem as mulheres brancas. Olhar para renda é insuficiente para mensurar sua vulnerabilidade, ainda que seja uma boa *proxy*. E veja, tudo isso em memória de Marielle Franco, mulher que tinha todos os elementos para renovar a vida pública brasileira e que foi barbaramente interrompida.

Dito isso, o Programa Marielle Franco foi fundamental para que eu fechasse as pontas da minha carreira. Em 2019, me sentia muito isolada, porque a revanche em relação à questão racial e aos direitos humanos era imenso e ainda não havia encontrado minha praia na área de planejamento e orçamento. Costumo dizer que o Programa me resgatou. Conheci mulheres de norte a sul do país, adensei meu conhecimento sobre a questão racial no Brasil, me capacitei em diferentes áreas para melhorar minha atuação na administração pública e consegui juntar essas duas avenidas que caminhavam separadas: a promoção da igualdade racial e de gênero e o orçamento público. Tive dificuldades em executar o projeto tal como inicialmente planejado por conta da pandemia, mas

posso dizer que fui exitosa em me firmar como alguém que exerce influência na administração pública sobre como enfrentar a questão racial, em particular, e o enfrentamento das desigualdades, de modo geral.

A primeira infância é um período primordial para o estabelecimento de conceitos e de crenças das crianças. Neste sentido, do ponto de vista prático, como você vê o papel da escola em trabalhar questões como o racismo?

Empoderar crianças e famílias negras é apenas parte da solução. É preciso também fazer o movimento inverso: fazer o letramento racial crítico de crianças e famílias brancas. Se essas pessoas não entenderem que são agentes causadores do racismo e que mesmo que não façam nada, serão beneficiadas pelas instituições, não dá para criar uma escola antirracista. Assim, além de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, é preciso se debruçar sobre a branquitude. Um avanço que considero fundamental é estabelecer um protocolo nacional antidiscriminatório nas escolas, capitaneado pelas pastas de educação, direitos humanos, igualdade racial e mulheres. Professores precisam saber o que fazer quando uma ofensa tem lugar. Coordenadores precisam dialogar francamente com famílias brancas sobre sua agência na dor. O sistema de justiça precisa organizar respostas que restaurem a confiança de famílias negras no espaço educativo. Para problemas complexos, não há soluções simples. O trabalho é de natureza intersetorial. Mas sua construção precisa ter lugar no Estado brasileiro, inclusive para fortalecer nossa democracia.

Acreditamos que o conhecimento científico é fundamental para o desenvolvimento social. Gostaríamos que deixasse uma mensagem de incentivo para os nossos leitores para que se mantenham sempre atentos e atualizados, sobretudo, sobre temáticas que envolvem diretamente a vida em sociedade.

As revistas científicas são excelentes formas de absorver conteúdo crítico sobre determinada área de política pública. Sempre que quero me

atualizar, entro em portais gratuitos e faço uma pesquisa avançada com palavras-chave nos campos títulos e resumos, restrita aos últimos 10 anos, e baixo os arquivos. O exercício já me dá uma métrica importante sobre o que tem sido pesquisado e quais as lacunas do conhecimento científico recente. Sempre presto atenção nas referências: normalmente encontro ali textos importantes que desconheço.

Algumas revistas têm se preocupado com a disseminação do conhecimento científico em outros formatos e atuado na produção de *podcasts*. Sugiro fazer uma busca nos aplicativos de *streaming* das revistas e dos centros de pesquisa que vocês mais admiram. É algo que você pode escutar no ônibus ou no metrô, a caminho da universidade.

Depois da pandemia, muitos seminários e congressos têm adotado formato híbrido ou transmissão pela internet. Também sugiro se atentar para isso, principalmente se sua participação no evento será como ouvinte. Você consegue participar e, ao mesmo tempo, reduz o custo de deslocamento.

Muito obrigada pela oportunidade da entrevista!

Sobre a entrevistada

Clara Marinho 

Graduada em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Planejamento e Orçamento pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutoranda em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Analista de Planejamento e Orçamento na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia.

Email: clara.pereira@economia.gov.br

Sobre as entrevistadoras

Mariele Troiano  

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

Cecília Souza Oliveira  

Graduada em Psicologia e mestra e doutora em Neurociências pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Neuropsicologia pelo Centro de Estudos Psico-Cirúrgicos (CEPSIC). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Psicologia e na Revista Mundo Livre.

E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br

Amanda dos Santos Coutinho  

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto de Comunicação e Arte (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói. É integrante da equipe editorial da Revista Mundo Livre. Tem interesse em comunicação científica e organização do conhecimento.

Email: amcoutinho@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 05/12/2022. Aprovado em: 13/12/2022. Publicado em: 22/12/2022.



Fotografia: Thulio Gomes

UMA INTRODUÇÃO AO LAWFARE

ALISSON DO NASCIMENTO

Uma introdução ao *lawfare*

An introduction to lawfare

Alisson do Nascimento

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria. Advogado

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare**: uma introdução. São Paulo: Contracorrente, 2020.

A *Operação Lava Jato* foi uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro já realizada no Brasil. Entre os investigados estava o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, posteriormente, tornou-se réu em um processo criminal. Os advogados encarregados da defesa do ex-presidente foram Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Zanin Martins. Conforme as investigações foram avançando, tornava-se mais evidente o interesse dos procuradores da Lava Jato em noticiar na mídia os passos da investigação, especialmente, contra o ex-presidente Lula.

Durante esse período foram noticiadas conduções coercitivas, exibição de *powerpoint*, interceptações telefônicas e, inclusive, a prisão do ex-presidente Lula foi televisionada. Ao se deparar com esse contexto, os advogados do ex-presidente Lula iniciaram uma pesquisa paralela, com a participação do Doutor Rafael Valim, sobre *lawfare*. No dia 10 de outubro de 2016, o termo "*lawfare*" foi citado pelos advogados Cristiano Zanin e Valeska Martins para explicar o caso Lula.

Como resultado dessa pesquisa, foi publicado em 2020 o livro '*Lawfare: uma introdução*'. Nessa obra, os autores esclarecem que o termo *lawfare* é uma contração das palavras *Law* (direito) *warfare* (guerra), ou seja, trata-se do uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo.



Desta forma, uma metáfora que exemplifica esse léxico é entender *lawfare* como uma verdadeira guerra sem utilizar espadas, mas utilizando o Direito como arma. Essa batalha tem por objetivo destruir o inimigo lançando mão das regras jurídicas como arma principal, sendo assessorada pela mídia como grande aliada na divulgação de informações, pois a opinião pública contribui grandemente para chegar ao objetivo que é o de destruir o “inimigo”.

Durante a leitura da obra, no primeiro capítulo, os autores apresentam os seguintes temas: o conceito de *lawfare* e algumas considerações sobre estratégias e táticas; estado de exceção, ativismo judicial e guerras híbridas. Neste capítulo, é destacado ainda que *lawfare* não se confunde com ativismo judicial, pois o ativismo judicial consiste na preterição de textos normativos em favor das convicções pessoais do intérprete. Já *lawfare* se trata do uso estratégico do Direito para aniquilar o inimigo.

No segundo capítulo, os autores destacam as três dimensões estratégicas do termo *lawfare*, as quais são: a) geográfica; b) armamento; c) externalidades. Na obra, os autores esclarecem que a primeira dimensão corresponde ao campo de batalha e, por sua vez, o campo de batalha corresponde aos órgãos públicos encarregados de aplicar o Direito. A segunda dimensão corresponde ao armamento utilizado. Em se tratando de *lawfare*, as armas são os atos normativos escolhidos para vulnerar o inimigo ou, ainda, as normas jurídicas que muitas vezes são indevidamente aplicadas. Na terceira dimensão, estão as externalidades que correspondem à manipulação da informação para gerar um ambiente favorável para uso das armas contra o inimigo.

No terceiro capítulo, os autores descrevem as principais táticas recorrentes no *lawfare*, entre as quais estão: denúncia sem materialidade ou sem justa causa; excessos de prisões preventivas; utilização de delações premiadas com objetivo de deslegitimar e aniquilar os inimigos; excesso de acusação; criação de obstáculo para os advogados de defesa; silenciar a liberdade de expressão; difundir o medo em quem se opor publicamente ao *lawfare*; manipular pautas com objetivo de

mobilizadoras para iniciar a perseguição do inimigo; atacar escritórios de advocacia como alvos de guerra de informação.

Por fim, no quarto capítulo, os autores analisam três casos paradigmáticos em que foram usados *lawfare*, os quais são: a) caso Siemens; b) caso Ted Stevens; e c) caso Lula.

A conclusão do livro, entretanto, é de que para estudar o *lawfare* exige-se um estudo multidisciplinar, pois são necessárias várias áreas do conhecimento para poder compreendê-lo e aquele que se debruçar a estudá-lo com uma abordagem meramente dogmática jurídica fracassará. A obra contribui com a sistematização do *lawfare*, explicando os passos principais e proporciona uma reflexão sobre a poderosa arma de “guerra” que é o *lawfare*, pois tem capacidade de aniquilar o “inimigo” tanto nos aspectos sociais, quanto profissional e, principalmente, tirar a liberdade de uma pessoa.

Um ponto negativo do livro é com relação à abordagem sobre a manipulação das regras de competência, pois sobre essa temática, os autores apresentam uma abordagem superficial e não explicam suficientemente para o leitor o que é competência e quais regras são manipuladas em uma situação de *lawfare*. Isso fica evidente quando o autor afirma que, para o *lawfare*, a competência é importante, pois o membro do ministério público busca uma jurisdição em que a demanda será proposta e exista maior probabilidade de condenação. No entanto, ao trabalhar a ideia de jurisdição e competência, os autores poderiam, por exemplo, ter destacado quais são os tipos de competência existentes, quais são as regras de competência que devem ser respeitadas e, ainda, quais as regras de competência são violadas em uma situação de *lawfare*.

Apesar disso, a obra cumpre com o seu propósito que é apresentar um estudo introdutório sobre o *lawfare*. O livro é recomendado a todas as pessoas, especialmente, aos interessados por políticas públicas e Direito, pois além de explicar como ocorre o *lawfare*, foram apresentados estudos de casos que deixam claros o quão perigoso é a utilização do *lawfare*, principalmente visando à destruição de uma

pessoa pública, especialmente em período de intensa criminalização da atividade política.

Portanto, a utilização do *lawfare* como uma estratégia constitui uma deturpação do direito penal garantista que deve prezar pelo respeito aos direitos fundamentais previsto na Constituição Federal, visto que em uma democracia constitucional o direito penal tem por objetivo a proteção de bens jurídicos protegidos pela norma e não deve ser utilizado para destruição de uma pessoa.

Sobre o autor

Alisson do Nascimento  

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria. Estudante de Letras Português/Literatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Advogado atuante nas áreas do Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito Penal.

Email: an9330@gmail.com

Histórico

Recebido em: 16/08/2022. Aprovado em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.

Este número foi editado pela Universidade Federal Fluminense nas cidades de Campos dos Goytacazes e Niterói, durante dezembro de 2022. Ele foi composto em Ubuntu e publicado apenas em formato digital.



[HTTPS://PERIODICOS.UFF.BR/MUNDOLIVRE](https://periodicos.uff.br/mundolivre)